



Universidade do Porto

Faculdade de Letras

Departamento de História

Curso de Doutoramento em História

A Batalha de Toro

Volume I

Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Orientação: Prof. Doutor Luís Miguel Duarte

Co-orientação: Prof. Doutora Maria Isabel del Val Valdivieso (U. Valladolid)

Marcelo Augusto Flores Reis da Encarnação

Porto

Novembro / 2011

« Vijimos portugal, castella
quatro vezes adjuntados,
por casamentos liados,
principe natural della
q herdaua todos reynados,
todos vimos fallescer,
em breue tempo morrer,
e nenhû durou tres annos,
portugueses, castelhanos
não hos quer deos juntos ver »

Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e miscelânea*, p. 341

« Talvez que o leitor ache estas coisas mínimas;
pois creia que não há minucias exageradas, quando
se trata de restabelecer a verdade em assuntos históricos »

Anselmo Braancamp Freire, *Crítica e História*, p. 179

« La ynmensa turbacion
Deste reyno castellano
Faze pesada mi mano
Y torpe mi descricion:
Que las oras y candelas
Que se gastaban leyendo,
Agora gasto poniendo
Rondas, escuchas y velas »

Gómez Manrique, *Cancionero*, I, p. 131

AGRADECIMENTOS

Este humilde trabalho não teria sido possível sem o apoio incondicional e a preocupação constante da minha família, com quem partilhei não só as alegrias dos progressos, como também as frustrações dos becos sem saída.

Agradeço também ao meu orientador, Professor Doutor Luís Miguel Duarte, pela sua amizade, estima e profissionalismo, sem o qual este trabalho não teria chegado a bom porto.

Uma palavra de agradecimento também à minha co-orientadora, Professora Doutora Maria Isabel del Val Valdivieso, pelas suas sugestões, ideias e resposta sempre pronta às minhas solicitações.

Last but not least, não posso deixar de agradecer ao meu querido amigo de sempre, Tiago Faria, medievalista, com quem troquei ideias e de quem recebi conselhos preciosos.

Marcelo Augusto Flores Reis da Encarnação

A Batalha de Toro (dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto)

Palavras-chave: Portugal, Castela, século XV, Afonso V, Reis Católicos, Enrique IV, Joana, batalha, Toro.

Sumário: esta dissertação pretende estudar a entrada do exército de Afonso V em Castela em 1475, observando dois pontos de vista – um político e outro militar, utilizando uma metodologia comparada entre fontes portuguesas, castelhanas e aragonesas. Procurou-se analisar a complexidade dos diferentes interesses e das distintas visões da realidade, em particular a partir das fontes cronísticas. Assim, à morte de Enrique IV, em 12 de Dezembro de 1474, Afonso V, crendo ser o legítimo rei de Castela, por responder ao último desejo do rei defunto e por desposar a sobrinha Juana, reuniu apoios em Portugal, assegurou forças em Castela e pensou que com elas seria aceite como rei de Castela. A campanha, que inicialmente conheceu algum sucesso com o cerco falhado que Fernando I de Castela lançou ao *Africano*, em Toro, com as conquistas de Toro e Zamora e com a batalha de Baltanás, foi pendendo para o lado dos *Reis Católicos* a partir do momento em que conseguem assegurar mais apoios e, especialmente, a partir do ponto de não retorno – a batalha de Toro, a 1 de Março de 1476.

Ao longo destes quatro anos de guerra não houve somente uma contenda política entre dois reinos. Travou-se um jogo de forças entre a nobreza e a monarquia castelhanas, comum a outras monarquias tardo-medievais.

A falta de apoios internacionais e a transição da opinião do príncipe D. João no sentido de procurar o entendimento contribuíram para a procura da paz, alcançada em 1479.

Keywords: Portugal, Castile, 15th century, Alphonse V, Catholic Kings, Enrique IV, Juana, battle, Toro.

Abstract: this dissertation aims to study how King Alphonse V's army entered Castile in 1475. This fact will be analyzed from both a political and military point of view and comparing sources from Portugal, Castile and Aragon. In this sense the work will focus on the complexity of different perceptions of the reality of the time, particularly from chronicles of that period. When Enrique IV died on 12th December 1474, Alphonse V

believed himself to be a legitimate heir to the throne because he thought this was the late king's desire. Furthermore, he married Juana, who was Enrique's daughter and thus gathered support in Portugal and Castile. Initially this military campaign was successful when Ferdinand I of Castile besieged Toro and failed to expel Alphonse V; when the cities of Toro and Zamora declared their commitment to Alphonse and Juana's cause; or when Alphonse V, *the African* won the battle of Baltanás. However, as the *Catholic Kings* ensured more support to their cause, the Portuguese cause was walking towards its demise, which reached the point of no return after the battle of Toro, on 1st March 1476. During a period of four years there was not only a war, there was also a political conflict between the two kingdoms. There was a "tug of war" between the nobility and monarchy in Castile, which was common in late medieval monarchies. The lack of international help and the change of opinion of Prince John, in order to find a solution for this conflict, contributed to a search for peace, which was only established in 1479.

ABREVIATURAS:

CDVA – *Crónica de D. Afonso V*, de Rui de Pina

CPDJ – *Crónica do príncipe D. João*, de Damião de Góis

CDJII – *Crónica de D. João II*, de Garcia de Resende

CEIV-DEC – *Crónica de Enrique IV*, de Diego Enríquez del Castillo

CEIV-LGC – *Crónica de Enrique IV*, de Lourenço Galíndez Carvajal

CEIV-AP – *Crónica de Enrique IV*, de Afonso de Palencia

CRC-FP – *Crónica de los Reyes Católicos*, de Fernando del Pulgar

CVC-FP – *Claros varones de Castilla*, de Fernando del Pulgar

CRC-DV - *Crónica de los Reyes Católicos*, de Mosem Diego de Valera

MRC-AB – *Memorias del reinado de los Reyes Católicos*, de Andrés Bernáldez

VHRC-LMS – *Vida y hechos de los Reyes Católicos*, de Lúcio Marineo Sículo

ACA-JZ – *Anales de la corona de Aragón*, de Jerónimo Zurita

CIRC – *Crónica incompleta de los Reyes Católicos (1469-1476)*

CV – *Cronicón de Valladolid: 1333-1539*

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de doutoramento, por sugestão do Doutor João Gouveia Monteiro e do Doutor Luís Miguel Duarte, visa estudar a campanha militar de 1475-1479, a qual veio transformar as boas relações entre Portugal e Castela em clima de guerra. Além do mais, como terei a oportunidade de explicar no “Estado da arte”, mais à frente neste trabalho, considero que há um nicho temporal que é frequentemente relegado para segundo plano pelos investigadores que se dedicam aos temas bélicos. Como demonstrarei, historiadores de renome e que trabalham o tema da guerra, em estudos próprios, ou seja, não contando os trabalhos de carácter mais abrangente, ou terminam em 1450, ou então dão importância às lutas travadas pelos *Reis Católicos* mas já a partir de finais da década de oitenta de 1400, com as campanhas contra Granada. Se no primeiro caso posso identificar nomes como Francisco García Fitz, João Gouveia Monteiro, Miguel Gomes Martins, para o estudo de um período mais recente saltam à vista os vários trabalhos de Miguel Ángel Ladero Quesada. É, portanto, esse vazio que tenciono tratar neste trabalho.

Ainda assim, não obstante a batalha de Toro ser relativamente conhecida, senti que poderia aprofundar o seu conhecimento, por via de um estudo comparativo em que utilizasse todas as fontes coevas e pertinentes para a temática visada. Assim, utilizei com um elenco de mais de uma vintena de fontes cronísticas, entre portuguesas, castelhanas e aragonesas. É certo que ainda poderiam ter sido consultadas outras mais mas por constrangimentos temporais deste trabalho, tal não foi possível. Num estudo mais abrangente e mais completo, teria sido útil para perceber a actuação política de Portugal e Castela integrar a questão africana e ver como as navegações influíram na política internacional do século XV, temáticas que espero desenvolver em trabalhos futuros, uma vez que há ainda algumas portas que se podem abrir. Teria de igual modo sido desejável integrar melhor o panorama militar contido neste trabalho num cenário global, introduzindo a componente bélica naval, bem como os conflitos militares que D. Fernando travou com os franceses, podendo mesmo comparar a campanha castelhano-francesa com a luso-castelhana, para daí poder retirar conclusões. Pelo exposto, também sem resposta ficam temas que me são caros: como era travada a guerra no mar? Como influenciava a guerra naval a guerra terrestre e vice-versa? Que recursos movimentava? Que dividendos retirava? Que conhecimentos, entre teóricos e práticos preenchiam os

espíritos dos capitães? E da soldadesca? Que tácticas eram utilizadas? E em que circunstâncias? Como apoiava a guerra naval a guerra terrestre? Como se utilizavam armas de pólvora (pessoais ou artilharia) dentro de um navio? São tudo questões válidas e que gostaria de ter abordado, mas que os prazos actuais para concluir um doutoramento tornaram inoportáveis neste trabalho, até porque nunca tive possibilidade de me dedicar à investigação a tempo inteiro. Aproveito para esclarecer que, durante os três anos de duração do Curso de Doutoramento em História da Universidade do Porto, no âmbito do qual esta dissertação foi elaborada, trabalhei sempre como professor de história no ensino básico e secundário. Com isto não pretendo de modo algum desculpar as omissões e os erros que este trabalho certamente contém, mas sim explicar quais foram as suas circunstâncias de produção. Ficarão, como disse, estas interrogações em aberto para uma investigação futura. Igualmente para trabalhos vindouros remeto a elaboração de mais mapas, tais como apresentar os percursos comparados de D. Isabel, D. Fernando e D. Afonso V; ou os territórios castelhanos e as suas esferas de influência, por exemplo. Estes mapas, por limitações temporais, não fazem parte deste trabalho, tal como inicialmente pretendia.

Embora a maior parte da acção se passe no reinado de D. Afonso V (de 1448, data em que começa a reinar *de facto*, até 1481), no caso castelhano foram revisitados vários monarcas: Enrique IV (1454-1474), Afonso XII (1465-1468), Isabel, a *Católica* (1474-1504), casada com Fernando V de Castela, cujo reinado termina com a morte da mulher, embora tenha regido até à sua morte, em 1516, por incapacidade da sua filha Juana. A sobreposição de datas no reino vizinho explica-se pelo golpe de estado levado a cabo pelos Grandes castelhanos, depondo o rei legítimo e elevando à condição de rei o seu meio-irmão – Afonso, o que seria uma maneira de satisfazer os seus interesses económico-políticos. Não puderam ser deixados de parte, pela importância na cena política internacional, Luís XI de França (1461-1483) e Juan II de Aragão (1458-1479). Desta forma, embora tenha querido avaliar principalmente a guerra de 1475-1480 – e note-se que guerra é uma designação demasiado genérica e que será precisada ao longo deste trabalho. De acordo com as suas fases, não me cingi somente a esse período, começando a contextualização a partir do reinado de Enrique IV de Castela.

A escolha do tema prende-se com uma certa continuidade que vem já desde a dissertação de mestrado, na qual estudei a guerra de um ponto de vista local, nos reinados fernandido (1367-1383) e joanino (1385-1433). Assim, continuando com os

temas militar e político, pelo corte que representa nas boas relações entre Portugal e Castela que vinham desde meados do reinado de D. João I; e pelas razões expostas anteriormente, estavam reunidas as condições para avançar para um estudo que se adivinhava difícil de conciliar com a minha actividade profissional ligada à docência. Porém, mesmo assim, foi possível desenvolver algumas actividades no âmbito deste programa de doutoramento, entre as quais saliento a visita a instituições estrangeiras, como é o caso da Universidade de Salamanca, bem como uma comunicação proferida em Cáceres, ficando agendadas algumas outras, na Escócia e na Inglaterra, por motivos profissionais.

Decidi organizar o trabalho em duas partes: uma essencialmente política e outra militar, norteadas pela constante contraposição das fontes, de forma a recriar um nexo condutor isento de agendas. A primeira parte está dividida em três capítulos: “O Legado Godo”, no qual eu faço uma apreciação de como a cultura hispano-goda influenciou o pensamento político baixo-medieval; “Crónicas e Cronistas”, no qual é traçada uma contextualização das principais fontes que informaram este trabalho; e o “Desenvolvimento Político”, que se encontra dividido em seis subcapítulos e no qual avalio as relações políticas principalmente entre Portugal e Castela, ao longo da segunda metade do século XV. A segunda parte do trabalho tem dois capítulos principais, nos quais me centro em questões orientadas para uma vertente militar, desde que a campanha militar portuguesa começou a ser preparada, até ao estabelecimento de boas relações novamente, nos últimos decénios do século XV.

1. “ESTADO DA ARTE”

Aparentemente bem conhecida, a batalha de Toro e todas as circunstâncias que a ela levaram, nomeadamente a questão da guerra civil na vizinha Castela, não foi ainda estudada de uma forma estrutural nem comparativa. Senão vejamos: temos uma primeira produção acerca da mesma, sob forma de monografia, por parte de Sousa VITERBO, no fim do séc. XIX, a qual se estrutura à volta de personalidades notáveis durante o conflito de 1475-1479, e que se baseia em documentos provenientes da chancelaria de D. Afonso V e D. João II. Não é, portanto, o habitual estudo cronológico, mas não deixa de ser utilíssimo para a identificação de algumas pessoas e mercês que lhes foram concedidas. Já na segunda metade do século XX, surgirão alguns estudos pontuais sobre a temática. Humberto BAQUERO MORENO tencionava estudar a fundo esta questão, tal como o fez para a batalha de Alfarrobeira, mas da sua pena emanaram somente alguns estudos sob a forma de artigos que, embora muito ajudem à compreensão deste assunto, são secções, partes de um todo ainda inexistente, sendo dos anos 80 do século XX. Referente aos aspectos puramente militares mas numa perspectiva mais actual temos o capítulo de Luís Miguel DUARTE na *Nova História Militar de Portugal* (2003).

Se os autores anteriores nos dão uma visão mais militar, Joaquim Veríssimo SERRÃO vem trazer também alguma luz ao assunto ao estudar as relações luso-francesas medievais (1975), estando esta monografia mais orientada para as relações político-económicas. Porém, fica bem patente no seu estudo a esperança que Afonso V depositava no auxílio militar de Luís XI para a operação em Castela ser bem sucedida. É em Joel SERRÃO (1998), José MATTOSO (1993), José MARQUES (1994) e Oliveira MARQUES (1998) que vamos encontrar um enquadramento político para o cenário que me proponho estudar. São obras de referência. Julieta ARAÚJO estudou na sua tese de doutoramento¹, e para o lapso temporal compreendido entre 1431-1475, as relações políticas entre Portugal e Castela. O seu trabalho carece, por isso, de uma análise político-militar de fundo à questão da guerra da sucessão em Castela, passando pela batalha de Toro e terminando na pacificação e assinatura do tratado das Alcáçovas-

¹ A tese é de 2003, embora tenha sido recentemente publicada com outro título: *Portugal e Castela na Idade Média*, Lisboa: Edições Colibri, 2009.

Toledo em 1480, embora o mesmo denote já outras preocupações, mormente a nível da expansão para o novo mundo.

Se ARAÚJO se situa no período anterior ao que pretendo estudar, já David MARTELO se situa no imediatamente a seguir. Com efeito, MARTELO (2005) conduz-nos diacronicamente desde a paz joanina até desembocar na União Ibérica (1431-1580), passando em revista, de forma muito sumária, os acontecimentos ocorridos em solo Ibérico no último quartel do século XV.

No que respeita ao aspecto linhagístico, Margarida GARCEZ (2004) escreve um pequeno artigo, onde dá continuação a um trabalho de BAQUERO MORENO (1988), no qual discorre sobre linhagens de origem portuguesa refugiadas em Castela e cujas segunda e terceira gerações não só estão economicamente bem implantadas e detêm um poderio político, militar e económico assinalável, como também numa primeira fase se dispõem a ajudar o monarca português.

Manuela MENDONÇA (1991), Saul GOMES (2006), Luís Adão da FONSECA (2006) e Isabel Vaz FREITAS e Humberto BAQUERO MORENO (2006) completam o panorama português, com estudos biográficos, analisando para isso os dois monarcas portugueses envolvidos no conflito: D. Afonso V e D. João II.

Do outro lado da fronteira encontramos o assunto muito melhor estudado, nomeadamente por Luis SUÁREZ FERNÁNDEZ e por Ramon MENÉNDEZ PIDAL (1966). Porém, as suas abordagens naturalmente pendem mais para uma aproximação centrada em Castela e são, uma vez mais e à semelhança das suas congéneres portuguesas, norteadas por um carácter mais político. Começam nos anos cinquenta do séc. XX com o professor Luis Suárez, o qual se dedicou amplamente à história política dos *Reis Católicos*². Títulos como *Nobleza y monarquía* (1959); *Los Trastámaras de Castilla y Aragón en el siglo XV* (1964), *Los Trastámaras y los Reyes Católicos* (1985), *Los Reyes Católicos – la conquista del trono* (1989), *Fundamentos de la monarquía* (1989), etc. Nos anos Sessenta, Tarsicio de AZCONA edita a sua *Isabel la Católica – estudio crítico de su vida y su reinado*, a qual vem a conhecer uma segunda edição

² A obra deste especialista em história política é demasiado extensa para ser toda enunciada. Ficam, assim, as obras de incontornável referência. Mais recentemente, o professor Luis Suárez deu à estampa três obras baseadas nos seus trabalhos anteriores: *Isabel I, Reina* (2000), *Enrique IV de Castilla* (2001) e *Fernando el Católico* (2004). Tanto Suárez como Menéndez Pidal deram um novo fôlego à investigação deste período, tendo hispanistas americanos, ingleses e franceses continuado essa linha de investigação como W. D. PHILLIPS, Angus MACKAY e Joseph PEREZ, embora com enfoque e metodologia diferentes face a Luis Suárez.

aumentada e actualizada em 1993, nela se foca a vida e o reinado de Isabel, da política à religião, passando pela guerra e pela cultura. Nas décadas de Setenta e Oitenta, Maria Isabel del VAL VALDIVIESO (1974) centrou as suas atenções na figura de Isabel, enquanto princesa. Juan TORRES FONTES estudou a figura do príncipe D. Afonso. Miguel Ángel LADERO QUESADA divergiu um pouco da temática política e ocupou-se da fazenda real de Castela no século XV. Outro estudo clássico de 1929 (mas que conhece a 2ª edição em 1993) é o de J. FERNÁNDEZ DOMÍNGUEZ, que abordou a questão das fortalezas de Zamora, Toro e Castronuño, pontos-chave no domínio afonsino do território castelhano no decorrer da guerra.

No final da década de oitenta também José Luís del PINO GARCÍA se posiciona cronologicamente imediatamente antes da invasão portuguesa (1475), estudando para isso a Extremadura espanhola. Paz ROMERO PORTILLA é uma das autoras que se têm debruçado sobre as relações dos dois reinos peninsulares em questão (1999, 2004, etc.). Porém, é a partir da década de Noventa que têm proliferado os estudos sobre o séc. XV castelhano. Também prova disso são as monografias sobre Juan II de Pedro Andrés PORRAS ARBOLEDAS (1995) e de Francisco de Paula CAÑAS GALVEZ (2007, 2010), dedicando-se este último a um estudo prosopográfico, da chancelaria e dos itinerários do monarca, ligando-o à sua acção governativa e relação com o reino, em situações políticas, religiosas, militares, festivas, etc., salientando a intensa itinerância da corte, embora num território relativamente restrito; sobre o condestável Álvaro de Luna, com trabalhos de Isabel Pastor BODMER (1992); sobre Enrique IV, com contribuições de Jose Manuel CALDERON ORTEGA e Rogelio PÉREZ-BUSTAMENTE (1998) e Jose Luis MARTÍN (2003), o qual, partindo de várias fontes narrativas que oferecem visões opostas da realidade, cria a história paralela e implicitamente comparativa do rei e da sua nobreza, e cujo resultado é um monarca melhor conceituado do que seria de supor, demonstrando que o problema da sucessão, embora muito grave, estava longe de ser a única preocupação da sociedade castelhana. Outros problemas de ordem social, política, económica e religiosa afectavam profundamente o reino.

Recente é a obra de Ana Isabel CARRASCO MANCHADO (2006) que ao procurar conhecer o conflito sucessório de Castela (1474-1482), acaba por necessariamente analisar o espectro político, mas ficando a vertente militar um pouco olvidada. Vêm trazer uma renovada atenção ao tema as comemorações dos 500 anos dos *Reis Católicos*, principalmente através do congresso internacional “Isabel la Católica y

su Época”, no qual foram proferidas algumas comunicações de relevo para o tema visado, nomeadamente por Luis Miguel ENCISO RECIO e ROMERO PORTILLA, que apresentaram comunicações nas quais relacionam a história política deste período com a monarquia enquanto instituição, sendo que o primeiro buscou as origens godas da monarquia até chegar à instituição construída pelos Católicos no séc. XV; Maria Isabel del Val relembrou a importância política do principado de Isabel, entre 1468 e 1474, demonstrando que não obstante Isabel se ter contradito e em algumas missivas ter colocado o seu interesse acima do interesse do reino, ela assumiu-se como legítima herdeira do irmão, o infante Afonso, nunca tendo condenado a sua rebeldia face a Enrique IV; Tarsicio de AZCONA, centrou-se nos interesses geopolíticos dos reinos peninsulares na sua relação com Castela, começando, contextualizando-as com os fenómenos sócio-políticos ocorridos a partir do início da década de cinquenta; Miguel Ángel LADERO QUESADA, estudando a evolução das instituições políticas e religiosas, traçou um quadro evolutivo da monarquia medieval castelhana; Shima OHARA ocupou-se das relações internacionais da coroa de Castela na altura do conflito sucessório decorrente do reinado de Enrique IV. De 2001 é a obra coordenada por Julio VALDÉON BARUQUE – *Isabel la Católica y la política: ponencias presentadas al I Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, uma compilação na qual participaram o próprio coordenador e Isabel del Val, por exemplo, e que não deixa de ser uma referência obrigatória para o tema.

Por último Rubén SÁEZ ABAD deu à estampa *La batalla de Toro 1476* (2009), na qual resenhou política e militarmente as relações dos reinos de Portugal e Castela, não descurando aspectos técnicos do armamento envolvido nestas campanhas, os quais ilustra em diversas estampas.

A história militar pode ser estudada em variadíssimos aspectos: políticos, económicos, sociais, técnicos, culturais, etc. A produção historiográfica militar em geral, e particularmente em Portugal, tem conhecido um grande desenvolvimento nos últimos tempos. Como inestimável recurso, servi-me de vários números do *Journal of Medieval Military History*, editado pela inglesa Boydell. Nesta publicação especializada servi-me de autores como Clifford ROGERS, Stephen MORILLO e John GILLINGHAM, que trataram temas relativos a como se fazia a guerra medieval e quais as fontes que os nobres e letrados medievos utilizavam para as suas tácticas e estratégias, tema esse que Gouveia MONTEIRO retomou mais tarde (vide infra); Kelly DeVRIES, além de ter

importantes estudos sobre o armamento e a técnica militar, fortaleceu a orientação de base desta tese, apelando ao cruzamento de fontes narrativas para obter um estudo de história militar medieval equilibrado. Consultei amiúde a “Revista de Historia Militar”, do Instituto de Historia e Cultura Militar, de Madrid, da qual, entre muitos outros, retirei o precioso artigo de David GARCÍA HERNÁN (2001), em que o autor colige e comenta um amplo conjunto de fontes e de trabalhos para o estudo da história militar ao longo do Antigo Regime, em Espanha. Como mencionei acima, também Portugal tem vindo a renovar o tema da história militar, florescendo desde finais da década de noventa do século XX. João Gouveia MONTEIRO é um nome incontornável. Títulos como *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (1998); *Castelos portugueses dos finais da Idade Média* (1999); *Aljubarrota revisitada* (um projecto multidisciplinar coordenado pelo autor, editado em 2001); *Végécio. Compêndio da arte militar* (em conjunto com José Eduardo BRAGA, 2009), projecto que consistiu na tradução do original em latim – inovando uma vez mais já que não existia nenhuma tradução em português, e ainda aumentando-a com um precioso estudo introdutório e com comentários; *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares* é o último trabalho deste medievalista, o qual se preocupa em dar a conhecer fontes menos utilizadas, nomeadamente fontes judaicas e árabes, traçando uma evolução de como se fazia a guerra. De Miguel Gomes MARTINS, discípulo do anterior, têm de ser mencionados as seguintes obras, que embora digam respeito à guerra, têm a cidade de Lisboa no seu epicentro: *Lisboa e a guerra* (2001); *A vitória do quarto cavaleiro. O cerco de Lisboa de 1384* (2006); em 2010 deu à estampa, em conjunto com Gouveia MONTEIRO, *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiro português (1250-1450)*; já em 2011 saiu da sua pena *De Ourique a Aljubarrota*, obra em que dissecou técnica e tacticamente as um conjunto de campanhas militares desde o século XII até finais do século XIV. Por último, tenho ainda de referenciar a mais recente contribuição colectiva no nosso país para o estudo destas temáticas: o volume 30 da “Revista de História das Ideias”, do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra.

Variado poderia ser o elenco de historiadores espanhóis que se dedicam ao estudo da guerra. Porém, vou destacar apenas um, remetendo os outros, oportunamente, para o corpo deste trabalho. Francisco GARCÍA FITZ tem trabalhado as questões militares, principalmente na visão dual e nas relações entre muçulmanos e cristãos, em tempos da Reconquista. Desde *Las Navas de Tolosa* (2005), no qual chamou logo a atenção relativamente às batalhas campais, as quais não seriam tão frequentes quanto se

poderia pensar à primeira vista; a *Edad Media: guerra e ideologia: justificaciones jurídicas y religiosas* (2003), em que o autor trata alguns temas pertinentes ao que leva a fazer a guerra; passando por *Reconquista* (2010), no qual o investigador discute, entre outros assuntos, a validade do conceito de Reconquista.

De encontros científicos temáticos peninsulares destacaria essencialmente dois: a *XXXI semana de estudos medievais de Estella* (2003) e, mais recentemente, as *VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais* (2009), das quais saíram novas contribuições para o conhecimento militar, nas suas diversas acepções. Em Estella, Miguel Ángel Ladero relacionou a teoria e a prática no modo de fazer a guerra e a paz, apresentando um vasto e pertinente reportório bibliográfico que secunda as temáticas que apresentou; Philippe CONTAMINE observou a importância do estudo da política e da guerra para a compreensão total dos fenómenos, dado que ambos estão imbricados; por último Marcelino BEROIZ e Íñigo MUGUETA trouxeram uma listagem bibliográfica sobre guerra e diplomacia ocidental, à semelhança do que LADERO QUESADA fez para os *Reis Católicos* (2004). Das *VI jornadas luso-espanholas*, e para o tema que me interessa, daria relevo às contribuições de Vicente Ángel ÁLVAREZ PALENZUELA, o qual após ter feito a resenha do conflito que levou à batalha de Toro, analisou o seu resultado do ponto de vista das mentalidades, buscando alguns paralelos na batalha de Aljubarrota e aplicando o conceito de *divina retribución*; João Gouveia MONTEIRO trouxe novas perspectivas acerca de como se guerreava na Idade Média, assim como elaborou alguns considerandos acerca da importância da batalha campal, pendendo esta hoje em dia, na óptica dos historiadores militares, mais para o campo da ortodoxia, isto é, do paradigma, do que para o campo do revisionismo: por outras palavras, as novas orientações historiográficas dizem-nos que a batalha campal não é um recurso de segunda categoria face à guerra de desgaste. Paz ROMERO PORTILLA renovou o tema do partido português em Castela, que corresponde, na verdade, às poderosas famílias que se tinham exilado no reino vizinho, algumas das quais desde o final do séc. XIV, mas que mantinham as boas relações com Portugal; por último, a jovem investigadora Filipa ROLDÃO argumentou acerca da construção da memória colectiva portuguesa da batalha de Toro, baseando-se na procissão ordenada por D. João II para comemorar a vitória na Batalha de Toro, à semelhança do que se fazia em Castela; mas a mesma foi cancelada em 1491, devido à aproximação entre os dois reinos, com o casamento do príncipe herdeiro D. Afonso e a princesa D. Isabel.

2. METODOLOGIA E FONTES

Este trabalho segue um método analítico, no qual houve que seccionar parcelas do todo que é a realidade histórica. Esta escolha tem necessariamente algo de arbitrário, fruto de um objectivo previamente ponderado, o qual norteou e delimitou o trabalho.

Tive naturalmente de me socorrer de bibliografia e de fontes castelhanas e aragonesas. Um dos grandes objectivos desta tese é estudar um acontecimento histórico por uma perspectiva múltipla, comparando os vários testemunhos, e não apenas pelo ponto de vista português ou castelhano, para que pudesse ser estabelecido um contraponto com o intuito de verificar e criticar, atingindo desta forma um todo mais isento de juízos deformados.

Dado o grande manancial de informação disponível e os prazos limitados para a elaboração de uma tese houve que fazer escolhas, nomeadamente no que às fontes diz respeito. Ficaram afastados, de uma forma geral, os escritos historiográficos menos ambiciosos e sistematizados, tantas vezes mesclados com outros géneros literários não especificamente históricos. Os *Anales* de Galíndez de Carvajal são um desses exemplos, bem como os *Anales de Garcí Sanchez, jurado de Sevilla*; por outro lado, analisei a *Crónica de Enrique IV*, de Carvajal. Ainda dentro deste género, considerei o *Cronicón de Valladolid*. O género epistolar teria sido apreciado, se o trabalho tivesse outra dimensão. Nesta categoria podia incluir as *Letras* de Pulgar, ou o *Opus Epistolarum* de Pedro Mártir de Anglería, com visões particulares e jocosas sobre os sucessos. Juan Barba escreveu em verso a ambiciosa *Consolatoria de Castilla*, na qual contempla o lapso temporal desde o nascimento de Isabel até à tomada de Málaga. Há ainda secções de um todo que dizem respeito ao reinado de Isabel e Fernando. Afonso Ramires de Villaescusa tem um capítulo especial no seu *Espejo de Corregidores*, dedicado a este período, onde examina se ambos governaram virtuosa e prudentemente. Encontramos um excerto semelhante nas *Memorias de Carlos V*, de Sancho Cota, no qual o autor historia acontecimentos desde o reinado dos Católicos até ao de Carlos V.

Para o reinado de Enrique IV não foram considerados Rodrigo Sánchez de Arévalo e Fr. Jerónimo de la Cruz: o primeiro por ter uma perspectiva muito generalista

da história e o segundo por estar bastante distante dos acontecimentos³. Quanto a Diego de Valera não considere o *Memorial de Diversas Hazañas* em detrimento da *Crónica de los Reyes Católicos*, uma vez que é uma obra que sumaria os principais feitos já relatados por Palencia, embora rectificando as incorrecções deixadas por este⁴. O conhecimento que bebe em Diego Enríquez del Castillo é residual⁵. Apesar de Aureliano Sánchez Martín considerar que Fernando del Pulgar não é uma fonte credível para o estudo do reinado de Enrique IV, decidi incluir a sua *Crónica de los Reyes Católicos* porque não só historia, como o nome indica, o reinado dos *Reis Católicos*, como também tem os vinte primeiros capítulos sobre Enrique IV, não obstante eles terem sido escritos de forma a defender o direito sucessório de Isabel a Católica⁶. O facto de terem concepções políticas e posições opostas torna interessante a inclusão de Afonso de Palencia e de Diego Enríquez del Castillo, cada um com a sua *Crónica de Enrique IV*. Indo também contra a ideia de Sánchez Martín, decidi incluir Lourenço Galíndez de Carvajal, o qual, embora seja mais tardio, tenta ser imparcial e usa as crónicas de Palencia, Castillo e mais pontualmente Pulgar e Valera com o intuito de suprir as incorrecções nela existentes⁷.

Relativamente a crónicas anónimas, utilizei a fragmentária *Crónica Incompleta de los Reyes Católicos*, que relata apenas os dois primeiros anos do reinado dos Católicos, e o *Cronicón de Valladolid: 1333-1539*; apesar de este último se apresentar como um conjunto de notícias muito desigual, inclui informação que não se encontra em qualquer outra obra coeva.

Pretendo com esta pequena contribuição aprofundar o conhecimento político-militar peninsular da segunda metade do século XV e mostrar as discrepâncias do que foi veiculado pelas diversas crónicas, as quais sabemos bem servirem interesses

³ SÁNCHEZ MARTÍN, Aureliano - «Introducción» in *Cronica de Enrique IV*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 1984, p. 57. Sobre Rodrigo Sánchez de Arévalo, vejam-se os capítulos correspondentes ao mesmo em TATE, Robert Brian – *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, versão espanhola de Jesús Díaz, Madrid: Editorial Gredos, 1970, pp. 74-121.

⁴ SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», p. 56.

⁵ Alonguei-me nas considerações sobre o *Memorial de diversas hazañas* no capítulo Cronistas e crónicas, pelo remeto o leitor para a parte de Mosén Diego de Valera.

⁶ SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», pp. 56-57.

⁷ Cfr. SÁNCHEZ MARTÍN – «Introducción», p. 57.

propagandísticos em função do que mais convinha ao monarca reinante, ou a determinados partidos ou facções, bem como as diferentes perspectivas historiográficas dentro de Portugal e de Espanha e entre os dois países. Mas nem por isso devemos fazer uma leitura simplista das crónicas. Considero apropriado incluir as palavras de Ladero Quesada, a propósito de Andrés Bernáldez, mas que mudando o monarca e alterando-se o cronista, farão sentido num contexto com essas duas variáveis diferentes: «hay que matizar mucho, por lo tanto, la idea tan extendida que muestra a los cronistas como propagandistas directos de los puntos de vista y los intereses de la monarquía isabelina, perspectiva que, según este punto de vista, sería a menudo incompatible con la veracidad de sus relatos. Mucho más intensa sería la propaganda ejercida por otros medios y autores que a través de los cronistas»⁸. Embora possa parecer uma ideia contraditória face ao que acabei de expor, creio que as crónicas transmitem uma visão de um complexo mosaico, embora não sejam nem propaganda pura e primária, nem relatos objectivos de historiadores no sentido que hoje lhes atribuímos.

Como já expliquei, o trabalho estrutura-se em duas partes que se complementam: a primeira parte é fundamentalmente de história política, na qual tentamos perceber as atracções e as fricções entre as três coroas peninsulares mais poderosas: Aragão, Castela e Portugal. Também neste capítulo se incluirá o pedido de ajuda levado a cabo por D. Afonso V a Luís XI.

Uma segunda parte diz respeito à batalha de Toro, ocorrida em Castro Queimado, e a toda a preparação e decurso das campanhas anteriores e posteriores a esta batalha, aos vários episódios bélicos protagonizados por Portugal e por Castela, dentro e fora do seu território.

⁸ LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «La Reina en las crónicas de Fernando del Pulgar y Andrés Bernáldez», in *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los cronistas coetáneos hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2004, p. 17. Sobre o assunto da propaganda veja-se a tese de doutoramento de CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel - *Isabel I de Castilla y la sombra de la ilegitimidad - propaganda y representación en el conflicto sucesorio (1474-1482)*, Madrid: Sílex, 2006.

3. O LEGADO GODO COMO ELEMENTO NORTEADOR DA POLÍTICA CASTELHANA

O “legado godo” é uma ideia muito cara aos castelhanos e talvez por isso, mais ou menos consciente, sempre tenha estado presente, como conjunto peculiar dentro da Europa. A ideia de uma monarquia hispana condiciona a acção governativa devido ao forte sentido de identidade nacional, e sem a entendermos corremos o perigo de não apreendermos correctamente as relações entre Portugal e Castela durante este período⁹. Assim, convém que esta ideia seja clarificada.

Façamos uma breve resenha para que compreendamos como o conceito de monarquia hispana é ainda tão importante quase mil anos depois¹⁰. Após o Império Romano do ocidente ter caído em 476, a desagregação do território na Península Ibérica dará origem a uma nova ordem em menos de um século, com a instauração do reino visigodo em Toledo em 567. Em 654 é promulgado o primeiro Código Visigótico – *Fori Iudicum*, o que pode indicar a existência de um Estado¹¹, servindo de base para elaboração da atribuição de forais no reinado de Fernando II de Castela.

Claro que isto é simplificar as coisas ao extremo. É depois das reformas de Diocleciano (244-311) que o território se estrutura hierarquicamente. A noção de Cidade deixa de ser dominante e o império converte-se num imenso estado. A Hispânia é então

⁹ ROMERO PORTILLA, Paz - *Dos monarquías medievales ante la modernidad - relaciones entre Portugal y Castilla*, Corunha: Universidade da Corunha, 1999, p. 23. Num pequeno artigo de homenagem ao Doutor Baquero Moreno, Luis Suárez traça a evolução das plataformas políticas peninsulares, desde o seu estado mais embrionário, como sendo os condados, passando pela sua evolução para reinos, até se deter no séc. XX: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - «Portugal y España: vivencias comunes», in *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto: Civilização, 2003, vol. 2, pp. 815-819.

¹⁰ Diferentes autores trataram já o tema do neogoticismo e respectiva influência no mundo medieval, os quais são essenciais para compreender a historiografia posterior. Entre outros, destaco: SÁNCHEZ ALONSO, B. - *Historia de la historiografía española*, I, 2ª ed., Madrid, 1947, pp. 103-111; BENITO RUANO, E. - «La historiografía en la Alta Edad Media española. Ideología y estructura», in *Cuadernos de Historia de España*, Buenos Aires, 1952, XVII, pp. 50-104; SÁNCHEZ ALBORNOZ, C. - *Investigaciones sobre historiografía hispana medieval (siglos VIII-XII)*, Buenos Aires, 1967; MARAVALL, J.A. - *El concepto de España en la Edad Media*, Madrid, 1981, pp. 299-337.

¹¹ LÓPEZ DÍAZ, María Isabel - «La construcción del estado hispanogodo» in *Aragón en la Edad Media: XX. Homenaje a la Profesora M.ª de los Desamparados Cabanes Pecourt*. Saragoça: Universidade de Saragoça, 2008, pp. 470-1.

uma diocese que compreende a Península Ibérica, as ilhas Baleares e parte de Marrocos. Não devemos, no entanto, esquecer que os monarcas godos tiveram desafios muito grandes especialmente ao nível da integração de populações com etnias, culturas e religiões tão diversas. Foi necessária a conversão ao Cristianismo; foi necessário submeter os suevos a noroeste e expulsar os bizantinos que ocupavam o leste da Península Ibérica. O cristianismo torna-se num novo bastião de unificação, com a introdução do ideal de império religioso¹², servindo de mote à cruzada contra o Islão. Com o tempo, há uma progressiva distinção entre a *auctoritas* religiosa-sacerdotal e a *potestas* político-secular. Desde que os povos germânicos se converteram ao cristianismo (sécs. VI a VIII), o elemento religioso como fundamento e legitimação da monarquia teve cada vez mais importância: a realeza era um *officium* ou *ministerium*, cabeça do 'corpo místico' que era a comunidade política. Os reis tinham a obrigação de reinar de forma justa, com o conselho dos bispos ou magnates do reino. Assim se desenvolveu a monarquia visigoda no séc. VII, com o apoio dos concílios reunidos em Toledo. Estes princípios enunciados, enquadrados pelos *Fori Iudicum*, serão herdados pela monarquia astur-leonesa, nos séculos IX a XI¹³.

Através das actas dos concílios de Toledo¹⁴ que chegaram até nós sabemos que o século VII conhece uma Península Ibérica com território e população unificados,

¹² OLIVEIRA, Aurélio - «Hispania: De construção unitária à fronteira política», in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1999, p. 214.

¹³ LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «La monarquía: las bases políticas del reinado», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 136-137. Sobre questões acerca da evolução da monarquia como instituição e elemento na formação e consolidação do estado medieval e moderno torna-se imprescindível consultar os trabalhos de Miguel Ángel LADERO QUESADA, dos quais cito alguns mais pertinentes: «Patria, nación y estado en la edad media», in *Revista de historia militar: Patria, nación, estado*, año XLIX, n.º extraordinário, [s.l.]: Ministerio de defensa – secretaría general técnica, 2005, pp. 33-58; «Guerra y paz: teoría y práctica en Europa occidental: 1280-1480», in *XXI Semana de estudios medievales: Guerra y paz en la Europa occidental – 1280-1480* (Estella, 19-23 de julio de 2004), [Pamplona], Gobierno de Navarra, Departamento de cultura y turismo, 2004b - pp. 21-67; «Algunas reflexiones sobre los orígenes del 'Estado moderno' en Europa (siglos XIII-XVIII)», in *La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos (1391-1492). Actas de las III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*, Sevilla, 1997, I, pp. 483-497; «Poderes públicos en la Europa Medieval (Principados, Reinos y Coronas)», in *Poderes públicos en la Europa Medieval. XXIII Semana de estudios medievales de Estella*, Pamplona, 1997, pp. 19-68; *Los Reyes Católicos*, Madrid, 1999, pp. 99-131. Outro título importante para a memória histórica gótica é, do mesmo autor, *Lecturas sobre la España histórica*, Madrid, 1998, especialmente nas pp. 53-62 e 71-81.

¹⁴ Os concílios de Toledo foram uma instituição eclesiástica e civil, composta pelos bispos e pelos mandatários do conselho do rei. Os cânones emanados deste órgão reflectiam uma posição espiritual que,

reconhecida no contexto internacional. Falta apenas o exercer da soberania sobre os ditos população e território, acto esse que vai sendo paulatina e solidamente construído ao longo tempo. Abdica-se do direito romano-germânico a favor deste novo código, que sobreviverá à invasão muçulmana, o que mostra o vigor e a unidade de origem da Espanha cristã na Reconquista. Como referiu López Díaz¹⁵, são constantes nas actas conciliares as referências a Espanha, Pátria, Interesse Geral e Bem Comum que apesar de não serem conceitos novos¹⁶, são aplicados à realidade da Hispânia por representantes de até setenta e sete cidades, distinguindo-a da Gália por exemplo.

Perante o exposto, facilmente se compreende o desejo de recuperar a unidade que tinha sido perdida com a invasão islâmica como algo próprio do reino de Castela, utilizado amiúde como elemento propagandístico. Não é de estranhar, portanto, que na política interna e externa estejam patentes contactos e alianças tendo em vista atingir este objectivo¹⁷, não obstante as dificuldades impostas pelos contrastes regionais fortemente acentuados.

Pelo menos desde o século IX que os reinos cristãos do norte peninsular elaboraram um forte sistema ideológico, no qual justificaram a guerra movida ao inimigo e que haveria de vigorar até ao século XV. Este tinha como alicerces uma panóplia de motivações económicas, sociais, políticas, culturais e religiosas¹⁸.

A Igreja soube tirar partido do móbil religioso, afirmando que não foi só a pátria que se tinha perdido, mas também a Igreja católica. Logo, buscava-se uma unidade religiosa que acompanhava de perto a pretendida unidade política. Recuperada a segunda, a Igreja readquiriria a sua plenitude, tendo em conta a Hispânia como um ente

em última análise, se não fossem cumpridos resultavam em excomunhão. Enquanto lei obrigavam a uma pena material em caso de não serem respeitadas as suas determinações. Cfr LÓPEZ DÍAZ, 2008, p. 471.

¹⁵ LÓPEZ DÍAZ - «La construcción del estado...», p. 477.

¹⁶ Sobre estes conceitos e, em particular, sobre pátria, estado e nação, deve consultar-se o artigo de LADERO QUESADA - «Patria, nación y estado en la edad media», in *Revista de historia militar: Patria, nación, estado*, año XLIX, n.º extraordinário, [s.l.]: Ministerio de defensa – secretaría general técnica, 2005, pp. 33-58.

¹⁷ ROMERO PORTILLA - *Dos monarquías medievales...*, p. 25. LADERO QUESADA - «La monarquía: las bases políticas del reinado», p. 137.

¹⁸ GARCÍA FITZ, Francisco - «En el nombre de Dios. La ideología de la guerra en la Península Ibérica», in *Revista de história das ideias*, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 2009, p. 139.

histórico e cultural específico, no qual houve um grande esforço de reconquista e restauração de um passado em que existiu uma união política em torno da monarquia visigoda.

Os pequenos condados e reinos cristãos do norte, em especial o reino das Astúrias, cresceram com a memória da velha ideia romano-gótica: o que os historiadores vêm chamando de neogoticismo astur-leonês foi um feito muito importante e de longa duração na configuração de ideias e imagens sobre Espanha. O neogoticismo foi uma construção ideológica que teve a sua origem numa realidade originária, como a resistência contra os invasores, consolidou-se com Afonso II (791-842) e alcançou a sua primeira expressão historiográfica em tempos de Afonso III, altura em que se transferiu a sede régia de Oviedo para León a partir de 914. Estes monarcas consideravam-se herdeiros dos reis godos e tinham como missão restaurar o poder usurpado pelos invasores islâmicos, para o que muito contribuiu a singularidade geográfica da península.

Houve uma intensa renovação das ideias hispano-góticas, a partir da batalha das Navas de Tolosa, em 1212 e 1266, com a submissão dos mudéjares sublevados na Andaluzia e em Múrcia. Foi nesse momento que a historiografia castelhana se apropriou do neogoticismo leonês, tal como o evidenciava o bispo Lucas de Tuy, sendo que os grandes autores desta mudança foram o arcebispo de Toledo, Rodrigo Jiménez de Rada, autor de *De rebus Hispaniae* e Afonso X, autor da primeira história geral redigida em vernáculo. Assim se mostrava a grandeza de Espanha como marco de uma história inteligível, que arrancava de um passado remoto e mítico que, ainda que comesse nos godos, era comum a todos os que habitavam a península.

D. Alonso de Cartagena, bispo de Burgos, ao proferir o discurso fúnebre de Juan II de Castela em 1454, apresenta o defunto como descendente de Alarico, o que conferia a Castela uma continuidade política notável de um milénio. Era um feito único que nenhum outro povo podia ostentar devido à mudança de linhagens, procurando atingir-se a unificação sob uma só coroa (a de Castela) da antiga província romana¹⁹. O objectivo desta perspectiva não se esgota ao conferir uma ordem providencialista da história. Na verdade, procura legitimar a dinastia Trastâmara, cuja conturbada ascensão

¹⁹ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón - «Introducción», in *História de España*, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, T. XIV, Madrid: Espasa Calpe, 1966, p. XI.

ao trono necessitava de uma imagem positiva e herdeira da Reconquista levada a cabo pelos monarcas antecessores. Este *continuum* assenta no facto de já previamente a monarquia goda se afirmar descendente do império romano e, por sua vez, a monarquia castelhano-leonesa se afirmar descendente da monarquia goda. As invasões muçulmanas foram um retrocesso mas não foram suficientes para quebrar a continuidade²⁰. Sem embargo, a realidade mostra-nos a instabilidade política e os monarcas a sucederem-se a outros monarcas por vias menos legítimas (Mauregato, Nepociano, Fruela Bermudez). A solução foi arranjar a figura do tirano, o qual obtém o poder ilegitimamente. Estes tiranos são criticados por corromperem a linha dinástica pura e, deste modo, é comum que no séc. XV eles sejam retirados das listas régias de forma a não as mancharem com a sua chegada não ortodoxa ao trono. Por outro lado, a monarquia cria um panteão próprio, no qual guarda escrupulosamente os artefactos dos seus antepassados, criando assim locais de culto, como forma de proteger e legitimar o seu passado²¹.

Os bispos tiveram uma missão multifacetada. Eram letrados e possuíam bibliotecas próprias: numa sociedade com um elevadíssimo grau de iliteracia, conhecimento significava poder e, sem prejuízo das suas funções espirituais, imiscuíam-se nos assuntos da governação do reino. Proporcionavam igualmente protecção religiosa aos fiéis, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra e eram também

²⁰ SÁNCHEZ MARTÍN, Aureliano - «Introducción» in *Cronica de Enrique IV*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 1984, p. 43. Na transição da centúria de Trezentos para a de Quatrocentos, o *Sumario de los Reyes de España* de Juan Rodríguez de Cuenca, despenseiro mor da rainha Leonor, mulher de Juan I de Castela, defendia já esta continuidade entre o reino visigodo e o asturiano: “Estos son los Reyes que ovo en Castilla é en Leon desde el año de la Era de César de 752 años, que conquisieron los Moros las Españas en tempo del Rey Don Rodrigo, que fue el postrimer Rey de los Godos: e los Reyes que fueron desde el Rey Don Pelayo fijo del Duque Don Favila, que fue el primero Rey que regnó entonce en Asturias, fasta que nuestro señor el Rey Don Enrique, fijo del Rey Don Juan é de la señora Reyna Doña Leonor su mujer, regnó en Castilla é en Leon, fueron cuarenta Reyes” (RODRIGUÉZ DE CUENCA, J. – *Sumario de los Reyes de España*, Madrid, 1781, ed. de LLAGUNO AMIROLA, E., p. 1, citado por MUÑIZ LÓPEZ, Iván – «Pasado y mitos de origen al servicio del poder. La imagen de la monarquía asturiana en la España de los Reyes Católicos», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, p. 438).

²¹ MUÑIZ LÓPEZ, Iván – «Pasado y mitos de origen al servicio del poder. La imagen de la monarquía asturiana en la España de los Reyes Católicos», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 442-443. Como diz o autor, «de Covadonga a Granada, de la Asturias nuclear a los inmensos espacios del Imperio español, de Pelayo a los Reyes Católicos y los Austrias se había recorrido un largo camino. Pero las piezas del viaje histórico habían sido convenientemente aglutinadas en un proceso sin fisuras, con un esqueleto programático auspiciado por la misión divina de la realeza, extraño a cualquier inestabilidad dinástica y alimentado por la viva conciencia de que la guerra como vehículo expansivo no era sino un instrumento otorgado por Dios» (p. 458).

suficientemente capazes de recrutar, organizar e liderar exércitos²². Assim podemos compreender que os autores da *Historia Compostelana* afirmassem que entre os galegos surgiu o refrão: «Obispo de Santiago, báculo y ballesta»²³.

No século XV há numerosos autores e textos – mais do que em séculos anteriores que preconizam a união do território ibérico sob uma única coroa. Alfonso de Cartagena, na sua *Anacephaleosis* reelabora a *Historia Gothica* do arcebispo Jiménez de Rada, da primeira metade do século XIII e com ela a ideia de que Castela era o legítimo herdeiro do reino visigodo e que o título de *Rex Hispaniae*, utilizado por coroas estrangeiras para designar o rei de Castela, tinha validade histórica. Esta apologia acaba por influenciar os autores da geração seguinte. Homens como Sánchez de Arévalo, Fernán Pérez de Guzmán, Diego de Valera e Rodríguez de Almela, para citar alguns. Em 1469, Rodrigo Sánchez de Arévalo termina a sua *História Hispânica*, dedicando-a a Enrique IV de Castela. Nela faz uma retrospectiva de como a Hispânia se dividiu em vários reinos, nascendo então o conceito dos cinco reinos quando a unidade goda termina. Este é um conceito do século XIII: Astúrias (ou Leão) com a Galiza e Castela; Navarra; Aragão e Catalunha e finalmente Portugal. Como Leão e Castela se uniram, para deixar ficar o mítico número cinco, Arévalo inclui Granada. Eis que começam então as justificações: Castela não só é maior que todos os outros²⁴, como também é

²² Cfr. GARCÍA FITZ - «En el nombre de Dios...», p. 143. Poderiam dar-se inúmeros exemplos mas citarei apenas um, o de João Carrillo, o qual, na batalha de Torote (1441) e depois na primeira batalha de Olmedo (1445), só para mencionar duas, teve uma intervenção brilhante e decisiva. Podemos ver o conflito militar de Torote desenvolvido em CASTILLO CÁCERES, Fernando - «La caballería y la idea de la guerra en el siglo XV: el marqués de Santillana y la batalla de Torote», in *Estudios sobre cultura, guerra y política en la corona de Castilla (siglos XIV-XVII)*, Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 2007, pp. 79-111. Neste trabalho, o autor evidencia a importância do conhecimento teórico, que potencialmente possuíam os ricos magnates e os grandes prelados, mas também o conhecimento que advém da experiência no terreno. Veja-se também MUÑIZ LÓPEZ – «Pasado y mitos de origen al servicio del poder. La imagen de la monarquía asturiana en la España de los Reyes Católicos», pp. 440-441. Um último exemplo que pretendo destacar é o de Rodrigo Sánchez de Arévalo, o qual advoga que a ocupação legítima do monarca é «mudar a paz desonesta para justa discórdia e guerra louvável», defendendo também a conquista das províncias do norte de África, herança legal de um descendente da monarquia visigoda. Cfr. SÁNCHEZ de ARÉVALO, Rodrigo – *Vergel de los príncipes (1456-7)*, ed. de Fr. de Uhagón, Madrid: 1900, p. 7. Este assunto vem também tratado na sua obra *De Pace et Bello* (1468), ed. de T. A. Vairani, in *Cremonensium monumenta Romae extantia*, Roma, 1778, I.

²³ *Historia Compostelana*, traduzida por Emma Falqué, Madrid, 1994, Livro II, cap. I, p. 297.

²⁴ Já foi provado que o argumento de quantificar a área do território e o número de habitantes do mesmo é demasiado simples para dele se concluir taxativamente o êxito político, económico ou cultural do maior em detrimento do fracasso do menor. Veja-se GÓMEZ MOREDA, V. – «La población española en tiempos de Isabel I de Castilla», in *Sociedad y economía en tiempos de Isabel la Católica*, Ed. Ámbito,

dela que provêm todos os outros reinos; mas mais importante do que tudo, ainda que os vários reinos de Espanha tivessem tido guerras entre si, nunca o principado passou a famílias estranhas, como aconteceu por exemplo em Inglaterra. Até 1495 há uma estreita ligação das famílias régias devido à homogeneidade política, cultural e de sangue. O quadro fica completo se tivermos em conta a descrição de Arévalo (não esqueçamos a dimensão propagandística contida na sua obra), a qual apresenta um louvor histórico a Castela com base em pensadores clássicos como Estrabão, Justino, Vegécio e Tito Lívio. A Hispânia destes pensadores é salubre na qualidade do ar, possui uma orografia favorável, é abundante em recursos e é dotada de homens corajosos²⁵.

Atentemos, por último, na correspondência que Fernando de la Torre envia a Enrique IV em 1455. Este homem viajado que visitou as cortes de França e Itália descreve o poder do monarca castelhano como sendo superior ao do rei francês e avança ainda que a riqueza de matérias-primas faz com que outros povos com menos riqueza natural tenham de solucionar esse problema através da transformação e da manufatura²⁶.

Por último, os *Reis Católicos*, ao aglutinarem quatro dos cinco reinos ibéricos, assumem-se como restauradores e não como instauradores, de acordo com Fernando del Pulgar, sendo essa a expressão usada por Valera e que Palma exaltará na vitória de Toro, usando a expressão de «divina retribuição». Fechava-se assim um ciclo com as cortes de Toledo, em 1480.

É esta consciencialização do neogoticismo²⁷ que me leva de volta ao início: a ideia de monarquia goda estar de tal forma fortemente enraizada na cultura hispânica

Valladolid, 2002, pp. 13-38: «contra lo que han creído muchos historiadores, clásicos y modernos, y a pesar de la insistencia con que los escritos mercantilistas de la época subrayaban la conveniencia de un voluminoso potencial demográfico, la abundancia de súbditos no era una condición necesaria para el éxito en la lucha por el liderazgo de las grandes potencias». O mesmo autor alerta ainda que as densidades demográficas não devem coincidir com o ótimo demográfico e que as diferenças daquelas, entre as Coroas de Castela e Aragão, não eram tão marcadas e muito menos decisivas.

²⁵ MENÉNDEZ PIDAL - «Introducción», T. XIV, pp. XII e XIV. Muitos outros exemplos de variados autores podiam ser dados: Joan Margarit, Lúcio Marineo Sículo, Antonio de Nebrija, Fabricio de Vagad. Porém, remeto o leitor para o artigo de LADERO QUESADA - «La monarquía: las bases políticas del reinado», pp. 153-154.

²⁶ MENÉNDEZ PIDAL - «Introducción», T. XIV, pp. XIV e XV. Cfr. igualmente LADERO QUESADA - «La monarquía: las bases políticas del reinado», p. 152.

²⁷ Relativamente a este assunto aponto ainda como leitura obrigatória SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Los Reyes Católicos: fundamentos de la monarquía*, Madrid: Ediciones Rialp, 1989, pp. 9-27.

que leva ao unitarismo, ou seja, que a Península Ibérica seja potencialmente vista como um todo – e essa mítica unidade primitiva goda será sempre utilizada como um *topos* ao serviço do expansionismo castelhano. Estavam assim reunidas as condições para que o reinado de Enrique IV se cobrisse de glória, mas este projecto só foi bem sucedido com os *Reis Católicos*, por acção da monarquia, a qual promoveu os elementos históricos comuns às Espanhas e mesmo assim não da forma definitiva como se tinha idealizado, isto é, com toda a Península Ibérica unificada e ainda parte do norte de África, uma vez que o reino de Portugal continuou a existir e foi este que começou com as empresas ultramarinas no continente africano. Aliás, nas palavras de Menéndez Pidal, Portugal vai afirmar-se como uma força antagónica: «contra la unidad hispánica, que el imperio venía realizando desde siempre, surge ahora un gravísimo obstáculo: la aparición de un reino nuevo, que nace desentendido de toda la secular tradición imperial acatada, por reinos antiguos»²⁸.

Portugal obtém esta alforria porque termina a sua Reconquista mais de dois séculos antes da vizinha Castela, o que lhe permite legitimar-se enquanto entidade política e ideológica autónoma através da conquista dos Algarves de além-mar. Aurélio Oliveira refere-se a esta realidade como a «integração geográfica e económica dos espaços atlânticos, marcando o divórcio entre dois destinos diferentes: a atlantização de Portugal e a continentalização das Castelas»²⁹.

Não obstante, a ideia hegemónica também não anda apartada das outras monarquias peninsulares nos séculos XIV e XV³⁰, nem tão pouco os muçulmanos perderam de vista a unidade que antes tiveram. Avaliando a situação do prisma dos estados islâmicos, compreende-se que também eles se sentiram lesados face à conquista territorial que conseguiram em tempos e que foram perdendo com a Reconquista cristã. No seu imaginário estava um al-Andalus que estendia o seu domínio pela quase

²⁸ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *El imperio hispánico y los cinco reinos: Dos épocas en la estructura política de España*, Madrid: Instituto de estudios políticos, 1950, p. 160, citado por ROMERO PORTILLA - *Dos monarquías medievales...*, p. 25.

²⁹ OLIVEIRA - «Hispania: De construção unitária à fronteira política», p. 225.

³⁰ MENÉNDEZ PIDAL – *El imperio hispánico y los cinco reinos...*, p. 202, citado por ROMERO PORTILLA - *Dos monarquías medievales...*, p. 27.

totalidade da Península Ibérica e que era preciso reconquistar através de uma missão teológica que sempre caracterizou o avanço muçulmano³¹.

Ainda com a atenção focada sobre Castela e longe de ter expulsado ainda os granadinos, podemos falar de uma primeira tentativa hegemónica por parte de Juan I de Castela, ao ter-se casado com a herdeira do trono português, D. Beatriz. Conhecemos bastante bem o resultado desses intentos que culminaram em Aljubarrota.

Já no século XV, Aragão tentou impor-se através dos Infantes de Aragão, embora estes fossem ‘geneticamente’ castelhanos. Estes estavam presentes em todas as cortes peninsulares; chegaram a ocupar os tronos de Aragão e Navarra, ao mesmo tempo que as duas irmãs eram rainhas de Portugal e de Castela. Porém, o prosseguimento das suas agendas pessoais em detrimento do plano familiar, bem como o surgimento de fortíssimas oposições em Castela e em Portugal, causou o insucesso do plano gizado por Fernando de Antequera, o que aliado à resistência portuguesa liderada pelo infante D. Pedro e à resistência castelhana de D. Álvaro de Luna gorou quaisquer hipóteses hegemónicas para Aragão, uma vez que os bandos adversos da nobreza portuguesa e castelhana compreenderam bem que os infantes de Aragão defendiam um sistema de governo que favorecia a nobreza, enquanto os primeiros favoreciam a centralização e o reforço do poder do monarca.

O último reino a tentar liderar um processo de união das coroas ibéricas foi Portugal na segunda metade do século XV. Na década de sessenta convergiram, para isso, as boas relações de Afonso V com Enrique IV, a revolta da Catalunha e o breve reinado do condestável D. Pedro na Catalunha. Sem me querer alongar demasiado sobre este assunto, uma vez que o mesmo vai ser analisado mais à frente neste trabalho, lembro apenas que após a morte de Enrique IV, Afonso V casa-se com a sua sobrinha, D. Juana (alcunhada de *Beltraneja* e que será mais tarde alcunhada pelos portugueses de *Excelente Senhora*) e vê-se na obrigação de defender os seus direitos, invadindo Castela. Este projecto não teve êxito e viu as suas probabilidades diminuir a partir da batalha de Toro, em Março de 1476.

Conforme afirma Paz Romero Portilla, que temos vindo a seguir, apesar dos fracassos conhecidos nestes três projectos hegemónicos supracitados, a ideia de

³¹ GARCÍA FITZ - «En el nombre de Dios...», p. 151.

monarquia hispana não soçobrou e nas pazes com Portugal pretende-se, no futuro, unir os reinos mas de forma pacífica³². Embora saibamos que o futuro reservou outros desígnios para Castela e para Portugal, é o que podemos concluir a partir dos contratos de casamento e por conhecermos os contratos das Terçarias de Moura e os projectos de enlaces entre os infantes e princesas de ambos os reinos³³.

É certo que isto segue uma linha de pensamento político cujo intuito é justificar e atingir a unidade política e territorial peninsular. Todavia, é impossível não reconhecer que há zonas que manifestam dinâmicas próprias e se traduzem em nações que não correspondem a estados e que influenciam o território em seu redor³⁴. Portugal é nesse aspecto mais linear do que Castela, mas só a estreita correspondência entre estado e nação pode não ser suficientemente forte para assegurar a independência e, nesse sentido, foram vitais as esferas de influência extra-peninsulares criadas por Portugal. Em Castela sobreviveram alguns desses contrastes e reivindicações até à actualidade. Madrid, Barcelona, Burgos e Sevilha são alguns exemplos de dinâmicas próprias estabelecidas por estes núcleos urbanos. Se nos afastarmos da geografia humana e, ao invés, analisarmos a geografia física, podemos apontar três zonas principais: a parte atlântica (Cantábrica e Ocidental), a parte Mediterrânica e uma última Continental.

Por outro lado, é importante reter que o sentido e os *timings* que a Reconquista tomou acentuaram as diferenças, «real ou virtualmente pré-existent: fossem elas de carácter etno-antropológico, fossem político-administrativo»³⁵. O que à partida pode parecer uma contradição face ao raciocínio atrás exposto, não o é, já que este ideal de império foi sempre perseguido pelos monarcas das Astúrias, Leão e depois de Castela. É o irradiar do ideal que se transformará em utopia, mas que não se esgotará com o aniquilar do reino mouro de Granada e que conhecerá o seu último fôlego com a

³² Feitas as pazes entre as duas monarquias cristãs peninsulares, D. João II e os Monarcas Católicos diligenciaram por unir as coroas, assegurando uma Monarquia Hispânica, nos príncipes herdeiros: D. Afonso e D. Isabel. Tal plano não resultou devido à morte prematura do infante Alfonso. Mais tarde, quem vem a colher esses louros é Filipe II (Filipe I de Portugal), por via da política de alianças familiares, já que Filipe II era filho de Carlos V (Casa da Áustria) e de D. Isabel de Portugal (irmã de D. João III). Mas antes disso, D. Manuel de Portugal perfilou-se como um candidato muito sério à União das Coroas.

³³ ROMERO PORTILLA - *Dos monarquías medievales...*, p. 28.

³⁴ Esta ideia já foi desenvolvida por Aurélio de Oliveira. Cfr. OLIVEIRA - «Hispania: De construção unitária à fronteira política», p. 212.

³⁵ OLIVEIRA - «Hispania: De construção unitária à fronteira política», p. 215.

dinastia filipina em Portugal, isto se não considerarmos o período das Invasões Francesas. Mesmo assim, o ideal que se veio a considerar uma utopia permitiu que nos derradeiros anos de Quatrocentos a Península Ibérica passasse a ter apenas dois reinos, já que Castela absorveu Aragão, Navarra e Granada.

4. CRONISTAS e CRÓNICAS

«El reinado de los Reyes Católicos fue uno de los de más alta producción historiográfica»³⁶. Com tantos cronistas “à disposição” parece-me indispensável dedicar algumas linhas a analisá-los, ainda que brevemente, até porque é necessário enquadrá-los no tempo e no ambiente político-cultural em que redigem as suas crónicas. Há as crónicas que são redigidas do zero e há as que são revistas e recompiladas. Por outro lado, e de acordo com Sánchez Martín, devemos ter presente que no reino de Castela é só a partir da baixa Idade Média que surge o ofício de cronista como um cargo profissional com chancela oficial, o qual dá reconhecimento ao profissional da escrita³⁷. Em Portugal o cargo de cronista-mor do reino foi criado por D. Duarte³⁸, sendo Fernão Lopes geralmente considerado como o primeiro cronista nacional. Sente-se, portanto, uma necessidade de aprender e apreender o passado com vista a moldar, educar e legitimar. É o valor formativo da história não só para o monarca que decide os destinos do reino, mas também para o povo, o qual adquire e interioriza o sentido de unidade nacional³⁹. Em solo luso estamos habituados a ter um cronista por reinado⁴⁰, regra que

³⁶ PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel - «Introducción», in *Claros varones de Castilla*, Madrid: Ediciones Cátedra, 2007, p.18.

³⁷ SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», p. 32. Sánchez Martín aponta a segunda metade do século XV para este efeito; PÉREZ PRIEGO - «Introducción», p.18.

³⁸ Já anteriormente tive oportunidade de considerar a questão da importância da cronística e o seu papel legitimador da política. Cfr. ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – *A guerra vista do chão: os conflitos militares em Portugal nos reinados fernandino e joanino observados numa perspectiva local*, (policopiado), dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: 2006, p. 8.

³⁹ A este respeito acredito que vale a pena citar uma passagem mais longa de José Luis Bermejo Cabrero: «Había en el mundo cultural y político de la época un pensamiento muy arraigado, consistente en admitir que el conocimiento de la historia era buena fórmula de educar políticamente a un monarca, de someterlo a una reflexión histórica, sin desatender la perspectiva colectiva, es decir, se procuraba que un rey estaría mejor formado cuanto más hubiese recalado en sus progenitores más modélicos, que le indicarán el camino a seguir en cada circunstancia; pero también el pueblo, en los albores del sentimiento nacional, utilizará la historia como medio de conocimiento de su propia idiosincrasia que le permitirá ir avanzando hacia la posteridad, a través del modelo de sus antecesores». BERMEJO CABRERO, José Luis - «Ideales políticos de Juan de Mena», in *Revista de Estudios Políticos*, 188, Madrid, 1973, pp. 153-175, citado por SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», p. 32.

⁴⁰ Esta afirmação necessita de ser melhor explicitada. Tal como já avançou Luís Miguel Duarte, as datas precisas de início e termo dos titulares do ofício de cronista apresentam algumas dúvidas, e é natural que tenham existido períodos de vacância ou sobreposições. Cfr. DUARTE, Luís Miguel – «A crónica perdida

também devia imperar no reino vizinho e que apenas é quebrada com Enrique IV, em cujo reinado há três cronistas oficiais: Alonso de Palencia, Diego Enríquez del Castillo e Martín de Ávila, do qual não se conhece nada. É no facto de possuírem um elevado grau de liberdade que reside a explicação para as narrações contraditórias que encontramos em Palencia e em Castillo, ao documentar os mesmos acontecimentos. Não é de estranhar que estes cronistas exercessem ainda funções de secretário, conselheiro, enviado diplomático e historiador. Também no reinado de Isabel a Católica não houve grandes preocupações com a cronística oficial. Esta abarca poucos anos do reinado e difunde-se escassa e posteriormente. Na verdade, embora a rainha desse um peso decisivo à propaganda, procurou-a por outros modos que não as crónicas⁴¹. À volta de 1474, circulavam pelo reino todo o tipo de argumentos, justificações, panegíricos e outro material propagandístico que preparava o terreno, a longo prazo, para legitimar Isabel⁴². Um exemplo é o *Regimiento de príncipes*, escrito em verso, por Gomes Manrique, obra que pelo ano de 1482 foi reproduzida amiúde⁴³.

Explica ainda Sánchez Martín que desde as primeiras crónicas régias até aos *Reis Católicos* se manifesta um conjunto de características: são obras oficiais de inspiração régia; reflectem um sentimento protonacional; narram feitos históricos

de Vasco Fernandes de Lucena», in *Biblos – Revista da Faculdade de Letras*. 3ª parte da miscelânea em honra do Doutor Salvador Dias Arnaut “Cultura e Prática Rituais”, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. LXXVIII, p. 129.

⁴¹ PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel - «Introducción», in *Claros varones de Castilla*, Madrid: Ediciones Cátedra, 2007, pp.18-19.

⁴² CARRASCO MANCHADO - *Isabel I de Castilla y la sombra de la ilegitimidad...*, pp. 19, 39, etc. Esta propaganda tem início com a morte de Enrique IV e a proclamação de Isabel. Isabel quer demarcar o início do seu reinado do fim do reinado do meio-irmão com o denegrir da morte do mesmo, fazendo alguns autores relatar que o defunto monarca tinha morrido mal vestido, sem se confessar, logo, ímpio e tinha sido enterrado sem as cerimónias típicas que se faziam quando morriam os grandes príncipes. Isto já foi desmentido por FERRARA, O - *Enrique IV, Isabel de Castilla y la Beltraneja*, Madrid: 1945, p. 337 e por MITRE, E. - «Muerte y memoria del rey en la Castilla bajomedieval», in *La idea y el sentimiento de la muerte en la historia y en el arte de la Edad Media (II)*, Universidad de Santiago de Compostela, 1992, pp. 17-26. MARTÍNEZ GIL, F. - *La muerte viviva. Muerte y sociedad en Castilla durante la Baja Edad Media*, Toledo, 1996, p. 41. Sobre a importância da propaganda do reinado de Isabel, veja-se, ainda CARRASCO MANCHADO, A. I. - «La toma del poder de Isabel I de Castilla: golpe a la legitimidad de Enrique IV», in *Golpes de Estado a fines de la Edad Media? Fundamentos del poder político en la Europa Occidental*, editado por F. Foronda; J. P. Genet; J.M. Nieto Soria, Madrid, 2005, pp. 331-349.

⁴³ A edição da sua obra poética pode encontrar-se em MANRIQUE, Gómez - *Cancionero*, edição de F. Vidal González, Madrid, 2003.

concretos; têm o fim de servir de fiel testemunho para a posteridade; estão escritas em língua vulgar e não têm material épico no corpo da narração histórica⁴⁴.

Mas não me quero adiantar. Faço então uma síntese dos cronistas utilizados neste trabalho.

a) Cronistas portugueses:

Rui de Pina terá nascido na Guarda, próximo do meio da centúria de Quatrocentos e desde novo que esteve de alguma forma envolvido no ambiente da corte. Como já notou Saul Gomes, Pina «é o autor da principal biografia afonsina de que dispomos, ainda que este autor seja sobretudo o cronista de D. João II, como Zurara o fora de D. Afonso V»⁴⁵. A sua presença fez-se notar em ocasiões importantes tais como na abertura das Terçarias de Moura e na cerimónia oficial de profissão religiosa de D. Juana, no convento de Santa Clara de Coimbra, em 1480, acontecimento directamente relacionado com as Terçarias. Em 1481 está já ao serviço da casa do príncipe como escrivão. No ano seguinte integra uma embaixada enviada a Medina del Campo, aos *Reis Católicos*, como secretário e três anos volvidos é apresentado novamente como secretário da embaixada chefiada por Vasco Fernandes de Lucena ao papa Inocêncio VIII. A 16 de Fevereiro de 1490 D. João II atribuiu-lhe uma tença de 9600 reais para «escrepver e assentar os feitos famosos asy nossos como de nossos Regnos»⁴⁶. De tal forma o seu trabalho agradou a D. Manuel que, a 11 de Maio de 1497, o monarca lhe concedeu uma nova tença de seis mil reais⁴⁷ e o nomeou cronista-mor. É já no terceiro ano do século XVI que Pina dá as suas crónicas de D. Afonso V e D. João II como terminadas, sendo estas as mais completas e documentadas que saíram da sua pena. Começou ainda a crónica de D. Manuel mas morre antes de a terminar, servindo esta a

⁴⁴ SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», p. 16.

⁴⁵ GOMES, Saul António - *D. Afonso V: o Africano*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, p. 18.

⁴⁶ ALMEIDA, Manuel Lopes de - «Introdução», in *Crónicas de Rui de Pina*, Porto: Lello & Irmão, 1977, pp. X-XVII.

⁴⁷ ALMEIDA, «Introdução», p. XVII.

Damião de Góis, o qual acusou Pina de ter plagiado as crónicas de D. Sancho I até D. Afonso IV de Fernão Lopes. Morreu a 22 de Novembro de 1522⁴⁸.

Pelo exposto podemos perceber que Pina acompanhou de perto os reinados do *Africano* e do *Príncipe Perfeito* e teve como missão a apresentação das acções dignas de valor e os bons exemplos dos reis e dos príncipes, cujo intuito foi não deixar cair no esquecimento o seu conhecimento e a sua memória. Afirmo o guarda-mor da Torre do Tombo o seguinte no prólogo da sua *Crónica de Afonso V*: «o conhecimento dos boons exenpros e das cousas passadas, de qe a Estoria hé um vivo espelho, e os livros sam fyées tesoureiros, se recebe, para nom errar, conselho sem paixam, e doutrina sem receo, de que aa Humanydade, e ao Estado Real pryncipalmente se segue hum muy seguro proveyto, e por ysso a Deos: grande e muy assinado servyço»⁴⁹.

Pese embora a obrigação à qual Pina estava sujeito de exaltar as virtudes e de esbater os defeitos do biografado (neste caso concreto de Afonso V), a sua escrita, tal como acontecia com todos os outros cronistas, nunca está isenta de simpatias e preferências. Do seu aparo saiu um Afonso V «muy Catolico e amigo de Deos, e mui fervente na fée», «deleitavasse com homens honestos Relligiosos» e «foy no comer, beber, e dormir muy regrado [...] esmollador e de muy piadosa condiçam [mas] nas cousas da Coroa do Reyno [...] a desguarneceo e mynguou em pouca parte». «Principe de muy alto e esforçado coraçam, foy sempre zellador de emprender cousas arduas, e prosseguyllas por armas como cavaleiro, mais que de entender como Rey no Regimento Cível e Polytico de Reynos»⁵⁰. Temos de ter presente que as personagens e os seus actos ricos em pormenores que Pina descreve apenas são coevos para o reinado de D. João II. Quanto a este último monarca, descreve-o como bem proporcionado fisicamente, à excepção do nariz, um pouco comprido. Por volta dos trinta anos engordou e aos trinta e sete seria já bastante calvo, o que lhe aumentaria a dignidade régia. Embora longe de ser isento, podemos ler com proveito a caracterização psicológica de D. João II, e que

⁴⁸ ALMEIDA, «Introdução», p. XIX. Sobre este cronista deve ver-se igualmente GOMES, Rita Costa – Rui de Pina, in «*Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*», organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa: Editorial Caminho, pp. 597-598. É igualmente incontornável a obra de VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim – *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, vol. I, Séculos XII-XVI, Lisboa: Editorial Verbo, 1972, não só para Rui de Pina, mas para os outros cronistas portugueses nos quais se baseia este estudo: Damião de Góis e Garcia de Resende.

⁴⁹ CDAV, pp. 583-4.

⁵⁰ CDAV, p. 881.

grande parte da mesma foi formando enquanto príncipe: «maravilhoso engenho, e subida agudeza (...); juízo craro, e profundo» são pois as palavras que Pina usa para descrever o monarca, sem deixar de notar a sua obsessão pela justiça: «nas exuquções della [justiça] mais riguroso, e severo, que piedoso», como que a apontar a purga de nobres levada a cabo no seu reinado, o que acabou por passar para a posteridade, embora, uma vez mais, lá esteja o cronista a absolvê-lo: «em sua vida foy ávido por secco de condiçam, e nom humano, nem pareceo em vivendo de todos assi amado, e estimado, como ho foy despois de sua morte»⁵¹.

Historiador profissional, mais de metade da sua *Crónica de D. Afonso V* ocupa-se do infante D. Pedro e da tomada da posição do povo que o queria como regente, ao invés de D. Leonor.

Saul Gomes observa que «no que à investigação histórica respeita, Rui de Pina, não nos parece muito inovador face aos antecessores e sucessores»⁵². Como estes, também ele “ajunta” as histórias dos reis que pretende historiar, colhendo nas páginas dos que o anteciparam [...], valorizando tradições e/ou testemunhos orais, mais do que, cremos, investigando documentação escrita inédita nos arquivos reais cujos princípios diplomáticos não eram fundamentais para a escrita da história tal como os cronistas quatrocentistas a entendiam e os seus públicos-alvo esperariam ler ou ouvir»⁵³.

Damião de Góis (1502-1574), cronista não oficial, tratou o período que vai de 1455 a 1481 (lapso temporal balizado pelo nascimento do príncipe D. João até à morte de D. Afonso V), numa narrativa sóbria e cronológica, dando origem à *Crónica do Príncipe D. João*. O facto de ter acesso directo aos documentos, como guarda-mor do Arquivo Real e a experiência na corte, fazem dele um candidato com os requerimentos necessários para começar a compor uma obra, em 1556, que se afasta do selo oficial e

⁵¹ PINA, Rui de – *Crónica de D. João II*, Porto: Lello & Irmão, 1977, pp. 1029-1030.

⁵² Veríssimo Serrão faz uma análise do percurso de Pina ligeiramente diferente e considera que o cronista «revela uma língua a caminho da modernidade». Para este efeito, vejam-se as páginas que o autor lhe dedicou em: SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989, especialmente as pp. 53-66.

⁵³ GOMES – *D. Afonso V...*, p. 20.

que traz consigo uma motivação própria⁵⁴, o que não significa que outros cronistas não se tenham já dedicado a este período – Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina e Garcia de Resende.

O método moderno de fazer história de Góis fez com que ele reconheça que usa fontes⁵⁵, sejam elas autores que escreveram antes de si, sejam fontes estrangeiras (registando também assuntos internacionais), as quais usou para completar o seu próprio trabalho.

Foi um cronista consciente da sociedade do seu tempo e, embora a Crónica do príncipe D. João só dedique doze capítulos a assuntos da política interna, estão patentes as reflexões e os comentários do autor sobre o aumento e concentração de dignidades no seio da alta nobreza, em particular nas casas de Bragança e Viseu, fruto dos magnânimos prémios que Afonso V concedeu aos nobres que o seguiram na campanha portuguesa em Castela, na década de setenta de Quatrocentos. Este é, porém, um fardo com o qual D. João II irá arcar e com o qual lidará, concentrando o poder novamente na figura do monarca.

Damião de Góis foi um defensor dos direitos de D. Juana (a Beltraneja) ao trono, em detrimento dos *Reis Católicos*. A intromissão de Portugal na guerra civil castelhana é, portanto, um assunto importante aos seus olhos, e para isso reuniu provas da lavra dos cronistas do reino vizinho, mas as provas que submete à apreciação do leitor não são conclusivas⁵⁶, embora cite oito cronistas: Mosén Diego de Valera, D. Alonso de

⁵⁴ Góis afirma no prólogo da Crónica do Príncipe D. João o seu móbil para escrever: «mas quem sem ser chamado se offereçe a taes perigos, e sem ter obrigaçam se aventura a trattar de negoçios de que nam possa dar boa conta, digno he por çerto de ser reprehendido, se nessa parte nam mostrar que tomou empresa de que possa sair com honrra, e acabar com louuor. [...] Minha tençam que he reduzir ha Chronica delRei dom Afonso quinto do nome, desno nasçimento do Príncipe dom Ioam seu filho, atté que elle faleço, á melhor modo, e ordem da em que anda diuulgada»; e a forma como tal deve ser feito: «[...] grauidade, honestidade, e authoridade: às quaes leis, e jugo a que ho stylo historico, está sugeito, e de que com Razam nam pode sair». É interessante ainda observar que o cronista afirma que outras crónicas antigas deveriam ser sujeitas a correcções para que pudessem traduzir melhor a verdade. Cfr. GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe D. João*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, pp. 9-10.

⁵⁵ Cfr. RODRIGUES, Graça Almeida - «Edição crítica e comentada» in *Crónica do príncipe D. João*, de Damião de Góis, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. LXXXII.

⁵⁶ Cfr. RODRIGUES - «Edição crítica e comentada», pp. LXXVII-LXXVIII. Para o problema da legitimidade de D. Juana, Graça Almeida Rodrigues cita Gregório Maraño e o seu *Ensayo biológico sobre Enrique IV de Castilla y su tiempo*, obra de 1969, dizendo que apesar de o autor ter feito um estudo exaustivo, não se tem mais respostas na actualidade do que se tinha há cinco séculos atrás.

Cartagena, Frei Alonso de Venero, Lúcio Marineo Sículo, Paulo Emílio Veronês, Commynes, Diego Enríquez del Castillo e um autor «inçerto».

Por último, são interessantes os comentários pessoais de Góis, que caustica a falta de intervenção de Sisto IV, com o intuito de pôr fim à guerra, bem como as consequências económicas nefastas da dita guerra, devendo o assunto ter sido resolvido através do direito e não da força das armas⁵⁷.

Passemos a **Garcia de Resende**. Nas palavras de Veríssimo Serrão, foi o primeiro autor português de mudança, imbuído de valores característicos do tempo medievo e do Renascimento⁵⁸, fruto das influências de monarcas, navegadores e humanistas, entre outros. Cortesão do século XVI, esteve atento às mudanças operadas na sociedade e no mundo, tais como: o fortalecimento do poder real (que já vinha de D. João II); as grandes viagens de navegação e consequente alargamento do mundo conhecido, o qual dará lugar à formação de grandes impérios ultramarinos; a ruptura com o feudalismo, o comércio como garante dos novos-ricos e os novos valores de individualismo.

Eborense, nasceu por volta de 1470, sendo criado da casa do bispo de Évora. Nomeado moço de câmara de D. João II em 1491, foi, posteriormente, elevado à condição de moço da escrevaninha, acabando por conhecer o monarca na intimidade, sendo tal notório na sua obra. Verdadeiramente amigo do seu amo, Resende traça o retrato psicológico do *Príncipe Perfeito* como tendo sido prudente, esforçado, corajoso, inteligente, ambicioso, justo e piedoso, imagem esta que o cronista privado oferece ao leitor quarenta anos após a morte do rei⁵⁹ – e que, na quase totalidade das suas componentes, mais não faz do que reflectir competentemente o estereótipo do bom soberano.

⁵⁷ Veja-se CPDJ, cap. CIII, p. 213.

⁵⁸ Cfr. SERRÃO, Joaquim Veríssimo - «Prefácio» in *Crónica de D. João II e Miscelânea*, de Garcia de Resende, Lisboa: INCM, 1973, pp. XI-XII.

⁵⁹ Cfr. SERRÃO - «Prefácio», pp. XX e XXV-XXVI.

Serviu ainda D. Manuel, não tendo caído em desgraça devido à sua idoneidade, não obstante o vínculo que o uniu a quem considerou «segundo em nome, mas a ninguém segundo»⁶⁰, recebendo do monarca novas mercês.

De espírito sagaz e aberto às mudanças que ocorriam no mundo, as quais iam destruindo os velhos paradigmas, acompanhou o monarca à corte dos *Reis Católicos*, em 1498 e foi como secretário e tesoureiro numa embaixada a Roma, em 1514, servindo estas viagens para conhecer e compreender novas formas de pensar.

Cavaleiro da Ordem de Cristo, em 1515, amigo do grande mestre Gil Vicente, era tido como um homem culto e respeitado pelos seus pares.

A sua obra permite-nos traçar as diferenças para a crónica de Rui de Pina. Enquanto Pina conhecera D. João II à distância, Garcia de Resende conheceu o homem por detrás da figura régia. Diz Veríssimo Serrão que «o nosso autor não quis redigir a história de um reinado, mas apenas a vida de um homem que fora príncipe e monarca»⁶¹; e se compararmos as crónicas de ambos, podemos ver que Resende não plagiou Rui de Pina como no passado se afirmou⁶², mas serviu-se dele, corrigindo e completando os assuntos, o que apenas foi possível em virtude de ter presenciado muitas das situações expostas.

Redigiu a Crónica na cidade natal, entre 1530 e 1533, baseando-se em notas e apontamentos que coligiu ao longo da sua vida. Como tal, uma das críticas negativas que se lhe pode apontar é a deficiente cronologia apresentada na obra. Por outro lado, a história palaciana, de leitura atraente e com um estilo já afastado da aridez do cronista oficial, quase suprime esse defeito com «a riqueza do seu livro para a história

⁶⁰ A citação é extraída de Veríssimo Serrão, que quis dar força suficiente à ideia de que para Garcia de Resende, D. João II tinha sido o maior rei que jamais vivera em Portugal. O original é de um soneto de André de Resende – sobrinho do cronista, retirado do *Lyuro das Obras*, Évora, 1544. Veja-se SERRÃO - «Prefácio», pp. XXVIII-XXIX e p. XXIX, nota 32, onde consta a referência à citação do mesmo soneto.

⁶¹ SERRÃO - «Prefácio», p. XXXII-XXXIII.

⁶² Anselmo Braamcamp Freire – *Crítica e História*, tomo I, Lisboa, 1910, pp. 53-55; Alberto Martins de Carvalho, na introdução à 2ª edição da *Croniqua delRey Dom Joham II*, Coimbra, 1950, pp. XXXIX e seguintes, por exemplo. Não esqueçamos ainda que, à época, os diversos cronistas trabalhavam para um fim comum: a *Crónica Geral do Reino*. Portanto, presumimos que utilizar os dados coligidos pelos antecessores era tido como natural e legítimo para o exercício da função de cronista-mor do reino, aspecto que desvaloriza por anacronismo as suspeitas de plágio que recaíram sobre determinados cronistas, como Rui de Pina. Cfr. DUARTE – «A crónica perdida de Vasco Fernandes de Lucena», p. 130.

psicológica do monarca, no registo original e pitoresco de muitos factos que, sem a pena de Resende, se teriam perdido»⁶³. O homem poeta, músico, debuxador e cronista faleceu em 1536, também em Évora.

b) Cronistas castelhanos:

Afonso de Palencia nasceu em Osma, no Verão 1423 – informação que nos chegou através de uma carta sua. Viveu durante largos anos em Sevilha. A sua primeira missão política ocorreu em 1441, portanto quando tinha dezoito anos, por ocasião do cerco de Maqueda, para dirimir o conflito entre D. Álvaro de Luna e os Grandes. Desde essa data até 1453 está em Itália, ao serviço do cardeal Besarión, recomendado pelo bispo de Burgos. Em 1456 foi nomeado secretário e cronista de Enrique IV. Logo após sete anos terem passado a sua influência deve ter crescido exponencialmente, pois mediou o conflito entre os arcebispos Fonseca – tio e sobrinho, cujas querelas se deviam essencialmente à ambição do mais velho. Não obstante, as relações do velho arcebispo com Enrique IV não eram as melhores, pelo que o monarca o ameaçava com a prisão ou a morte. Refugiado em Béjar, solicitou uma audiência com Palencia, a quem convenceu a levar uma sua petição à corte pontifícia. Pouco depois, há mais uma reviravolta na cena política castelhana, com a junta que os Grandes reuniram em Burgos. São estas duas petições – a dos Grandes e a do arcebispo Fonseca, que Palencia apresenta ao papa, não sem algum perigo, uma vez que o representante de Enrique IV na corte pontifícia detinha um grande poder no interior desse círculo⁶⁴. Foi também no decorrer desta viagem que Palencia escreveu o *Tractatus de perfectione triumphi militaris*, uma alegoria escrita em latim, que versa o tema das armas e da tradição militar que tem a

⁶³ SERRÃO - «Prefácio», p. XXXIV.

⁶⁴ Para uma melhor profundidade acerca destes episódios e de outros, tais como a negociação da renúncia do mestrado de Santiago por parte de Beltrán de la Cueva, em favor do infante D. Afonso - causa que segue, veja-se PAZ y MELIÁ, Antonio - «Introducción» in *Crónica de Enrique IV* de Afonso de Palencia, Madrid: Atlas, 1975, pp. XI a XII e TATE, Robert Brian - «Alfonso de Palencia y los preceptos de la historiografía», in separata das *Actas de la III academia literaria renascentista*, Salamanca: Universidad de Salamanca, 1983, pp. 37-51.

Península Ibérica, mas à qual sempre faltou a disciplina e a direcção necessária para alcançar a glória⁶⁵.

Quando ocorre a “farsa de Ávila” em 1465⁶⁶, Palencia estava de regresso a Sevilha, tomando o partido do infante Afonso e assumindo a sua defesa perante os regedores da cidade, convencendo o duque de Medina Sidónia, o qual presidia à reunião, a proclamar Afonso como rei.

A sua crença em valores como a justiça e equidade transforma-o num oponente natural do poder detido pela oligarquia dos Grandes e, como tal, defende o restabelecimento da Hermandad em todas as províncias. Esteve em perigo de vida, devido à perseguição a ele movida pelos nobres, mas o duque de Medina Sidónia compadeceu-se e comutou-lhe a sentença para o desterro.

⁶⁵ TATE, Robert Brian - «El tratado de la perfección del triunfo militar de Alfonso de Palencia, 1459: la volta de discreción y la arquitectura humanista», separata de *Essays on narrative fiction in the Iberian Peninsula in honour of Frank Pierce*, [s.l.]: The dolphin book co., ltd., 1982, p. 164. Tate dá-nos também conta de outras duas obras do cronista que fogem à tradição literária peninsular vigente e também não criam escola: *La batalla entre los lobos y los perros* e a elegia fúnebre à morte do bispo Alfonso de Madrigal.

⁶⁶ A “Farsa de Ávila” foi a reacção que a nobreza (leia-se, os “Grandes” ou a Liga entre Carrillo, Pacheco, Girão, o almirante de Castela, o conde Alba de Liste, o conde de Paredes, apoiados pelo rei de Aragão) encontrou para enfrentar o monarca, Enrique IV, e que configurou a segunda fase da guerra civil. Fruto da ambição desmesurada da nobreza, Enrique IV é confrontado com um manifesto, datado de 28 de Setembro de 1464. Este manifesto continha um conjunto de reivindicações que deveriam ser satisfeitas pelo monarca: preservar a fé cristã, emendar a justiça, não favorecer validos tal como D. Beltrán de la Cueva, a quem tinha sido concedido o mestrado de Santiago, que era parte da herança do infante Alfonso, o qual queriam que fosse jurado príncipe herdeiro, etc. Começou a guerra civil, com revoltas em várias cidades. Por abominar o recurso continuado à violência, o monarca encetou negociações com os Grandes, conseguindo os nobres que Enrique entregasse a custódia de Afonso a Juan Pacheco, que fizesse D. Beltrán renunciar ao mestrado de Santiago e atribuí-lo ao dito infante. Estas negociações conheceram um segundo momento, entre Cigales (onde ficou a nobreza) e Cabezón (onde se instalou a corte de Enrique IV). A demonstração de força por parte da nobreza arrancou do rei uma autêntica capitulação: a sucessão de Castela a favor de Afonso, ao qual foi atribuído o mestrado de Santiago. Houve ainda uma terceira fase de negociações, com ambos os partidos a serem representados por uma comissão, em Dezembro de 1464, da qual sairá a sentença de Medina del Campo (16 de Janeiro de 1465). Na verdade, este documento traduz, de novo, a ambição sem limites da nobreza, procurando reformar a monarquia a ponto de a transformar num sistema representativo, no qual o rei seria apenas mais um entre pares. Como Enrique rejeitasse a sentença, a nobreza depôs o rei, alçando o infante Alfonso por rei, num momento encenado e com todos os símbolos necessários ao protocolo, no que ficou conhecida como a Farsa de Ávila (5 de Junho de 1465). Cfr. AZCONA, Tarsicio de – *Isabel la Católica – estudio crítico de su vida y su reinado*, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993, pp. 94-104. Veja-se igualmente VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del – «La farsa de Ávila en las crónicas de la época», in *Espacios de poder y formas sociales en la Edad Media. Estudios dedicados a Ángel Barrios*, editado por G. Del Ser Quijano e L. Martín Viso, Salamanca: Universidad de Salamanca, 2007, pp. 355-367.

Com o acordo de Toros de Guisando, o qual reafirma os direitos de Enrique IV e declara a princesa Isabel herdeira do trono, Palencia não se manifestou satisfeito. Ele pretendia a proclamação de Isabel como rainha e não como princesa herdeira. Quando se prepara o casamento desta com Fernando de Aragão, Palencia volta a arriscar a sua vida na defesa deste matrimónio, já que a união com Aragão significava a derrota, ou pelo menos um grande golpe, na oligarquia dos Grandes. De um casamento tão incerto, há uma ilação que podemos retirar com relativa certeza, a qual nos é transmitida pelo próprio cronista⁶⁷: Palencia empenhou-se até ao limite das suas forças em fazer com que Isabel se casasse com Fernando. É este exímio negociador que medeia as relações entre Juan II de Aragão e o arcebispo Alfonso Carrillo, nas quais se determinam os dotes de ambos os partidos. Em 1469 Palencia assiste ao casamento dos príncipes, em Valladolid.

Não é por se ter consumado o casamento que cessam as missões de Palencia. O cronista continua a actuar diligentemente na defesa dos interesses de Isabel e Fernando e no dirimir de conflitos entre alguns dos nobres mais importantes do reino, ou no mediar nas longas negociações para o titular do meirado de Santiago, no ano de 1474, mantendo-se fiel até ao fim, mesmo quando o seu amigo Carrillo abandonou o partido dos jovens monarcas para se filiar no de Afonso V.

Podemos então traçar o retrato de um cronista equilibrado, historiador e letrado, crente nas suas convicções e na justiça, que não só actuou mas também foi uma figura proeminente na política interna e externa do reino de Castela na segunda metade do século XV. Este é, portanto, o retrato psicológico que dele traça Paz y Meliá, que o traduziu, o qual será, todavia, demasiado benevolente. Tate explica que Palencia nos oferece uma verdade entre muitas, coerente em si mesma, mas que não tem a ver com critérios de objectividade, fidelidade às fontes ou neutralidade do narrador, tendo este cronista divergido das práticas tradicionais da cronística régia, para se aproximar do estilo humanista italiano, não necessariamente de cariz historiador⁶⁸. Torres Fontes, no estudo introdutório à *Crónica de Enrique IV*, de Galíndez Carvajal, adverte que devemos ser prudentes ao ler as palavras de Paz y Meliá, já que o trabalho que o último teve para com o seu objecto de estudo talvez Galíndez Carvajal lhe tenha diminuído a

⁶⁷ Cfr PALENCIA, Afonso de – *Crónica de Enrique IV*, vol. 2, Madrid: Atlas, 1975, pp. 255-295.

⁶⁸ TATE, Robert Brian - «Alfonso de Palencia y los preceptos de la historiografía», in separata das *Actas de la III academia literaria renascentista*, Salamanca: Universidad de Salamanca, 1983, p. 51.

objectividade e o tenha levado para caminhos menos isentos. Continua reiterando que numa altura em que ninguém era imparcial, o ódio de Palencia a Enrique IV era de tal ordem, que da pena do cronista dardejaram farpas que causticaram a imagem do monarca até mais não poder⁶⁹. Mais equilibrado será considerarmos o cronista como alguém que elaborou uma obra cujo epicentro são os *Reis Católicos*, sendo o objectivo principal do seu trabalho demonstrar o quão benéfico foi o seu reinado para Castela, por ter acabado com o mal reinante e impor um clima de justiça e de bom governo. Porém, no decorrer do seu trabalho, não mantém a mesma atitude perante ambos os monarcas, manifestando clara preferência pelo rei e vendo com alguma dificuldade uma mulher a exercer as rédeas do governo do reino.

O ano de 1477 é o último em que temos conhecimento da intervenção do cronista na vida pública do reino vizinho. Mas com que se ocupou ele até 1492, ano em que faleceu? Paz y Meliá conjectura⁷⁰, através de um documento, que era vizinho de Málaga em 1488. Sabemos ainda que escreveu catorze obras, algumas das quais fabuladas e com o seu duplo sentido a fazer alusão a episódios políticos e militares dos reinados de Juan II e de Enrique IV. O último dos seus trabalhos, o *Universal vocabulario*, foi acabado e publicado em 1491.

A obra de Palencia vem citada na bibliografia como *Crónica de Enrique IV*. Na verdade, esse nome não está inteiramente correcto, embora tenha sido o adoptado por Antonio Paz y Meliá, ao verter o trabalho original do cronista de latim para castelhano, uma vez que grande parte das *Décadas latinas*, título pelo qual também é conhecida a obra, dizem respeito ao reinado de Enrique IV⁷¹. Estas terão sido escritas após 1477, tendo o autor morrido antes que a obra tivesse chegado à imprensa – e parece que a obra ficou inacabada, segundo informação que temos do prior do mosteiro de Cuevas de Sevilla, em 1574. É de acreditar que tenha requerido ao cabido de Sevilla para ser

⁶⁹ Cfr. TORRES FONTES - «Estudio sobre la Crónica de Enrique IV...», pp. 28-29.

⁷⁰ PAZ y MELIÁ - «Introducción», pp. XXVI e XXVII.

⁷¹ Paz y Meliá explica que o título atribuído pelo autor é *Alphonsi Palentini Gesta hispaniensia ex annalibus suorum dierum colligentis*, o que traduzido seria *Sucessos de Espanha, recolhidos por Afonso de Palencia dos anais de seu tempo (1440-1477)*. Cfr. PAZ y MELIÁ - «Introducción», p. XXXVII, nota 1.

enterrado na catedral da cidade e também para que as suas obras nela fossem guardadas⁷².

Fernando del Pulgar⁷³ foi contemporâneo de Afonso de Palencia, embora não se saiba exactamente a data em que nasceu; pode sugerir-se, contudo, os decénios de vinte e de trinta de 1400 como possíveis para o seu nascimento. Teve, portanto, a possibilidade de acompanhar presencialmente os reinados de Juan II, Enrique IV e dos *Reis Católicos*. Apesar de o lugar de nascimento ser também meramente conjectural⁷⁴, é tido como pacífico que Pulgar foi um cristão-novo, conclusão que se retira de passagens das suas obras⁷⁵.

A sua formação técnica como escritor, assim como as relações pessoais que manteve com altos dignitários da nobreza, atestam a sua presença nos meios cortesãos, nos quais tem uma relação de destaque com o cardeal Pedro González de Mendoza⁷⁶.

⁷² Além do exposto, gostaria de referenciar mais alguns títulos bibliográficos importantes para compreender a obra de Palencia: GARCÍA LOZANO, Emilio «El cronista Alfonso de Palencia y su relación con Isabel I de Castilla», in *Revista de estudios colombinos*, n.º 1, 2005, pp. 103-116; REAL TORRES, Carolina - «Apuntes sobre el humanista Alfonso de Palencia y su obra», in *Revista de filología de la Universidad de La Laguna*, n.º 17, 1999, pp. 657-670; TATE, Brian - «Las Décadas de Alfonso de Palencia», in *Estudios dedicados a James Leslie Brooks*, coordenado por José Miguel VEINTEMILLA RUIZ, 1984, pp. 223-242; ALEMANY FERRER, Rafael - «La aportación de Alfonso de Palencia a la Historiografía peninsular del siglo XV», in *Anales de la Universidad de Alicante, Historia Medieval*, n.º 2, 1983, pp. 187-206.

⁷³ Há toda uma problemática subjacente ao nome deste cronista, o qual pode aparecer como Hernando del Pulgar ou Fernando de Pulgar. Seguirei a forma mais comum e a que aparece na documentação da época: Fernando del Pulgar. Cfr. MATA CARRIAZO, Juan - «Estudio preliminar» in *Crónica de los Reyes Católicos*, de Fernando del Pulgar, Madrid, 1943, p. XXXIII.

⁷⁴ O estudo introdutório à crónica de que presentemente me ocupo resume as propostas já apresentadas, entre as quais se destacam Madrid, Toledo e Pulgar. Não obstante, não há dados que nos permitam dar a primazia a uma em detrimento das demais. Veja-se: MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1943, pp. XXVIII-XXXI; PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel - «Introducción», in *Claros varones de Castilla*, Madrid: Ediciones Cátedra, 2007, p.11.

⁷⁵ Sobre este assunto veja-se PONTÓN, Gonzalo - «Estudio preliminar» in *Crónica de los Reyes Católicos*, de Fernando del Pulgar, Madrid, 1943, pp. VIII-XIX, e em particular, p. VIII, nota 4. Já Carriazo tinha indicado as origens de cristão-novo para Pulgar (MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1943, pp. XXI-XXV e pp. XLIX-LI, onde o autor publica uma carta inédita de Pulgar, sobre a execução dos cristãos-novos).

⁷⁶ A relação entre o cronista e o prelado foi clarificada por Carriazo, explicando que ambos seguiam uma mesma linha de pensamento político, tendo Pulgar um apoio sólido em Mendoza, afastando por completo

Há também quem creia⁷⁷ que Pulgar tenha sido discípulo de Alonso de Cartagena – tal como Alonso de Palencia, Rodrigo Sánchez de Arévalo e Diego Rodríguez de Almela o foram.

Temos uma grande lacuna no conhecimento da sua infância e educação, apenas colmatada por alguns dados que podemos obter no prólogo da obra *Claros varones de Castilla*, mas supõe-se que devia já estar ao serviço da coroa castelhana a partir de 1440, serviço esse que desempenhou por mais quatro décadas.

Com várias missões desempenhadas em França, é de crer que Pulgar dominava o francês, bem como o latim e possivelmente o árabe. Continuando no campo da diplomacia, o cronista deslocou-se a França (1459 e 1464), como já disse acima, a Roma (1473) como procurador de Enrique IV para concertar o casamento de Juana, a *Beltraneja* e participou ainda em inúmeras embaixadas como mediador de assuntos de importância na política interna castelhana, como as embaixadas enviadas ao arcebispo Carrillo, para tentar negociar a paz.

Fernando del Pulgar acompanha com sucesso a transição de reinado de Enrique IV para os *Reis Católicos*, possivelmente devido à sua imparcialidade (ao contrário de Palencia), começando a escrever cartas em favor dos novos reis⁷⁸, em Abril de 1475. Pouco depois foi enviado uma vez mais a França (1475), desta vez para comunicar a Luís XI a morte de Enrique IV, o que apresentava um compromisso de continuidade, e para dirimir o conflito do Rossilhão⁷⁹ e evitar que o monarca francês se aliasse a Portugal na guerra contra Castela que estava iminente.

a ideia de que a Crónica fosse do cardeal ao invés de ser dos *Reis Católicos*. Cfr. MATA CARRIAZO – «Estudio preliminar», 1943, p. XVI.

⁷⁷ TATE, Robert Brian; LAWRENCE, Jeremy - «Introducción» in *Afonso de Palencia, Gesta Hispaniensia ex annalibus suorum dierum collecta*, Madrid: Real Academia de la Historia de la literatura española, 1998, tomo 1, p. XXXV.

⁷⁸ Podemos destacar a *letra V*, apologia de Isabel a Francisco de Santillana, bispo de Osma; a *letra III*, dirigida ao arcebispo Alfonso Carrillo e a *letra VII*, enviada a Afonso V.

⁷⁹ O território do Rossilhão era um problema complicado para a coroa castelhana. Estava em mãos francesas desde que Juan II permitira a entrada de tropas estrangeiras na Catalunha para socorrer Gerona. Como se isso não bastasse, podia verificar-se a aliança entre o reino de além-Pirenéus e o reino luso, o que aumentaria as frentes armadas do conflito que ainda estava por acontecer.

As notícias sobre Pulgar conhecem um hiato desde 1475 até à primeira metade de 1477, ou seja, durante o período em que o conflito político escala de tal forma que se transforma numa guerra entre Castela e Portugal, não sendo de rejeitar que o secretário se movimentasse pelo terreno, acompanhando os *Reis Católicos* no decurso do conflito armado. Mata Carriazo avança a hipótese de Pulgar ter morrido em 1490⁸⁰, já que a narração da crónica se interrompe abruptamente nesse ano e com a campanha de Baza, mas em virtude de haver uma referência ao cronista posterior, no Arquivo Geral de Simancas, essa data tem de avançar para 1492.

Historiador na sua *Crónica*, biógrafo nos *Claros Varones de Castilla*, letrado e político nas *Letras*, é a partir da análise das suas obras que se pode conjecturar que é um letrado com formação bíblica⁸¹ e clássica. Gonzalo Pontón deixa bem claro que devido às influências que colhe – modelos clássicos como por exemplo Cícero, Salústio e Tito Lívio, Pulgar não está na vanguarda cultural do seu tempo, ao contrário de Alonso de Palencia⁸². Nunca cita os autores clássicos na crónica porque pouco os usa, embora, como já referi, o seu estilo nos dê a percepção de que os conhece bem. Hoje em dia isto pode parecer-nos estranho, mas era prática comum para os cronistas medievais. Assim, o resultado da sua *Crónica de los Reyes Católicos* veicula o tradicional modelo narrativo com a adição de «el color retórico y el pathos de los razonamientos a la manera de Livio»⁸³. Porém, há outros elementos a considerar que são o carácter biográfico e ensaístico da sua escrita, sendo neste último considerado um precursor⁸⁴. Ainda relativamente à sua *Crónica* podemos constatar que, ao fazer o levantamento dos feitos contemporâneos, não se baseia em outros autores, já que a sua posição de

⁸⁰ Para uma cronologia da vida de Pulgar mais ao pormenor, veja-se MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1943, pp. XVII-XVIII.

⁸¹ O autor do estudo preliminar desta crónica expõe o caso nestas palavras: «La presencia de referencias bíblicas y cristianas concretas es ténue, pero el peso de las Escrituras como marco intelectual, doctrinal, histórico e incluso léxico queda fuera de duda». Cfr. PONTÓN - «Estudio preliminar», 1943, p. LXII.

⁸² PONTÓN - «Estudio preliminar», p. XXXIII.

⁸³ PONTÓN - «Estudio preliminar», p. XXXIII.

⁸⁴ PONTÓN - «Estudio preliminar», pp. XLIX-L.

secretário lhe daria acesso a um manancial de informação oficial que o dispensaria de ter de recorrer a terceiros⁸⁵.

Que dizer então sobre a Crónica? É uma narração oficial, logo condicionada à vigilância régia, mas na qual o autor proclama, como não podia deixar de ser, desejar contar «la verdad de las cosas» na narração e empreendê-la «depuesto todo odio o afición de personas», mantendo, todavia, mesmo nos assuntos mais melindrosos, «toda templanza». Parte da obra já estava escrita em 1482, dado que nessa altura Pulgar foi convocado à corte dos *Reis Católicos* para dar conhecimento do trabalho que já tinha realizado. Em 1490 o relato é interrompido.

É uma narração austera em termos de decoração literária, já que o que importa é relatar os factos. Neste processo há uma lógica de continuidade que remete o leitor para as crónicas passadas⁸⁶, podendo perceber-se pela leitura das obras de Pulgar que o papel da história é salvar do esquecimento os feitos mais notórios, função que é colocada ao serviço da política e dos monarcas, tal como costuma acontecer em toda a cronística medieval.

Diego Enríquez del Castillo nasceu em Segóvia em 1443 e foi um cronista que durante muito tempo foi preterido em função de Afonso de Palencia, uma vez que a sua obra sempre foi considerada muito panegírica. Aureliano Sánchez Martín veio demonstrar, no seu estudo crítico da crónica de Castillo, que, até ao momento, este autor só tinha sido considerado como cronista e historiador, ficando olvidada a sua faceta de tratadista político⁸⁷, o que lhe permite afirmar que «dado el acopio de ideas políticas que

⁸⁵ Veja-se MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1943, pp. CL-CLII. O autor faz um levantamento das cartas, memoriais, relações e avisos mais importantes que chegavam à corte e que Pulgar teve à sua disposição e utilizou, de facto, na redacção da sua *Crónica de los Reyes Católicos*.

⁸⁶ São exemplos as referências à morte do infante Alfonso (vol. I, p. 9), ao carácter pouco idóneo da rainha Juana (vol. I, p. 16) e à deposição de Ávila (vol. I, p. 21), as quais dirigem o leitor para a crónica de Enrique IV, provavelmente de Castillo. Da mesma maneira, é possível identificar outras crónicas usadas por Pulgar, tais como a *Crónica de Juan II* e a *Crónica del Halconero*. Mata Carriazo provou que não mais é possível atribuir a autoria de uma crónica de Enrique IV, hoje perdida, a Pulgar, apresentando em defesa deste argumento numerosos casos em que o cronista se posiciona de uma forma alheia e longínqua face a exemplos que seriam mais apropriados a essa crónica, negando assim a sua autoria. Sobre este assunto, veja-se MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1943, pp. CI-CVI.

⁸⁷ Acerca da vertente política de Castillo, considero importante citar uma passagem mais longa de Nieto Soria: «el propio devenir político del reinado de Enrique IV, así como la condición de Diego Enríquez del

se observan en la Crónica, que la narración histórica está sobrepasada por el razonamiento político, lo cual en sí mismo es un hecho de singular transcendencia, a la par que innovador»⁸⁸. Daí que o mesmo autor conclua que, apesar do antagonismo que separa Castillo de Palencia, nenhum deles tem de estar a mentir. Ambos contam a verdade mas a partir de uma perspectiva pessoal e distinta. Tal só é possível porque a partir do século XV, a história começa a ser cultivada em sectores sociais mais abrangentes, afastando-se do modelo cronístico rígido que já vinha desde Afonso X. Podemos situar tal charneira no reinado de Pedro I, com os seus acontecimentos sociais e políticos. Desta maneira chegamos a um período, justamente com Enrique IV, em que há dois cronistas oficiais⁸⁹, cada um representando um clã aristocrático e proclamando como legítimas as suas opiniões. Também neste aspecto é flagrante o contraste com a história política portuguesa, na qual os cronistas oficiais se sucederam ordenadamente, e praticamente sem conflitos, na tarefa de elaborar a *Crónica Geral do Reino*. É esta a situação que ocorre com Castillo e Palencia, uma vez que se baseiam numa concepção diferente do poder real e nobiliário e que se apoiam numa documentação que usam em função das suas perspectivas pessoais⁹⁰. Tanto assim que esta crónica de Enríquez del Castillo vai muito mais além do que somente favorecer a figura do monarca. O seu intuito é defender a monarquia enquanto instituição e, apesar de ter carta-branca no acesso à documentação régia, apresenta menos aspectos cronológicos e documentais do

Castillo como capellán real, además de miembro del Consejo Real de este monarca, potenciarían un interés por la dimensión político-didáctica-ejemplarizante que tanto contribuyó al éxito posterior de la obra de este cronista. [...]Desde el punto de vista formal, supone un aspecto particularmente rotundo de esta crónica la amplísima presencia que en ella tienen los discursos y piezas oratorias, siendo precisamente con tal motivo cómo se introduce una buena parte de sus reflexiones sobre los ideales políticos que defendía el cronista. A ello se añade que muchos de estos discursos parecen bastante sospechosos de ser resultado total o parcial, según el caso, de la propia invención del cronista, por lo que bien puede plantearse la hipótesis de su utilización como una forma de introducir el mensaje político que quería destacar en cada caso, conectándolo con circunstancias de conflicto concretas». NIETO SORIA, José Manuel - «La oratoria como speculum regum en la Crónica de Enrique IV de Diego Enríquez del Castillo», in *Memorabilia: boletín de literatura sapiencial*, N.º. 7, 2003, p. 1. Disponível em <<http://parnaseo.uv.es/Memorabilia/Memorabilia7/Nieto.htm>>, ISSN 1579-7341, [consultado em 2009-10-21].

⁸⁸ SÁNCHEZ MARTÍN, Aureliano - «Introducción» in *Crónica de Enrique IV*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 1984, p. 7.

⁸⁹ O terceiro cronista oficial, tal como foi referido acima, é Martín de Ávila. Embora se saiba quem foram os cronistas oficiais régios através das *Quitaciones de corte*, legs. 2, 3 e 4, contidas no ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, não se conhece a obra deste Martín de Ávila.

⁹⁰ SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», pp. 12 e 57-59.

que seria de esperar⁹¹, razão suficiente para ser considerado como inovador⁹². A sua *Crónica de Enrique IV* desenvolve-se em torno de um personagem devidamente moldado: «el rey, y tanto las ideas como los hechos sirven para corroborar el planteamiento que se pretende, de acuerdo a los principios de la época. Así, pues, la temática política de la Crónica queda condicionada por este principio básico enunciado»⁹³. Na verdade, Castillo fez plasmar na Crónica uma imagem da monarquia que vai buscar as raízes hispano-godas⁹⁴, justificando assim, como se disse, a instituição da monarquia ao longo da obra, fortalecendo-a, o que explica um prólogo e um primeiro capítulo apologético de Enrique IV. Dito por outras palavras, o cronista pretende dar a conhecer bons exemplos, formadores dos sucessos da monarquia. Por via disso, embora favorável ao rei, não deixa de apontar os seus defeitos, nem de os censurar quando acha necessário, o que o afasta da adulação própria de outros. A sua obra terá sido redigida entre 1481 e 1502⁹⁵.

Diego Enríquez acumulou com a sua função de cronista o cargo de conselheiro régio. Por se viverem tempos de guerra civil, certo dia os seus aposentos foram atacados, os seus escritos confiscados e o cronista foi preso e levado à presença do Arcebispo de Toledo, tendo escapado à morte apenas pela sua condição de clérigo. Contra ele evidenciava-se o facto de expressar posições muito duras face à alta nobreza, a quem atacava, afirmando que rapidamente esquecia os seus princípios e juramentos⁹⁶. Os seus «registros que tenía escritos de la Crónica del rey» foram dados a Palencia para

⁹¹ SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», p. 21.

⁹² BERMEJO CABRERO - «Las ideas políticas de Enríquez del Castillo», in *Revista de la Universidad de Madrid*, 22, 86, Madrid, 1973, pp. 61-78 e SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», p. 36.

⁹³ SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», p. 36.

⁹⁴ Aqui remeto o leitor para o capítulo «O Legado Godo como norteador da política castelhana».

⁹⁵ SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», p. 54.

⁹⁶ No artigo de José Manuel Nieto Soria, já acima citado, estão bem demonstrados quais deveriam ser os deveres dos nobres perante o rei, ao longo da sua crónica, isto é, Castillo servia-se da oratória para veicular mensagens sobre os seguintes temas: os fundamentos de legitimidade do poder real; as qualidades régias; os deveres dos oficiais e cavaleiros perante o rei; e os deveres dos vassallos perante o rei, o que acabava por ser uma pedra no sapato; daí este cronista ter sido perseguido. Cfr. NIETO SORIA - «La oratoria como speculum regum...», pp. 1-6.

que os reescrevesse⁹⁷. Mais tarde compôs novamente o que já tinha redigido, o que pode explicar a sua cronologia incorrecta, contrastando nesse aspecto com a exactidão de Palencia. Em 1468 escreveu à cidade de Toledo por ordem do rei. Nesta missiva aproveitou para demonstrar a sua teoria política, a qual se baseia em conceitos como lealdade, traição, egoísmo, fama e providência⁹⁸. Entre várias missões diplomáticas que desempenhou em Castela e no estrangeiro, em nome de Enrique IV⁹⁹, e alguma correspondência que trocou com Diego de Valera¹⁰⁰, é designado pelo monarca para receber o legado do papa, Rodrigo de Borja e para mediar as comunicações entre o legado e o rei, em 1472. Com a morte de Enrique em 1474, a sua actividade esbateu-se e as notícias sobre ele diminuíram drasticamente. Tem-se ainda conhecimento de uma última actividade pública em 1503, conforme atesta uma carta de Isabel, no dirimir de um problema entre o duque do Infantado e o marquês de Villena. Este cronista morreu em Segóvia, possivelmente no mesmo ano.

Mosén Diego de Valera nasceu em 1412, presumivelmente em Cuenca e assistiu aos reinados de Juan II, Enrique IV e Isabel e Fernando. O seu verdadeiro nome era Diego Alonso, mas em 1452 foi autorizado a mudar de nome para Diego de Valera. Junto de todos os monarcas mencionados desempenhou funções como por exemplo conselheiro, procurador, economista, douto em leis e costumes cavaleirescos, embaixador, historiador, etc¹⁰¹. À medida que se ia tornando mais experiente, a sua visão da política e do mundo tornou-se mais abrangente, para o que também devem ter contribuído as viagens que empreendeu a vários países da Europa central e ocidental. Como já notou Mata Carriazo, a sua vocação são os tratados ou dissertações sobre temas morais, políticos, históricos e cavaleirescos, os quais dedica a personalidades da época. Porém, ele não é inovador nem no campo da história, nem no campo da

⁹⁷ CEIV-DEC, pp. 289-290. Sobre este episódio veja-se também PAZ y MELIÁ, «Introducción», pp. XLIV-XLV.

⁹⁸ CEIV-DEC, pp. 303-305.

⁹⁹ Veja-se SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», p. 30.

¹⁰⁰ Cfr. SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», p. 31.

¹⁰¹ Para uma lista completa e datada com as funções que exerceu Diego de Valera, veja-se MATA CARRIAZO, Juan - «Estudio preliminar» in *Crónica de los Reyes Católicos* de Diego de Valera, Madrid, 1927, p. VIII.

literatura¹⁰². O mesmo historiador vai mais longe afirmando que «Valera es, exactamente, mejor do que Bernáldez, a quien propone Menéndez Pelayo, el último de los cronistas castellanos de la Edad Media»¹⁰³.

Armado cavaleiro em 1435 por Fernán Alvaréz, ao demonstrar sagacidade e bravura no assalto à vila de Huelma, não se mostrou satisfeito e pediu a dispensa régia para se deslocar a França para se distinguir pelas armas. Fernando del Pulgar registou as viagens de Valera não só a França, como também a outros reinos. Estas serviam o propósito de obter a glória e a honra pelas armas, não apenas numa vertente pessoal, mas também para os nobres de Castela em geral, ao serviço de Juan II.

Quando Juan II morreu, Diego de Valera seguiu Enrique IV, a quem serviu como mestre-sala e como donzel em Segóvia. No entanto, na sua postura muito própria, não se escusou de criticar o monarca acerca do que ia de mal no reino¹⁰⁴. A sua simpatia não esteve com Enrique IV; e daí que não lhe tenha dedicado nenhuma obra. Escreveu para D. Juana o *Memorial de Diversas Hazañas*, o qual serve como crónica de Enrique IV, apresentando-se como um texto parcial a favor do bando rebelde ao rei e preconizava já um apoio aos futuros Católicos¹⁰⁵. Enquanto vizinho de Cuenca, em 1458, contribuiu com seis lanças para a guerra contra Granada e no conflito sucessório tomou o partido dos futuros *Reis Católicos*.

É interessante fazer menção ao facto de Valera considerar que não havia príncipe suficientemente digno em Castela a quem dedicar o seu *Tratado de las armas*. Quiçá a sua obra de mais agradável e fluente leitura, havia de ser dedicada «al muy alto e muy excelente e muy virtuoso príncipe don Alonso, quinto rrey deste nonbre de Portugal e del Algarve, señor de Cepta e Alcáçar Çeguer»¹⁰⁶, a quem haveria de criticar

¹⁰² MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1927, pp. VIII-IX.

¹⁰³ MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1927, p. IX.

¹⁰⁴ Epístolas y Tratados de Diego de Valera, pp. 17-20, citado por MATA CARRIAZO, Juan - «Estudio preliminar» in *Crónica de los Reyes Católicos*, Madrid, 1927, p. XLVI.

¹⁰⁵ MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1927, p. LXXXIX. VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del - «La Reina en las crónicas de Diego de Valera y Alonso de Palencia», in *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los cronistas coetáneos hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2004, p. 71.

¹⁰⁶ MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1927, p. XC. Por não ser uma obra de fácil consulta, não me escuso de fazer uma citação mais alongada, a qual contém o elogio inicial a Afonso V: «Sy aquel

posteriormente na obra que utilizei amiúde neste trabalho – a *Crónica de los Reyes Católicos*, escrita entre 1482 e 1488¹⁰⁷.

Com a morte de Enrique IV e a proclamação de Isabel, Valera seguiu os *Reis Católicos*, com quem manteve boas relações (continuou a ser mestre-sala e a pertencer ao conselho dos reis), das quais a correspondência trocada entre ambos é prova¹⁰⁸, sendo que o ano de 1476 é o mais profícuo a nível de correspondência.

Em 1482 temos notícias de Valera na guerra com Granada, o qual apresentou considerações que nos são bastante úteis no presente para o estudo da marinha de guerra castelhana, embora tenha morrido antes de o reino ter sido completamente reconquistado, tendo provavelmente o óbito ocorrido em 1488, com setenta e seis anos de idade¹⁰⁹.

De todas as obras que lhe são atribuídas¹¹⁰, decidi escolher a *Crónica de los Reyes Católicos*, não só pela sua originalidade e valor histórico¹¹¹, como também

dicho de Sócrates, príncipe muy excelente, devemos crer que dize entonce la tierra ser bien aventurada quando los príncipes della son sabios, cuánto por tal la vuestra tener se pueda, la clara fama de vos por todo el mundo lo divulga, como desde vuestra ynfancia, puerícia, adolescencia, e no menos agora en vuestra juventud, vuestro muy claro y alto ingenio en diversas ciencias ayáis exercitado; no por esso en cosa menguando vuestro oficio rreal, mas prudentemente dando las cosas a los tienpos, como la oportunidad o caso lo rrequieren, que allá donde consejo conviene, por otro Salomón soys avidos; e donde execución, esfuerço o veril osadía, no fazen mengua Cipión ny Aníbal; e donde liberalidad se requiere, a Trajano e Alisandre sobráys».

¹⁰⁷ MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1927, p. CXVIII.

¹⁰⁸ Para uma breve descrição desta troca de correspondência veja-se MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1927, pp. L-LVIII.

¹⁰⁹ MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1927, pp. LXVIII-LXX.

¹¹⁰ Diego de Valera tem pelo menos dezassete obras, que podemos dividir por reinados e cujos títulos indico. Reinado de Juan II: *Arbol de las batallas*; *Espejo de verdadera nobleza*; *Defensa de virtuosas mugeres*; *Exhortación de la paz*. Reinado de Enrique IV: *Tratado de las armas*; *Providencia contra Fortuna*; *Ceremonial de príncipes*; *Breviloquio de virtudes*; *Origen de Roma y Troya*; *Carónica de la casa de Estuñiga*. Reinado dos Reis Católicos: *Doctrinal de príncipes*; *Prehousinencias y cargos de los oficiales de armas*; *Genealogia de los reyes de França*; *Tratado de los ilustres varones de España*; *Crónica abreviada de España*; *Memorial de diversas hazañas* e *Crónica de los Reyes Católicos*. Cfr MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1927, p. X.

¹¹¹ MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1927, p. CXXXV. Note-se que apesar de Valera ter bebido informação em Enríquez del Castilo, não podemos esquecer que ele foi uma testemunha presencial em grande parte dos acontecimentos que narra.

porque a primeira parte¹¹² é inteiramente dedicada à guerra com Portugal (1474-1480). Interessa-me, sobretudo, até ao capítulo XLIV. É uma obra que tem de ser estudada e contraposta à *Crónica de Enrique IV* de Palencia¹¹³, com a qual apresenta estreita correspondência e à qual Valera adiciona «variantes, novedades y juicios que dan valor personal a su relato»¹¹⁴. O *Memorial de Diversas Hazañas* foi também preterido, uma vez que Mosén Diego de Valera nos avisa da sua intenção no prólogo da sua obra, na qual não se propõe narrar de forma seguida e completa os sucessos do reinado de Enrique IV, mas sim fazer uma espécie de compilação dos feitos que mais se destacaram, justificando-se que os mesmos já estão nas crónicas dos seus contemporâneos Afonso de Palencia e Diego Enríquez del Castillo¹¹⁵. Para além disso é tendencioso. Vale a pena transcrever esta passagem de Sánchez Martín, acerca do cronista de que ora nos ocupamos: «Diego de Valera y Alonso de Palencia, lejanos pronto de la facción real, nos presentan una crónica donde carecemos de inserción de documentos oficiales, interpretando la historia en beneficio de una idea trazada por la nobleza opositora a Enrique: desprestigiar al máximo la monarquía. Con ese afán llevan a cabo su tarea, que se concita especialmente en cargar las tintas sobre la sucesión, dado que es más difícil deponer al rey. Por lo tanto, más que historiar, interpretan la historia desde una faceta eminentemente propagandística en favor de lo que creían»¹¹⁶.

Estamos assim perante um homem de grande longevidade e de excepcional valor, que assistiu às batalhas de Higuera, Olmedo e Toro. Interveio na prisão do que se tornou seu inimigo político – o contestável D. Álvaro de Luna e finalmente assessorou D. Fernando na guerra contra o reino de Granada.

¹¹² A *Crónica de los Reyes Católicos* divide-se em duas partes, sendo que a primeira parte diz respeito à guerra com Portugal e a segunda à guerra com o reino de Granada.

¹¹³ Também conhecida por *Décadas*, por a sua obra estar dividida em décadas. A primeira década termina com a morte do infante D. Afonso, a segunda com a morte de Enrique IV, a terceira década narra até 1477 e a quarta década diz respeito à conquista da Gran Canaria e à guerra com Granada.

¹¹⁴ MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1927, p. IX. Paz y Meliá, alguns anos antes, opinava da mesma maneira, crendo que dos três autores que aqui considero (Palencia, Valera e Castillo), a obra de Palencia seria a mais antiga e a mais original, seguindo-se a de Castillo e, por último e mais recente, a obra de Valera. Cfr. PAZ y MELIÁ, «Introducción», pp. XL-XLIII.

¹¹⁵ VALERA, Mosén Diego de – *Memorial de diversas hazañas*, ed. de Juan de Mata Carriazo, Madrid: Espasa-Calpe, 1941, p. XLVIII.

¹¹⁶ SÁNCHEZ MARTÍN, Aureliano - «Introducción», p. 21.

Lúcio Marineo Sículo ou Lucas da Sicília nasceu em 1460, em Bidino. Veio para a Península Ibérica para trabalhar sob o mecenato do almirante de Castela, D. Fradique Enriquez. Foi um homem tipicamente renascentista que uniu a sua formação humanista clássica a um grande entusiasmo pelas glórias literárias e pelos grandes governantes¹¹⁷. Acolhido na corte de Fernando o Católico, foi nomeado seu capelão e cronista, além de o ter acompanhado na sua grande viagem a Nápoles, em 1504, já depois da morte de Isabel. Servirá ainda como capelão sob Carlos I, voltando temporariamente à Sicília para ser nomeado cônego de Palermo, regressando à Península Ibérica, onde morre em 1533. Trata-se, portanto, de um bom exemplo da internacionalização e da troca de ideias que chegava à península, por parte de um humanista italiano que muito estimou a Espanha.

Foi um cronista que aproveitou e valorizou positivamente a obra de Fernando del Pulgar, acerca de quem escreve as seguintes palavras: «Scripsit et Hispano sermone Ferdinandus Pulgarius, homo nimirum in suo genere scribendi satis eloquens, cuius magnum volumen in latinum sermonem vertit Antonius Nebrissensis»¹¹⁸.

A *Vida y hechos de los Reyes Católicos* não é uma obra por si só, mas trata-se de um excerto da *De rebus Hispaniae memorabilibus (Libri XXV)*, a qual foi composto em prosa latina.

A visão que podemos encontrar neste seu trabalho é um cenário em que os *Reis Católicos* representam o eixo vital do mesmo e no qual o autor exalta a política nacional castelhana e elogia os valores transmitidos pelos monarcas, sendo o maior disseminador da cultura renascentista em Espanha¹¹⁹. Com as devidas reservas, além de informador, este cronista assim como, por exemplo, Bernáldez ou Juan de Flores, autor da *Crónica*

¹¹⁷ HIDALGO, Jacinto - «Nota preliminar», in *Vida y hechos de los Reyes Católicos*, Madrid: Atlas, 1943, p. 6.

¹¹⁸ Este excerto é retirado do livro XX do seu *Opus de rebus Hispaniae memorabilibus*, citado por PONTÓN - «Estudio preliminar», p. XXXV. António Nebrija é um autor na mesma linha de João de Lucena e de Afonso de Palencia e que podemos opor a Pulgar, culturalmente menos inovador. Veja-se igualmente TATE – *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, pp. 183-211.

¹¹⁹ Cfr. IHRIE, Maureen - «Lúcio Marineo Sículo» in *Dictionary of the literature of the Iberian Peninsula*, editado por BLEIBERG, Germán; IHRIE, Maureen e PÉREZ, Janet, Westport (Connecticut): Greenwood Press, 1993, p. 1017-1018.

incompleta de los Reyes Católicos, é um porta-voz de opiniões, ideias e imagens sobre o poder e a sua concretização por parte dos reis¹²⁰.

Andrés Bernáldez foi um autor que teve consciência de que o que escreveu era manifestamente diferente dos escritos dos cronistas, daí que tenha chamado *Memorias* à sua obra e não Crónica ou História, pedindo ajuda ao leitor que tenha presenciado uma mesma situação que o corrija no caso de ele se ter enganado¹²¹, já que o seu propósito é, à partida, diferente: «escribir las memorias de las cosas hazañosas que en mi tiempo han acaecido, de que yo ove verdadera información»¹²². No entanto, é preciso alguma cautela, já que o que o Cura dos Palácios escreveu tem um carácter descontínuo e subjectivo, levando a que o produto final seja como uma colecção de narrações independentes¹²³. Após a morte de Fernando del Pulgar utilizou algumas obras deste como fonte histórica, no início do século XVI¹²⁴, se bem que dois terços das suas *Memorias* se referiam ao período compreendido entre 1491 e 1513¹²⁵. Temporalmente, foram escritas depois de 1500. Para compor a sua obra, Bernáldez usa ainda outras fontes – narrativas, poéticas, históricas, sejam elas escritas ou orais, que usa como suporte para os seus comentários ou para delas retirar citações¹²⁶.

¹²⁰ LADERO QUESADA - «La monarquía: las bases políticas del reinado», pp. 145-146.

¹²¹ O mesmo autor afirma nas suas *Memorias*: «Y por este provecho que de aqui se seguirá, suplico que ninguno me tenga a locura quererme meter a escribir lo que es ageno de mi oficio; e a los que mejor supieren lo que yo escribo, o cualquier parte dello, por lo aver visto e se aver acaecido en ello, suplico que si algunos defectos o yerros hallaren en mi escribir, los quieran emendar. A la corrección de los cuales, e de toda verdad e buena razón, me someto en mi voluntad, no movida a ninguna defectuosa afición ni vanagloria, ni para ello a nadie ofender; e pensando no ser yerro escribir por memoria lo que tácito no deve quedar». Cfr. BERNÁLDEZ, Andrés - *Memorias del reinado de los Reyes Católicos*, Madrid: Real Academia de la Historia, 1962, p. 24.

¹²² BERNÁLDEZ, Andrés – *Memorias...*, p. 3.

¹²³ GOMEZ-MORENO, Manuel; MATA CARRIAZO, Juan - «Introducción» in *Memorias del reinado de los Reyes Católicos*, Madrid: Real Academia de la Historia, 1962, p. VI.

¹²⁴ PONTÓN - «Estudio preliminar», p. XXXIV.

¹²⁵ A questão da datação é importante aqui e justifica que, embora Bernáldez tenha utilizado os trabalhos de Pulgar, a sua escrita seja maioritariamente da sua lavra.

¹²⁶ Sobre as fontes utilizadas por Andrés Bernáldez veja-se GOMEZ MORENO, MATA CARRIAZO - «Introducción», pp. XXVII-XXXVII.

A seu favor tem o facto de ter presenciado parte do que narrou e veicular as opiniões e pontos de vista do povo, complementando as ideias expressas nas crónicas oficiais. Deste modo, não há motivos para que exacerbe os aspectos negativos, nem para que louve em excesso. Porém, no que diz respeito ao encómio da rainha, é muito mais expressivo e providencialista do que Pulgar. Nas palavras de Ladero Quesada, dir-se-ia que «frente a la sobriedad cortesana de Pulgar, Bernáldez expresa una emotividad popular a favor de Isabel que debía estar muy extendida»¹²⁷.

Cristão velho (ao contrário de Pulgar), hostil aos conversos, nasceu em Fuentes de León (na província de Badajoz) e formou-se em Sevilha, tendo passado grande parte da sua vida como Cura dos Palácios (lugar que hoje se chama Vila Franca de Marisma). Não teve qualquer relação com a corte régia¹²⁸, embora tivesse feito parte da casa do marquês de Cádiz, Rodrigo Ponce de León e do arcebispo de Sevilha.

Lourenço Galíndez Carvajal, filho bastardo, natural de Placência, nasceu a 23 de Dezembro de 1472. Com formação salamantina em leis, foi nomeado ouvidor da chancelaria de Valladolid três anos antes de completar trinta anos de idade. A partir daí sucede-se o outorgar de cargos por parte dos *Reis Católicos*, tendo sido, inclusivamente, encarregado de ordenar as leis e pragáticas dos monarcas anteriores. Este douto em leis sempre esteve ligado à família régia, pertencendo ao conselho e câmara dos *Reis Católicos*, da sua filha, D. Juana, e do seu neto, Carlos I. Acompanhou a última hora de Fernando, o Católico, altura em que este lhe teria dito, no leito de morte, quem deveria arcar com o peso do governo do reino. Do cronista dos *Reis Católicos* sabemos ainda que foi nomeado para Correio-Mor das Índias e pertenceu à ordem de Calatrava. Não se

¹²⁷ LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «La Reina en las crónicas de Fernando del Pulgar y Andrés Bernáldez», p. 16.

¹²⁸ Até praticamente meados do século XIX houve quem tivesse defendido (Salazar de Mendoza em 1620, Rodrigo Caro em 1634 e Quintana Dueñas em 1637) que Bernáldez teria conhecido pessoalmente Colombo; que teria estado em contacto com os escritos do segundo, conhecendo os seus antecedentes; foram avançadas várias datas distintas para a sua morte, etc. O médico cubano Filiberto Ramírez Corría (*Reconstrucción crítica del segundo viaje cubano de Colón: la ficción colombina del Cura de los Palacios*, Havana: Archivo Histórico Pinero: 1955 e em *Excerta de una isla mágica ó biografía de un latifundio*, México: Editorial Olimpo, 1959) abriu caminho para ultrapassar estas incorrecções e, por último, Manuel Gomez Moreno e Mata Carriazo, no seu estudo crítico das *Memorias* de Bernáldez, provaram-no magistralmente. Cfr. GOMEZ MORENO, MATA CARRIAZO - «Introducción», pp. VII-XXXIX, em especial, pp. XX-XXI.

tem a certeza da data da sua morte mas devido a uma carta, datada de 1528, em que o filho refere o seu pai já defunto, estima-se que possa ter sido esse o seu último ano de vida.

Começa Torres Fontes no seu estudo sobre a crónica de Carvajal dizendo que «es más completa que las restantes, pues toma de cada una de ellas lo más interesante y real, visto com la imparcialidad y serenidad que se puede un quarto de siglo después de ocurridos los sucesos»¹²⁹. Carlos V encarregou Carvajal de corrigir e publicar as crónicas do século XV¹³⁰. É uma tarefa complexa, já que tem de reorganizar, rever e censurar todos os relatos históricos já existentes, chegando, por vezes, a escrever de raiz. É um esforço que pretende, no entanto, legitimar a facção isabelina e silenciar as suas antagonistas. Concretamente, em relação à *Crónica de Enrique IV*, como já reconheceu Aureliano Sánchez Martín, o seu relato um quarto de século depois de transcorridos os acontecimentos é imparcial, salvo no caso da impotência de Enrique IV, uma vez que seria impensável deixar uma dúvida, por mais pequena que fosse, acerca da legitimidade de sucessão ao trono, dúvida essa que podia ser explorada pela oposição ao partido de Isabel a *Católica*¹³¹. Pelo exposto, é seguro afirmar que o resultado final é uma crónica, dividida por anos, que se pretende o mais fiel possível e que apresenta uma cronologia repensada e ligeiramente diferente face à avançada por Enríquez del Castillo.

Carvajal baseou-se em múltiplos autores para compor a crónica acima citada. Na verdade, é o primeiro autor que reconhece ter bebido informação em Diego Enríquez del Castillo. Utiliza preferencialmente Palencia e Castillo, preferindo o segundo, mas não deixa de aproveitar pontualmente informações já observadas por Valera e por Pulgar. Mata Carriazo dá a conhecer, através de um manuscrito, o plano de Galíndez Carvajal. Desta maneira, sabemos que o cronista utilizou a *Crónica de Enrique IV* de Diego

¹²⁹ TORRES FONTES, Juan - «Estudio sobre la ‘Crónica de Enrique IV’ del Dr. Galíndez de Carvajal», in *Crónica de Enrique IV* de Lorenzo Galíndez de Carvajal, Murcia: Suc. de Nogues, 1946, pp. 10-11.

¹³⁰ A seguinte observação vem expressa no prólogo da crónica que compôs para Juan II: «cronistas que este nombre queda a los auctores ya dichos, que fueron varones prudentes y graves y de grande auctoridad y a otros que esto igualmente tenían por principal oficio. Mas si mis trabajos tal nombre merecen, como censor de las otras crónicas destes Reyes y desta, porque asi me fue mandado que las corrigiese y enmendase» (p. 274).

¹³¹ Cfr. SÁNCHEZ MARTÍN - «Introducción», p. 57 e TORRES FONTES - «Estudio sobre la ‘Crónica de Enrique IV’...», p. 11.

Enríquez del Castillo; *Las coplas de Mingo Revulgo que se quitaran y las glosas de Pulgar a ellas*; *Los claros varones de Castilla*, de Fernando del Pulgar; a *Crónica de los Reyes Católicos* também de Pulgar; os testamentos de Isabel e de Fernando e, finalmente, a *Crónica de Enrique IV* de Afonso de Palencia¹³². Como Torres Fontes já habilmente notou¹³³, cada cronista mostra a lealdade para com o partido a que pertence, do qual recebe favores e mercês: Palencia está ligado à cúria romana e ao reino de Aragão, sendo também conselheiro de Fernando; Castillo inclina-se para o partido do rei, sendo capelão, conselheiro e embaixador de Enrique IV; Valera foi pajem de Juan II, corregedor no reinado de Enrique IV e mestre-sala dos *Reis Católicos*; finalmente, Pulgar foi cronista de Isabel e Fernando. Desta forma, o estímulo e as motivações de cada um são diferentes.

Este cronista atribuiu uma conotação menos favorável à obra de Pulgar, no seu prefácio dos *Anales breves*. Embora reconheça que Pulgar escreveu a verdade e o considere eloquente, Carvajal acusa-o de ser lacónico e de não estar à altura de feitos tão importantes como os que se passaram nos últimos decénios do século XV, apelidando-o de avaro. Chega ao ponto de considerar que o então falecido cronista tinha composto uma história apagada e tendenciosa, «porque más fué coronista del cardenal don Pero González de Mendoça que del rey ni de la reyna»¹³⁴, não havendo lugar também à inclusão de episódios cortesãos.

Foi, de facto, um trabalho extenuante. Carvajal compilou a informação dos cronistas que o precederam, suprimindo os argumentos que conferem favoritismo a qualquer uma das partes, ou que são invenções cujo objectivo é denegrir a imagem de alguém.

Desmistificando as opiniões adversas dos cronistas em que se baseia, a sua temperança fá-lo veicular no prólogo a ideia de que os súbditos devem amar os

¹³² Cfr. MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1943, p. LIX; PAZ y MELIÁ - «Introducción», pp. LI e LII e TORRES FONTES - «Estudio sobre la ‘Crónica de Enrique IV’...», p. 12.

¹³³ TORRES FONTES - «Estudio sobre la ‘Crónica de Enrique IV’...», p. 12.

¹³⁴ Esta citação de Carvajal foi retirada do manuscrito 79 da Biblioteca de Menéndez e Pelayo, de acordo com MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1943, p. LIX. Veja-se também PONTÓN - «Estudio preliminar», 1943, pp. XXXV e LXXI; MATA CARRIAZO - «Estudio preliminar», 1943, p. LXII.

soberanos, já que estes conquistam para a pátria as glórias, apresentando o reinado de Enrique IV como ilustre¹³⁵.

O nosso cronista é também autor de originais, como diríamos hoje. Escreveu uma *Historia de Castilla e Anales de los Reyes Católicos*, entre outros¹³⁶. Os seus pares mais ou menos contemporâneos julgaram-no como grande autoridade e atribuíram-lhe o máximo de crédito. Entre eles destaco Lúcio Marineo Sículo e Villalobos, o médico de Carlos V.

c) Cronistas aragoneses:

Jerónimo Zurita é o único aragonês que utilizei neste trabalho. Foi um cronista de cuja pena resultaram os *Anales de la Corona de Aragón*, os quais foram uma fonte bastante importante para esta investigação. Zurita nasceu em 1512 em Saragoça e iniciou os seus estudos em Alcalá de Henares, onde aprendeu as línguas clássicas mas não só. Desde tenra idade que começou a desempenhar cargos públicos, tendo sido meirinho de Barbastro e de Almodévar. Não obstante ter tido estas responsabilidades públicas, não desistiu do seu gosto pela literatura clássica e trabalhou em várias obras¹³⁷. Nas cortes aragonesas de 1548, em Monçon, foi nomeado primeiro cronista do reino, tendo sido encarregado de escrever a crónica da coroa de Aragão em castelhano e em latim. Como também foi secretário do Santo Ofício da Inquisição, teve necessidade de viajar pelos Países Baixos e por várias das cidades italianas. Nestas não esteve ocioso e aproveitou para fazer a recolha documental. Os documentos aí coligidos, juntamente com os que estavam no arquivo real de Barcelona, foram incorporados no arquivo da coroa de Castela, em Simancas, o que lhe permitiu elaborar a sua obra magna, os *Anales de la Corona de Aragón*. Utilizou ainda as crónicas de Palencia – sobre quem afirma que é «el historiador más veraz de España», Castillo, Pulgar e Bernáldez.

¹³⁵ CEIV-LGC, p. 71.

¹³⁶ Para uma listagem completa dos trabalhos que Galíndez compôs, corrigiu ou acrescentou, veja-se TORRES FONTES - «Estudio sobre la Crónica de Enrique IV...», pp. 25 e 26, nota 59.

¹³⁷ Algumas dessas obras em que Zurita trabalhou são o *Memorial de las Casas antiguas de este Reyno*; cartas e poesias latinas; ilustrações aos sete livros de Comentários de Júlio César; nas notas a Claudiano; nas observações a Plínio; na tradução de Severino Boécio, etc. Cfr. Jerónimo Zurita em *Retratos de los Españoles ilustres, con un epítome de sus vidas*, Madrid: Imp. Real de Madrid, 1791.

Em 1566 Filipe II nomeia-o secretário do seu conselho e câmara. O expoente máximo do seu trabalho foi, como já referi, a obra intitulada *Anales de la Corona de Aragon*, na qual trabalhou trinta anos e cujo último volume foi publicado no ano da sua morte¹³⁸. Nos *Anales* historiou os sucessos do reino de Aragão, diacronicamente, desde o período islâmico até ao reinado de Fernando o Católico. Múltiplas críticas lhe advieram devido ao seu estilo austero, de carácter absolutamente documental, cerebral e longe das sensibilidades que não fluíam da massa documental e também pela sua suposta subvalorização de Castela face a Aragão, mas, por outro lado, teve alguns defensores¹³⁹. Independentemente de posições tomadas por outros, Zurita pretendeu apresentar os seus *Anales* a partir das fontes, preterindo as obras já escritas, para que fosse o mais fidedigno possível. Assim também se explica que o ponto de partida da sua obra seja as invasões árabes, uma vez que para tempos mais recuados não haveria fontes suficientes que Zurita pudesse usar. Isto não significa que o cronista não conhecesse bem o passado ibérico, com todas as suas vicissitudes, e a sua organização enquanto entidades políticas implantadas no território, na altura de mostrar o avanço nas conquistas aos mouros por parte dos cristãos. Não invalida também que, a partir de uma perspectiva moderada, defendesse os direitos de Isabel, explicando que ela era única herdeira legítima à morte de Enrique IV¹⁴⁰.

Assumem-se como utilíssimas as viagens feitas ao estrangeiro, assim como as consultas aos arquivos de Barcelona (1553), de Valência (1560) e ao arquivo de Simancas (1567). Deste intenso labor e fruto de uma objectividade ímpar resulta uma história nacional aragonesa e inclusivamente peninsular, já que os outros reinos da Ibéria estão igualmente imbricados na obra.

¹³⁸ Zurita morreu no dia 31 de Outubro de 1580.

¹³⁹ O cosmógrafo Afonso de Santa Cruz punha em causa a parcialidade de Zurita no que a Aragão diz respeito, chegando a qualificar o cronista de pedante porque alguns temas eram exagerados. Por outro lado, Ambrósio de Morales negou esse suposto anti-castelhanismo, se bem que o grande advogado de Zurita como historiador tenha sido Juan Páez de Castro. Actualmente, a crítica que podemos fazer a Zurita é que tem um estilo algo tosco, resultante das soluções que teve de encontrar para unir todos os temas que escreveu, uma vez que o único nexos nos seus *Anales de la Corona de Aragón* é o guiar-se pela cronologia, o que pode tornar a leitura pouco agradável. No entanto, os ganhos acabam por superar essa desvantagem, já que Zurita foi às fontes, citando muitas vezes o que consultou nos documentos, o que o torna bastante fidedigno.

¹⁴⁰ Cfr. VAL VALDIVIESO - «La Reina en las crónicas de Diego de Valera y Alonso de Palencia», 2004, pp. 65.

Por fim, gostaria de assinalar que Zurita tomou uma posição diferente da de Palencia e também de Valera, evidenciando a atitude de Isabel como tanto ou mais forte do que a de Fernando, pois a rainha comandou tropas em mais do que uma ocasião, recebeu a entrega de fortalezas e cidades e foi sobretudo ela quem visitou importantes territórios, como é o caso da Andaluzia, entrando em Sevilha e moderando as discrepâncias entre o duque de Medina-Sidónia e o marquês de Cádiz. Além disto, teve ainda um importante papel nas relações internacionais, negociando a paz com Portugal¹⁴¹.

A base documental extraordinária que reuniu, juntamente com o seu sentido crítico, ponderação e compreensão das realidades aragonesas nos contextos ibérico e europeu, atribuem a esta obra um valor importantíssimo e fazem com que ela seja uma das primeiras histórias nacionais de monta de todos os tempos.

d) Crónicas castelhanas:

O *Cronicón de Valladolid* tem como possível autor o Doutor de Toledo. O texto não abarca só a história da cidade, mas recolhe também notícias relativas à monarquia, extravazando assim o espaço de Valladolid, ordenadas de uma forma cronológica bastante abrangente, indo de 1333 a 1539. Comportando um espectro alargado de sensivelmente 200 anos, podemos colocar a questão de quem o terá elaborado. Estas notícias históricas terão sido copiadas possivelmente até meados do século XVI e a parte mais importante é a que diz respeito aos *Reis Católicos*, a qual parece poder atribuir-se ao Doutor Juan (?) de Toledo, físico de Isabel e médico na Universidade de Valladolid¹⁴². Como este autor morre em 1497 e sendo que o manuscrito original se

¹⁴¹ BELENGUER, Ernest - «Isabel la Católica vista por Jerónimo Zurita», in *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los cronistas coetáneos hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Barunque. Valladolid: Ámbito, 2004, pp. 106 e 113.

¹⁴² FERNANDEZ, Celso Almuiña - «Prólogo», in *Cronicón de Valladolid*, Valladolid: Caja de ahorros provincial de Valladolid, 1984, p. VII.

apresenta desordenado e com algumas contradições, é de crer que tenha havido mais do que um autor. A obra só foi publicada no século XIX¹⁴³.

Como já notou Celso Almuiña Fernandez, o facto de ter provavelmente mais do que um autor tem aspectos negativos e positivos, destacando como manifestamente positivo o facto de a obra estar a ser continuamente ampliada e ter o destaque em pontos distintos, consoante quem escrevia¹⁴⁴.

É com legitimidade que lhe foi atribuído o título de *Cronicón de Valladolid*, já que o tipo de escrita aponta para que os autores tenham sido vizinhos da mesma cidade. Posto isto e em virtude de parte da autoria se atribuir ao Doutor de Toledo, é normal que os acontecimentos coligidos estejam ligados à mais alta sociedade, com algumas excepções pontuais, já que esse autor fazia parte da corte.

A *Crónica incompleta de los Reyes Católicos (1469-1476)* tem por base um códice do qual se conhece uma única versão manuscrita e que cujos onze primeiros capítulos correspondem ao reinado de Enrique IV, chegando a história ao ano de 1477. Embora Júlio Puyol considere que não seja um documento de capital importância devido a lacunas, mas também por alguns relatos menos exactos, aduz que não deixa de ser rico e vívido em pormenores e de contar com uma pena fiel à verdade¹⁴⁵, tratando principalmente da guerra de Castela com Portugal; daí a importância da mesma para este trabalho. Dado que trata um período muito específico, pela forma como o faz é possível perceber que o seu autor é um partidário de Isabel a Católica, uma vez que nessa altura havia uma sociedade tripartida a nível de simpatias – o partido isabelino, o partido português e o partido aragonês, tecendo mais elogios e considerações positivas a Isabel do que a Fernando, embora ele também seja apresentado como um modelo de virtude. Deste panegírico resultam algumas incorrecções, atribuídas à rainha, que é preciso assinalar, como sejam a restauração da Hermandad, os acordos secretos para

¹⁴³ O manuscrito original não tinha título, o que aliás era frequente na época. O título foi-lhe atribuído por Pedro Sáinz de Barata, após o ter estudado criticamente. FERNANDEZ - «Prólogo», in *Cronicón de Valladolid*, p. VII.

¹⁴⁴ FERNANDEZ - «Prólogo», in *Cronicón de Valladolid*, pp. VII-VIII.

¹⁴⁵ PUYOL, Julio - «Prólogo», in *Crónica incompleta de los Reyes Católicos (1469-1476)*, según un manuscrito anónimo de la época, Madrid: Academia de la Historia, 1934. p. 6.

recuperar Toro e os cercos de Cantalapiedra, Castronuno e Sieteiglesias, não tratando mal Enrique IV, mas julgando-o com alguma dureza. Quem não escapa também à sua crítica são os cortesãos, “ambiciosos e velhacos” que alcovitam os mexericos que ouvem, criando intrigas com facilidade. Por fim, o leque fica completo com a desaprovação com que o cronista considera D. Joana, irmã de Afonso V¹⁴⁶.

Na actualidade, não há dados suficientes que permitam identificar quem tenha sido o seu autor, embora Lourenço Carvajal, Alonso de Santa Cruz, Pinel y Monroy, entre outros, afirmem que este manuscrito foi redigido por Juan de Flores, vizinho de Salamanca. Este salamantino foi nomeado cronista pelos *Reis Católicos* em 1476¹⁴⁷. Não obstante não ter a mesma importância de um Valera ou um Castillo, quem quer que tenha escrito a crónica destaca-se por compilar algumas notícias que não se encontram em mais obra coeva alguma¹⁴⁸.

Por último, uma vez que a *Crónica anónima de Enrique IV*¹⁴⁹, também conhecida por *Crónica Castellana*, segue de perto Palencia, optei por não a utilizar no elenco de fontes deste trabalho.

¹⁴⁶ *Crónica incompleta de los Reyes Católicos (1469-1476), según un manuscrito anónimo de la época*, Madrid: Academia de la Historia, 1934. pp. 54-63.

¹⁴⁷ Sobre este cronista pode ver-se a obra de Carmen Parrilla - «Un cronista olvidado: Juan de Flores, autor de la Crónica Incompleta de los Reyes Católicos», in *The age of the Catholic Monarchs. Literary studies in memory of Keith Whinnom*, Liverpool: Liverpool University Press, 1989, pp. 123-133.

¹⁴⁸ Reporto-me aos exemplos que Puyol identificou: o capítulo da falsificação da moeda no tempo de Enrique IV; o capítulo da morte daquele monarca; o dedicado à entrada de D. Fernando em Segóvia; onde se diz quais os castigos aplicados aos foragidos e malfetores; a fisionomia de Afonso V, não sendo esta encontrada em mais nenhum cronista castelhano, etc. Cfr. PUYOL - «Prólogo», pp. 20-21.

¹⁴⁹ *Crónica anónima de Enrique IV 1454-1474: (Crónica castellana)*, Tomo I, Estudo crítico e comentado por María Pillar Sánchez-Parra, Madrid: Ediciones de la Torre, 1991.

5. DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

a) A primeira década do reinado de Enrique IV¹⁵⁰ (1454-64)

Morreu Juan II e sucedeu-lhe o filho, Enrique¹⁵¹. É nos primeiros anos do meio da centúria de Quatrocentos que iniciou o seu reinado Enrique IV, concretamente em 1454. Enrique era filho de Juan II e de Maria de Aragão, tendo como meios-irmãos os infantes Isabel e Afonso, filhos do mesmo pai e de Isabel de Portugal. O novo monarca subiu ao trono munido de ideais neogóticos que visavam conquistar toda a Península Ibérica e ir mais além, atravessando o estreito de Gibraltar e conquistando terras no Magreb. O começo do seu reinado foi auspicioso¹⁵². Embora houvesse grupos nobiliários e políticos que desde 1420 lutavam pelo domínio do governo e expressavam a voz do partido aragonês¹⁵³, o reino está em paz permanente com Portugal desde 1431, com o tratado de Almeirim. É então possível levar a guerra ao reino de Granada. Os quatro primeiros anos desta guerra (1455-1458) foram-lhe venturosos e contaram com expedições anuais contra o reino mouro que, na verdade, não mais tiveram como objectivo arruinar as colheitas, sendo até interdito o abate de árvores. Não era a

¹⁵⁰ Ao tentar esboçar uma resenha política de quase quarenta anos (1454-1480) vou socorrer-me de duas grandes autoridades na matéria, a quem seguirei: Ramón Menéndez Pidal e Luis Suárez Fernández: MENÉNDEZ PIDAL, Ramón - «Introducción», in *História de España*, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, T. XIV, Madrid: Espasa-Calpe, 1966, pp. X-CXVI e SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - «La España de los Reyes Católicos (1474-1516)», in *História de España*, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, T. XIV, Madrid: Espasa-Calpe, 1966, pp. 5-383; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, Madrid: Ediciones Rialp, 1989.

¹⁵¹ Palencia dá-nos o retrato físico do rei, aproximando-o de uma aberração. Cfr. CEIV-AP, I, pp. 11-12.

¹⁵² Cfr. LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «Baja Edad Media», in *Historia Militar de España*, vol. 2, coord. de Miguel Ángel Ladero Quesada, [s.l.]: Laberinto, 2010, p. 343; AZCONA, Tarsicio de - «Isabel la Católica bajo el signo de la revolución y la guerra (1464-1479)», in *Isabel la Católica y la política: ponencias presentadas al I Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2001, p. 53.

¹⁵³ Como partidários de Aragão temos os infantes João e Enrique, Sancho de Rojas, arcebispo de Toledo, Diego Gomes de Sandoval, adiantado-mor de Castela e Juan Hurtado de Mendoza, que durante anos dominaram o conselho régio, só lhes fazendo frente o condestável D. Álvaro de Luna que foi, aliás, um dos responsáveis pela paz com Portugal. Cfr. ROMERO PORTILLA, Paz – *Dos monarquías medievales ante la modernidad - relaciones entre Portugal y Castilla*, Corunha: Universidade da Corunha: 1999, pp. 77-79.

tradicional política da terra queimada, é certo, mas a justificação foi que essas terras haveriam de ser novamente castelhanas, recorrendo-se para isso ao cerco e à consequente fome. Mais estranho foi o facto de terem sido proibidos os combates e as escaramuças. Uma vez mais, o motivo avançado para esta imposição foi que as vidas dos cristãos eram demasiado caras para se perderem em vã escaramuça. Porém, também já foi levantada a hipótese por José Luís Martín que estas expedições se destinavam a receber páreas, sendo também uma forma de reconhecer a sua soberania enquanto rei de Castela.

Na verdade, perceberam os seus contemporâneos mais informados, assim como percebemos nós, que o verdadeiro objectivo dessas campanhas era a obtenção de fundos sob a forma de indulgências. A esse propósito foram enviadas à cidade de S. Pedro embaixadas para solicitar essas concessões a Calisto III. Sucedeu porém, que as indulgências concedidas pelo papa não recaíram sobre a cruzada hispânica, mas foram desviadas para uso particular: para o arcebispo de Sevilha, para a amante de Enrique IV, a portuguesa D. Guiomar e para o próprio monarca. Pagavam os senhores e, principalmente, os concelhos fronteiriços por estas guerras de ocasião¹⁵⁴. No dizer de Menéndez Pidal, «ellas resultaban más gravosas para los castellanos que dañosas para los granadinos»¹⁵⁵.

A personalidade do rei, que primava pela timidez, era agravada pela falta de visão clara dos seus interesses e dos interesses do reino. Isso reflectiu-se ao longo do seu reinado, tendo levado Enrique a depender dos seus privados e a pactuar com aqueles que exigiam dele os maiores sacrifícios, tendo transparecido dele a imagem de um rei pouco constante, o que nos permite traçar alguns paralelos com D. Fernando de um século antes.

Também pela mesma altura (1455-56), a ideia de cruzada inflamou o espírito do *Africano*, por iniciativa do papa¹⁵⁶. O nosso soberano, entusiasta defensor deste projecto, armou uma frota¹⁵⁷ que deveria juntar-se à armada internacional para combater

¹⁵⁴ CEIV-AP, I, pp. 86-89.

¹⁵⁵ MENÉNDEZ PIDAL - «Introducción», p. XVII. Veja-se também a descrição de Palencia: CEIV-AP, I, pp. 70-73.

¹⁵⁶ CEIV-AP, I, pp. 152-153.

¹⁵⁷ ACA-JZ, Livro XVI, cap. XXXIX.

os turcos no Mediterrâneo Oriental, não sem antes se terem realizado cortes para obter dinheiro e amnistiado homens para conseguir efectivos militares. Estes preparos possibilitavam a Afonso V o reconhecimento entre os consortes europeus, mas também se traduziam num conjunto de regalias papais, confirmadas sob a forma de bulas, com inúmeros privilégios para Portugal, o que servia como suporte para as conquistas portuguesas no Norte de África. Como o eco da cruzada tardasse em fazer-se ouvir em outros reinos da cristandade, nomeadamente, em Aragão¹⁵⁸, França e Borgonha, e apesar de alguns barcos portugueses terem estado no cenário de guerra no Mediterrâneo Oriental, o rei determinou, em 1457, que esses recursos seriam melhor aproveitados em Marrocos, na conquista de novas praças militares – agradando tal facto à nobreza ávida de recompensas, do que numa grande cruzada, cujo ímpeto foi esmorecendo, especialmente a partir da morte de Calisto III. O resultado foram as conquistas das praças norte-africanas. Porém, mesmo no auge da presença portuguesa em Marrocos nunca se dominou um território contíguo, no interior do qual a guarnição pudesse viver em paz relativa. Apenas com o advento da década de Setenta e as conquistas de Arzila e Tânger permitem atenuar a memória do maldito biénio de 1463-64, em que os portugueses sofreram sucessivas derrotas em Marrocos.

Desde cedo que Enrique IV quis destinar a sua meia-irmã a um casamento que lhe conviesse. Como as princesas eram altamente valorizadas – especialmente quando tinham alguma hipótese na linha de sucessão, entabulou negociações para esse efeito. Dos encontros ocorridos a 20 de Maio de 1457 com Juan de Navarra, resultou o acordo de casamento entre Isabel e Fernando¹⁵⁹. Não era um plano altamente ambicioso. Servia o propósito de cessar as antigas inimizades entre ambos e não visava qualquer união dos reinos porque nenhum dos príncipes era herdeiro do trono. Pretendia-se assim exclusivamente a aproximação das famílias. O acordo, que foi formalizado um ano depois, tinha grandes hipóteses de não vingar, uma vez que Isabel tinha cinco anos e Fernando tinha apenas dois, o casamento estava ainda a onze anos de distância e não foi dada qualquer garantia para a sua realização.

¹⁵⁸ CDAV, pp. 772-8.

¹⁵⁹ Fernando era filho de Juan de Navarra e de Juana Enriquez (filha do almirante de Castela), pertencendo ao ramo bastardo dos Trastâmaras e meio-irmão de Carlos, príncipe de Viana, esse sim, o primogénito, filho de Branca de Navarra. Cfr. ACA-JZ, Livro XVI, cap. XLVI.

O príncipe de Viana, Carlos, que já há anos se vinha sentindo preterido face ao meio-irmão, aliou-se ao condestável de Castela, D. Álvaro de Luna, trazendo a lume uma vez mais as desavenças entre os reinos. Travada a batalha de Aibar a 23 de Outubro de 1451, que opõe pai e filho, Carlos é capturado e deserdado. Pazes feitas com o pai, jogou, no entanto, um jogo duplo, procurando a amizade paterna, mas buscando também a aliança com Enrique IV, afirmando-se como pretendente de Isabel, em 1459. Quando Afonso V de Aragão morreu – tio de Carlos, tinha deixado estipulado em testamento que Aragão seria o reino a herdar pelo sobrinho, quando o seu pai morresse. Juan, que tudo perdoou ao filho, sugeriu-lhe que se casasse com a infanta portuguesa Catarina, irmã de Afonso V¹⁶⁰. O príncipe continuou o seu jogo duplo: assentiu ao conselho paterno, mas propôs ao monarca castelhano Isabel, em troca de uma aliança contra a confederação de nobres a ele contrária¹⁶¹. Carlos valia então mais do que no princípio, mas não deixava de ser um joguete nas mãos do partido de Enrique IV, uma vez que este percebeu que o podia usar para contrabalançar o poder que o rei Juan tinha adquirido com o reino de Aragão¹⁶². Nenhum destes incidentes políticos surtiu efeito, porque o príncipe acabou por morrer de tuberculose em Setembro de 1461¹⁶³. Como consequência, Fernando é jurado como herdeiro, um mês depois¹⁶⁴. Este é o Fernando que mais tarde iria ser apodado de Católico.

Ao mesmo tempo a situação que os camponeses catalães viviam era dramática, estando sujeitos a abusos permanentes. Surge aqui a primeira oportunidade que Enrique tem de unir Castela a Aragão. Na verdade, os camponeses, fartos do jugo a que se encontravam sujeitos, em vez de pensarem em independência em relação a Juan, elegem o monarca castelhano como seu senhor¹⁶⁵. Em Agosto de 1462 Enrique IV aceita e envia 2500 homens de armas para fazer a guerra em Aragão, enquanto os camponeses

¹⁶⁰ ACA-JZ, Livro XVI, caps. LIV, LX e LXIII.

¹⁶¹ Esta confederação dos Grandes de Castela era composta pelo almirante de Castela, marquês de Santillana, arcebispo de Toledo – Alfonso Carrillo, pelo conde de Paredes, entre outros, e visava remediar o caos no desgoverno de Enrique IV. Foi criada em 1460 e nela se integrou também o rei Juan de Navarra e Aragão, embora numa altura posterior. Cfr. ACA-JZ, Livro XVI, caps. LIII-LV e LXIV.

¹⁶² CEIV-AP, I, p. 85; ACA-JZ, Livro XVI, cap. XLVII.

¹⁶³ ACA-JZ, Livro XVII, cap. XXIV.

¹⁶⁴ ACA-JZ, Livro XVII, cap. XXV.

¹⁶⁵ CVC-FP, p. 16.

alçam pendão por ele¹⁶⁶. Porém, no seguimento de uma embaixada onde foram invocados argumentos em como Juan era injustamente rei de Aragão e se prometia uma farta recompensa monetária se Enrique aceitasse ser rei de Aragão e conde de Barcelona, o arcebispo Carrillo e Luís XI de França convenceram-no a não aceitar¹⁶⁷. Os motivos são fáceis de perceber. Estes nobres tiveram medo que o crescimento do poder real que se traduzisse num rei com muitos reinos ameaçasse os seus próprios estados, não tendo percebido, na verdade, que as suas dignidades, terras e jurisdição emanavam do poder real. A pouco e pouco ia-se perdendo o ideal medieval no qual o rei criava o nobre, correspondendo este com o seu amor, fidelidade e vida, se preciso. Por outro lado, é importante sublinhar que isto também não conviria ao reino lusitano por se tratar de um crescimento desmesurado de Castela. É possível que Afonso V tivesse em mente uma manobra que limitasse o poder de Aragão (não esqueçamos que, embora por pouco tempo, o condestável D. Pedro foi rei da Catalunha, desembarcando em Barcelona em Janeiro de 1464), aproximando os dois reinos ibéricos mais ocidentais através do seguimento da sistemática política de casamentos entre as casas reais¹⁶⁸.

Não obstante algumas falhas a que já fiz menção, os dez primeiros anos do reinado de Enrique IV podem ser considerados felizes. Conquistaram-se cidades aos mouros¹⁶⁹, Enrique é tido em alta conta pelo papado, pelas entidades políticas de Nápoles, Génova e Veneza e, por fim, e superando todas as expectativas, ia finalmente ter descendência da sua segunda esposa, D. Joana, irmã de Afonso V de Portugal¹⁷⁰. Perdiam grande parte da sua importância os infantes Afonso e Isabel, os quais, no entanto, era preciso salvaguardar e proteger, não fosse alguma coisa correr mal¹⁷¹. A

¹⁶⁶ CEIV-DEC, cap. 44, pp. 192-193; ACA-JZ, Livro XVII, cap. LXII.

¹⁶⁷ CEIV-DEC, cap. 46 a 51, pp. 195-204; CEIV-AP, I, pp. 128-131; ACA-JZ, Livro XVII, cap. L.

¹⁶⁸ FONSECA, Luís Adão da – «Uma elegia inédita sobre la familia de Avis. Un aspecto de la propaganda política en la península Ibérica a mediados del siglo XIV», in *Anuario de estudios medievales*, n.º 16, Barcelona, 1986, pp. 458-461.

¹⁶⁹ CVC-FP, p. 17.

¹⁷⁰ Desde a morte do condestável D. Álvaro de Luna que Enrique IV se converteu no paladino castelhano de aproximação a Portugal e para isso muito contribui o casamento com D. Juana. Embora Enrique IV não pretendesse a coroa portuguesa, conseguia o apoio e a estabilidade que lhe faltavam para lidar com os seus problemas internos. Sobre este assunto veja-se ROMERO PORTILLA – *Dos monarquías medievales ante la modernidad...*, pp. 126-128.

¹⁷¹ CEIV-DEC, cap. 37, p. 183.

gravidez de D. Joana deixara, contudo, a corte perplexa. E por dois motivos. Primeiro porque a rainha era tida como leviana, demonstrando comportamentos pouco púdicos¹⁷², tal como o seu séquito português, contrários à conservadora corte castelhana; e segundo porque o rei era tido como enfermo, depravado, homossexual¹⁷³ e impotente¹⁷⁴. Trata-se, portanto, de propaganda negativa contra a rainha e rei, lançada pelo partido dos Grandes, o qual pretende ganhar poder à custa da Monarquia. Semelhante “má imprensa” já havia ocorrido com Leonor Teles. Para fazer face à sua impotência, faz alardo dos seus amores extra-conjugais, nomeando, por exemplo, D. Guiomar de Castro¹⁷⁵, assim como numerosas prostitutas da cidade. Porém, mesmo tendo deixado a corte perplexa, as grandes críticas e dúvidas acerca da paternidade de Juana não ocorrem aquando do seu nascimento, mas sim a partir do momento em que Juan Pacheco lança esse boato e os Grandes castelhanos o usam e dele fazem alardo para enfrentarem Enrique IV.

¹⁷² Acerca do comportamento da rainha veja-se: CRC-FP, cap. III, pp. 16-17.

¹⁷³ Há bastantes referências de Palencia acerca de Enrique IV, algumas das quais devemos interpretar com prudência pelas razões que já expus. Fernando del Pulgar expõe o seguinte sobre Enrique: «Estou en aquella ciudad [Segóvia] apartado del rey su padre los más días de su menor edad, en los cuales se dió a algunos deleites que la mocedad suele demandar e a onestad deue negar» (p. 10); «Casó, seyendo príncipe, con la princesa doña Blanca [...], con la cual estouo casado por espacio de dies años, e al fin ouo diuorcio entre ellos por el defeto de la generación, que él imputaua a ella e ella imputó a él» (p.11) – PULGAR, Fernando – *Claros varones de Castilla*, Madrid: Espasa-Calpe, 1965.

¹⁷⁴ Vale a pena ler a curiosa sentença de divórcio, publicada no quase centenário SITGES, J. B. – *Enrique IV y la Excelente Señora*, 1912, pp. 48-56. Se se quiser ir mais além, a condição clínica relacionada com a suposta impotência de Enrique foi abordada de forma decisiva por G. Marañón – *Ensayo biológico sobre Enrique IV de Castilla y su tiempo*, Madrid, 1930, tendo sido posteriormente reeditado e ampliado. Marañón chega à conclusão que Enrique IV era um “eunucóide com displasias”. Efectuadas então as análises possíveis aos testemunhos que chegaram até nós, chegou-se à conclusão de que a impotência de Enrique, certa e comprovada, podia não ser total. Dado que se carece de dados para afiançar num ou noutro sentido, Juana pôde ou não ter sido filha biológica de Enrique. Ainda no que diz respeito ao estudo de Marañón, foi também feita uma análise posterior a esta obra por varios especialistas, da qual resultou Gregorio Marañón y Enrique IV, Valladolid, 2000. Veja-se também ACA-JZ, Livro XVII, cap. LX. Todavia, um outro problema presente nesta sensível questão passa pela ilegitimidade do casamento entre Enrique e Joana. Como já advertiu Isabel del Val, devido à mãe da noiva ser tia de Enrique, havia um problema de consanguinidade, o qual embora se tivessem tomado diligências, nunca foi efectivamente resolvido. Deste raciocínio resulta que mesmo que Juana seja filha legítima dos reis, ela é ilegítima, uma vez que o casamento de seus pais também o é. Cfr. VAL VALDIVIESO – *Isabel la Catolica, princesa*, pp. 44-52.

¹⁷⁵ CEIV-DEC, cap. 23, pp. 167-168; CEIV-AP, I, pp. 82-83.

b) *Turbationes Castellae*: o caminho conducente à guerra civil (1462-

65)

O mês de Janeiro de 1462 marca o nascimento de Juana, amplamente apelidada de Beltraneja, por rumores maledicentes dizerem que ela era filha de um privado do rei – D. Beltrán de la Cueva¹⁷⁶. Para tal ocorrência contribuíram alguns factores, a saber: o facto de Joana só ter engravidado passados seis anos; a atitude de, aquando do nascimento de Juana, Enrique IV ter ordenado que se assistisse ao parto e, portanto, dispondo o monarca que o mesmo fosse solene e público¹⁷⁷; finalmente, a promoção de homens novos a altas dignidades, tal como Miguel Lucas de Iranzo e Beltrán de la Cueva¹⁷⁸, o qual obteve a dignidade de conde de Ledesma – o que se pode explicar por ele ter casado com uma filha do marquês de Santillana, incluindo-o na casa de Mendoza; foi-lhe dado Gibraltar e arrecadou o mestrado de Santiago, abrindo um contencioso nos dois últimos casos: o de Gibraltar com o duque de Medina-Sidónia, enquanto o mestrado pertencia por direito ao infante Alfonso, uma vez ter sido último desejo de Juan II de Aragão que ele tivesse o mestrado de Santiago e que fosse condestável de Castela.

¹⁷⁶ CEIV-AP, I, pp. 132-134; CRC-FP, cap. III, pp. 16-17. Como bem assinalou Luis Suárez, Palencia – o cronista inimigo de Enrique IV, faz partir a ilegitimidade de Juana a partir das condições prévias inerentes ao casamento. (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Isabel I, Reina (1451-1504)*, Barcelona: Editorial Ariel, 2000, p. 15). Como provas de legitimidade da princesa, Tarsicio de Azcona faz menção a um mestre Samaya, ginecologista, o qual tratou o rei e a rainha da “infertilidade” que os afectou durante seis anos, até porque quer a impotência masculina, quer a feminina, podiam curar-se, de acordo com o que estava na lei das Partidas, «por maestrias que les fagan, sin peligro grande dellos» (Partida 4, t. 9, l. 2). Por altura do baptismo e de ser jurada em cortes, o conde de Tendilla rechaçou as alegações anti-Juana proferidas pelo marquês de Villena. Um último aspecto diz respeito ao juramento de Juana por parte da fina flor da nobreza de Castela, reconhecendo-a como filha dos reis e princesa. Cfr. AZCONA, Tarsicio - «La revolución castellana y la geopolítica, agentes de la sucesión de Isabel I de Castilla, la Católica (1451-1479)», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 92-93.

¹⁷⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Isabel I, Reina*, p. 13.

¹⁷⁸ Vejam-se alguns dos numerosos exemplos da promoção de Beltrán de la Cueva e de Miguel Lucas de Iranzo: CEIV-AP, I, pp. 149-152; ACA-JZ, Livro XVII, cap. LIV; CEIV-DEC, p. 185. Na verdade, podemos ler estes actos como manifestações de alegria e não como pagamento de favores, como certos cronistas quiseram fazer acreditar. Cfr. VAL VALDIVIESO – *Isabel la Católica, princesa*, pp. 49-50.

Foram convocadas cortes em Madrid (1462), para jurar Juana como herdeira, o que efectivamente veio a acontecer¹⁷⁹, mas não sem que alguns dos Grandes protestassem previamente, em segredo, com receio do poder de Enrique¹⁸⁰, não obstante ele relegar as decisões importantes para a responsabilidade de Beltrán, olvidando os Grandes. A contestação dos Grandes, prévia ao juramento e consubstanciada num documento escrito secreto¹⁸¹, carecia de razão que explicasse por que Juana não tinha direito ao trono. Várias hipóteses são então possíveis: a primeira é porque Afonso, infante varão, não podia ser preterido em função de uma mulher. Na verdade, já havia um precedente com Maria, filha de Enrique III e rainha de Aragão, o que invalida esta hipótese. Outra possibilidade é por Juana ter sido ilegítima, mas este seria um entrave com resolução por parte do papado, caso a tal instância se achasse necessário recorrer. Na verdade, o ambicioso Juan Pacheco, o mentor desta operação, pretendia afastar o partido aragonês, estreitar os laços com Portugal e submeter o rei e os seus descendentes, na medida do possível, à sua influência¹⁸².

¹⁷⁹ CEIV-DEC, p. 186. VAL VALDIVIESO – *Isabel la Catolica, princesa*, pp. 48-49.

¹⁸⁰ ACA-JZ, Livro XVII, cap. LVI; CRC-FP, cap. I, p. 6. Pulgar identifica alguns dos Grandes que contestaram este juramento: Alfonso Carrillo (arcebispo de Toledo), D. Fradique Enriquez (almirante-mor de Castela), Juan Pacheco (marquês de Villena), Pedro Girón (mestre de Calatrava), Gomes de Cáceres (mestre de Alcântara), Álvaro de Stuñiga (conde de Placência), Rodrigo Afonso Pimentel (conde de Benavente), Rodrigo Manrique (conde de Paredes), Gabriel Manrique (conde de Osorno e comendador-mor de Castela). Na verdade, delineavam-se aqui dois partidos: o dos Grandes, a quem já fiz referência, e que defendia o aumento do poder da nobreza, e o partido que secundava o fortalecimento do poder da monarquia, composto pelo próprio monarca, pelo condestável D. Álvaro de Luna e pelo bispo, seu cunhado. Os Grandes pretendiam e obrigaram Enrique IV a jurar o infante Alfonso herdeiro, por ele ser varão e filho de Juan II. Não obstante, o episódio foi levado às últimas consequências, Enrique IV foi declarado inapto para reinar; o infante foi alçado rei e começou a guerra civil, no ano de 1465, como se verá mais adiante.

¹⁸¹ Cfr. MENÉNDEZ PIDAL - «Introducción», p. XXXI. Acrescenta ainda o historiador que este tipo de protesto secreto era habitual na época, uma vez que na sua génese estava a coação e o medo.

¹⁸² É fácil de perceber que disposta a sucessão numa nova ordem, quem controlasse os infantes Isabel e Afonso podia utilizá-los para criar vínculos em função de uma ou outra facção, na bipolarizada sociedade castelhana. Esta bipolaridade reflecte-se quer na política interna, quer na política externa, com os pólos a serem Portugal e Aragão. Torna-se então mais perceptível a quantidade de pretendentes que Isabel teve. Tomemos em consideração dois momentos distintos: em 1457 havia uma clara aproximação a Aragão com o duplo matrimónio concertado. Os Infantes Afonso e Isabel de Castela com os infantes Juana e Fernando de Aragão. Três anos mais tarde, Enrique IV utilizou Isabel para atrair o conde de Viana, projecto que apenas soçobrou devido à morte do mesmo. Posteriormente, e fruto da condução da política interna castelhana, com Juana a ser jurada herdeira e com o marquês de Villena e os outros grandes, incluindo Juan II de Aragão, a oporem-se ao modo como o reino era conduzido por Enrique IV, há uma aproximação a Portugal e nos “encontros de Gibraltar”, concerta-se o outro duplo casamento: de Isabel

Juan II de Aragão não pôde ter estado mais em desacordo com o caminho que tomava a política castelhana: a sua filha Branca tinha sido preterida em função de Juana e agora via afastada a possibilidade de o casamento de Fernando com Isabel ser frutífero.

Agitavam-se os nobres confederados com o rei de Aragão¹⁸³ e o reino acusava o mal-estar, que é patente nas cortes de Toledo de 1462, nas quais se protestou contra a arbitrariedade na administração da justiça, os actos de violência a que estavam sujeitos os procuradores dos concelhos, os assaltos nos caminhos e a suposta falsificação da linhagem real com o juramento da princesa Juana¹⁸⁴.

Pressionados pelo marquês de Villena – Juan Pacheco, reuniu-se a Liga¹⁸⁵, em Alcalá de Henares, onde redigiu uma petição¹⁸⁶ em que se suplicava ao rei que afastasse do seu séquito os mouros da guarda real; que corrigisse as arbitrariedades ao cobrar os impostos; que não alterasse o valor da moeda sem razão; que banisse D. Beltrán da

com Afonso V e Juana com o futuro D. João II; e a confederação de ambos os monarcas como oposição à confederação dos Grandes com Juan II de Aragão, tio de Enrique IV.

¹⁸³ Esta confederação existia desde 1460 e a partir de 1464 passa a contar com o apoio de Juan II de Aragão, na sua qualidade de nobre de Castela. Cria-se assim a Liga. Veja-se os seus membros na nota 180.

¹⁸⁴ Menéndez Pidal refere-se a esta transição como o «fin de los años felices y el comienzo de los años de infortunio». MENÉNDEZ PIDAL - «Introducción», p. XXXII; Aliás, nas palavras deste autor, lê-se expressivamente que «la falsificación de ese linaje, manifiesta para todos, constituía el más irritante atropelo del derecho público». Veja-se também CRC-FP, pp. 17-18.

¹⁸⁵ De acordo com múltiplos autores como por exemplo M. AURELL, L. SUÁREZ FERNÁNDEZ, M.C. GERBET, M^a I. del VAL VALDIVIESO, M^a C. QUINTANILLA, por Liga, Liga nobiliária ou bando devemos entender os nobres mais poderosos do reino, embora bando, no caso castelhano, possa designar também ramificações confederadas de âmbito regional ou local. As ligas nobiliárias confederavam-se e adquiriam dimensão nacional, fruto da dispersão dos senhorios dos confederados. É errado associar estes bandos a partidos políticos. Proliferaram especialmente em meados do séc. XV. Os seus interesses passavam pela aquisição e defesa das suas terras, privilégios, mercês, etc. Numa perspectiva defensiva, os confederados comprometiam-se a ajudarem-se mutuamente e conservar e proteger os bens respectivos e, também na vertente ofensiva, apoiavam-se entre si contra os seus inimigos, embora este aspecto fosse menos frequente. Estas ligas nobiliárias que existiram um pouco por toda a Cristandade ocidental nos séculos XIV e XV. Em Castela, foram sendo dissolvidas devido à política dos *Reis Católicos*, os quais agiam como mediadores entre as várias facções dos contendentes. Veja-se DÍAZ DE DURANA, José Ramon - «Las luchas de bandos: ligas nobiliarias y enfrentamientos banderizos en el nordeste de la corona de Castilla», in *Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV (XIV semana de estudios medievales - Nájera 2003)*, Logroño: Gobierno de La Rioja e Instituto de Estudios Riojianos, 2004, pp. 82-105.

¹⁸⁶ CEIV-AP, I, pp. 149-152.

corte; e que libertasse o infante Alfonso, o qual tinha à sua guarda em Segóvia. Os reis de Aragão prometeram ajuda (que se traduzia em ajuda militar) para restabelecer a ordem pública, para reconquistar o reino de Granada e para libertar os infantes, que representavam o poder legítimo em Castela. Estava em causa a linha fundamental de governo do reino. É de manifesta importância destacar que o protesto por parte destes nobres não faz qualquer menção à Beltraneja, fosse ou não D. Juana filha de Enrique IV¹⁸⁷. Sem embargo, o rei não fez caso desta petição.

É também por esta altura (Janeiro de 1464) que Enrique IV concerta um encontro com Afonso V, em Gibraltar, nas quais se determina o casamento do rei português com a meia-irmã de Enrique, assunto que, evidentemente, não tem o apoio dos Grandes¹⁸⁸. É aqui que está o embrião de uma estreita aproximação entre Castela e Portugal e que terá altos e baixos. O monarca castelhano não só oferecia Isabel a Afonso V, como também propunha que D. Juana, sua filha, casasse com o *Príncipe Perfeito*. Deste modo, esperava ele ter Portugal como aliado na guerra civil que se vinha desenhando no horizonte castelhano, com os Grandes a quererem alçar o infante Alfonso por rei. Rui de Pina é taxativo ao referir que esses acordos não se realizaram devido à inconstância de Enrique IV¹⁸⁹. Em Abril de 1464 voltaram a encontrar-se os monarcas na Ponte do Arcebispo, sobre o rio Tejo, não muito longe do mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, onde Afonso V tinha ido em romaria. O intuito deste encontro era retomar os contratos de casamento¹⁹⁰ (e consequente aproximação de Castela a Portugal). Os Grandes reagiram não para defender a liberdade de Isabel

¹⁸⁷ Veja-se SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 15; SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Isabel I, Reina*, p. 17.

¹⁸⁸ CEIV-DEC, pp. 208-211; ACA-JZ, CEIV-AP, I, pp. 145-146. Nas palavras de Tarsicio de Azcona, 1464 foi o ano mais conflituoso da revolução social e política que se vinha já fomentando. Por tal, os “contratos matrimoniais” de Isabel com Afonso V seriam, no seu modo de ver, uma boa maneira de superar a dita revolução. Por outro lado, do contacto permanente que Enrique IV desenvolveu com o papado, culminando com a *Alegación jurídica* que foi enviada a Paulo II, em Julho de 1465, resultou o apoio da Santa Sé à coroa de Enrique. Podemos dar como exemplo a bula *Sane desiderantes*, enviada de Roma e datada de 15 de Maio de 1467, na qual a revolução é qualificada como “dissensão pestilenta, discórdia e divisão execráveis, criação do inimigo do género humano, danosa para os reinos de Castela e Leão e reinos circunvizinhos, impregnada de danos presentes e mais formidáveis do que se esperam”. Veja-se AZCONA - «La revolución castellana y la geopolítica...», p. 89 e p. 95.

¹⁸⁹ CDAV, pp. 808-9; ACA-JZ, Livro XVII, cap. LVI.

¹⁹⁰ CDAV, p.814; CEIV-AP, I, cap. X, p.146.

perante a suposta tirania do seu meio-irmão, mas para evitar uma manobra política de consolidação¹⁹¹.

Assim os Grandes acreditam que têm razões para levarem a cabo dois atentados no palácio real, à pessoa de Enrique IV, os quais também tinham por objectivo capturar Beltrán de la Cueva. Porém, ambos foram gorados. O monarca teve uma chance de aniquilar os inimigos políticos, mas não a aproveitou. Enquanto uns viram este comportamento como fraqueza, outros referiram que isso era prova de um rei bondoso e com capacidade de perdoar¹⁹². Os seus inimigos fugiram para Burgos, onde teve lugar

¹⁹¹ As especificidades de cada reino criam cenários próprios, de acordo com os seus intervenientes. Porém, há implicações mais graves e que extravazam fronteiras. Adão da Fonseca sintetiza o problema: «[...] são os problemas internos criados pela luta entre a nobreza e a monarquia, e são os problemas externos derivados da pacificação atlântica, da progressiva importância dada ao mundo mediterrâneo, e os derivados do desequilíbrio económico nas transações entre o Norte e o Sul». (FONSECA, Luís Adão da – «Horizonte castelhano no debate político em Portugal no final da Idade Média», in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1999, p. 157).

¹⁹² O próprio cronista oficial reprova o comportamento do rei: «fue rremiso, quando deviera ser secutivo, y mostro flaqueza, quando deviera tener esfuerço, sus desleales cobraran osadía y él quedó más amedrentado que con desnudo» (CEIV-DEC, caps. 60, 62-64); Diz assim Pulgar, não especificamente sobre este episódio, mas sobre a personalidade do rei: «[...] a quien no comunicaua sus consejos, ni la gouernación de sus reinos, e pensauan que de razón les deuía ser comunicado, concibieron tan dañado concebito, que algunas vezes coniuraron contra él para lo prender o matar. Pero como este rey era piadoso, bien así usó Dios con él de piedad, e le libró de la prisión e de los otros males que contra sua persona se imaginaram» (CVC-FP, p. 13). Porém, mais adiante, Pulgar parece ter noção de que é necessário passar uma ideia mais real: «La cual [disensión], porque al principio no fué castigada segun deuía, creció entre ellos [outros] tanto, que fizo decrecer el estado del rey, e el temor e obediencia que los grandes de sus reinos le auían» (CVC-FP, p. 18). Carvajal consegue uma descrição que corresponde a um meio termo. Se, por um lado, critica a atitude de Enrique desde novo: «los mas dias de su menor edad, en los quales se dio a algunos deleites, que la mocedad suele demandar y la honestidad deve negar. Hiço abito dellos, porque ni la edad flaca los sabia refrenar, ni la libertad que tenía los sufria castigar»; por outro lado, como que travando este seu discurso em que caracteriza o rei negativamente, acrescenta: «era hombe piadoso, y no tenia animo de hacer mal, ni ver padecer a ninguno» (CEIV-LGC, cap. I, p. 73). Não obstante, Enrique IV foi tido como um rei benevolente e que soube perdoar. Isabel del Val, após ter estudado a guerra sucessória, conclui que Enrique, a partir do momento em que foi rei, tentou por todos os meios governar idoneamente e ser respeitado pelos três estados e estabelecer a paz, que já desde o reinado de seu pai vinha sendo perturbada. Todavia, as dinâmicas de mudança que afectam a sociedade, protagonizadas quer pela nobreza, quer pelas cidades, causaram a Enrique um problema com a forma de espiral, ao outorgar doações a todos. Isto produziu uma imagem negativa do poder do monarca, pondo inclusivamente em causa a sua autonomia em detrimento do poder nobiliário, conflito recorrente no século XIV, por toda a Cristandade e ao qual já me reporteí várias vezes. Estes nobres não procuram somente a redistribuição da riqueza em seu benefício. Estão também interessados em ter uma participação mais activa nas deliberações políticas. No que diz respeito aos poderes urbanos, estes procuram afastar-se das ingerências da coroa, mas por outro lado não estão dispostos a ficar à mercê do poder crescente do regime senhorial. Conclui a autora com uma passagem que quero destacar: «a pesar de su buena intención, la política seguida por Enrique IV desde el comienzo de su reinado no parece la más adecuada para atraerse la voluntad del reino y evitar disturbios. Sin duda su comportamiento responde a un intento de afianzar su posición, ganarse la voluntad nobiliaria, y controlar las diversas esferas del poder existentes

outra junta. A 28 de Setembro de 1464, foi então redigido um documento não assinado, logo propagandístico, enumerando delitos alegadamente perpetrados por Enrique IV: heresias, blasfémias e homossexualidade por parte do rei e do seu valido mais querido – D. Béltran; parcialidades na atribuição dos bispados e atribuição dos mesmos a pessoas não qualificadas para tal; guerra titubeante contra os mouros, que mais prejudica os vizinhos de Castela do que os sarracenos; emprego de mouros na guarda real; administração da justiça confiada a homens iníquos; a falta de administração da justiça, não concedendo o rei audiências para dirimir pleitos. Na parte final do documento estão as acusações mais graves: o conde de Ledesma, mestre de Santiago, oprime Enrique IV; D. Juana foi jurada, não tendo direito a tal; e, por fim, os legítimos infantes na linha da sucessão estão indevidamente em cativeiro. Ficou no ar a ameaça de que se estas exigências não fossem satisfeitas, os seus constituintes pediriam ajuda ao resto do reino e dos príncipes da Cristandade para remediar estes males¹⁹³. O próprio Palencia levou uma cópia deste documento para apresentar na cúria papal.

Enrique, com espírito apaziguador (temeroso, nas palavras de Zurita¹⁹⁴), negociou com a Liga e libertou o infante Alfonso. Por outras palavras, capitulou, o que, na verdade, colocava em cheque D. Juana. Sem embargo, um dos seus conselheiros – o bispo de Cuenca, Lope Barrientos, admoestou-o, dizendo-lhe que caso não eliminasse os seus inimigos, «quedareis por el más abatido rey que jamás hubo en España y arrepentiros heis, señor, cuando no aprovechare»¹⁹⁵. O resultado traduziu-se nas “vistas de Cigales” (25 de Outubro de 1464), nas quais se determinou que Afonso casaria com Juana, ambos jurados reis de Castela. Outras mudanças passaram pela restituição do mestrado de Santiago ao meio-irmão do rei, não deixando este de compensar D. Beltrán de la Cueva, fazendo-o duque de Albuquerque. Ao mesmo tempo, o infante Alfonso passou a ser controlado pelo engenhoso marquês de Villena.

en el reino, pero los resultados son otros: la división interna, la crisis sucesoria, la guerra civil». VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del – *Isabel la Católica y su tiempo*, Granada: Universidade de Granada, 2005, pp. 121-127.

¹⁹³ CEIV-DEC, pp. 220-222; CEIV-AP, I, pp. 154-157; ACA-JZ, Livro XVII, cap. LX.

¹⁹⁴ «[...] el rey con gran temor de su vida y estado mandó sacar del alcázar de Segovia al infante don Alonso y le entregó en poder del marqués de Villena, creyendo que por aquel camino se remediaría tanta infamia» ACA-JZ, Livro XVII, cap. LX.

¹⁹⁵ CEIV-DEC, cap. 65, p. 224.

Ainda não satisfeitos com a solução, os inimigos impuseram a Enrique IV a nomeação de uma comissão, cujo intuito seria reformar a Monarquia. Isto ditou a sentença de Medina del Campo, a 16 de Janeiro de 1465, que se traduziria, na prática, num sistema representativo, com procuradores nobres, eclesiásticos e concelhios, reservando-se ao rei certas funções de carácter executivo.

c) Guerra civil (1465-74)

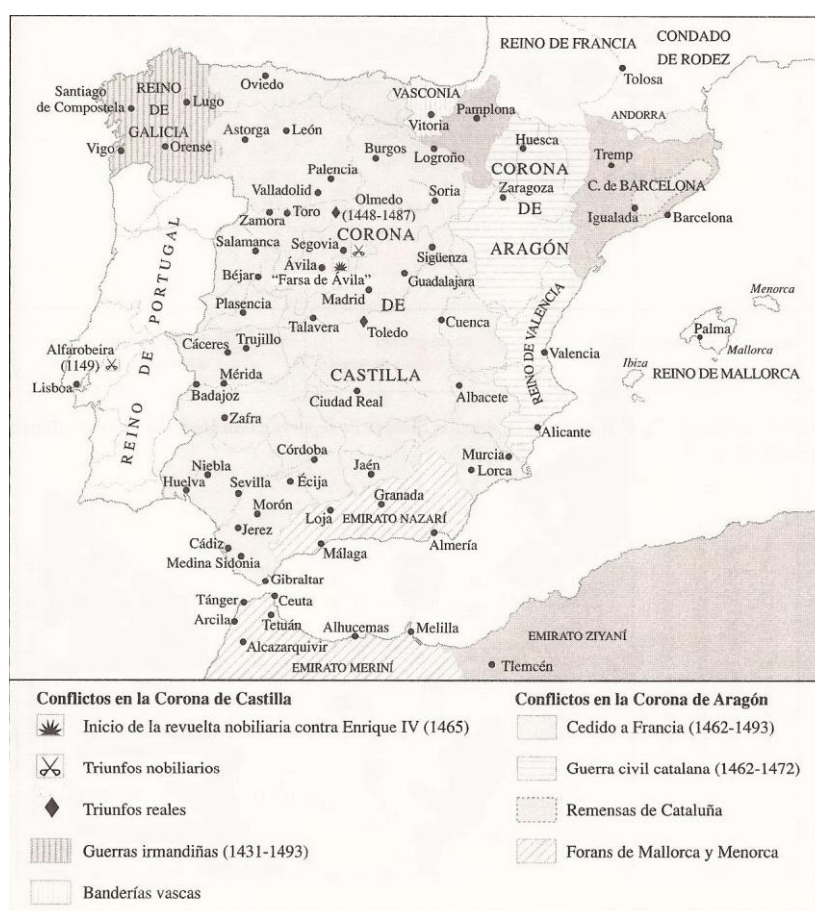
Num raro momento de firmeza, Enrique rechaçou o memorando de Medina del Campo, concluindo (acertadamente) que isso seria colocar o seu poder em risco. Perante isto, Pacheco e o seu grupo consideraram ser o momento ideal para depor o rei, proclamando Afonso, com apenas onze anos, em Ávila¹⁹⁶. Para tal, levantou-se um estrado, onde sentaram um estafermo com as insígnias reais e ao qual chamaram Enrique, rei. Simulando um julgamento, formularam acusações, ao mesmo tempo que o foram acusando de tirano e de querer dar a sucessão a quem não pertencia, despojando-o das próprias insígnias. Em seguida, alçaram Afonso por rei. Este episódio, que ficou conhecido como a Farsa de Ávila (5 de Junho de 1465), estava carregado de simbolismo, manuseando o boneco como se do próprio rei se tratasse, retirando-lhe a sua dignidade real (ceptro, coroa, trono) e ultrajando-o¹⁹⁷. Com o destronar de Enrique IV e a eleição do infante Alfonso pelos Grandes, pretendia-se constitucionalizar um sistema pactista, cujo intuito era limitar a autoridade régia e consolidar o poder da oligarquia nobiliária. Isto era possível porque o “antirrei” tinha apenas onze anos e era,

¹⁹⁶ CEIV-AP, I, pp. 167-171; ACA-JZ, Livro XVIII, cap. II.

¹⁹⁷ Relativamente a este assunto é imprescindível a leitura de MACKAY, A. «Ritual and propaganda in the fifteenth-century Castille», in *Past and Present*, 107, 1985, pp. 4-43 e das obras de CARRASCO MANCHADO que já fui citando. Para que o processo seja válido e legal, além do ritual de entronização quando o novo rei é alçado. Neste ritual o soberano jura as leis do reino e é jurado por todos. Porém, esta cerimónia era precedida das exéquias pelo monarca defunto, o que não se podia verificar porque Enrique IV ainda vivia. Há também o ritual de obediência, o qual recorre a um itinerário circular que começa na pessoa do rei entronizado e que termina novamente na sua pessoa. O reconhecimento e a obediência de todos os estados transmitem-se pela reiteração de gestos, palavras e símbolos relativos ao acatamento do novo monarca, não bastando alçar pendões, dado que é preciso a presença do soberano. Cfr. CARRASCO MANCHADO - *Isabel I de Castilla y la sombra de la ilegitimidad...*, pp. 42 e 59 e VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del - «La Farsa de Ávila en las crónicas de la época», in *Espacios de poder e formas sociales en la Edad Media. Estudios dedicados a Ángel Barrios García, Gregorio del Ser Quijano, Iñaki Martín Viso*, Universidad de Salamanca, 2007, pp. 355-367.

portanto, manipulável, em particular pelos irmãos Juan Pacheco e Pedro Girão e por Fernando Carrillo. Era preciso ainda dotar o seu reinado com todos os elementos próprios do poder, entre eles o cunhar de moeda. Estas moedas cunhadas durante o brevíssimo reinado de Afonso tinham mais valor político e menos valor económico, embora Castela fosse uma manta de retalhos política, houvesse escassez na circulação de moeda (principalmente as dobras de ouro) e a falsificação fosse muita, especialmente a partir da reforma monetária de 1462. Porém, pretendia-se afirmar a legalidade de Afonso acima de qualquer outro objectivo¹⁹⁸.

Mapa 1 – Conflitos sociais e nobiliários no século XV



Fonte: AZCONA, Tarsicio de – *Isabel la Católica. Vida y Reino*, Madrid: La Esfera de los Libros, 2002, p. 94.

¹⁹⁸ CASTILLO CÁCERES, Fernando – «Las monedas del príncipe Alfonso: 1465-1467», in *Estudios sobre cultura, guerra y política en la corona de Castilla (siglos XIV-XVII)*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2007, pp. 291-294 e 303-304. É ainda indispensável a consulta de MORALES MUÑIZ, Dolores Carmen – *Significación e historiografía de Alfonso XII de Castilla: nuevas vías de investigación*, in *Medievalismo*, n.º 6, 1996, pp. 213-237 e, da mesma autora, *El reinado de Alfonso XII de Castilla*, Universidad Autonoma de Madrid, 1985.

A guerra civil era cada vez menos um fantasma e mais uma realidade. Não obstante uma boa parte da nobreza ser rebelde, Enrique contava com fortes apoios nos outros grupos sociais.

A rainha ainda se deslocou à Guarda para pedir auxílio a Afonso V¹⁹⁹, o qual reuniu cortes, mas o resultado não foi favorável à intervenção portuguesa no reino vizinho, uma vez que era sobejamente conhecida a volatilidade de Enrique IV e também porque o reinado do “antirrei” foi bastante efêmero²⁰⁰.

Nesta altura conturbada, porém, Isabel permaneceu sem se manifestar e, no início de 1466, percebeu-se que nenhum dos partidos estava capaz de clamar a vitória, pelo que duas saídas se apresentavam. A primeira veio de Juan Pacheco, sempre desdenhoso e insurrecto face ao poder do rei. Pacheco ofereceu ao segundo uma soma em dinheiro e três mil ginetes, o que desequilibraria as forças contendentes a favor de Enrique. Em troca deveria dar Isabel, a qual casaria com Pedro Girão, seu irmão e mestre de Calatrava. O soberano caía em mais uma cilada, de conveniência, desejoso de que estava que atrair os dois irmãos para a sua esfera de influência. Porém, o quarto pretendente de Isabel morreu antes que se pudesse celebrar o matrimónio²⁰¹. Isabel ia percebendo os perigos a que estava sujeita: as conveniências políticas do irmão e de um punhado de nobres, especialmente Juan Pacheco e Alfonso Carrillo. A segunda saída surge da percepção do conflito castelhano, que extravasa as fronteiras peninsulares. Assim, tanto Juan II de Aragão, que era o principal interessado na resolução do conflito com o desfecho matrimonial a pender para o seu filho Fernando, como o papa Paulo II enviam legados com amplos poderes para conseguir desbloquear a situação. António de Veneris – o enviado da cúria romana, após ter avaliado a situação ibérica *in loco*, chegou à conclusão que devia respeitar-se a legitimidade henriquina, devendo as coisas voltar à situação de 1464, ou seja, ao acordo saído das “vistas de Cigales”. Todos deveriam acatar a autoridade de Enrique, o qual teria como sucessor o infante Alfonso.

¹⁹⁹ TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, volume I, Valladolid: 1963, docs. 9 e 10, pp. 43-57; CEIV-DEC, cap. 75, p. 239.

²⁰⁰ CDAV, cap. 158, p. 814.

²⁰¹ CEIV-DEC, cap. 85º, p. 257.

Como as negociações foram infrutíferas, Pacheco tomou de assalto Segóvia. O seu plano consistia em apoderar-se da rainha, da infanta e do tesouro. Apenas logrou a custódia de Isabel, que se reuniu ao seu irmão, em Arévalo, onde passou a dispor de património seu. O arcebispo Fonseca – um dos três clérigos que anos antes tinha recebido o encargo de analisar o projecto do segundo casamento de Enrique IV, colaborava com António Veneris na mediação do conflito; decidiu salvaguardar-se da inconstância da conveniência momentânea do rei e exigiu reféns, tendo-lhe sido entregue a rainha. Deste exílio forçado resultaram dois filhos bastardos de Juana com Pedro de Castela, sobrinho do arcebispo de Sevilha. Esta conduta “pouco decorosa” fez com que Enrique cedesse e reconhecesse os direitos sucessórios de Isabel, prescindindo dos de Juana. Um pouco antes, inesperadamente, o pequeno “rei” Afonso morreu (5 de Julho de 1468). Palencia é o único que nos fala de veneno, não sendo por isso verosímil semelhante notícia²⁰². O quadro fica completo se se disser que os Mendoza detiveram Juana, a qual fizeram por proteger²⁰³, para que esta tivesse algum peso político.

Muito embora Isabel tenha mostrado um espírito conciliador como direi adiante, há, actualmente, duas provas que demonstram que ela se considerava sucessora de Afonso. A primeira é uma carta às cidades, datada de 4 de Julho (véspera da morte de Afonso), que diz: «ya vosotros sabéis que en la hora que Nuestro Señor de su vida outra cosa dispusiese, la sucesión de estos reinos y señorios de Castilla y León, pertenezcan a mí como su legítima heredera y sucesora que soy»²⁰⁴. Note-se, porém, que deter a sucessão não significa que se detenha o poder real efectivo, em todas as vertentes que o compõem. A segunda prova data de 8 de Julho, logo, posterior à morte de Afonso, e foi uma mensagem despachada aos principais concelhos, lembrando que era a legítima herdeira e sucessora dos reinos e pedindo às cidades que lhe enviassem os seus

²⁰² Com efeito, Sículo diz o seguinte acerca deste assunto: «Y lo que se dice de la manera de su muerte, ni lo afirmo, ni lo niego. Algunos piensan que murió no sin sospecha de ponzoña que le fué dada». VHRC-LMS, pp. 23-24. Do lado português, Garcia de Resende, na sua *Miscelânea*, afirma: «Vijmos seu irmão mais moço § por ser rey alleuantado § dos grades muy agoardado § todo o reyno ã aluoroço § & el Rey mal acatado § vijmos este grande estado § muy asinha derribado § & sem porque, sem vergonha § ho mataram com peçonha § antes de hũo ano acabado».

²⁰³ Pode ler-se a apelação para a cúria romana contra o acordo de reconhecer Isabel como herdeira de Castela, feita em nome de D. Juana, por Iñigo López de Mendoza, conde de Tendilla e tutor da mesma, em TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, vol. I, doc. 13, pp. 59-65.

²⁰⁴ Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Isabel I, Reina*, p. 36.

procuradores a Ávila, onde ela estava com os representantes da nobreza, clerezia e povo, para que prestassem obediência²⁰⁵. É importante destacar a responsabilidade que ela quis assumir ao proclamar-se legítima, o que a colocava na esfera oposta a D. Juana. Para tal, devia proceder dentro dos trâmites estipulados: aceitar a obediência ao rei, rejeitando com argumentos quaisquer hipóteses de sucessão de Juana e ser aceite pelo reino.

Com o intuito de acabar com as querelas que os Grandes e os do partido régio vinham tendo – leia-se guerra civil, Isabel renunciou ao título de rainha²⁰⁶, enquanto Enrique reinasse, contentando-se com o título de princesa²⁰⁷, mas sem perder de vista a coroa. Esta decisão abria as portas a uma franca negociação da qual saiu um acordo aceitável para ambas as partes, conseguido a 18 de Setembro de 1468, que consistiu em: a Joana rainha e a Juana filha deveriam ser exiladas para Portugal²⁰⁸, a obediência seria novamente prestada a Enrique, mas confirmava-se que Isabel era a natural herdeira dos reinos. Estes estatutos foram tão graves quanto os efeitos que produziram, uma vez que mesmo Enrique tendo voltado com a palavra atrás, Isabel sempre se bateu por eles, assentando aqui a pedra basilar em como o soberano negava o direito sucessório a Juana²⁰⁹.

²⁰⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Isabel I, Reina*, pp. 36-37. Isabel del Val realça que este chamamento deve ter sido pouco eficaz, já que Isabel era praticamente desconhecida no reino. Cfr. VAL VALDIVIESO – *Isabel la Católica, princesa*, pp. 59-66.

²⁰⁶ A necessidade que temos de datar e de querermos traçar contornos definidos em contextos históricos apresenta algumas dificuldades. Isabel renunciou ao título de rainha, mas os historiadores consideram, actualmente, que o reinado da *Católica* se inicia com a morte do seu irmão Afonso. Isto processa-se em duas etapas, a da sucessão e a do exercício do poder. Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Isabel I, Reina*, p. 35.

²⁰⁷ Num documento do arquivo municipal de Ávila, na carta de despedida de Ávila, estiveram presentes Isabel e alguns Grandes. Considero oportuno citar um trecho em que a princesa diz: «su claro é manifiesto derecho que tenía de heredar estos Reinos de Castilla é de León». (SITGES, J.B. – *Enrique IV y la Excelente Señora*, p. 172).

²⁰⁸ Veja-se o documento apresentado por SITGES – *Enrique IV y la Excelente Señora*, p. 185, no qual se estatui que ambas seriam enviadas para o reino luso. Esta notícia é diferente da que apresenta Pulgar, talvez para amenizar a dureza da separação do rei e da rainha e sua filha. Cfr. CRC-FP, cap. V, pp. 23-25.

²⁰⁹ O acordo «concordado y asentado» ficou estipulado em dez cláusulas, as quais podem ser consultadas em SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, pp. 25-26. É ainda provável que Enrique acreditasse que poderia, no futuro, furtar-se a este compromisso, não passando, por isso, a sua actuação de uma manobra política.

O acordo foi confirmado numa concórdia, em Toros de Guisando²¹⁰, a 19 de Setembro de 1468. Nas “vistas” que se celebraram neste lugar, acompanharam o rei o legado do papa, e nobres e prelados da corte, totalizando 1.300 homens de armas, entre eles, Juan Pacheco, que tinha mudado uma vez mais de bando. Do lado isabelino apenas havia duzentas lanças das mesnadas de Alfonso Carrillo. Este tentou convencer Isabel da conveniência de regressar a Ávila, interrompendo as negociações e para que «no diese su mano sino al rey de Portugal, viudo y com hijos legítimos, proponiéndose así él como la reina privarla com tal consejo de toda la prerrogativa en los reinos de Castilla y León y estorbar el venturoso y excelso matrimonio com el príncipe de Aragón, don Fernando, legítimo heredero de tantos reinos, unión feliz y única ventajosa para España toda»²¹¹. Sem embargo, Isabel compareceu e foi jurada herdeira e toda a comitiva do rei oficializou a situação com o tradicional beija-mão, na presença de populares ali reunidos. Como o acordo incluía a restauração de obediência a Enrique, o bando isabelino também procedeu ao beija-mão ao monarca. Isabel passou a integrar a corte.

O clã Mendoza²¹² não compareceu. Afinal, eles eram os detentores da guarda de Juana, “peça” que agora perdia todo o seu valor. A rainha apelou ao papa para que anulasse o juramento e, ao mesmo tempo, o conde de Tendilla recusou reconhecer Isabel como herdeira²¹³.

²¹⁰ A concórdia de Toros de Guisando foi já bem estudada e pode ser conhecida em pormenor em TORRES FONTES, Juan - «La contratación de Guisando», in *Anuario de Estudios Medievales*, 2, Barcelona, 1965, pp. 399-428 e ainda em VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del – *Isabel la Católica princesa*, pp. 73-115. Recentemente, o investigador Tarsicio de Azcona comenta que, embora o estudo de Isabel del Val acerca deste problema seja muito importante, em virtude de não ser ter encontrado ainda a acta notarial original do encontro de dia 19, as várias cópias encontradas «no satisfacen a la investigación crítica». Veja-se AZCONA - «La revolución castellana y la geopolítica...», pp. 96-97.

²¹¹ CEIV-AP, I, p. 262. Outra prova de que as negociações para o casamento entre Afonso V e Isabel e o príncipe D. João e Juana continuavam consta na CPDJ, cap. XXXVIII, pp. 95-96 e na ACA-JZ, Livro XVIII, cap. XX. Veja-se ainda SANTARÉM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarchia portugueza até aos nossos dias*, tomo I, Paris: Officina Typographica de Fain e Thunot, 1842, pp. 366-367.

²¹² Compunham esta família o marquês de Santillana, o novo – Diego Hurtado de Mendoza, o conde de Tendilla – Iñigo López de Mendoza e o bispo de Sigüenza e futuro cardeal Pedro González de Mendoza. Não esqueçamos que o marquês era sogro de Beltrán de la Cueva. Este clã acolhia também a rainha e o seu amante, Pedro de Castilla.

²¹³ Este acto ocorreu mais de um mês depois do acordo de Guisando, a 24 de Outubro de 1468. Veja-se CRC-FP, cap. I, p. 23.

Enrique declarou Isabel como herdeira, renegando Juana, não obstante no passado a sua filha ter sido jurado herdeira pelos Grandes e pelo povo, acto este que declara nulo.

Apesar disso, Isabel detinha uma posição de destaque e as negociações para o seu casamento – algumas antigas, outras novas, foram reactivadas. A proposta mais antiga vinha de Aragão. Fernando era agora príncipe e as duas casas reinantes tinham uma ascendência comum, razão que Isabel invocou aquando da escolha. Afonso V era o candidato apoiado pelo monarca castelhano, pelo seu privado Beltrán de la Cueva e por Pacheco, os quais relembraram o grande poder e prestígio do monarca português. No entanto, aos olhos dos apoiantes de Isabel, este era detraído por ser viúvo e demasiado velho para a princesa e por ter já um herdeiro varão. Para além disso, outras possibilidades passavam por um irmão de Eduardo IV de Inglaterra – Ricardo de Gloucester, e Carlos, duque de Berry. No primeiro caso fortalecia-se a aliança entre as duas coroas e, no segundo caso, o irmão do rei de França tinha sérias hipóteses de herdar o trono, uma vez que Luís XI não tinha filhos varões, ao mesmo tempo que afastava Castela da influência inglesa.

Porém, as cortes que deveriam jurar Isabel tardaram em ser convocadas. Pensa-se que o mestre de Santiago estaria a negociar favoravelmente a dispensa para o casamento de Isabel com Afonso V, a qual é concedida a 23 de Junho de 1469, bloqueando a pretensão de Fernando de Aragão²¹⁴. Antes da dita dispensa, os embaixadores portugueses liderados pelo arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa, receberam um não rotundo da princesa, o que provocou um certo desinteresse em Afonso V. Enrique prosseguiu então numa política de jogo duplo. Ao fim de quatro meses ainda não tinha enviado a rainha nem Juana para Portugal. As cidades que o monarca deveria ter entregue à meia-irmã, não foram entregues. Celebraram-se as cortes, por fim, em Ocaña, no início de Abril de 1469. Nestas procurou-se a recuperação económica, pretendeu-se reforçar as relações com a França e travar as concessões aos fidalgos mas Isabel não foi jurada como herdeira, em jeito de retaliação à sua negativa

²¹⁴ CEIV-AP, I, pp. 269-271; TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, doc. 15, pp. 66-67; SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, pp. 29-30.

ao casamento. Acontece que esta negativa não era desobediência, posto que o casamento deveria ser acordado com a vontade da infanta²¹⁵.

Isabel, praticamente prisioneira em Ocaña e vigiada por Juan Pacheco, decidiu-se por Fernando, tendo em atenção a vontade dos nobres, prelados, cidades e vilas. Este casamento já vinha sendo preparado pelo condestável navarro, Pierres de Peralta, desde Setembro de 1468, tendo como apoiante Alfonso Carrillo. Porém, a alta nobreza (com excepção daqueles que tinham laços de parentesco com Juan II) tinha algum receio de que quando Fernando fosse rei, os aragoneses reclamassem as terras das quais tinham sido expropriados. Luís XI de França também viu com receio esta união, uma vez que dela nasceria uma potência que rivalizaria com o seu reino²¹⁶. Mesmo assim, a boda ainda comportava um risco acrescido. Uma vez que os nubentes eram filhos de primos, havia que conseguir a respectiva dispensa sob pena de o casamento ser declarado inválido. O papa Paulo II, porém, estava a favor do casamento com Afonso V e não ia mudar de opinião²¹⁷. A seu favor a princesa tinha o juramento de Fernando, o qual se comprometia a pôr ordem no caos causado por Enrique, relativamente à justiça, à liberdade eclesiástica, à guerra contra os “inimigos da fé” e ainda oferecia 4.000 lanças aragonesas em caso de guerra, podendo Isabel intitular-se princesa e rainha da Sicília. Em Fernando residia ainda a vantagem de ser o varão mais próximo do tronco comum, isto se pensarmos que em Castela as mulheres não podiam reinar – a não ser que não existisse um homem do mesmo nível, embora transmitissem a legitimidade. Isabel vai

²¹⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 26. Veja-se também VAL VALDIVIESO – *Isabel la Católica, princesa*, pp. 91-92. Relativamente ao agudizar das relações entre Enrique e Isabel no seguimento da concórdia de Guisando, remata Tarsicio de Azcona: «antes de volver a la guerra civil, Enrique IV pasó por todo, incluso consintió en nombrar a Isabel Princesa heredera, pero sin darle un documento escrito [vide supra nota 210] y sellado sobre la concesión de semejante título. Tampoco tal nombramiento fue sometido a las cortes del reino. Tanto el Rey como su hermana Isabel quebrantaron en días sucesivos diversos pactos establecidos. Isabel aparece reconocida Princesa en documentos globales, pero sin haber conseguido un nombramiento específico y solemne. Se trató de una negociación complicada, poco afinada y situada en los linderos del derecho». AZCONA - «La revolución castellana y la geopolítica...», p. 98.

²¹⁶ Cfr. ARAÚJO, Julieta Maria - *Portugal e Castela (1431-1475): ritmos de uma paz vigilante*, (policopiado), vol. I, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, 2003, p. 408.

²¹⁷ Note-se que Paulo II recebeu a opinião de António de Veneris, o qual afirmava que a união de Isabel com Fernando sanaria as lutas intestinas nas quais o reino estava mergulhado. Porém, o papa não quis tornar-se inimigo das duas coroas ibéricas (Portugal e Castela) ao mesmo tempo e deixou o tempo correr. Para ultrapassar este obstáculo, o arcebispo Carrillo forjou uma bula que confirmava a dispensa para Isabel e Fernando, uma vez que Isabel tinha como mais alto valor a legitimidade. Sobre esta matéria veja-se SITGES – *Enrique IV y la excelente Señora*, pp. 198-204.

rejeitar este ponto, exercendo o poder *de facto*. O único modo de resolver de uma vez por todas o problema de um enfrentamento entre ramos distintos das dinastia Trastâmara consistiu em contrair matrimónio com Fernando. Como afirmou Luis Suárez, «no hay una historia de amor, hay una historia de deber político que ella expresa en esta frase tan clara: “me caso com Fernando y com ningún outro, porque, eso es lo conveniente para el reino”»²¹⁸. Já estavam estes contratos secretos firmadas em Março e ainda três meses depois recebia Enrique uma embaixada cujo intuito era apresentar o supra mencionado duque de Berry, tendo havido uma aproximação à esfera de influência francesa, como de costume, saindo da órbita inglesa. Andava então o soberano pela Andaluzia, pacificando-a, quando a princesa decidiu deixar Ocaña, evitando por pouco um confronto armado que visava mantê-la aprisionada. Entrou em Valladolid em finais de Agosto de 1469, tendo pouco tempo antes rejeitado uma vez mais o pretendente francês – agora duque de Guiana também, baseada na consulta aos três estados²¹⁹, mas também porque receava que, no futuro, Castela ficasse submetida ao domínio francês.

A 8 de Setembro, Isabel escreveu uma carta ao meio-irmão²²⁰, tratando-o com deferência, mas sendo firme nos seus propósitos: era ela a legítima herdeira e sucessora dos reinos e Enrique estava em falta com o estipulado no compromisso de Cadalso-Cebreros. Enrique ficou assim a conhecer a intenção de Isabel casar com Fernando e, pela mesma altura, o príncipe e rei da Sicília fazia a perigosa viagem de Aragão até Castela. O futuro de Castela, mas principalmente de Aragão, estavam em jogo, mas em correndo bem, a contrapartida teria um valor incomensurável, o que explica que Juan II tivesse efectivamente mandado o filho empreender tal jornada. A Enrique, Isabel só pedia que aceitasse Fernando, o qual o reconheceria e lhe faria menagem como senhor e rei.

Como o rei não respondesse a nenhuma missiva que Isabel lhe mandava, Carrillo redigiu um documento que traduzia um plano de acção para os dias seguintes. O

²¹⁸ SUÁREZ FERNANDEZ, Luis - «Isabel la Católica, la imagen de un reinado», in *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los cronistas coetáneos hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2004, p. 295.

²¹⁹ CRC-FP, caps. V e IX.

²²⁰ O cronista oficial Castillo inclui esta carta, embora com data errada de 12 de Outubro, no cap. 136.

arcebispo esperava atingir o protagonismo suficiente que lhe garantisse a condução do governo do reino, à semelhança do que Álvaro de Luna e Juan Pacheco já tinham lucrado. O gorar destes planos fez com que, posteriormente, Carrillo mudasse de bando, apoiando no futuro Afonso V.

Prestados os juramentos, celebrou-se a boda entre Isabel e Fernando, a 19 de Outubro de 1469, a qual não contou com a autorização de Enrique IV. No dia seguinte, foram expedidas cartas para as cidades, as quais davam a conhecer o incumprimento do acordo de Cadalso-Cebreros. Porém, a tónica assentava em não mostrar qualquer revolta por parte dos príncipes na aceitação de Enrique como soberano. Juridicamente eles tinham uma posição inexpugnável. Economicamente, a balança não era tão favorável. Fernando era um príncipe depauperado e não podia recorrer ao pai porque este se encontrava a braços com as eternas sublevações na Catalunha. Ademais, Carrillo começava a mostrar-se dominador. Um ano depois tinham-se inimizado²²¹.

Pacheco exortou o rei a responder às cartas que lhe foram enviadas. Enrique acusou os príncipes de estarem à margem dos acordos estipulados e retirou o título de princesa a Isabel. O monarca baseou-se em princípios jurídicos consignados na lei²²². Uma donzela com menos de vinte e cinco anos não podia casar-se sem a permissão dos pais, sob pena de ser deserdada. O valido esperava assim que os futuros reis tomassem as armas, empurrando-os para fora do legalmente admissível. Como isto não aconteceu, verificou-se ainda uma nova tentativa de aproximação à França. O pretendente era o mesmo – Carlos, duque de Guiana, mas desta vez a noiva seria Juana. Jurídica e formalmente inconsequente²²³, não teve o apoio do papado; Carlos morreria em 1471. O raciocínio não estaria completo se não evidenciasse que Enrique IV restaurou Juana na

²²¹ ACA-JZ, livro XIX, cap. IV.

²²² *Fuero Real*, libro 3, t. 1, l. 5 e Partida 4, t. 1, l. 10, nota 4. Isabel rebateu isto argumentando que estas leis tinham sido revogadas pelos sacros cânones e que os nubentes deviam ter total liberdade de escolha. Porém, ela tinha estado sob a tutela de sua mãe.

²²³ Embora Juana tenha sido novamente jurada pelos nobres presentes, nas cortes de Segóvia de 1471 isso não aconteceu devido à maior parte das opiniões ser contra este propósito. Cfr. MENÉNDEZ PIDAL - «Introducción», pp. XCIII-XCIV, e também nota 274 na p. XCIV; SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 43 e nota 133 na p. 50.

condição de legítima herdeira²²⁴. Este é conhecido como o episódio de Valdelozoya, o qual revogou o pacto de Guisando.

Isabel reagiu, elaborando uma carta que remeteu aos concelhos do reino, a 1 de Março de 1471. Além de se continuar a intitular princesa das Astúrias²²⁵, defendeu-se, através da dita missiva, em estilo pessoal, contra as acusações que lhe foram feitas de não cumprir com o pacto de Guisando, argumentando que o rei foi o primeiro a desrespeitar o acordado, não enviando a rainha e Juana a Portugal, que também não lhe foram entregues as cidades prometidas nove meses antes e que ela não prometeu esperar em Ocaña, afirmando também que a liberdade estava consignada nos cânones sagrados do casamento. A única fraqueza no raciocínio da princesa foi a ilegalidade no seu casamento, devido à dispensa ter sido forjada. Na verdade, mesmo após o rude golpe de Valdelozoya é muito interessante como Isabel fez tábua rasa de alguns aspectos e estava resoluta em alcançar a sucessão do reino. Para tal, baseou-se em dois argumentos: a defesa do reino e dos reguengos relativamente ao abuso nas doações régias e o princípio da legitimidade. Porém, em ambos os aspectos a futura rainha apresentou uma postura contraditória. Embora declare que a sua atitude é norteadada pelo bem do reino e tal é patente pela carta que redigiu ao irmão, a quem tentou convencer, antes do seu casamento com Fernando, que era preferível uma aliança aragonesa, às vezes parece colocar o seu próprio interesse à frente dos outros. Tal sucedeu nas cartas de Julho de 1468, nas quais fez referência aquilo que deve fazer-se em «serviço de Dios e mio e bien e provecho e paz y sosiego destos reynos e señorios» (dia 4) e às «cosas que se devem fazer segund convenga a serviço de Dios e mio e bien destos regnos» (dia 8). Relativamente aos reguengos, Isabel faz escassas doações, o que é compreensível pela falta de recursos, não obstante defender as vilas e cidades que resistiam a ser entregues pelo rei a um qualquer nobre²²⁶. Já referi anteriormente como Isabel se dirigiu às

²²⁴ Veja-se a “minuta de Simancas”, publicada em TORRE, Antonio de la, MENÉNDEZ PIDAL, Ramon – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal*, vol. I, doc. 16, pp. 67-72; SITGES – *Enrique IV y la Excelente Señora*, pp. 212-216 e SUÁREZ FERNANDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, pp. 41-42; CEIV-DEC, cap. 124, pp. 315-316.

²²⁵ Relativamente à actuação de Isabel enquanto princesa das Astúrias, veja-se VAL VALDIVIESO – *Isabel la Católica y su tiempo*, pp. 108-118.

²²⁶ Cfr. VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del – «Isabel, princesa de Asturias», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 78-80. Relativamente ainda às doações, no fim da vida, Isabel intercalou no seu testamento que consentiu o favorecimento de oficiais e concedeu mercês por «algunas necesidades e

cidades, apresentando-se como herdeira de Afonso. Porém, em momento algum Isabel condenou o reinado do irmão pela sua rebeldia face ao rei, nem tampouco o considerou ilegítimo, reconhecendo-o sempre como rei e prometendo confirmar e acrescentar as doações feitas pelo jovem rei. Todavia, de acordo com o seu raciocínio, urgia, de facto, conseguir uma dispensa verdadeira. A fortuna esteve do lado de Isabel, uma vez que a obtenção da mesma só foi possível porque Sisto IV sucedeu a Paulo II, no fim de 1471, concedendo a verdadeira dispensa a 1 de Dezembro desse ano. A segurança de Isabel baseava-se no facto de o acordo de Guisando ter sido bilateral e confirmado pelas cortes de Ocaña, não podendo ser invalidado unilateralmente.

O novo papa, zeloso em pacificar os reinos ibéricos e pensando na cruzada anti-islâmica, deliberou a favor dos príncipes²²⁷, os quais, apesar de terem apenas vinte anos, davam já sinais de maturidade e de estabilidade. Tinham ainda a seu favor uma filha²²⁸.

Registaram-se também melhorias no partido de Isabel e Fernando. Se por um lado Juan II conseguiu pacificar Barcelona, o que lhe proporcionou um certo desafogo a nível económico, por outro lado, a nível interno, algumas casas nobres começaram a pender para o lado dos príncipes²²⁹, em parte por causa da política cobiçosa de Juan Pacheco, o qual ao favorecer algumas linhagens, empurrou necessariamente outras para a esfera de influência dos príncipes; mas também por causa da inércia de Enrique IV, o qual já não se opunha às constantes petições de doação que o mestre-marquês lhe fazia.

causas» na altura da sua sucessão, repetindo-se estas alusões nas cláusulas 11, 12 e 13, o que faz com que não sejam fortuitas e explicam que a rainha reconhecia pouco antes da sua morte que a “revolução” e “ilegalidade” se impuseram em diversas ocasiões, sobretudo no círculo de nobres mais influentes do seu bando. Veja-se AZCONA, Tarsicio - «La revolución castellana y la geopolítica...», pp. 89-90.

²²⁷ Para o que contribuíram decisivamente dois factores: o facto de o legado que o papa enviou à Península Ibérica, Rodrigo Borja, ser aragonês e a responsabilidade que o rei da Sicília evidenciou desde cedo em defender a Cristandade ameaçada pelos turcos nos Balcãs.

²²⁸ Outra situação em que podemos aferir a estabilidade e o trabalhar para o mesmo fim por parte dos reis da Sicília foi quando se travou uma guerra entre França e Aragão. Fernando, por chamamento do pai, acudiu-lhe e Isabel decidiu apoiar o marido, enviando 400 lanças. Este reforço foi decisivo e na concórdia entre os dois reinos, o Rossilhão e a Sardenha foram devolvidos a Aragão. Cfr. ACA-JZ, Livro XVIII, cap. XL.

²²⁹ Cfr. MENÉNDEZ PIDAL - «Introducción», pp. XCVIII-CI; SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Isabel I, reina*, p. 78; VAL VALDIVIESO – *Isabel la Católica y su tiempo*, pp. 144-146.

Por último, muitos centros urbanos se apresentam como defensores de Isabel, para contrariar a política de atribuição de mercês praticada pelo monarca²³⁰.

A situação quase desesperada de Isabel, em 1471, torna-se mais favorável, em 1474. Talvez por isso, Enrique aceitou a encontrar-se com Isabel²³¹ em Segóvia, sendo este encontro facilitado por Andres Cabrera, alcaide da cidade. No encontro tido em segredo (se dele tivesse tido conhecimento Juan Pacheco, tê-lo-ia certamente gorado com as suas intrigas), Isabel lembrou ao irmão as súplicas que lhe escreveu, pedindo-lhe para evitar mais conflitos no reino²³², só tendo ele de manter o juramento no qual a tinha designado como legítima herdeira. Enrique, muito contente por voltar a ver a irmã após cinco anos, retorquiu, contudo, que responderia depois, tentando ganhar tempo²³³. O soberano, que conheceu inclusivamente o cunhado, conseguiu estabelecer uma relação amistosa com os príncipes, mas nem ele estava disposto a ceder no que a Juana diz respeito, nem Isabel e Fernando desistiram do que consideram legitimamente deles. Pacheco e o seu bando cuidaram que a vitória dos reis da Sicília seria funesta para os seus interesses e maquinaram um plano para aprisionar Isabel, Fernando e Andres de Cabrera. As negociações falharam.

À medida que mais nobres e comunidades municipais iam aderindo à causa dos futuros *Católicos*²³⁴, só Pacheco permanecia irredutível, embora ele não fosse obstáculo

²³⁰ Veja-se a nota 192.

²³¹ Ao mesmo tempo, há registo de diversas embaixadas, nas quais Enrique procurou com afincos obter a aliança portuguesa por meio do casamento de Juana com Afonso V. Os vários cronistas castelhanos, assim como Zurita, dão-nos conta destas embaixadas. Embora em alguns momentos o monarca português se tenha desinteressado de um matrimónio castelhano (tanto com Isabel, como também posteriormente com Juana), acabou por aceitar o casamento com Juana, condicionando isso a sua política externa, com a intervenção portuguesa em Castela, após a morte de Enrique IV. Cfr. SANTARÉM – *Quadro elementar...*, pp. 367-368.

²³² Duas zonas muito evidentes são as Astúrias e a Andaluzia. Cfr. VAL VALDIVIESO – *Isabel la Católica y su tiempo*, pp. 153-155.

²³³ CEIV-DEC, cap. 164, pp. 390-392.

²³⁴ Posso indicar como motivos principais a desvalorização da moeda e a atribuição excessiva de mercês aos seus partidários, as quais já fui oportunamente referindo. Na verdade, Isabel e Fernando tinham um plano de governo que era atractivo para a alta nobreza. Eles ofereciam o fim dos bandos; a restauração plena da autoridade monárquica como garante de uma estabilidade que respeitaria a situação e os interesses económicos, sociais e de poder aristocráticos sem as peripécias, às vezes humilhantes e violentas, das pugnas por ganhar a privança do rei ou por combater o opressor poder de alguns sectores da nobreza, até porque o programa de governo do marquês de Villena havia demonstrado ser funesto – devido à atribuição desmesurada de mercês, para os equilíbrios sociais, políticos e económicos do reino

por muito mais tempo, uma vez que faleceu a 4 de Outubro de 1474. Assim que se ia percebendo que os príncipes tinham vantagem e com o marquês de Santillana a prestar pública homenagem a Fernando como sucessor legítimo, desencadeia-se um conjunto de adesões ao partido do último. Diego Hurtado de Mendoza ia tendo cada vez mais influência sobre os jovens príncipes, facto que muito irritou Alfonso Carrillo. Afinal, tinha sido ele quem forjou os futuros reis. Como a intransigência de Isabel e Fernando mostrou que não estavam dispostos a pactuar com o antigo regime e que a concepção de poder que defendiam apontava para o fortalecimento da monarquia, o arcebispo de Toledo desenvolveu contactos com o marquês de Villena e demais partidários de Juana, para a tornar na próxima rainha.

Entretanto, a saúde de Enrique, que vinha declinando desde Janeiro de 1474, agravou-se de tal forma que o monarca conhece o fim a 12 de Dezembro do mesmo ano, tendo cinquenta anos²³⁵. Acompanharam-no na hora da morte o cardeal Mendoza, o condestável, o marquês de Villena, o conde de Benavente e o confessor frei Pedro Mazuelo. Menéndez Pidal, Ladero Quesada e outros são peremptórios ao afirmar que Enrique faleceu sem deixar testamento²³⁶. Dentro da fronteira lusa, David Martelo,

de Castela. Sobre este assunto veja-se LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *La España de los Reyes Católicos*, Madrid: Alianza editorial, 1999, pp. 47-48.

²³⁵ Não obstante muitos autores acreditarem que a tese de envenenamento do monarca é pura propaganda, uma vez que no último ano de vida a sua saúde degradou-se substancialmente, sofrendo de vômitos de febres, o que os seus contemporâneos consideravam ser um problema do foro alimentar e que nós podemos conjecturar como sendo algum problema relacionado com o fígado, esta tese servirá os interesses de Juana. Porém, na última edição do trabalho de Marañón (a qual citei na nota 174) inclui-se, a cargo da Academia de la Historia Española, que foram descobertos os restos de Enrique IV em Guadalupe. Da análise da mesma, concluiu o patologista que os sintomas descritos por Diego Enríquez del Castillo podem coincidir com os de envenenamento com arsénico. Na mesma linha de pensamento, afirma Ana Isabel Carrasco Manchado que não se pode desdenhar a importância dos rumores de envenenamento que circularam em Castela, nem a certeza que Juana tinha que o pai tinha sido envenenado. Para suportar a sua afirmação, baseia-se numa carta de Guterres de Cárdenas, partidário de Isabel, aquando da morte de João Pacheco, meses antes, a qual destinava já a morte de Enrique (se assim o quisermos entender): «Todo el mundo está prenyado acá, según la prisa de todos por parir, que no esperan a los nueve meses; creo que abrá de aber cosas muy grandes e nuevas en estos reinos, donde spero en nuestro Senyor que vuestra alteza e la senoyra princesa serán servidos». Seria este um indício que confirmaria as suspeitas de Juana? Em qualquer caso, continua como sendo um ponto inquietante para partidários de um e de outro bando. (A carta pode ler-se em PAZ y MELIÁ – *El cronista Alonso de Palencia*, Madrid, 1914, doc. 69, p. 169). Suspeitas de veneno semelhantes e não comprovadas recaíram sobre o D. João II, o *Príncipe Perfeito*.

²³⁶ O testamento de Enrique é uma questão sensível, até porque influi na legitimidade de Isabel. Miguel Ángel Ladero é o mais taxativo, dizendo que não há testamento. (LADERO QUESADA – *La España de los Reyes Católicos*, p. 48); Pidal é mais cuidadoso e diz que os cronistas contemporâneos estão de acordo

Humberto Baquero Moreno e Manuela Mendonça contrariam a opinião dos historiadores citados²³⁷, asseverando que o monarca castelhano deixou testamento, provavelmente baseando-se na crónica portuguesa. Porém, não partilho da leitura de Baquero Moreno, porque penso ser demasiado ambiciosa quando, citando o Cura dos Palácios, afirmar ser essa uma prova da existência do testamento do defunto monarca.

«Muchas embaxadas fueron e vinieron de los cavalleros de Castilla de la liga de la señora doña Juana, particulares y generales, al rey don Alonso de Portugal, convidándole con ella para casar e con Castilla para reinar, afirmando le venir los reinos por sucesión del rey don Enrique su padre»²³⁸.

Vejamos agora o que dizem as fontes, seguindo a lógica com que foram apresentadas no capítulo correspondente:

Rui de Pina:

relativamente à ausência de testamento do rei, inclusivamente – diz, o do rei português. (MENÉNDEZ PIDAL - «Introducción», T. XIV, p. CXIII); Luís Suárez também é prudente, afirmando que não se conservou nenhum testamento, nem os partidários de Juana aludiram a ele, ficando a sucessão regulada somente pelo acordo de Guisando. (SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 75). Por outro lado, embora pareça ter existido uma declaração original que legitimaria a *Beltraneja*, com assinaturas, selos e juramentos de Enrique IV e da rainha Joana, confirmada ainda por nove dos Grandes, esse documento desapareceu. Cfr. AZCONA, Tarsicio – *Juana de Castilla mal llamada La Beltraneja, 1462-1530*, Madrid: La esfera de los libros, 2007, p. 49. Shima Ohara, baseando-se em Rui de Pina, fala num testamento secreto (OHARA, Shima - «Las relaciones en torno al conflicto sucesorio de Enrique IV» in *Isabel la Católica y su época - actas del congreso internacional*, Vol. I, coord. de Luis Ribot, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 397).

²³⁷ MORENO, Humberto Baquero - «Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos», in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. X, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, p. 104; MENDONÇA, Manuela – *D. João II – um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Lisboa: ed. Estampa, 1991, pp. 102-103. Vejam-se também os trabalhos de MARTELO, David – *A dinastia de Avis e a construção da União Ibérica*, Lisboa: edições sílabo, 2005, p. 45; SOUSA, Armindo - «1325-1480», in *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*, vol. II, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 506. Quem também parece comungar da opinião de que o monarca deixou testamento é Paz Romero: ROMERO PORTILLA – *Dos monarquías medievales...*, p. 139.

²³⁸ MRC-AB, cap. XIV, p. 47. Embora à primeira vista as palavras de Bernáldez pareçam apontar para a possível existência de um testamento, não obstante este nunca ser referido explicitamente, é preciso alertar uma vez mais para o carácter descontínuo da sua obra. O excerto do capítulo XVI que aqui transcrevo é bastante posterior – quer na organização da obra, quer temporalmente falando, ao capítulo no qual o Cura dos Palácios narra a morte de Enrique IV. Esta última situação ocorre no capítulo X. Se tivermos em conta que Enrique faleceu a 12 de Dezembro de 1474 e a presente citação vem no capítulo em que o Africano decidiu entrar em Castela, então temos um hiato de cinco meses, depois de o soberano português ter notificado os Reis Católicos e de estes terem respondido, já que Afonso V invadiu Castela em meados de Maio de 1475.

«Fez ElRei Dom Anrryque seu sollene e acordado Testamento, em que declarou a Pryncesa Dona Joana por sua Fylha, e por Raynha erdeira dos Reynos de Castella e a ElRey dom Afonso por Governador delles, pedindo-lhe fynalmente que aceitasse a dita governança, e casasse com ella, o qual Testamento foy logo trazido a ElRey dom Afonso, que estava em Estremoz no mes de Dezembro do dito ano de mil e quatrocentos e setenta e quatro, sobre ho qual ElRey logo teve grande e geral conselho, pera que foram ally juntos com ElRey e com o Pryncepe, todollos grandes e pryncipaaes do Reyno»²³⁹.

Uma vez mais tenho de alertar para a prudência na leitura das fontes, especialmente de Rui de Pina, uma vez que a sua argumentação se tornava numa arma para defender o *Africano*.

Damião de Góis:

«E andando já de muitos dias mal desposto, se veo a Madril, onde estando em seu inteiro juízo fez solemne testamento, no qual declarou ha Princesa donna Ioanna por sua filha legitima, e vnica herdeira, pedindo ha elRei dom Afonso, que açoitasse ho gouerno dos Regnos de Castella, e hos defendesse, e quisesse casar com há princesa. Hos da parte delRei dom Fernando dizem isto doutra maneira, que elRei dom Anrrique nam fez outro testamento saluo algũas palauras que dixe já no extremo da vida, has quaes screueo hum seu secretario per nome Ioam de Vueda, pessoa de quem elle confiaua muito, e a sustancia destas palauras foi que elle daua poder aho Cardeal de Castella, e aho Marques de Villena pera fazerem seu testamento, e ordenarem do modo que ho entendessem, e que assi ho exercitassem; e quanto ha Princesa donna Ioanna, que elles ordenassem della segundo suas conçiencias, com conselho, e parecer do Marques de Santilhena, e do Duque d’Areallo, e do Condestabre, e do Conde de Benaute»²⁴⁰.

Ao cronista do príncipe pareceu estranho que um rei sabendo, o que estava em jogo e andando já há algum tempo doente, não tivesse feito testamento, o que os cronistas castelhanos divulgavam:

«Mas isto nam tras fundamento, nem se pode crer que hum Rei que em tantos trabalhos andaua, e que muĩ bem entendia quantos estauam aparelhados

²³⁹ CDAV, cap. CLXXIII, p. 829.

²⁴⁰ CPDJ, cap. XLI, pp. 100-101.

depois de sua morte se nam fizesse testamento, em que declarasse sua vontade, andando já de muitos dias mal desposto»²⁴¹.

Mas sublinha que num aspecto os cronistas castelhanos têm razão:

«[...] nam faça duuida ho que dizem hos historiadores Castelhanos, que se nam achou em Castella ho testamento que elRei dom Anrrique fez, porque elles dizem verdade, e foi desta maneira: tanto que elRei dom Anrrique faleçeo no Alcaçer delRei em Madril, [...] ho Cardeal de Castella, e ho duque d’Areuallo, e o marques de Villena, e ho conde de Benaunte, que elRei deixou por seus testamenteiros, vendo quomo elRei declaraua em seu testamento ha Prinçesa donna Ioanna por sua filha, e herdeira vnica de todos seus Regnos, e senhorios, e elRei dom Afonso por gouernador delles, com lhe pedir muito que tomasse esta gouernança a cargo, e fosse tutor da Prinçesa donna Ioanna, e casasse com ella, no mesmo instante, per pessoas de confiança mandaram ho testamento a elRei dom Afonso, que neste tempo staua em Eluas – e esta he a causa porque se nam achou em Castella»²⁴².

Alonso de Palencia:

«[...] ni pidió los sacramentos como católico, ni se acordó de hacer testamento o codicilo, según universal costumbre. [...] aunque no me consta con certeza, se dice que como uno de ellos [dos Grandes presentes] le preguntase a quién declaraba heredera de los reinos, si a su hermana o a D.^a Juana cuya legitimidad era dudosa, había contestado: - “Eso pregúntaselo a mi capellán Juan González, depositario de mi voluntad.” Lo que sí consta es que cuando fray Juan de Mazuelo, por indicación del Cardenal, le rogó que declarase solemnemente a cuál de las Princesas reconocía por heredera, contestó: – “Declaro a mi hija heredera de los reinos”»²⁴³.

Fernando del Pulgar:

«E no fallamos que en su vida, ni al tienpo de su fin, fiziese testamento: créese que lo dexó de fazer, porque no penso morir tan presto. Lo que fallamos que fizo al tienpo de su fin y muerte, escrito de la mano de vn su secretario que se llamaua Juan de Oviedo, de quien él mucho confiaua, es lo siguiente: <En Madrid, onze días del mes de diciembre, año del Señor de mill y quatroçientos e setenta y quatro años, a las doze oras de la noche, el rrey nuestro señor dexó por suas

²⁴¹ CPDJ, cap. XLI, p. 101.

²⁴² CPDJ, cap. XLI, p. 101.

²⁴³ CEIV-AP, I, p 153.

albaças de su ánima al cardenal de España y al marqués de Villena; y mandó que de la princesa su hija se fiziese lo que el cardenal, y el marqués de Santillana su hermano, y el duque de Arévalo, y el condestable, y el conde de Benaute, y el marqués de Villena, acordasen que se debía hazer>»²⁴⁴.

Diego Enríquez del Castillo:

«El rrey rrespondió sosegadamente que dexava por sus testamentarios e albaças al cardenal de España, al duque de Arévalo, al marqués de Villena y al conde de Venavente, e les encomendava sus cosas e mandava que su cuerpo fuese llevado a Santa María de Guadalupe»²⁴⁵.

Diego de Valera nada diz, mas o começo da sua crónica - «Muerto assí el rey don Enrique»²⁴⁶ parece remeter para o último capítulo do seu *Memorial de Diversas Hazañas*, no qual conta a morte do rei. Também Lúcio Marineo Sículo e Andrés Bernáldez nada dizem sobre este assunto²⁴⁷.

Lourenço Galíndez de Carvajal:

«E como conociese ser cercano su fin con temor ordeno de se confesar y recibir los sacramentos y hacer testamento. [...] Tambien dicen que como algunos de los que alli estaban le preguntasen a quien dexava por heredera destos reinos, si a sua hermana o a su hija, dubdosamente respondió que Joan Gonçalez su capellán sabia en esto su intención»²⁴⁸.

Jerónimo Zurita:

«El testamento del rey don Enrique [de Castilla] fue llevado al rey de Portugal. Estaba el rey don Alonso de Portugal en Estremoz quando le llegó la nueva de la muerte del rey don Enrique y que ordenó su testamento en el que instituyó a la princesa doña Juana su hija por heredera y sucesora de aquellos reinos y a él por gobernador dellos, y le pidía muy caramente que aceptase la gobernación y casase con la princesa. Y afirmase por memorias de Portugal que

²⁴⁴ CRC-FP, cap. XX, pp. 63-64.

²⁴⁵ CEIV-DEC, cap. 168, p. 399.

²⁴⁶ CRC-DV, p. 2.

²⁴⁷ Ver nota 237.

²⁴⁸ CEIV-LGC, pp. 458-459. Torres Fontes afirma em nota de rodapé que esta frase foi retirada de Valera mas Carvajal atribuiu-lhe um sentido afirmativo, ao invés do negativo que o primeiro lhe dá.

este testamento se llevó al rey de Portugal estando en Estremoz por el mes de diciembre»²⁴⁹.

O *Cronicón de Valladolid* e a *Crónica Incompleta de los Reyes Católicos* nada referem acerca da possibilidade de ter havido ou não um testamento.

Perante o exposto, tenho de concluir que o assunto do testamento do rei de Castela apresenta tantas dificuldades quanto a impotência de que foi acusado. Se por um lado me parece pouco credível que o monarca não tenha feito testamento, o que era costume na época e, em especial, ao sofrer de doença prolongada – recordo que D. Afonso V fez três testamentos a partir do momento que decidiu entrar em Castela²⁵⁰ para fazer a guerra a Isabel e a Fernando²⁵¹, por outro lado também reconheço que os cronistas contemporâneos, não obstante as diferentes convicções, estão de acordo e não referem nenhum testamento. Como se pode ver pelos excertos citados, Pulgar e Castillo são os que mais se aproximam, anotando, contudo, que Enrique IV deixou a sua última vontade a cargo dos Grandes que compunham o seu partido, o que também não nos deve admirar, já que em outros episódios, o rei oscilou entre uma posição de fraqueza e de perdão perante os seus inimigos políticos, tais como o volátil Juan Pacheco. Alvo de pasmo é o testemunho de Palencia que, sempre tão averso ao soberano, em declaração ao prelado Mazuelo, anota que Enrique indicou Juana como sua legítima herdeira. Menéndez Pidal recorda que muitos anos depois Carvajal «acoge la historieta novelesca» de um testamento que Juan de Oviedo entregou a um clérigo, o qual o enterrou num cofre, próximo de Almeida, que foi descoberto passado trinta anos e que consta que Fernando terá mandado queimar²⁵². O seu raciocínio estará provavelmente correcto, embora possamos nunca vir a sabê-lo com segurança. Primeiro porque Pulgar,

²⁴⁹ ACA-JZ, Livro XIX, cap. XVIII.

²⁵⁰ A 12 de Maio de 1475, em Arronches, a 5 de Janeiro de 1476, em Toro e a 8 de Março de 1476, já depois da derrota em Castro Queimado, decretando nas três ocasiões que a sucessão do reino luso deveria pertencer ao infante Afonso, seu neto.

²⁵¹ Assim que sentiu algum perigo, o monarca testou. Num documento precioso porque espelha o seu pensamento político, no início da guerra de sucessão (Julho de 1475), Fernando apresentou-se como o paladino da esposa, a qual declarou como legítima herdeira dos reinos, afastando-se assim do problema sucessório. O testamento está publicado em SESMA MUÑOZ, José Ángel – *Fernando de Aragón. Hispaniarum Rex*, Zaragoza: Gobierno de Aragón, 1992, pp. 260-263.

²⁵² MENÉNDEZ PIDAL - «Introducción», T. XIV, p. CXIII, nota 329. O ilustre historiador menciona como fonte a Biblioteca de Autores Españoles (BAE), LXX, pp. 539-540.

coevo, regista o mesmo episódio deste Juan de Oviedo. Depois porque numa conjuntura em que os Grandes presentes na hora final do rei moribundo são partidários de D. Juana, com a excepção do cardeal Mendoza. Isto deixa alguma possibilidade de levar o testamento (se este realmente existiu) a D. Afonso V, como forma de lhe provar que tem a legitimidade para entrar em Castela, demonstrando que possui os apoios necessários e de maneira a exortá-lo para que o faça. Obviamente que, dado o fracasso político que foi para Portugal a guerra da sucessão castelhana, o que a nossa crónica registou pode servir como elemento legitimador de uma acção falhada. Ainda assim, não é de descartar a possibilidade da existência de um testamento, o qual terá sido posteriormente destruído, para que não manchasse o início do reinado dos Católicos. Perante o panorama apresentado, creio que é mais seguro afirmar que o testamento não existiu, do que o contrário. Proferidas estas apreciações, há apenas mais um aspecto que é preciso ter em conta: o local onde o testamento terá supostamente sido entregue ao monarca luso. Rui de Pina refere que Afonso V estava em Estremoz, Damião de Góis fala em Elvas, Carvajal em Almeida e Zurita também em Estremoz²⁵³. Não é a falta de concordância entre os cronistas que é sumamente importante. Na verdade, podia ser uma questão de pormenor. Porém, o que é necessário reconhecer é que Afonso V se sentiu no direito de reclamar algo que lhe pertencia, logo, quer tenha havido testamento ou não. Ao acrescentarmos as diversas entrevistas que houve entre ambos os monarcas, assim como as embaixadas que os reinos enviaram um ao outro, a conjuntura forneceu o efeito legitimador para que o Africano tenha decidido fazer a guerra a Isabel e a Fernando, ignorando o veto do seu Conselho, apenas recolhendo o apoio do príncipe D. João.

Isabel pouco se preocupou com quem Enrique nomeou antes de sucumbir ao sono da morte. Na verdade, o rei já tinha jurado a gosto de uns e outros, mas o juramento de Guisando e das cortes de Ocaña não podia ser invalidado sem a anuência

²⁵³ Saul Gomes, ao escrever a biografia de D. Afonso V, compilou também os seus itinerários. Porém, sem serem os locais que os cronistas supracitados mencionam, o que podemos referir com certeza é que a 16 e 23 de Dezembro de 1474, o monarca português estava em Sousel, deslocando-se depois para Estremoz, onde se encontra a 24 do mesmo mês. Através das tabelas apresentadas pelo mesmo investigador, Afonso V apenas esteve em Elvas pelo primeiro trimestre de 1473, o que nos leva a concluir que tenha sido confusão de Damião de Góis. Não há registos de paragem da comitiva régia em Almeida para o biênio 1474-75. Cfr. GOMES – *D. Afonso V*, p. 305. Relativamente ao assunto do testamento, este autor apresenta uma posição intermédia, afirmando apenas que o marquês de Villena foi testamenteiro de Enrique IV e que, em seguida, o dito marquês escreveu a Afonso V para o incitar a receber Juana por esposa e a reclamar o título de rei de Castela (p. 202).

das cortes. Aquela que estava a poucas horas de se tornar rainha foi uma das principais intervenientes na união dos dois maiores reinos da Península Ibérica, renovando as ligações matrimoniais com os reis aragoneses. Além disso, houve uma das cláusulas relativamente ao testamento de Juan II, seu pai, que Enrique não respeitou. O monarca sempre votou a sua madrastra ao desprezo²⁵⁴.

Tal ascensão ao trono foi tornada real através da declaração de Segóvia, a 15 de Janeiro de 1475, tomando-se todas as precauções para impedir a apropriação do poder por parte dos aragoneses. Salvo algumas exceções, separaram-se as instituições, havendo unidade unicamente no poder central²⁵⁵. Isto não invalida que, por terem de atender a diferentes focos do conflito civil, Isabel conceda poderes plenos a Fernando, a 28 de Abril do mesmo ano. O rei correspondia, nomeando Isabel co-regente, tutora e governadora dos seus estados patrimoniais, em 1481. Tinha sido alcançada a forma definitiva de governo conjunto²⁵⁶.

Não havia decorrido um dia desde que Isabel tomou conhecimento da morte de Enrique quando foi alçada rainha²⁵⁷, em Segóvia. Segóvia não é apenas uma cidade qualquer. Continha o tesouro real, o qual lhe foi disponibilizado por Andrés Cabrera. Isabel exigiu o juramento de fidelidade das cidades e enviou uma mensagem a Fernando, ausente em Aragão, para que regressasse. As cidades estavam, de um modo geral, por Isabel²⁵⁸, salvo exceções como Madrid e Plasencia. Embora tenha havido diferentes prazos para que as várias cidades do reino se decidissem por uma ou outra

²⁵⁴ E por outro lado, os infantes também não cumpriram o estipulado no dito testamento e sublevaram-se contra o rei legítimo. Cfr. VAL VALDIVIESO – *Isabel la Católica, princesa*, pp. 40-41.

²⁵⁵ Relativamente a este assunto, refere Miguel Ángel Ladero que as ideias sobre a realidade hispânica que existiam no fim da Idade Média não traduziam uma política unitária imediata, mas sim muitas noções de pátria, natureza e estrangeiros que se aplicavam em cada reino, próprias da organização político-administrativa de cada um e resultantes da sua história específica. Cfr. LADERO QUESADA - «La monarquía: las bases políticas del reinado», p. 152.

²⁵⁶ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - «La España de los Reyes Católicos (1474-1516)», in *História de España*, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, T. XIV, Madrid: Espasa-Calpe, 1966, pp. 7-13.

²⁵⁷ CV, p. 87.

²⁵⁸ Isabel deu particular importância a Sevilha porque era relativamente próxima de Portugal, densamente povoada, centro abastecedor de trigo e era o elo entre as rotas atlânticas e mediterrânicas e, como tal, um foco de investimento genovês. Toda esta riqueza era disputada por duas poderosas linhagens: Guzmán e Ponce de León. Para este caso e Zamora, desenvolvidos ao pormenor, deve consultar-se SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, pp. 76-79.

princesa – o que evidencia bem o peso, mas também as dissensões dentro das oligarquias municipais, facto é que nenhuma cidade proclamou Juana. Ao nível da nobreza, e num momento inicial, manteve-se a bipolarização com uma certa especificidade: o partido composto pelo segundo marquês de Villena (que continuou a política do pai, embora menos habilmente) e pelo duque de Arévalo, o qual defendia a concepção de uma nobreza forte em detrimento do poder da realeza²⁵⁹; na mesma linha de orientação política, isto é, de fortalecimento das oligarquias nobres, temos o arcebispo de Toledo e a família Manrique, os quais se apresentam como aragoneses e são isabelinos; por último, a facção da nobreza fiel a Enrique e à concepção régia do poder, composta por Beltrán de la Cueva e pela poderosa família Mendoza²⁶⁰.

A 24 de Dezembro de 1474, os grandes presentes em Segóvia (cardeal Mendoza à cabeça, o condestável, o almirante Enriquez e o conde de Benavente), firmaram um pacto de protecção aos jovens reis.

Só um mês depois da morte do meio-irmão é que as coisas começaram a melhorar para Isabel, com a sentença arbitral ou concórdia de Segóvia. Nela, a 15 de Janeiro de 1475, se estabeleceu a repartição de competências entre ambos os monarcas: Isabel é «legítima subçesora y proprietária destes rreynos» e Fernando, seu esposo, recebe o título de rei, num governo de cariz dual²⁶¹.

²⁵⁹ Não esqueçamos que esta política de intriga e de não deixar haver um vencedor absoluto foi praticada durante décadas por Juan Pacheco, provocando grandes querelas no reino, debilitando o poder e o prestígio de Enrique IV. Sobre este assunto veja-se VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del - «Los bandos nobiliários durante el reinado de Enrique IV», in *Hispania*, 130, 1975, pp. 249-294.

²⁶⁰ Esta família consegue estender a sua influência aos Alvarez de Toledo (duques de Alba), Enriquez (almirantes e condes de Alba de Liste), Pimentéis (condes de Benavente) e Velascos, os quais estavam dispostos a seguir a posição dos Mendoza.

²⁶¹ Houve, na verdade, um conjunto de disposições emanado desta concórdia. Este documento foi necessário para demarcar as competências de Fernando, uma vez que havia o receio que o poder soçobrasse para o reino de Aragão. Tal disputa entre Isabel e Fernando ficou sanada, ao fim de doze dias, por via de um diploma (a dita sentença arbitral), elaborada pelos representantes de cada partido. O cardeal Mendoza representou Isabel e o arcebispo Carrillo representou Fernando. O resultado é tido como favorável a Isabel. Este foi o derradeiro golpe para Alfonso Carrillo, que a partir daqui, sentindo-se injustiçado e trocado pelo cardeal, será um firme apoiante de Juana e do partido português. Podem consultar-se as cláusulas deste acordo em SUARÉZ FERNANDÉZ - *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 85. Foi tanto o empenho que o cronista oficial que, Fernando del Pulgar, colocou na sua crónica que, para não separar e distinguir um monarca do outro, incluiu a frase «El rey e la reyna en tal dia parieron un fija», para se referir ao nascimento de Juana. Veja-se também VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del - «Fernando II de Aragón, rey de Castilla», in *Fernando II de Aragón, el rey Católico*, Zaragoza, Instituto Fernando el Católico del C.S.I.C., 1996, pp. 29-46, assunto que a mesma autora volta

Havia que atrair os nobres ao seu partido. Com efeito, Isabel precisava de garantir apoios dos Grandes, de maneira a que o seu partido ganhasse força. Assim, ao legitimar as aquisições de muitos²⁶² através da contrapartida de rendas, lucrava dois objectivos: a fidelização de nobres e o amealhar de dinheiro. Por outras palavras, este processo consistia em legitimar aos nobres as terras de que se tinham apropriado indevidamente, conseguindo assim mantê-los sob a sua esfera de influência e amealhar algum dinheiro, o que, especialmente nos primeiros tempos, foi uma das maiores dificuldades do partido isabelino. Em Fevereiro de 1475 só as famílias Stuñiga e Pacheco-Girão eram dissidentes, juntamente com o arcebispo Carrillo. Geograficamente, estes clãs compreendiam uma parte muito significativa do território castelhano. Todavia, as linhagens não são unânimes e há quem ostente o nome de família mas seja partidário de Isabel e Fernando²⁶³. Apesar do poder e do prestígio, estes nobres perceberam que sem o apoio de D. Afonso V não teriam possibilidades de vencer. Além disso, quanto mais tempo passasse, mais se divulgava a ideia de que os reis eram os pacificadores, angariando desta forma adeptos para a sua causa. Não perdendo de vista este panorama, há que ter em conta que os senhores não tomaram uma posição uniforme, apesar da sua importância económica e política que vem já do séc. XIV e continua durante o séc. XV, porque lhes faltava uma meta colectiva, fragmentando-se assim em bandos, cujos partidários reflectiam o tradicional enfrentamento das diversas casas nobres, oscilando entre a aproximação ao monarca, devido às promessas que dele recebiam, e a sua postura antagónica face ao rei, proveniente da ideologia de pertença de grupo²⁶⁴.

Na sequência dos conflituosos anos de 1465-68, também entre 1475-79, teve enorme importância o uso de acusações de nascimentos ilegítimos, práticas sodomitas, desvios sexuais e outras denigrações de índole variada, as quais atingiram o expoente máximo com Alonso de Palencia, autor que atribuiu a Isabel o título de *magistra*

a tratar, com o mesmo título, mas na sua obra *Isabel la Católica y su tiempo*, Granada: Universidade de Granada, 2005, pp. 287-306.

²⁶² Em Castela havia o problema das terras que tinham sido dos infantes de Aragão, as quais, com o regresso de Fernando, corriam o perigo de mudar de dono. Vejam-se alguns exemplos de atracção de nobres em SUARÉZ FERNANDÉZ - *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 93, nota 68.

²⁶³ Pedro da Cunha, irmão de Alfonso Carrillo e um filho de Beltrán de la Cueva, duque de Arévalo.

²⁶⁴ VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del – *Isabel la Católica, princesa (1468-1474)*, Valladolid: Instituto “Isabel la Católica” de Historia Eclesiástica, 1974, p. 19.

dissimulationum, no sentido de utilizar a mentira contra os interesses de D. Juana²⁶⁵. Deste modo, o contexto de crise de legitimidade de onde se partia, uma sucessão discutida e um início de reinado que implicava o recurso ao conflito armado para a segurança da coroa requeriam um esforço na formulação de princípios ideológicos justificadores, com fins propagandísticos e apresentando características simbólicas e cerimoniais. Porém, é necessário ter em conta que no séc. XV não havia os conceitos de propaganda, opinião pública e ideologia tal como nós os compreendemos hoje, o que apenas se atinge a partir da Revolução Francesa. Porém, isso não invalida que existissem esforços de persuasão e manipulação como forma de atingir determinados fins²⁶⁶.

d) Da questão sucessória ao conflito internacional: a guerra Peninsular (1475-76)

Desde o início da década de setenta de Quatrocentos que as conquistas norte-africanas corriam pelo melhor. O plano de domínio marroquino posto em prática pelos portugueses, bem como as campanhas postas em acção para a conquista de Granada por Enrique IV de Castela (com diferentes graus de determinação e sucesso como foi possível aferir), no fundo, são expressão da aliança luso-castelhana que dominou a diplomacia peninsular no segundo e terceiro quartéis do século XV²⁶⁷. Devido, todavia,

²⁶⁵ NIETO SORIA, José Manuel - «La imagen y los instrumentos ideológicos de exaltación del poder regio», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 173-174. Veja-se também CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel - «Enrique IV de Castilla: esbozo de una representación de la propaganda política», *Orientaciones. Revista de homosexualidades*, 2 (2001), pp. 55-72.

²⁶⁶ Sobre este assunto veja-se BURKE, P. - *The fabrication of Louis XIV*, London, 1992, p. 42. Com efeito, o conceito de propaganda era proveniente dos círculos da Companhia de Jesus e forma parte do nome da Congregatio de propaganda fidei. O Diccionario de la Lengua española, Madrid, 1970, p. 1072, define propaganda em três acepções: «1. Congregación de cardenales nominada para difundir la religión católica. 2. Por extensión asociación cuyo fin es propagar doctrinas, opiniones. 3. Acción o efecto de dar a conocer una cosa con el fin de atraer adeptos o compradores». Cfr. GONZÁLEZ MEZQUITA, María Luz - «Propaganda y legitimación en las crónicas de dos reinados: Isabel I y Felipe V», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, p. 380.

²⁶⁷ FONSECA, Luís Adão da – «Horizonte castelhano no debate político em Portugal no final da Idade Média», p. 157.

a desenvolvimentos no reino vizinho, D. Afonso V retoma a ideia (que já vinha desde 1465) de unir os dois reinos sob a mesma Coroa, não só após os apelos que Enrique IV lhe fez, mas também e em especial, com a morte deste em Dezembro de 1474, com os pedidos do segundo marquês de Villena. Para dar seguimento às condições estipuladas no suposto testamento (sobre o qual já teci considerações atrás), D. Juana deveria casar com o seu tio, o rei português (lembro que Joana, a mulher de Enrique IV era irmã de Afonso V), ficando o *Africano* como regente. Foi então com esta motivação e achando-se em pleno direito, que Afonso V convocou cortes. Com os apoios assegurados – não sem antes ter encontrado resistência ao projecto de invasão de Castela²⁶⁸, mas confirmado o apoio do príncipe D. João (não esquecer que este foi um entusiasta deste projecto numa fase inicial²⁶⁹), o soberano deu o próximo passo. Escreveu de Estremoz, a 27 de Dezembro de 1474, em nome de D. Juana, dirigindo-se aos nobres e cidades castelhanas e defendendo os direitos da sobrinha-princesa²⁷⁰.

O rei português, crendo que contava com o apoio de grande parte do reino vizinho, na verdade, não tinha assim tantas forças coadjuvantes. Embora tenha contado, sem dúvida, com grande poder, Afonso V tinha uma visão muito optimista que não correspondia à realidade. Tinha o apoio de catorze cidades²⁷¹, mas o marquesado de Villena foi desintegrado (e daí também o pedido de ajuda a Portugal) e as rendas do arcebispo Carrillo estavam em franco declínio. Não queiramos ver o cenário à luz de quem conhece como se desenrolaram os acontecimentos. Na verdade, os partidários de

²⁶⁸ Não olvidemos a rivalidade existente entre a Casa de Bragança e o príncipe D. João e também o facto de Isabel ter igualmente relações de parentesco com a Casa de Bragança. Por consequência, os nobres portugueses pediram cartas de segurança em como teriam apoio dos seus congéneres castelhanos assim que passassem a fronteira. Só a partir do momento em que essas cartas chegaram é que a campanha se decidiu. CEIV-AP, II, pp. 169 e 184.

²⁶⁹ MENDONÇA – *D. João II – um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, p. 102. Diz ainda Rui de Pina: «o Pryncope desejando que El Rey seu padre com esperança de acrecentar seus Reynos de Portugal, aceitasse, e nom se escusasse ao casamento e empresa de Castela, tinha suas fallas e maneyras com esses pryncipaaes, a que revellava seu desejo, com que os commovia, pera que conselhassem El Rey seu Padre, e o esforçassem pera ysso» (CDAV, cap. CLXXIII, p. 829).

²⁷⁰ «[...] el Rey, su padre [...] la pronunçió e declaró por su verdadera heredera e subçesora de sus Reynos [...] Nos deliberamos de esto asy todo notificar e vos rogamos que querays muy bien guardar la obligaci3n e fieldad que a ella, como a verdadera Reyna desos Regnos deués e asy la obedescaes e Reconoscaes, tomando su Bos e non de outra alguna persona». (Archivo Histórico Nacional de Toledo, Sección Nobleza, legajo 419, citado por ARAÚJO - *Portugal e Castela (1431-1475): ritmos de uma paz vigilante*, (policopiado), vol. I, p. 428.

²⁷¹ CPDJ, cap. XLII, pp. 103-105.

Afonso detinham bastante poder, como já referi acima²⁷². Além disso, devido à conjuntura que se foi criando durante o reinado de Enrique IV, juntamente com a concepção de poder de acordo com a qual a realeza deveria ter um papel menos interventivo, os *Reis Católicos* tinham ainda com que se preocupar com aquelas linhagens que ambicionassem ter uma rainha mais fraca. Seria necessariamente Juana, uma vez que Isabel vinha dando provas de autoritarismo e centralismo²⁷³. Outras instâncias que inspiravam cuidado eram as casas nobres que esperavam para ver quem sairia vencedor do conflito. Pode ainda equacionar-se a sombra da batalha de Aljubarrota, que pairou durante muito tempo no imaginário colectivo castelhano, cujos ecos se chegaram a repercutir além fronteiras ibéricas²⁷⁴.

²⁷² Podemos analisar a questão à luz do controlo efectivo que os nobres tinham sobre os seus senhorios. Deter o senhorio não significava, neste tempo, controlá-lo. Daí que observar somente o nome de famílias como Pacheco, Portocarrero, Stuñiga, Monroy, Trejo, Carvajal, Orellana podem não traduzir, na verdade, um retrato fiel dos apoios à causa de Juana. Para uma listagem exaustiva das terras e cidades controladas por ambos os partidos, veja-se SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, pp. 98-101. LORA SERRANO também apresenta a lista de partidários de Isabel e de Juana, em particular na região da Extremadura. Veja-se LORA SERRANO, Gloria – «La nobleza extremeña ante la guerra luso-castellana de sucesión», in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 15, n.º 1, Porto: Universidade do Porto, 1998, pp. 383-410. Bernáldez é um dos cronistas que apresenta a extensa lista de apoiantes do soberano português: «[...] ellos eran en aquel tiempo los más grandes e más poderosos de toda Castilla. E el duque de Arévalo, conde de Béjar, señor de Plasencia, don Alvaro de Stuñiga, puesto que era muy viejo, tenía a Arévalo e su tierra y tenía a Burgos e el maestrado de Alcántara, e poco menos que toda la tierra de Estremadura; e todas sus tierras e senhorios e otras cosas harto bien pacíficas e a su servicio e mandar. E no es duda estar el mayor de los cavalleros de Castilla, en lo susodicho e con sus hijos e parientes. E el arçobispo de Toledo don Alonso Carrillo, que era el mayor prelado de España, que es la segunda casa de renta de Castilla, tenía muchas tierras, cibdades e villas e castillos, suyos e de la corona real. E el marqués de Villena, a quien avía quedado en guarda la señora doña Juana, tenía a su mandar más villas e castillos que ningún grande de todo el reino, e no avía otro mayor que él, e se titulava estonces maestre de Santiago e duque de Truxillo. E el maestre de Calatrava, que era muy gran señor, y el duque de Ureña, su Hermano, esso mesmo; e destos pendia la mayor parte de Castilla. E ovo otros muchos que se aclararon antes que el rey don Alonso entrasse; assí como Alonso Carrillo, señor de Maqueda; e Castañeda, señor de Portillejo e de las Calañas; e Pareja, adelantado de Galicia; e Juan de Ulloa, alcaide de Toro e mariscal de Zamora; el conde de Valencia y otros muchos, dexando los que estaban de calada con los que le facían parcialidade al rey don Alonso. E él pensó que con ellos sojuzgaría a Castilla», MRC-AB, cap. XVII, pp. 49-50.

²⁷³ Leiam-se as expressivas palavras do cronista Palencia, mesmo antes do primeiro cerco a que Fernando submete a cidade de Toro: «[...] si D. Fernando vencía al Rey de Portugal, como ello había de granjearle extraordinário poderio, el peligro para los Grandes aumentaria considerablemente, ya porque se acusaria a algunos de haber apoyado la resolución del rey D. Enrique en el asunto del matrimonio de D.^a Juana, y de haber pactado alianza sobre este punto com el enemigo portugués, ya porque el vencedor reivindicaría la antigua posesión de las villas arrancadas por la laudable diligencia de los Grandes a la violencia de malvados que abusaban del favor real», CEIV-AP, Livro III, cap. II, p. 207.

²⁷⁴ Múltiplos são os exemplos passíveis de serem destacados. Escolho apenas alguns que se distanciam do acontecimento bélico de Trezentos. Enrique III, à morte do pai, em 1390, prescindiu do título de rei de

O último foco de preocupações foi o monarca francês, que invadiu o Rossilhão ainda em vida de Enrique IV. Estranho movimento esse de França, aliada de Castela desde 1368, tem Perpilhão cercada²⁷⁵ e como tal não há qualquer reacção oficial da monarquia da flor-de-lis aquando da mudança de reinado. Como sabemos, Luís XI não

Portugal nos documentos emanados pela sua chancelaria, mas não renunciou aos direitos que lhe assistiam. Na crónica de Juan II de Castela, na altura de assinar a paz definitiva com Portugal, em 1431, afirmou-se o seguinte em conselho: «algunos desplaía mucho esta paz, porque habían perdido sus abuelos e padres e tios e parientes en la batalla de Aljubarrota, e deseaban vengarse del grande daño que entonces habían rescebido» (Fernán Pérez de Gusmán – «Crónica de Juan II», in *Crónicas de los reyes de Castilla*, edição de Cayetano Rosell, Madrid, Rivadeneyra [Biblioteca de Autores Españoles, LXVIII], 1953, cap. XXV de 1431). Podemos também ler na *Crónica Incompleta* referências à Batalha Real: «los portugueses [...] pensauan com aquel su rey conquistar el mundo, y com el vençimiento que avian ávido sus antecesores en la batalla de Aljubarrota, de que los bisnietos heredaron la soberuia, y aquella gran ventura de aquel tiempo y la de este presente, hazia al rey y vasallos tomar empresas más altas que sostener podian». (CIRC, XXI, p. 171). O último episódio que aqui destaco aconteceu quando Diego de Valera visitou a corte de Alberto V da Áustria, rei da Boémia e Hungria, em 1437. Durante um jantar, um cavaleiro alemão, o conde Ulrico de Cilli, sobrinho do imperador Segismundo, interrogou-se acerca da legitimidade do rei castelhano, posto que tinha perdido a sua bandeira na batalha Real: «[o conde] dixo al Rey que había visto en Portugal en una Iglesia que llaman santa María de la Batalla, la vanderá de Castilla colgada, e que le fuera dicho que la habían ganado los Portugueses en una batalla que ovieram com el Rey de Castilla, concluyendo de aqui que el Rey de Castila no podía traer la vanderá real de sus armas» («Crónica de Juan II», cap. II de 1437), ao que Valera, além de dar uma eloquente justificação em latim, prontamente se preparou para defender a dignidade do seu soberano por via das armas. Veja-se também o artigo de OLIVERA SERRANO, César - «La memoria de Aljubarrota en Castilla», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. II, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 277-294. Na perspectiva oposta, não posso deixar de apontar que se tinham passado quase 100 anos desde a batalha real e mais de trinta desde que se tinha assinado a paz perpétua entre ambos os reinos. As relações e a convivência, especialmente ao nível de fronteira, processavam-se com normalidade e sem estigmas da batalha. Paz Romero partilha desta opinião e, de alguma forma, é também a visão que nos transmite Luís Miguel Duarte. Cfr. ROMERO PORTILLA – *Dos monarquías medievales...*, p. 143 e DUARTE, Luís Miguel - «O gado, a fronteira, os alcaides das sacas e os pastores castelhanos», in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1999, pp. 125-146. Um último apontamento que defende as boas relações entre os países vizinhos pode ser inferida se recordarmos a expedição portuguesa a Sevilha, no ano de 1444, a qual salvou a monarquia castelhana – já aí com graves problemas de instabilidade e em conflito aberto com a nobreza, especialmente na região andaluza, do golpe de estado perpetrado pelos infantes de Aragão, com D. Enrique de Aragão no comando e em nome do rei, e o almirante D. Fadrique Enríquez, o conde de Benavente D. Alonso de Pimentel, D. Diego Gómez de Sandoval e o futuro Enrique IV, que aquiesceu na prisão de seu pai, Juan II. Este bando, que se foi apoderando de diversas cidades na Andaluzia, esbarrou na oposição sevilhana, cidade que pediu ajuda ao reino português. O regente português, vendo satisfeitas as condições impostas para prestar auxílio a esta cidade andaluza, destacou cerca de 1000 homens de armas. Sobre este assunto veja-se MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira*, p. 222 e «Um contestário da acção governativa do Infante D. Pedro», in *Revista de Ciências do Homem*, VI, Série A, 1974, p. 7 e BENITO RUANO, Elloy - «La expedición portuguesa de 1444 en socorro de Sevilla», in *Actas das II jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. I, Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 333-355.

²⁷⁵ ACA-JZ, Livro XIX, cap. XX.

quis abrir mão do Rossilhão, que permaneceu em disputa diplomática e armada até ao reinado dos *Reis Católicos*.

O tempo é o principal aliado dos jovens monarcas, que assentam a primeira fase do seu reinado em três aspectos fundamentais: restabelecer a ordem nas cidades, estabilizar o valor da moeda cunhada e convocar cortes²⁷⁶, as quais não se puderam reunir por causa da invasão portuguesa. Não obstante, a legitimação impôs-se como necessidade prioritária que invadiu todas as actividades e manifestações públicas, gerando uma experiência de dimensões inéditas e fazendo uso da imprensa para divulgar as suas ideias²⁷⁷. Entretanto, Afonso V solicitou ajuda a Luís XI, a 25 de Fevereiro de 1475. Este pedido visava a cooperação política e militar do monarca francês²⁷⁸. A primeira intervenção francesa espelhava-se junto da cúria papal, na obtenção da dispensa para o casamento entre tio e sobrinha e a segunda no conflito militar que estava para acontecer. Luís XI hesitava apoiar Afonso V porque Juan II de Aragão também lhe oferecia a garantia da manutenção da paz na fronteira do Rossilhão e o soberano luso não tinha ainda evidenciado provas definitivas da sua situação face a Inglaterra e da futura política de Castela²⁷⁹. O rei de além-Pirenéus mostrou assim uma grande cautela nas suas relações internacionais, como vou ter oportunidade de demonstrar.

O *Africano* preparou-se para invadir e tomar o “seu” reino, o qual estava indevidamente ocupado por usurpadores, sendo para isso apoiado pelas gentes locais. Para isso, tomou todas diligências necessárias: informou, por intermédio do embaixador

²⁷⁶ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, pp. 89-90.

²⁷⁷ GONZÁLEZ MEZQUITA - «Propaganda y legitimación en las crónicas de dos reinados: Isabel I y Felipe V», p. 381.

²⁷⁸ Luís Suárez dá conta de um manuscrito que foi enviado por Diego Pacheco a Luís XI, solicitando também a ajuda do monarca francês e informando-o de que o partido de D. Juana tinha um exército de 20 000 homens de armas e 12 000 infantes. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 122, nota 46. A embaixada que Afonso V envia a Luís XI serve para lhe pedir ajuda também na qualidade de rei castelhano, fazendo reavivar a antiga aliança franco-castelhana. O monarca francês exigiu como preço que Afonso V cancelasse a aproximação à Inglaterra, facto que tinha consumado com a renovação das antigas pazes, em 30 de Agosto de 1472. A embaixada, assim como as cartas que Afonso V mandou ao monarca francês no mês anterior (8 e 30 de Janeiro), são mais uma evidência da pretensa legitimidade de Afonso V no combate a Isabel e Fernando, naquilo que cria ser seu por direito: o reino vizinho.

²⁷⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Relações históricas entre Portugal e a França : (1430-1481)*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, pp. 97-98.

Rui de Sousa, os *Reis Católicos* das suas intenções²⁸⁰, o que legitimaria a sua intervenção militar, nomeou fronteiros, convocou cortes em Évora para pedir dinheiro para o exército, ratificou a nomeação de D. João como regente do reino de Portugal²⁸¹ (25 de Abril), testou três dias depois e partiu para Castela, passando de Arronches para Codiceira, a 25 de Maio.

Castela, vendo-se ameaçada por três frentes de guerra (Granada, Navarra, que contava com o apoio francês, e agora Portugal²⁸²), pediu diplomaticamente a Afonso V que reconsiderasse²⁸³. Prevendo a negativa do reino português, Isabel e Fernando concedem vilas portuguesas como presa a quem as tomasse²⁸⁴. Estas mercês serviam para aliciar os súbditos para o confronto que se avizinhava, estimulando a iniciativa privada²⁸⁵, ao mesmo tempo que confiscavam os bens dos nobres que se declararam por Afonso V. Por outro lado, fizeram um alardo geral a 15 de Março de 1475. Cavaleiros, peões e marinheiros estavam em estado de alerta. A maioria das cidades apoiou o

²⁸⁰ CDAV, cap. CLXXIV, p. 830.

²⁸¹ CPDJ, pp. 112-113.

²⁸² Estas frentes não estavam todas activas. Eram potenciais. Para tal, foi reconfirmada a trégua com o reino de Granada, a 30 de Janeiro de 1475, sendo as situações mais graves Navarra, a qual contava com o apoio de Luís XI e Portugal, que começava a desenhar-se no horizonte. O pedido a Portugal foi levado a cabo pelo doutor Villalón, no mês de Fevereiro.

²⁸³ CRC-FP, cap. XXX, pp. 96-98; CPDJ, cap. XLIV, pp. 112-113; CDAV, cap. CLXXIV, p. 830, TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, doc. 18, pp. 73-74. Este documento não tem data, mas dado que os reis permaneceram em Segóvia até 22 de Fevereiro de 1475, depreende-se que tenha sido emitido até essa data. Há também sete cartas trocadas entre Afonso V e Fernando, três do primeiro e quatro do último. Foram escritas entre 21 de Julho e 4 de Agosto de 1475. Esta correspondência tinha como objectivo evitar as hostilidades. Afonso V não respondeu à última carta de Fernando. Cfr. SESMA MUNÔZ, A. «Carteles de batalla cruzados entre Alfonso V de Portugal e Fernando V de Castilla (1475)», in *Revista Portuguesa de História*, tomo XVI, vol. I, 1976, pp. 277-295.

²⁸⁴ TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, docs. 20 e 21, pp. 75-82. Há ainda dois documentos de Abril e Maio de 1475, lavrados em Valladolid, que vale a pena considerar. No primeiro, os *Reis Católicos* convocam todos os Grandes e cavaleiros dos seus reinos e concedem-lhes um perdão geral, com algumas excepções, aos que servirem na guerra contra Portugal durante seis meses (Archivo General de Simancas R.S., Tomo I, nº 464). No segundo, D. Fernando concede a Rodrigo Cortês, vizinho de Ávila, a vila de Almeida, quando esta fosse conquistada (Archivo General de Simancas R.S., Tomo I, nº 478), citados por ROMERO PORTILLA – *Dos monarquías medievales...*, p. 141.

²⁸⁵ Noutro trabalho já tive oportunidade de me dedicar ao estudo da iniciativa privada, pelo que remeto para o mesmo. Veja-se ENCARNAÇÃO – *A guerra vista do chão: os conflitos militares em Portugal nos reinados fernandino e joanino observados numa perspectiva local*, em especial, pp. 31-46 e 82-105.

esforço de guerra dos *Reis Católicos* e, em contrapartida, viram confirmados os seus privilégios, o que favoreceu as oligarquias. Isabel e Fernando conseguiram ainda ganhar tempo num aspecto muito importante: no plano diplomático. Tentaram negociar o casamento do filho de Luís XI, Carlos, com a princesa das Astúrias, Isabel, o qual, supostamente, asseguraria a concórdia entre Castela e França. Era um plano pouco realista, mas o seu objectivo principal foi logrado. Os *Reis Católicos* ganharam tempo. Outras medidas pragmáticas, como a comutação de penas para o alistamento e a concessão de poderes para que os nobres pudessem actuar localmente, estimularam a defesa isabelina.

Ao mesmo tempo ocorrem rebeliões de senhorios, como é o caso de Alcaraz, o qual quer recuperar a sua condição de reguengo. A terra do marquês de Villena acabaria confiscada por Fernando (a quem Isabel já tinha concedido amplos poderes para poder também governar), não obstante estar em inferioridade numérica em termos de efectivos militares. Assim, enquanto os *Reis Católicos* enviaram 300 lanças comandadas por Alfonso Fonseca, bispo de Ávila, às quais se juntaram mais meio milhar lideradas por Rodrigo Manrique, acudindo desde Ciudad Real, Diego Pacheco dispunha de aproximadamente 2 000 lanças, contando com as ajudas que os seus parentes e clientela lhe enviaram desde a Andaluzia. Porém, mesmo com este número elevado de combatentes, não se produziram mais do que algumas escaramuças, uma vez que o marquês de Villena não se atreveu a atacar.

Exortada pelo sogro, após as negociações terem falhado, Isabel dispôs-se a falar pessoalmente com o arcebispo Carrillo, indo acompanhada de uma forte escolta, mas semelhante empresa também não teve sucesso, tendo daí passado a Toledo (20 de Maio), onde, em consonância com Fernando, conjecturou organizar a defesa do território em profundidade. Esta estratégia foi necessária devido à debilidade de forças leais aos *Reis Católicos*. Concentrando a defesa em certos pontos, como Badajoz e Ciudad Rodrigo, não inviabilizava a invasão portuguesa, mas conseguia um elemento dissuasor uma vez que lhe podia cortar a retaguarda.

Uma vez em território inimigo, Afonso V avançou até Plasencia²⁸⁶, protegido por um exército de 5 600 homens e 14 000 peões, «todos bem armados e encavalgados e

²⁸⁶ Ao entrar em território inimigo, o rei tinha duas hipóteses. Ou avançava para norte, onde se encontrava a maior parte dos seus apoios, uma vez que a casa de Stuñiga oferecia as bases de Plasencia, Béjar,

provydos d'artelharias, armas e tendas e de todo ho mais que pera guerra pertencia e tudo em grande perfeiçam»²⁸⁷. Isto não é de estranhar, uma vez que o monarca português detinha já uma longa experiência em teatros de guerra africanos. Juana chegou ao ponto de encontro, protegida pelo duque de Arévalo e pelo marquês de Villena, onde desposou o tio, nos últimos dias de Maio, sendo reconhecida como sucessora de Enrique IV por um pequeno grupo. Afonso V intitulou-se rei de Portugal e de Castela, títulos que passam a fazer parte dos seus documentos oficiais (documentos, selos e moeda). Em resposta, Isabel e Fernando assumem-se como reis de Portugal²⁸⁸ e disputam abertamente as navegações africanas. Porém, o casamento do rei português nunca chegaria a ser consumado, uma vez que a requerida dispensa pontifícia nunca chegou. Estava, todavia, justificada a intervenção portuguesa do ponto de vista legal neste cenário de fricção com Castela. Por intermédio da mesma, Juana reivindicava o trono castelhano e Afonso V era o seu marido e senhor. Foram então expedidas cartas para as principais cidades do reino, para que se reconhecesse Juana como legítima rainha²⁸⁹. Esta era então a missão de Afonso V, tal como ele a encarava. Defender a honra e os direitos da parente (e agora mulher) D. Juana. O soberano português penetrava assim num cenário de guerra europeu, depois de ter angariado experiência no

Peñaranda e Arévalo, ou rumava para sul, aproveitando-se da instabilidade andaluza. Escolheu a primeira opção.

²⁸⁷ CDAV, cap. CLXXVII, p. 832.

²⁸⁸ Podemos ver provas disso em TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, vol. I, pp. 84-85 e ainda em duas cartas que Isabel escreveu em Ávila, a 16 e a 20 de Junho de 1475: AGS. Sello 1475-VI, fols. 510-2º e 496, citado por SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Los Reyes Católicos. La conquista del trono*, p. 125, nota 135.

²⁸⁹ ACA-JZ, Livro, XIX, cap. XXVII. Neste longo capítulo podemos ler o manifesto que D. Juana enviou à cidade de Madrid. Como outros já apreciaram (AZCONA – *Isabel la Catolica – estudio crítico de su vida y su reinado*, p. 258; SUÁREZ FERNÁNDEZ - «La España de los Reyes Católicos (1474-1516)», p. 127), este documento, dividido em três partes, é confuso e apresenta-se mais como uma defesa pessoal dos ataques dos Católicos relativamente aos direitos de Juana, chegando inclusivamente a acusar Fernando e Isabel de ter envenenado Enrique IV, e menos um programa sólido de governação. Neste manifesto resume-se toda a questão sucessória para demonstrar a legitimidade de Juana. Pede-se a nulidade do pacto de Toros de Guisando, declara-se que as “vistas de Segóvia”, no início de 1474, não tiveram validade devido a o monarca ter sido coagido e precisa-se que Afonso V descende da casa real de Castela e assegura-se que os portugueses não são inimigos dos castelhanos, devendo sim evitar-se o perigo procedente da coroa de Aragão. No fim, o enunciado indica os apoiantes da Beltraneja: marquês de Villena, duque de Arévalo, mestre de Alcântara (João de Stuniga), mestre de Calatrava (Rodrigo Telles de Girão), conde de Miranda, Pedro Portocarrero, bispo de Plasencia, Diego López Stuniga, prior de S. Marcos de Leão, Fernando de Monroy, Gonçalo Saavedra, licenciado Antão Nunes, Enrique Figueiredo, Afonso de Herrera, João de Oviedo (o notário que guardou a última vontade de Enrique IV) e João de Salcedo.

norte de África, acalentando o sonho de alargar as fronteiras há muito estabelecidas. Temos, portanto, dois motivos muito fortes, que impeliram o monarca luso a intervir em Castela. O conteúdo da carta que o rei escreveu a Gonçalo Vaz de Castelo Branco parece transmitir preocupações no sentido de defesa da honra e da justiça: «Vós melhor que outrem sabeis quanto eu deste feito de Castela sempre arreceei. [...] Com verdade ousou de dizer que empero aceitei este Auto nosso S.^{or} o sabe não por prazer que esperasse de ver, só o desejo de mt.^o servir e receando que se o não fizesse que ante Ele fosse digno de culpa»²⁹⁰. Não sabemos se foram estas as palavras proferidas pelo monarca, mas é normal que o cronista as pusesse na boca de Afonso V, uma vez que não havia outra justificação dado o desfecho da campanha.

Não creio que possamos considerar a questão da união ibérica como uma certeza. Não sem antes, pelo menos, considerarmos alguns factores que se lhe opõem. Afonso V atribuiu a si próprio o título de rei de Portugal e Castela e Leão (na versão simplificada), deixando transparecer uma aparente normalidade, através dos seus instrumentos e prerrogativas (documentos, moeda, etc.), como já vimos. Imaginando que o casamento entre tio e sobrinha se consumasse e que o partido de ambos derrotasse o isabelino, com o nomear o príncipe João regente do reino (25 de Abril), garantiu-lhe posteriormente a sucessão do trono (12 de Maio, em Arronches) e, mais tarde, confirmou a sucessão para o seu neto, o infante Afonso, nascido alguns meses atrás, (16 de Fevereiro de 1476, duas semanas antes da batalha de Toro), decisão que manteve através de novo diploma lavrado em Toro, a 5 de Junho. Concebamos e aceitemos como normal que do matrimónio com D. Juana resultasse pelo menos um filho; não é legítimo supor que esse príncipe fosse preterido em função do filho de D. João. Portanto, é lícito concluir que os sucessores de D. João e de Afonso V seriam príncipes diferentes, o que faz lembrar a estratégia dos infantes de Aragão, de quase um século antes. Perante o exposto e baseado na carta supracitada, creio que a missão de Afonso V era tipicamente medieval, de alguém que se batia pela honra e pela glória²⁹¹, já que a unificação dos

²⁹⁰ Biblioteca Nacional, Códice 6963, citada por Elaine Sanceau – *D. João II*, Porto: Livraria Civilização, 1959, p. 90.

²⁹¹ Rui de Pina dá-nos a sua visão laudatória, no último capítulo da *Crónica*, no qual apresenta o monarca como «zellador de emprender cousas arduas, e prosseguyllas por armas como cavaleiro, mais que de entender como Rey no Regimento Cível e Polytico de Reynos» (CDAV, cap. CCXIII, p. 881). Relativamente a esta problemática, David Martelo sugere ainda a possibilidade de Afonso V querer somente inviabilizar a influência crescente da coroa de Aragão nos domínios ibéricos, o que conferiria a Afonso V uma reputação geoestratégica muito significativa. Cfr. MARTELO – *A dinastia de Avis e a*

reinos sob a égide da mesma coroa, devido a haver potencialmente herdeiros diferentes, ficava inviabilizada conforme expliquei acima. Acredito ainda que não seria somente a ambição e o desejo de concretizar o sonho antigo de unir as coroas. Não é de descartar o sentido de justiça e de fazer o que está certo e isso, na visão do monarca, passava por retirar das mãos de Isabel e Fernando o que por direito devia ser seu.

Se, por um lado, este enfrentamento não configurou uma típica guerra entre dois reinos, uma vez que Portugal se imiscui na guerra civil castelhana apoiando um dos bandos, por outro lado, as relações luso-castelhanas foram suspensas.

Entretanto, sucedeu algo muito importante. Burgos revoltou-se, tomando voz por D. Juana. Os desenvolvimentos nesta cidade importantíssima do reino fizeram com que Fernando se deslocasse ao local, montando cerco ao castelo. Zamora tinha também tomado o partido do Africano.

As posições são difíceis para ambos os partidos: Afonso V não pode contar com os homens e o dinheiro que lhe prometeram e os isabelinos têm apoios mas não têm dinheiro. Tendo o primeiro chegado a Arévalo saído de Plasencia, no mês de Junho, estudou as opções possíveis: ou marchar e levantar o cerco de Burgos, opinião secundada por Álvaro de Stuñiga, por cuja linhagem estava o castelo, ou flanquear pelo Douro. Enquanto Afonso V perdia tempo precioso a preparar as operações futuras, Fernando reunia homens em Valladolid. Como pela mesma altura João de Ulloa ofereceu ao Africano a submissão de Toro, este esqueceu as suas pretensões sobre Burgos. Na verdade, Afonso V não queria ser um mero instrumento da nobreza castelhana, como fora Enrique IV. Para esta, não importava quem fosse a cabeça do partido, desde que fizesse frente aos *Reis Católicos* e, por conseguinte, à sua concepção de poder. Caso tivesse seguido até Burgos, ou Valência, quiçá a estratégia de Luís XI tivesse seguido outro curso.

D. Fernando tomou providências e mandou chamar a sua infantaria biscainha e as mesnadas nobres para decidir tudo numa só batalha²⁹². O seu exército era

construção da União Ibérica, p. 51. Não creio que este raciocínio geoestratégico de David Martelo seja válido para esta situação concreta. Como procurei demonstrar ao longo deste trabalho, o *Africano* invadiu Castela para ser rei e com o objectivo de reinar *de facto* e não anular a influência de Juan II em Castela.

²⁹² A *Crónica incompleta* apresenta-nos Fernando como cauteloso e Isabel impaciente por ganhar numa campanha relâmpago a batalha de Toro, em Julho de 1475: «Dad, señora, a las anxias del corazón reposo... ¡Grand tabajo tenemos con vos de aquí adelante! Mas siempre las mugeres, aunque los hombres

inexperiente não só a nível de comando, como também por via da heterogeneidade das tropas; era indisciplinado e mal armado, uma vez que Fernando tinha graves dificuldades económicas. Para complicar ainda mais a situação, estes homens não tinham o apoio de máquinas de guerra, não tinham víveres suficientes, nem transportes adequados. Desta forma, a eficácia destas tropas foi muito reduzida, acabando por consumir recursos monetários preciosos do tesouro segoviano. Chegado a Toro a 22 de Julho, após uma marcha lentíssima, D. Afonso V remetido à cidade (uma vez que o castelo lhe era hostil), recusou-se a dar batalha. A solução encontrada foi fazer dispersar o exército. A ordália entre Toro e Zamora só se daria no ano seguinte, tendo o soberano português procedido com cautela, vacilando em internar-se num país onde havia muito menos vozes amigas do que aquelas com que contara.

Considerando-se que o destroçar das tropas fernandinas foi uma vitória táctica de Afonso V, estava livre o rei português para socorrer Burgos e esperar o tão almejado apoio francês, numa operação em forma de tenaz. Só em finais de Agosto de 1475 conheceu Luís XI um alívio na pressão que lhe era imposta pela Inglaterra e pelos ducados da Bretanha e da Borgonha, ao assinar a trégua de Picquigny, o que explica que apenas a 26 de Setembro tenha enviado Jean Merlin a Sisto IV, com o fim de acelerar a dispensa necessária para o casamento de Afonso V com Juana. O conselheiro deveria argumentar que se deviam ter em conta os dotes militares do monarca português e os serviços que este prestara à Igreja na conquista das praças marroquinas, garantindo assim que Afonso V, ao ser senhor de Castela, lutaria com todas as suas forças para expulsar os inimigos da fé das terras ibéricas²⁹³. Dado o seu calculismo, poder-se-ia pensar que Luís estaria apenas a ser cortês, mas há provas em como estava, pelo menos naquele momento, a ser verdadeiro e a apoiar Afonso V, como atesta o tratado de 23 de Setembro²⁹⁴. Como explica Veríssimo Serrão, os emissários portugueses não

sean dispuestos, hazedores y graçiosos, son de mal contentamiento. Especialmente vos, señora, que por nacer está quien contentar os pueda» (CIRC, pp. 238-247).

²⁹³ SERRÃO - *Relações históricas entre Portugal e a França: (1430-1481)*, pp. 99-100.

²⁹⁴ Neste acordo foram confirmados vários tratados anteriores. Na prática, o rei francês reconhecia Afonso e Juana como monarcas de Leão e Castela e, nos termos do mesmo contrato, as terras conquistadas por Portugal nas conquistas da Catalunha e do Rossilhão e nas ilhas da Sardenha e das Baleares seriam entregues ao rei de França como pertença desta Coroa. Relativamente às cidades e vilas de que Luís XI viesse a apoderar-se nos reinos de Aragão e Valência, seriam remetidas ao rei português. Cfr. SERRÃO - *Relações históricas entre Portugal e a França: (1430-1481)*, pp. 100-101.

compreenderam que a atitude que Luís XI tomasse dependeria da subjugação do partido castelhano-aragonês, tendo julgado o seu apoio incondicional. Tal não pode ser considerado, até porque o arguto monarca tinha assinado pouco tempo antes outro tratado, no qual se estipulava uma trégua com Fernando de Aragão, até 1 de Julho de 1476. Assim sendo, deram como incondicional o apoio de Luís, confundindo a palavra do monarca com o êxito da missão²⁹⁵.

Para o partido isabelino a estratégia da guerra teve, necessariamente, de mudar. Dividiram-se os esforços: Isabel ficou a vigiar Afonso V e Fernando partiu novamente para Burgos. É muito provável que o *Rei Católico* tivesse tido uma imagem mais fidedigna da realidade do que o monarca português. Efectivamente, o bastião burgalês não só era um ícone na paisagem, de elevada importância geo-estratégica, como também, a cidade era um importantíssimo centro mercantil, que exportava lã e gado. Por outro lado, foi necessário fortalecer a disciplina do exército, por via da eliminação das unidades de infantaria, onde esta era dispensável, tendo a cavalaria e a artilharia a primazia²⁹⁶. Duas soluções se apresentaram para financiar o exército: através da recolha da prata das igrejas²⁹⁷ e por via do quinto das navegações africanas, uma vez que se juridicamente Fernando e Isabel se intitulavam reis de Portugal, então julgaram-se no direito de permitir as navegações privadas ao sul do cabo Bojador.

A recolha de metal precioso nas igrejas diocesanas, ou de religiosos e sinagogas, ocorreu também em Portugal. Esta recolha foi ordenada pelo príncipe D. João, a 15 de Dezembro de 1475, quando Afonso V estava ausente em Castela. Foi uma medida cumulativa com a concessão, pelas Cortes de Évora, do subsídio de pedido e meio, a receber durante dois anos e com o contrair de empréstimos junto dos almoxarifados²⁹⁸,

²⁹⁵ SERRÃO - *Relações históricas entre Portugal e a França: (1430-1481)*, pp. 101-102. Não esqueçamos que entre Março e Junho de 1476, os franceses tinham lançado três grandes ataques contra Fuenterrabia, os quais, por falta de víveres e domínio do mar, não tiveram sucesso.

²⁹⁶ Fernando contratou um mestre artilheiro italiano para esse efeito, chamado Domingo Zacarias, em Julho de 1475; estes aspectos de cariz militar serão desenvolvidos na segunda parte desta dissertação. Veja-se ainda SUARÉZ FERNANDÉZ - *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 135.

²⁹⁷ CRC-FP, cap. XL, pp. 143-146.

²⁹⁸ Cfr. GONÇALVES, Iria – *O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora*, Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1964, em especial, pp. 9-16. Mesmo assim, estes pedidos não foram suficientes e em 1478 foi requerido um novo empréstimo. Cfr. *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, João II e Manuel I do Arquivo*

uma vez que estas medidas iniciais se revelaram insuficientes para fazer face às despesas inerentes à campanha. Naturalmente que houve uma oposição generalizada dos cabidos das sés, das colegiadas, dos mosteiros e das igrejas espalhadas pelas dioceses, ao que o príncipe respondeu permitindo o uso da força na recolha dos objectos. Não obstante, D. João ordenou que a entrega deveria ser inventariada e avaliada, em vista de um hipotético pagamento futuro²⁹⁹.

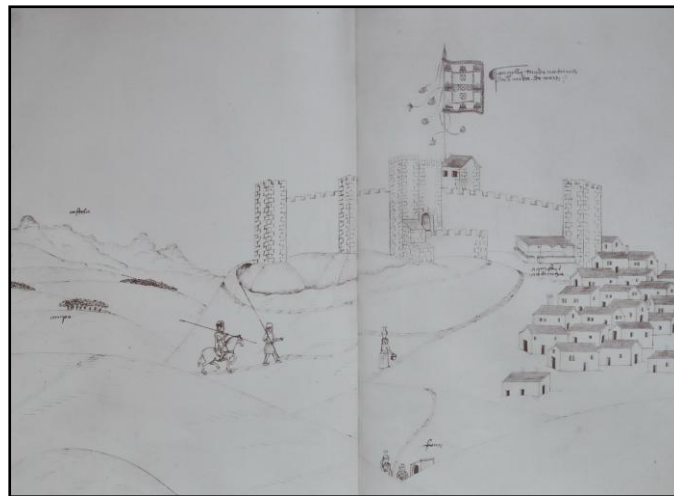
Em Julho de 1475, Afonso V via-se privado dos apoios de Rodrigo Téllez Girón, já que este estava a ser assediado nas suas próprias terras, ao passo que Isabel e Fernando conseguem uma trégua com o reino de Granada e tem início o contra-ataque castelhano, incidindo sobre a retaguarda portuguesa, em Ouguela, especialmente por acção de Francisco de Solís, o *eleito* da Ordem de Alcântara³⁰⁰. O príncipe D. João conseguiu recuperar esta fortaleza na primeira quinzena de Agosto, quebrando o ímpeto de Sólís, que morreu numa refrega. Além da Extremadura castelhana, a costa africana foi também alvo de depredações por parte dos ambiciosos armadores do reino vizinho.

Municipal do Porto, prefácio e notas de Artur Magalhães Basto, Porto: Câmara Municipal do Porto, [s.d.], doc. XXIV, p. 41.

²⁹⁹ Embora Damião de Góis afirme que o Príncipe, uma vez subido ao trono «como bom, e Chatholico Christão depois do falecimento de El Rey seu pay [a] pagou», a documentação disponível obriga a que leiamos o cronista com reservas. Sobre este assunto veja-se o artigo de MARQUES, José – «O príncipe D. João (II) e a recolha das pratas das igrejas para custear a guerra com Castela», in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época, vol. I: D. João II e a política Quatrocentista*, Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 205-212.

³⁰⁰ Francisco de Solís, o *eleito* auto-intitulava-se mestre de Alcântara. Capitulou em 1474 para casar com D. Maria Enríquez, filha dos primeiros duques de Alba. É senhor de Uguela.

Figura 1 - Vista norte da fortaleza de Ouguela, Alentejo



Fonte: *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas, Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, 2006

De Arévalo, o rei português pensou inicialmente em fazer levantar o cerco a Burgos, cuja situação a partir do final de Agosto passou a ser desesperada. Esta importante cidade tinha sido cercada por Fernando, o qual antes de a sitiar, tomou o importante posto avançado dos defensores – a igreja de Santa Maria de la Blanca, a 30 de Agosto.

A hoste afonsina saiu de Arévalo reforçada com os homens de Alfonso Carrillo e Álvaro de Stúñiga e, não obstante ter sido atacada, saiu triunfante. Isabel segue esta marcha a partir de Palencia. O monarca português passou por Peñafiel, evitando mais confrontos e devia reunir-se em Baltanás ao conde de Penamacor. Porém, o esforço não foi correctamente coordenado e só num segundo assalto foi possível rechaçar as 400 lanças do conde de Benavente, que opuseram uma feroz resistência e graças também à grande superioridade numérica afonsina. Embora o sucesso militar, não obstante as avultadas perdas, tivesse motivado o rei, estando somente a sessenta quilómetros de Burgos, não se compreende bem, hoje, porque é que Afonso V regressou a Peñafiel e daí partiu para Arévalo novamente. Teria sido aconselhado a que não marchasse até Burgos. Conjectura-se que o escasso êxito na captação de partidários que tiveram o marquês de Villena e o conde de Urueña, aliado à hostilidade demonstrada à causa afonsina sentida pelas terras por onde o rei português passou, teria levado o soberano a

tomar esta decisão. É ainda de aceitar que notícias de sedição em Zamora lhe tenham chegado ao conhecimento. Fosse como fosse, ao ter deixado o bastião de Burgos à sua sorte, Afonso V perdia o seu aliado mais importante e condenou definitivamente a quimérica ajuda de Luís XI, embora a aliança estabelecida entre os reinos luso e francês pudesse supor o adiamento do ataque da flor-de-lis na Primavera de 1476.

A onda de adesões ao partido dos jovens reis aumentou consideravelmente, deixando depauperadas as terras do marquesado de Villena e da ordem de Calatrava.

Afonso V determinou que iria fortificar o médio Douro, o que lhe daria bases para nunca ficar demasiado internado em território inimigo e perder as comunicações, fazendo o seu quartel-general em Zamora. Por outro lado, as negociações para a libertação do conde de Benavente renderam ao partido português as praças de Portillo, Mayorga e Villalba, o que juntamente com a conquista de Cantalapiedra permitia alguma segurança para a invernada em terras castelhanas.

É evidente que as crises económicas e financeiras por via da guerra – no caso português por se travar uma guerra no estrangeiro e no caso de Castela por estar em constante conflito desde a década de sessenta do século XV, empobreceram e fragilizaram as monarquias ibéricas. Castela via-se ainda assolada por problemas de banditagem. Assim, além das tradicionais medidas de pedir dinheiro em cortes, assim como as requisições de prata às igrejas que ambos os reinos levaram a cabo, Fernando e Isabel reactivaram a Hermandad³⁰¹ nas cortes de Madrigal, em Abril de 1476. Fernando podia assim dar atenção ao cerco de Cantalapiedra ao mesmo tempo. Todavia, restabelecer este corpo exigia mais sacrifícios monetários e causava potencialmente más relações com a fina flor da nobreza (foi bem aceite em Castela e Leão, mas mal aceite na Andaluzia). Serviu igualmente como forma de atrair homens para fazer a guerra, uma

³⁰¹ Com origem no século XIII, a Hermandad General ou Santa Hermandad, distinguindo-se da Hermandad Vieja, tem na sua raiz uma motivação económica, a de proteger o comércio de lã de Burgos, Palencia, Medina del Campo, Olmedo, Ávila, Segóvia, Salamanca e Zamora com a Flandres. Devido ao ónus que acarreta, criou-se um novo imposto em forma de sisa e a conscrição tornou-se obrigatória, limitando-se a actuação desta instituição até 15 de Agosto de 1478, prazo este que foi prorrogado mais três anos e caso as vilas e cidades se negassem, seriam novamente instituídos os antigos pedidos e moedas. Sobre este assunto deve consultar-se SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, pp. 238-250.

vez que quem se alistasse, ver-se-ia elevado à condição de fidalgo³⁰². Esta instituição servia os interesses sociais, uma vez que acabava com os salteadores e era útil do ponto de vista político-militar, pondo fim à resistência por D. Juana e dotando os *Reis Católicos* de um corpo militar do qual podiam dispor.

Porém, o partido português carecia de um sólido apoio do povo castelhano e em Dezembro de 1475 foi a vez de Zamora se revoltar. Em Janeiro do ano seguinte, tanto Zamora como Burgos passavam para o partido Isabelino. O facto de estes nobres não serem punidos por Isabel nem Fernando mas, ao invés, recompensados pelas perdas, foi um argumento demolidor e potenciou ainda mais a transição de grandes nobres de um partido para o outro.

Não obstante ter chamado o príncipe D. João, seu pai incorreu numa cilada, fruto de maquinação de Pedro de Mazaregos. A tentativa de recuperar a ponte de Zamora foi bastante sangrenta, tendo causado muitas baixas entre os nobres lusos.

Afonso V fez uma tentativa de recobrar Zamora, na qual estava Fernando, lançando cerco à cidade, com os apoios de Medina, Segóvia, Ávila e Villalpando. Porém, as frígidas condições climatéricas e os reforços que estavam prestes a socorrer o castelo levaram Afonso V a retirar-se até Toro, enquanto aguardava reforços do filho. Esta traição levantou o clima de desconfiança entre portugueses e castelhanos. Mesmo assim, o castelo ainda resistiu algum tempo. Foi com a conquista de Zamora que acabou a ideia de um Inverno calmo e pacífico. Perdeu-se definitivamente Burgos, cidade que resistiu quatro meses, tendo apenas sido vencida pela poliorcética de Alfonso de Aragão: minas, muralhas derrubadas e assalto às mesmas. Com ela perdeu-se também o apoio dos Stuñiga e Afonso V achou por bem fortificar Toro. Ao contrário do que seria de esperar, Isabel não exerceu represálias sobre os Stuñiga, tendo-os compensado ao invés. Esta foi a estratégia adoptada por Isabel e Fernando: inspirar confiança e conquistar os Grandes. Creio que é possível afirmar que os reis têm clara noção de como chamar a si os nobres, percebendo que é uma questão de tempo até atrair os núcleos mais importantes e que uma vez conquistados esses para a sua esfera de influência, os outros seguir-se-ão. Baseio esta minha afirmação na ambição que alguns

³⁰² Este corpo tinha como normativa régia a inclusão de um ginete por cada cem vizinhos ou um homem de armas montado por cada 150 vizinhos. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 239.

nobres demonstraram para conseguir aumentar os seus cargos, dignidades e terras, sendo o seu expoente máximo Juan Pacheco, o qual ao longo da sua vida pediu recompensas a Enrique IV. A sua ambição não conhecia limites, chegando mesmo a mudar de partido e a fazer frente ao rei. Isso confere aos Grandes um elevado grau de volatilidade. Conforme darei conta mais abaixo, na terceira carta de desafio trocada entre Fernando e Afonso V, em frente a Toro, mas ainda em 1475, o primeiro relembra ao rei luso que o facto de ter havido deserção de nobres para o bando Afonsino se devia ao interesse pessoal dos mesmos, por não terem obtido de Isabel uma série de privilégios que lhe exigiam: «todos los que vos truxieron a stos reynos agora, quando fallescio el dicho senyor rey don Enrikeu iuraron a la alteza suya e de la reyna nuestra senyora si les otorgaran algunas iniustas demandas que le fazian»³⁰³. Estas petições eram provavelmente as apresentadas por Pacheco – Diego Pacheco, o filho de Juan Pacheco, que solicitava para si o mestrado de Santiago; as de D. Álvaro de Stúñiga, que queria a confirmação do ducado de Arévalo; e a do arcebispo de Toledo, que reclamava sete dos ofícios principais da corte para ele e seus familiares.

No plano prático, cada vez mais os reis têm ar de vencedores, o que faz os nobres pender para o seu partido. Os *Reis Católicos* também obtêm fundos mais facilmente do que Afonso V, que ao fim de oito meses em território inimigo começou a ficar em grandes dificuldades económicas e com falta de efectivos militares, aguardando reforços de Portugal. Ocorre ainda outra alteração estrutural na sociedade castelhana que passa pela adesão ao partido dos *Reis Católicos*, como já mostrei, mas também a repulsa do governo senhorial, o que colocava grandes senhores como Diego Pacheco em apuros e incapazes de socorrer Afonso V.

Parecia certo que o destino da guerra se ia decidir entre Toro e Zamora. A 16 de Fevereiro o príncipe D. João encontra-se em Toro, mas entre 16 e 28 está em Zamora, juntamente com o pai. O exército português tinha falta de víveres e sofria problemas nas comunicações, estando, portanto, desgastado. A posição do exército castelhano em Zamora era excelente, o que conduziu a negociações, que tiveram lugar numa ilha no meio do Douro, as quais foram infrutíferas³⁰⁴.

³⁰³ Cfr. VICENS VIVES, J. - *Fernando II de Aragón*, Zaragoza, 1962, p. 403.

³⁰⁴ CDAV, caps. CLXXXVII-CLXXXIX, pp. 841-843, SANTARÉM – *Quadro elementar...*, pp. 377-378.

Foi devido a este impasse e porque o exército português estava em perigo de sofrer uma acção em tenaz por parte dos homens de Fernando, bloqueando-o contra o rio Douro, que Afonso V deu ordem para levantar o arraial e partiu para Toro, na madrugada de 1 de Março, esperando que o exército de D. Fernando o seguisse. Destruiu parte da ponte e deixou um corpo de 500 cavaleiros a guardar a retirada³⁰⁵. No decorrer da marcha forçada, o exército português assumiu uma estrutura bicéfala. O grosso das tropas seguia com o rei; o outro núcleo era composto por 800 lanças e por espingardeiros. Ambos os corpos foram seguidos de perto pela cavalaria ligeira castelhana comandada por Álvaro de Mendoza, por ordem de Fernando, acção que desencadearia a batalha de Toro.

O capitão castelhano alcançou o inimigo por volta do meio-dia. Consequentemente, o Africano dispôs os seus homens para dar batalha, tendo esta começado ao fim da tarde. Cerca de três horas depois foi impossível continuar devido à escuridão e à intensa chuva que caía. O príncipe D. João desbaratou a az castelhana que se lhe opôs, ao mesmo tempo que o seu pai foi desbaratado pela elite do exército castelhano. D. João, porém, foi o único a permanecer em campo. Afonso V retirou até Castronuño e D. Fernando para Zamora. Ao início da manhã, o príncipe vencedor marchou até Toro, onde ainda se viviam momentos pouco serenos devido à incerteza do resultado da refrega. A batalha de Toro representou assim um fim inconclusivo no plano armado, mas o início do fim para as aspirações afonsinas, as quais haveriam de terminar com a queda das fortalezas estremenhas de Sieteiglesias, Cubillas, Cantalapiedra y Castronuño, que tinham voz por Portugal e da fracassada viagem a França, enquanto Isabel e Fernando levaram a cabo a pacificação interior.

Se, para o lado dos monarcas castelhanos, o desfecho deste episódio militar limpava as dúvidas quanto à sucessão, para o lado português tratava-se ainda de um assunto pendente, para o qual era preciso reagrupar e retaliar. A estratégia portuguesa passou pela consolidação das fortalezas que detinha³⁰⁶, lançando alguns ataques de guerrilha e montando ciladas aos castelhanos, embora evidenciando uma posição claramente mais defensiva.

³⁰⁵ CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, p. 269.

³⁰⁶ Estas fortalezas resumiam-se a Cantalapiedra, Castronuño, Cubillas, Sieteiglesias, Villalonso, la Mota del Marqués, Portillo, Villalba e Toro.

A Páscoa trouxe o regresso do príncipe D. João ao reino, tendo D. Juana regressado com ele. O herdeiro português vinha munido de um documento³⁰⁷, no qual seu pai se comprometia a não outorgar vilas ou rendas da Coroa sem o seu consentimento, o que, na verdade, protegia o erário e património régios. Afonso V corria este risco de enfrentar exigências dos nobres, uma vez que o grosso da fidalguia portuguesa continuou a apoiá-lo em terras zamoranas e, face ao insucesso militar, não mais era possível garantir compensações em território castelhano.

Em virtude de a estratégica praça de Cantalapiedra ter sido cercada, o monarca português e D. Fernando negociaram a restituição ao segundo de três fortalezas do conde de Benavente, pela liberdade do conde de Penamacor, de Lopo de Albuquerque e outros prisioneiros, juntamente com bens confiscados a Antão Nunes de Ciudad Rodrigo. Castela estava claramente na ofensiva, conseguindo conquistar Portalegre, Arronches e Alegrete nos primeiros meses de 1476.

e) A ameaça francesa e a paz armada³⁰⁸ (1477-1479)

Isabel e Fernando iniciaram as compensações a quatro grandes famílias: os Stúñiga e os Portocarrero, partidários de Juana; os Ponce de León, neutros; e os Manrique, partidários de Isabel. Os territórios eram, de facto, bastante sensíveis para a coroa: Biscaia, Cádiz, Arévalo e Mérida. A generosidade mostrada pelos reis para com os nobres, mas também para com as cidades como Zamora, não deve ser tida como sinal de fraqueza. Pelo contrário, era uma mostra de força política; uma determinada linhagem, ao cumprir uma função imprescindível, devia manter o seu poderio económico. Era uma forma de governar que aceitava o senhorio como forma desejável de administração e reconhecia nele um serviço público³⁰⁹. Mais morosos e difíceis de negociar foram os perdões outorgados a Diego Pacheco e ao arcebispo Carrillo, os quais

³⁰⁷ Este documento foi promulgado em Toro, a 14 de Março de 1476. ANTT, *gaveta 13*, maço 10, n.º 4.

³⁰⁸ “Paz armada” é uma expressão da autoria de B.A. Pocquet du Haut-Jussé, historiador bretão do início do séc. XX, para designar o período que vai de 1477 a 1479 e que pode ser aplicada a todo o ocidente europeu, e particularmente às relações entre França e Castela.

³⁰⁹ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 163.

só foram conseguidos no mês de Setembro e não sem ter havido recontros militares pelo meio. Uma vez mais permitiu-se que os nobres que voltavam à obediência dos reis fossem recompensados economicamente, mas punha-se um travão no poder político que detinham. Embora este processo negocial se tenha arrastado até às cortes de Toledo, realizadas em 1480, a oposição aos *Reis Católicos*, na Primavera de 1476, cingia-se a alguns castelos do marquesado de Villena, alguns soldados da ordem de Calatrava e algumas vilas do arcebispo de Toledo.

Crendo que o sucesso da sua missão em Castela passaria pela ajuda de Luís XI, Afonso V decidiu empreender pessoalmente uma viagem a França para convencer Luís XI da importância estratégica de um ataque conjunto às forças de Isabel e Fernando. Regressou, assim, a Portugal, encontrando-se em Junho de 1476 em Miranda do Douro, tomando a direcção do Porto e lá permanecendo cerca de um mês, na companhia do príncipe e de D. Beatriz. Do Porto deveria embarcar em direcção à Bretanha, mas como Fernando patrulhava as águas costeiras da Galiza, acabou o monarca português por fazer um caminho mais longo, desembarcando na Provença. Contudo, antes de partir, deixou uma procuração a D. João para o governo dos reinos de Castela³¹⁰. Acolhido de forma diferente pelas cidades onde ia passando³¹¹, após um longo percurso sem encontrar Luís XI³¹², o Africano apenas encontra a corte francesa em Tours, no mês Novembro. Embora não saibamos ao certo o que se passou na entrevista, podemos conjecturar algumas ideias através do testemunho dos cronistas³¹³ e dos documentos³¹⁴. Afonso V compreendeu que não haveria qualquer ajuda do monarca da flor-de-lis

³¹⁰ ANTT, *Gavetas*, XIII-10-8. Também publicado por SERRÃO - *Relações históricas entre Portugal e a França: (1430-1481)*, pp. 159-161. Veríssimo Serrão chamou a atenção para as questões jurídicas inerentes a esta viagem: como Afonso V antes de partir para França não informou o reino, nem convocou cortes, é necessário concluir que se verifica o «exercício do Poder abstracto por um Rei ausente e do Poder real por um Príncipe sem procuração para o exercer». SERRÃO - *Relações históricas entre Portugal e a França: (1430-1481)*, p. 108.

³¹¹ SERRÃO - *Relações históricas entre Portugal e a França: (1430-1481)*, pp. 111-113.

³¹² É de crer que o rei francês evitou propositadamente o encontro com Afonso V, de forma a colocá-lo na posição de mediador na luta que travava o primeiro com o duque da Borgonha. Considerava Luís XI que era necessário resolver primeiro a ameaça militar da Borgonha. Cfr. SERRÃO - *Relações históricas entre Portugal e a França: (1430-1481)*, pp. 114-115.

³¹³ Rui de Pina e Philippe de Commines (*Les memoires de Philippe de Commines, chevalier, seigneur d'Argenson, sur les principaux facts & gestes de Loys et Charles VIII son fils, Roy de France...*, Paris, 1916).

³¹⁴ *Relação do recebimento que ElRey de França*, Biblioteca Pública de Évora, códice CV1-2, fol. 143v, doc. XII.

enquanto pairasse sobre esse reino a ameaça do *Temerário*. Sabemos que o nosso soberano mediou este conflito que opunha a estratégia centralizadora de Luís XI à desobediência feudal de Carlos. O que não sabemos é se essa terá sido uma iniciativa sua devido às boas relações que Portugal mantinha com a Borgonha ou se terá sido uma imposição do monarca francês. Se a empresa fosse bem sucedida, o rei francês, a juntar à diligência a que se comprometeu em interceder junto do Papado para a concessão da dispensa apostólica para o casamento de Afonso V com D. Juana, ficaria liberto para atacar as posições biscainhas e navarras de D. Fernando.

No início de Dezembro de 1476, os *Reis Católicos* tiveram conhecimento de que França não voltaria a atacar, dado o desastre de Fuenterrabia. Essa notícia chegou a Toro por intermédio de fr. Bernardo Boil, um dos diplomatas castelhanos que se encontrava em Tours no momento em que os monarcas luso e gaulês se entrevistavam. Assim, pôde o *Prudente* negociar com Fernando, em Baiona, no mês seguinte, acerca do problemático Rossilhão, território que nem Castela pretendia alienar, nem França queria ter apenas direito de ocupação³¹⁵. Não tendo logrado a paz, todavia, manteve-se a trégua entre os dois países³¹⁶.

Com efeito, a missão do *Africano* protelaria a sua estadia fora de Portugal até ao ano seguinte e, embora tenha sido bem recebido pelo seu primo, acabou por ser ele o derrotado, já que não conseguiu ajuda de nenhum para impor os seus direitos ao trono de Castela. Ademais, no regresso das cercanias de Nancy para Paris, Afonso V não se pôde encontrar logo com Luís XI, uma vez que este andava ausente pela região da Picardia, que tentava submeter. Permaneceu em Paris até Maio de 1477, em profundo desalento e na vã esperança de que o soberano gaulês lhe desse resposta positiva, tendo entretanto recebido missivas de Portugal, do príncipe e demais conselheiros do reino,

³¹⁵ Os problemas nos condados do Rossilhão e da Cerdanha remontam à rebelião da Catalunha contra Juan II de Aragão, em 1462. Assim, para conseguir a ajuda de Luís XI de França, o monarca aragonês empenhou os ditos condados aos franceses, a quem se permitia o direito de ocupação em troca de dinheiro e armas francesas. Em 1463 Luís XI ocupou os condados, mas quando a guerra terminou, um decénio após o seu início, começou o repúdio dos habitantes à presença francesa. É nesse contexto que Juan II cercou Perpignan, envolvendo-se em acções armadas contra os franceses, prolongando-se a animosidade contra os franceses, expressa em conflitos militares, até 1493, data em que foi assinado o Tratado de Barcelona. Este tratado estabelecia a restituição do Rossilhão e Cerdanha a Fernando, o *Católico*, por parte de Carlos VIII de França.

³¹⁶ Esta trégua firmou-se de mútuo acordo, devido ao facto de ser insustentável continuar a fazer a guerra. Acordou-se a dita cessação de hostilidades a 7 de Setembro e teria uma duração de três meses.

que o aconselhavam a regressar, até porque o encargo financeiro tornava-se bastante pesado, devido ao numeroso séquito real. O monarca vai também evidenciando a vontade de servir a Deus, uma vez que percebe que esta viagem a França lhe foi sugerida por adeptos de Castela, não tendo em conta os riscos para a sua pessoa.

Apesar da insistência dos *Reis Católicos* junto da cúria papal, com a morte do *Temerário*, Sisto IV exigiu como garantia a aliança entre França e Portugal, a fim de ser concedida a dispensa de casamento solicitada por Afonso V. Nesse sentido, o *Africano* despachou para Arras o conde de Penamacor, havendo também lugar a um encontro entre os soberanos português e francês em Julho de 1477. Porém, como é fácil de entender, o *Prudente* tinha outras prioridades a nível da política interna, pelo que do encontro de Arras nada saiu a favor do rei lusitano, até porque o eixo da política francesa tinha mudado para a região da Flandres e os Pirenéus não mais eram uma ameaça aos planos centralizadores de Luís XI. Uma vez mais se sobrepujam os interesses nacionais franceses face ao prometido a Afonso V, sendo que o rei francês não iria comprometer uma política em curso por uma aliança sem futuro³¹⁷. A consternação era evidente no espírito do rei e enquanto aguardava em Honfleur a frota que o transportaria de volta a Portugal, tomara duas decisões. Renunciaria à coroa em favor do príncipe, ordenando-lhe que se fizesse aclamar e partiria como peregrino para Jerusalém, onde entraria em religião, cumprindo um voto feito em 1456, a sua mulher, D. Isabel. Como consequência, o príncipe é aclamado rei, a 10 de Novembro de 1477³¹⁸. Afonso V escreveu ao rei francês, dando-lhe a conhecer os seus planos e partiu apenas com alguns validos merecedores da maior confiança³¹⁹. Os esforços feitos para encontrar o soberano peregrino deram resultados e Afonso V foi encontrado a dois dias de distância, numa pousada. Entretanto, a determinação do conde de Penamacor, assim como uma carta de Luís XI, convenceram-no a regressar a Portugal, desembarcando em Cascais, a 15 de Novembro³²⁰. D. João II prontamente devolveu a Coroa ao pai. Afonso V gizou novamente um plano, pouco real, que consistiu em deixar o reino luso ao filho, ficando ele com os reinos de Castela, mas aparentemente D. João não aceitou essa ideia:

³¹⁷ SERRÃO - *Relações históricas entre Portugal e a França: (1430-1481)*, p. 134.

³¹⁸ CDAV, cap. CCII, p. 862.

³¹⁹ GOMES – *D. Afonso V...*, p. 227.

³²⁰ CDAV, cap. CCII, p. 862.

«E como quer que a bem dos fechos meus de Castella que hé a principal cousa que me a mym perteece, nem em que me mais compre de entender, nam contradissem elle dicto princepe meu filho teer o titullo de rei destes reinos de Portugal, antes a mym e a muitos outros paraceu proveitoso nem asy meesmo por o que perteece a estes reinos de Portugal, porque sem titollo e com elle, elle e eu húa cousa somos e a mym muito prouguera pera húa cousa e pera a outra elle teer o titollo de rei destes dictos reinos de Portugal e a mim ficar soamente o de Castela, eu jamais pude com elle acabar de lhe aver de ficar titollo de rei de Portugal, nem de parte nehuua delle senam de princepe como dantes era dizendo que se avia por muito honrado de nome de princepe por seer meu filho que de rei da mais parte do mundo nem de diante de mym se quis nunca alevantar atee que lho eu assy outorguey»³²¹.

Daí que, mais uma vez, tenha mandado nova embaixada para tentar obter o apoio do rei de França; uma vez mais a percepção do Africano não compreendeu que o eixo em que se movimentava Luís XI era completamente diferente do seu, portanto, e sem grandes surpresas, a resposta veio negativa, até porque, no Outono de 1478, o rei gaulês assinou o tratado de Saint-Jean de Luz, no qual se estabelecia a paz entre França e Castela³²². O príncipe, que começara a ficar calejado nos feitos da guerra e da política, tendo tido conhecimento do dito tratado, percebeu que o caminho da guerra era uma direcção que já não fazia sentido seguir e orientou a política externa do país tendo em vista a obtenção das pazes com os reis de Castela³²³.

Na Península Ibérica, entretanto, os *Reis Católicos* tendo tido conhecimento da partida de Afonso V para França³²⁴, deram atenção a duas frentes. Fernando vigiava a

³²¹ GAVETAS, I, p. 926.

³²² SANTARÉM – *Quadro elementar...*, T. III, pp. 154-156.

³²³ CDAV, cap. CCIII, pp. 864-865. Com efeito, em 27 de Fevereiro de 1479, ainda Afonso V assinava cartas reais com o castelhanismo «Yo El Rey», o que prova o seu desejo de obter o controlo de Castela (GOMES – *D. Afonso V...*, p. 232); e já o Verão principiava, e Afonso V era uma vez mais incitado por Alfonso de Monroy para que se fosse pessoalmente levantar o cerco de Montánchez, toda a Extremadura se revoltaria em seu nome (SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 324).

³²⁴ Fernando, em Logroño, pede à armada castelhana para seguir e tentar capturar o monarca português. Cf. Archivo Municipal de Sevilla, *Tumbo de los Reyes Católicos*, livro 1, fol. 67v.; publicado em *Descobrimentos Portugueses*, vol. III, Lisboa, 1971, p. 169, n.º 128.

fronteira francesa e Isabel consolidava a sua posição no Douro. No início do Outono de 1476 a rainha controlava já as praças de San Felices de los Gallegos, Toro e Segóvia, ficando apenas alguns pontos de resistência: Castronuño e Cubillas (que seriam entregues aos monarcas através de uma pequena trégua local, em Março de 1477) e Sieteiglesias. Deste modo, começaria uma nova etapa para os *Reis Católicos*, pois finda assim a guerra civil, não obstante haver ainda hostilidade externa. Fernando e Isabel consolidavam o seu poder e homogeneizavam a alta nobreza³²⁵, através de uma aproximação aos grupos privilegiados como um todo, procurando fazer convergir os interesses públicos da Coroa com os interesses privados, pacificando as querelas intestinas, principalmente às linhagens andaluzas.

No plano externo, a monarquia deu um passo muito importante com a reactivação da Grande Aliança Ocidental. Para tal contribuiu a morte de Carlos, o *Temerário*. Castela tinha de se preocupar com a fronteira portuguesa, ao mesmo tempo que vigiava a fronteira francesa. Com o estalar da guerra na Flandres e com a Inglaterra, a Bretanha e os Habsburgo a quererem reactivar com Castela a Grande Aliança Ocidental, a França via-se numa posição em que podia ser submetida pela força. Aragão era favorável à guerra, mas Fernando, também ele prudente e com os interesses castelhanos em mente, percebeu que a Casa da Áustria pretendia apenas aliviar as suas fronteiras, esperando que Castela pressionasse a sul. Além disso havia que considerar os reforços que Afonso V reunia em Portugal, assim como novos apoios à causa portuguesa descobertos no seio do partido castelhano³²⁶. Também o Católico não podia olvidar a importância comercial que as boas relações com França significavam para os mercadores biscaínhos³²⁷. Perante o fantasma da coligação, Luís XI foi obrigado a negociar a paz com Castela, no final de 1477, a qual passou a definitiva, um ano depois, com o tratado de Saint-Jean da Luz, que já citei acima³²⁸.

³²⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 175.

³²⁶ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 216 e p. 229, nota 179.

³²⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 211.

³²⁸ Este tratado tinha três alíneas principais: 1) voltava-se às condições de 1408 e declaravam-se nulas as alianças entre Luís XI e Afonso V e entre os *Católicos* e Maximiliano; 2) a disputa pelos condados seria tratada por uma comissão de quatro pessoas, dois franceses e dois castelhanos e 3) se Juan II recusasse integrar a aliança, Fernando só estaria autorizado a ajudar o seu pai se fossem os franceses os agressores. Além disto, ficava a porta aberta para negociações posteriores para a questão do Rossilhão. O tratado foi

Por fim, pacificado o reino externamente, através de diversas embaixadas bem sucedidas, que trataram de assuntos como a Inquisição, a nomeação episcopal, a revogação da dispensa matrimonial de D. Juana – a qual tinha sido solicitada ao papa por Luís XI aquando da sua aliança com Portugal, em Setembro de 1475, entre outros, foi possível restabelecer as boas relações com o Papa³²⁹.

f) O rescaldo e a obtenção da paz

A guerra ainda afectava a zona da Galiza e da Estremadura espanhola. Pedro de Monroy, por não lhe ter sido atribuído o mestrado de Santiago, passara-se para Portugal e detinha as fortalezas de Zagalla e de Piedra Buena em nome de Afonso V, em 1477. Noudar ainda em 6 de Março de 1478 era posse do duque de Arévalo³³⁰. Moura fôra recuperada pelo príncipe D. João a Lopo Vaz de Castelo Branco e foi entregue a D. Beatriz, acabando por ser, meses mais tarde, sede das Terçarias³³¹.

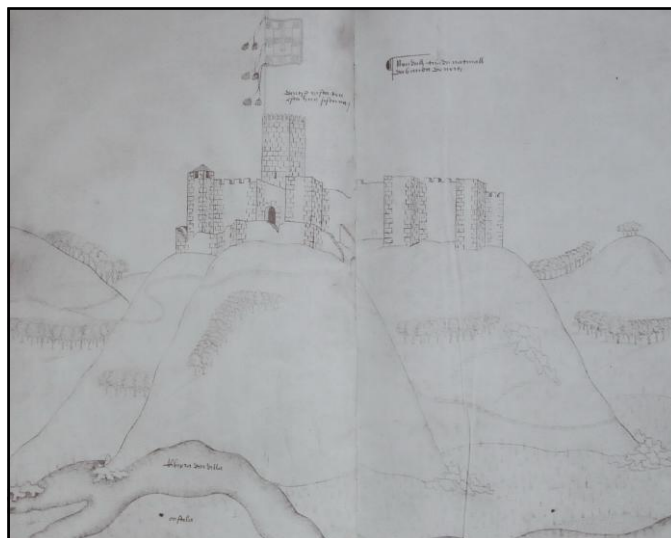
ratificado em Janeiro de 1479, em Stª Maria de Guadalupe. Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, pp. 217-218.

³²⁹ Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, pp. 218-222.

³³⁰ TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, doc. 91 , pp. 149-150.

³³¹ CDAV, caps. CCI e CCV, pp. 860-861 e 866.

Figura 2 - Vista norte da fortaleza de Noudar, no Alentejo



Fonte: *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas, Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, 2006

Em meados de 1477, a rivalidade pelas descobertas e pelo comércio africano remeteu para segundo plano as reivindicações de D. Juana, havendo conflito nos cenários marítimos das Canárias e da Guiné, tendo por objectivo a obtenção do saque.

Não obstante estes conflitos mais localizados, era tempo de Castela procurar a paz com Portugal. No fim do Verão de 1477, Isabel acorda uma trégua com Portugal na fronteira que vai de Albuquerque até à Andaluzia³³². A violência tornara-se mais pontual e localizada. O último episódio bélico produziu-se quase três anos depois da batalha de Toro, em Fevereiro de 1479³³³. O exército português comandado pelo bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, e que marchava em auxílio de Mérida e de D. Beatriz Pacheco, irmã do marquês de Villena, condessa de Medellín, foi desbaratado por Afonso de Cardenas, na batalha de Albuera³³⁴. A partir daqui houve negociações mediadas por D. Beatriz, da casa de Bragança.

³³² TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, vol. I, doc. 63 , pp. 134-135.

³³³ CDAV, caps. CCVI, pp. 866-867.

³³⁴ CRC-FP, vol. I, pp. 370-375; MRC-AB, p. 80.

É neste contexto que chegam a Cáceres mensageiros de D. Beatriz, duquesa de Bragança e tia de Isabel, propondo-lhe a negociação de mulher para mulher. Ambas encontrar-se-ão em Alcântara, a 23 de Março, para tratar a paz. D. Beatriz propunha à sobrinha que Juana se casasse com o príncipe herdeiro de Castela, podendo intitular-se princesa; que os dois reinos se aliassem, por via do casamento da primogénita dos *Reis Católicos* com o infante Afonso, filho do príncipe D. João; que os nobres dissidentes fossem perdoados e os seus bens lhes fossem restituídos; e que Isabel e Fernando pagassem as custas de guerra³³⁵. Isabel contrapôs, salvaguardando o que já vinha desde Guisando, ou seja, que D. Juana não tinha quaisquer direitos adquiridos e que podia entrar para um convento ou casar-se com alguém que conviesse aos *Reis Católicos*; e opôs-se ao casamento da primogénita porque esta já estava prometida ao herdeiro de Nápoles. Nada mais foi tratado porque as negociações foram interrompidas dada a hora avançada, sendo retomadas no dia seguinte. Nesse momento, como pareceu a Isabel que Beatriz cedia no que toca à custódia e ao casamento de D. Juana, concordou com o casamento com o príncipe. Quanto à indemnização de guerra, Isabel, por uma questão de princípio, negou-a, mas permitiu que determinada soma fosse incluída no dote dos príncipes herdeiros. A terceira e última sessão destas “vistas” trouxe um recuar nas posições de D. Beatriz, no que à titulação de Juana dizia respeito, indemnizações de guerra e na entrega de Badajoz ou Trujillo. Estes termos, inaceitáveis por parte de Isabel, põem um ponto final às negociações, terminando as mesmas como um intercâmbio de pontos de vista somente, e dando tempo para a duquesa de Bragança consultar o príncipe D. João³³⁶.

O passo seguinte das negociações foi o envio do procurador Rui Gomes, o qual já não encontrou Isabel em Alcântara, devido à demora da resposta. Isabel, pelo seu lado, envia uma resposta em tom ameaçador³³⁷, pressionando nas negociações e tendo em vista a obtenção da paz, pois temia-se que estas acordos servissem apenas para ganhar tempo para recrudescer a guerra. Aroche e Cortegana foram palco de

³³⁵ TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, doc. 127, pp. 179-183; CDAV, cap. CCVI, pp. 867-870.

³³⁶ Neste processo, Afonso V já se encontrava desvinculado dos assuntos da governação, ocupando-se com o cargo de protector da Universidade. Cfr. GOMES – *D. Afonso V...*, p. 232.

³³⁷ TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, doc. 128, pp. 183-185

escaramuças no início de Maio de 1479 e as fortalezas de Mérida, Medellin, La Deleitosa, Azagala, Castilnovo e Piedrabuena ofereciam resistência aos *Monarcas Católicos*³³⁸.

Entrara-se na segunda fase das negociações, a qual partia do pré-definido em Alcântara. Rodrigo Maldonaldo de Talavera, Ouvidor da Audiência e membro do Conselho Real de Castela, acompanhara D. Beatriz a Portugal. Homem da plena confiança de Isabel, estava autorizado a representar os interesses castelhanos. Do lado português, as conversações eram conduzidas pelo doutor João da Silveira, barão de Alvito, apoiado por Pêro Botelho. Nestas estabelecia-se que o príncipe D. João de Castela casaria com D. Juana (porque, relembro, o casamento não foi consumado), boda que deveria ser confirmada quando o príncipe atingisse os sete anos e consumada com catorze anos. Caso este se negasse, estava prevista uma larga indemnização. Ainda ocorrendo este último cenário, D. Juana manter-se-ia em terçaria, até que optasse pela clausura monástica. A terçaria era, pois, um elemento essencial no tratado de paz e conferia alguma tranquilidade a Isabel. Para que o acordo fosse justo, os príncipes deveriam ser postos também em terçaria, bem como os futuros filhos dos *Reis Católicos*, ou do príncipe D. João e de D. Leonor de Lencastre, sua mulher. Por esta custódia ficaria responsável D. Beatriz³³⁹, pessoa da linhagem de Isabel e equidistante de ambos os partidos. Na prática, a antiga bandeira da resistência aos *Reis Católicos* tinha a hipótese de se converter na futura rainha de Castela. A Excelente Senhora, porém, decidiu renunciar a uma custódia de treze anos, para casar-se com alguém dezasseis anos mais novo do que ela, e afirmou a sua intenção de ingressar num mosteiro. Esta decisão implicava um novo atraso nas negociações, pois Isabel ficou preocupada com a possibilidade de D. Juana poder estar um ano sem votos que a ligassem à vida religiosa e ainda por cima, em Portugal. Isabel designou que a sobrinha de Afonso V entraria em clausura nas Clarissas de Santa Clara de Coimbra.

³³⁸ Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, pp. 324.

³³⁹ A qual também teve de apresentar garantias a Isabel. Inicialmente seria o seu filho, D. Diogo, duque de Viseu a entrar em terçaria, mas em virtude de se encontrar doente, foi substituído por D. Manuel e entregue a Afonso de Cárdenas e aos bispos de Palencia e Ávila. TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, vol. II, doc. 285, pp. 140-142.

Os capítulos seguintes das negociações incidem em dar garantia aos castelhanos seguidores do partido de Afonso V, em geral e, em particular, à condessa de Medellin e a Alonso de Monroy, que desde que jurem obediência a Isabel e Fernando, possam reter os seus bens e restante património. Num outro plano, ambos os monarcas deviam entregar as cidades, vilas e lugares ao reino a que legitimamente pertenciam e deviam abdicar de reivindicar e usar os títulos dessas dignidades. Passava também a ser interdito navegar e comerciar nas áreas de influência exclusivas de cada país. Portugal não poderia ir às Canárias e Castela comprometia-se a não navegar até à Guiné.

Convém não esquecer que, tal como afirmei acima, se mantinham alguns focos de tensão, como foi o facto de Isabel ter mandando armar uma carraca e duas galeras para atacar as posições portuguesas³⁴⁰, em Julho, e os reforços que são enviados para conquistar Medellin, ainda em Agosto³⁴¹, não deixando assim dúvidas à afirmação da soberania Católica sobre quaisquer pretensões lusas.

Definido todo o clausulado, podiam então ser assinados os tratados definidos nas terçarias de Moura, uma vez que houve quatro acordos³⁴², assinados e confirmados em Alcáçovas, a 4 de Setembro de 1479 e, posteriormente, em Trujillo, a 27 de Setembro. Estes tratados pretendiam estabelecer sólidas e duradouras relações de amizade entre Portugal e Castela³⁴³. Na prática, nestes tratados, tratou-se da revisão e actualização do tratado das pazes de Almeirim, de 1432, tentando criar laços de sangue para fomentar uma aliança eficaz, continuando a velha política de D. Álvaro de Luna; e Juana,

³⁴⁰ Cfr. TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, vol. I, doc. 139, pp. 212-213. Trata-se de uma licença concedida por Isabel a Alfonso de Salvatierra, dada em a 9 de Julho de 1479, em Trujillo. Este vassalo da rainha devia tomar navios, bens e mercadorias que conseguisse capturar aos inimigos portugueses, sem especificar qualquer origem geográfica em Portugal onde esses bens deviam ser apresados. Isabel apenas exige receber o quinto de uma eventual captura na Mina ou nas Canárias.

³⁴¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 329.

³⁴² Os reis de Castela, ao redigirem a relação de documentos que entregaram ao embaixador Fernando da Silva, o qual se deslocou a Toledo, enquanto os monarcas celebravam as cortes mais importantes do seu reinado, assinalaram a existência de sete tratados e não de quatro, porque consideraram como acordos independentes a arbitragem de D. Beatriz sobre os conflitos fronteiriços, a entrada dos infantes em terçaria e o perdão concedido aos exilados. Podemos ver a enumeração dos sete tratados no documento de 15 de Março em TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, vol. II, doc. 215, pp. 31-32.

³⁴³ TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, vol. I, doc. 166, pp. 284-327.

enquanto semente da discórdia, teve ser “eliminada”, de forma a não constituir nenhuma ameaça ao governo de Isabel e Fernando. Entrou para o noviciado a 5 de Novembro de 1479³⁴⁴; o casamento dos infantes Afonso e da castelhana Isabel foi também alvo de detalhes minuciosos, sendo antecipados todos os cenários possíveis e ficando ambos em terçaria, o que dava segurança e permitia o convívio; foram também abordadas as questões relativas à navegação; por último, outorgaram-se perdões aos nobres dissidentes: Alfonso de Monroy, Alfonso de Portocarrero, Pedro de Baeza, Antonio Sarmiento e a condessa de Medellin, entre outros³⁴⁵.

No cômputo geral podemos definir a obra de Isabel e Fernando como orientada para a reorganização do regime monárquico, fixando os limites de poder da alta nobreza, tornando-se Castela novamente numa grande potência a partir de 1479, utilizando a Hermandad para eliminar os últimos focos de resistência.

A paz entre os reinos foi firmada por óbvias razões de falta de apoios ao partido português, mas também por uma forte pressão interna, em Portugal. Os custos financeiros para a campanha de Castela foram exorbitantes, começando logo em 1475 com a contribuição do almoxarifado de Évora em cerca de dois milhões de reais³⁴⁶. Posteriormente foi recolhida a prata das igrejas, ao passo que se deteriorava a boa saúde económica e social do reino. A viagem de Afonso V a França agravou o problema, já que foi bastante longa e teve de prover uma grande comitiva. Logo, foi pedido um novo empréstimo, no valor de sessenta milhões – o maior empréstimo pedido na Idade Média³⁴⁷. Tentou Afonso V remediar esta situação com o disposto na carta régia de 14

³⁴⁴ CV, p. 144. A Excelente Senhora proferiu posteriormente os votos solenes da ordem, a 15 de Novembro de 1480. Archivo General del Sello – *Patronato Real*, leg. 49, fol. 72, citado por SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 344. Foram também entregues a Isabel os documentos de Juana que conferiam a validade do acto. TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, vol. II, docs. 277 e 279, pp. 129-130 e 131-35 respectivamente.

³⁴⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 335.

³⁴⁶ GONÇALVES, Iria – *O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora*, Lisboa, 1964.

³⁴⁷ GONÇALVES, Iria – *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*, Lisboa, 1964, p. 172. Veja-se também COELHO, Maria Helena da Cruz; DUARTE, Luís Miguel – «A fiscalidade em exercício: o pedido dos 60 milhões no almoxarifado de Loulé», in *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, vol. XIII, Porto: Universidade do Porto, 1996, pp. 205-229.

de Maio de 1480, em que foi determinada a isenção de foros, rendas e obrigações a todos os povos raianos da Beira e Alentejo que tivessem sido impedidos de tomar conta das suas terras por causa das campanhas militares³⁴⁸.

Não obstante Juana estar em Portugal, ela foi sempre uma peça importante no xadrez político ibérico, uma vez que Isabel e Fernando temiam que ela reivindicasse os seus direitos ao trono de Castela. Logo, é com alguma apreensão que os *Reis* Católicos vêem Afonso V outorgar o título de infanta em Portugal, a 21 de Outubro de 1480. Daqui em diante, Juana será conhecida como a *Excelente Senhora*³⁴⁹. Não obstante, ambos os reinos canalizam os seus esforços para a obtenção e consolidação da paz e das boas relações enquanto reinos amigos, findando o processo com Sisto IV a emanar uma bula que permitia a anulação quaisquer juramentos por parte dos antigos inimigos e que pudesse abrir novas contendas e opor-se ao restabelecimento da paz³⁵⁰.

³⁴⁸ Podemos ver as localidades afectadas em MORENO, Humberto Baquero – «A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478», in *Separata dos «Anais»*, II série, vol. 25, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979, pp. 315-316.

³⁴⁹ TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, vol. II, doc. 262, p. 98. D. Isabel queixa-se em 1481, sabendo que Juana vivia fora do convento onde professara. Não se conhecem bem essas circunstâncias, mas por algum motivo, ela não terá conseguido ou podido respeitar o voto de clausura. D. João II permitiu-lhe que vivesse fora de clausura, recebendo o título de Excelente Senhora, em Portugal, casa e estado como se fosse rainha. CPDJ, p. 214.

³⁵⁰ Bula de 8 de Março. Archivo General del Sello – *Patronato Real*, leg. 50, fols. 17 e 18, citado por SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 345.

6. A CAMPANHA MILITAR: DA PREPARAÇÃO AO CHOQUE

É responsabilidade do historiador não se deixar deslumbrar pelas suas fontes e evitar ver-se arrastado pelo entusiasmo do vencedor e pelo olhar não isento e deformador dos contemporâneos. Tento assim, uma vez mais, justificar o projecto que me propus levar a cabo: fazer a análise militar da campanha portuguesa em Castela, no contexto da guerra de sucessão castelhana e cujo ponto áureo se atinge na batalha de Toro. Assume então importância capital a dissecação de um conjunto de fontes, relativas aos dois partidos contendentes no conflito, exposto no início do trabalho, de modo a ter uma visão mais próxima do que foi a realidade do último quartel do séc. XV, não obstante o especial cuidado necessário a ter na análise de crónicas, as quais podem pecar por serem exageradas e pouco objectivas por alterar excessivamente a realidade. O facto de às vezes os cronistas relatarem episódios em que dão pouco a conhecer o que realmente se passou na batalha, não significa que as fontes literárias não sejam de valorizar para um estudo militar. Como já demonstrou o especialista em história militar Kelly DeVries, as crónicas e outras fontes análogas podem ser usadas, com cuidado, para reconstruir a história militar medieval. Na maior parte dos casos, estas crónicas, quando comparadas umas com as outras, independentemente da nacionalidade do autor, podem ser testemunhas bastante fiáveis de história militar. Para além disso, estas fontes narrativas também mostram as acções dramáticas da guerra, mesmo que os autores tenham suavizado o texto devido à sua fidelidade e agenda³⁵¹. Se bem que tenhamos de ter em conta os condicionalismos que afectam os cronistas, tais como terem ou não vivido o momento que estão a relatar; quais os seus motivos e preparação, os quais advêm da sua nacionalidade, vocação, educação, interesse, estatuto social e ofício que desempenham, fontes e entidade para quem estava a ser escrita a obra. Mesmo que os cronistas tenham estado presentes na batalha é preciso perceber qual a sua função. Eram cronistas oficiais ou teriam outra ocupação? Eram próximos do rei? Seus secretários ou criados? Ou de algum destacado fidalgo ou eclesiástico? Eram religiosos? Eram combatentes? A carga que a formação de cada um exercia sobre as suas observações era notória, pois um soldado não veria a batalha com os mesmos olhos de um rei de armas.

³⁵¹ DeVRIES, Kelly - «The use of chronicles in recreating medieval military history», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2004, p. 5; CURRY, Anne – *The battle of Agincourt: sources and interpretations*, Woodbridge: The Boydell Press, 2009, p. 9-22.

Teriam necessariamente prioridades diferentes. Ainda que tivessem estado presentes na batalha, seria demasiado complexo apreenderem toda a acção da batalha ao mesmo tempo. Seria avassalador escrever uma narrativa que tratasse várias acções em simultâneo, logo essas pessoas teriam de se basear em relatos que tivessem ouvido, como forma de complementar a crónica. Podiam ainda alguns cronistas ter acesso a bibliotecas monásticas contendo fontes clássicas e bíblicas, estando o texto recheado com alusões à religião, a prodígios, etc. É o caso de Afonso de Palencia por exemplo. Não obstante, com algum cuidado, a história militar em toda a sua multiplicidade de episódios (cercos, batalhas, cavalgadas, escaramuças, *razzias*, etc.) pode ser razoavelmente reconstituída comparando as várias fontes e, em última análise, interpolando a prática tradicional. Conseguindo isso, é possível aferir a veracidade das coisas mais improváveis relatadas pelos cronistas³⁵². Porém, as crónicas não estão isentas de problemas. Frequentemente, não se consegue apurar com certeza o número de efectivos em campo, ou a quantidade de baixas tão díspares e inverosímeis são as quantias apontadas. Verifica-se, contudo, o oposto, isto é, a consistência entre os vários cronistas em outros aspectos. Tomemos como exemplo os efeitos devastadores resultantes da divisão política em Castela; ou a importância dos muitos conselhos de guerra que antecederam as escaramuças e batalhas antes de elas ocorrerem.

Neste estudo, não tenciono considerar exclusivamente as batalhas ou, melhor dizendo, *a batalha*, isto é, Toro. Creio que, com a renovação historiográfica que se deu nas últimas décadas, levada a cabo por autores tais como John Gillingham, David Nicolle, Stephen Morillo, John France, Francisco García Fitz e João Gouveia Monteiro³⁵³, entre outros, não mais faria sentido dar a primazia a uma batalha, por mais importante que tenha sido, não obstante o facto de ter sido provocada pelo exército de D. Fernando.

Vejamos rapidamente como evoluiu a historiografia militar. Autores como Charles Oman, H. Delbruck, J.F.C. Fuller, F. Lot, H. Nickerson, entre outros, são

³⁵² DeVRIES, Kelly - «The use of chronicles...», p. 15.

³⁵³ Embora estes autores surjam em referências ao longo deste trabalho, não posso deixar de salientar a contribuição de Francisco García Fitz, em cujo artigo vem listada bibliografia básica para reflexão sobre a batalha medieval, compreendendo autores de todas as escolas que menciono em seguida: GARCÍA FITZ, F. – «La batalla en la Edad Media. Algunas reflexiones», in *Revista de Historia Militar*, año L, n.º 100: Ministerio de Defensa – Secretaría General Técnica, 2006, pp. 105-108.

exemplos de uma perspectiva, na qual se dá importância excessiva à batalha, considerando-a *per se*, simplificando o panorama militar da época e distorcendo a imagem de conjunto. Algumas destas concepções vinham ainda do final do séc. XIX.

Na década de 1950 aparecem perspectivas diferentes pelas mãos de J.F. Verbruggen, R.C. Smail, Warren Hollister, H.J. Hewitt, Philippe Contamine ou Christopher Allmand. Influenciados pela escola dos “Annales” e pela “nova História Militar”, reduziram a importância da batalha e enfatizaram a história militar institucional baseada nas fontes, argumentando que operações como o recrutamento, o aprovisionamento, o equipamento e o financiamento da guerra eram muito mais importantes para perceber as estruturas económicas, políticas, sociais e culturais da sociedade medieval, do que estudar batalhas isoladas.

Durante as últimas décadas do séc. XX deu-se uma importante renovação desta linha de pensamento, sublinhando o carácter excepcional e a raridade destas batalhas, devendo-se esse facto ao risco que a mesma apresentava, tal como advogava Vegécio³⁵⁴, preferindo-se destruir o inimigo pela fome e dando, por outro lado, importância a outro tipo de operações militares que a primeira escola de historiadores medievais e militares ignorava: cavalgadas, algaras, assédios de destruição, desgaste e fustigação do adversário, assédios de castelos, bloqueios de cidades. Falo de autores como J. Gillingham, J. Bradbury, M. Strickland, G. Duby, D. Nicolle, S. Morillo, J. France, F. García Fitz, etc. Esta orientação foi realçada recentemente por John Gillingham, pelo que ficou conhecida pelo paradigma de Gillingham³⁵⁵. Com esta mudança de paradigma acreditou-se que, em virtude de haver relativamente poucas batalhas campais no Ocidente entre os séculos VI a XV, isso seria prova da ausência de estratégia militar. No entanto, é necessário ter em conta que a nossa perspectiva da guerra é influenciada pela experiência moderna, na qual a batalha é um elemento central. Este mito da falta de estratégia caiu por terra quando os estudos de R.C. Smail, Christopher Marshall e David

³⁵⁴ Para o conhecimento detalhado da obra magna de Vegécio, é obrigatório consultar o estudo de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga – *Vegécio: compêndio da arte militar*, com tradução dos mesmos autores, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

³⁵⁵ Cfr. ROGERS, Clifford J. - «The Vegetian “science of warfare” in the Middle Ages», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2002, pp. 2-3 e MONTEIRO - «Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do paradigma Gillingham», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. I, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, p. 78

Nicolle sobre os exércitos dos cruzados vieram mostrar como a condução da guerra medieval não era assim tão primitiva, nem os comandantes medievais deixavam de imprimir às suas campanhas uma orientação estratégica inteligente e profícua pelo simples facto de não as fazerem desembocar necessariamente numa batalha campal³⁵⁶. Esta segunda vaga de autores anglo-saxónicos, em conjunto, ajudou a formar uma nova imagem da guerra medieval, reinstalando a batalha num contexto teórico e operacional muito mais amplo e provando que a guerra medieval é muito mais do que uma sucessão de batalhas³⁵⁷.

Um exemplo prático disso pode ser colhido na argumentação de García Fitz, que deixou bem claro que do séc. XI ao séc. XIII, apesar da escassez de grandes combates em campo aberto, existiu no mundo castelhano-leonês uma verdadeira estratégia de expansão territorial, planificada, coerente e bem sucedida, que combinou os instrumentos políticos, económicos e militares necessários à consecução de objectivos políticos ambiciosos bem definidos *a priori* e prosseguidos ao longo de várias gerações³⁵⁸.

Os enormes riscos (estratégicos, políticos e físicos), a impossibilidade de controlar todos os imponderáveis (militares, anímicos ou outros) de um combate a partir do momento em que se estabelecia o contacto com as linhas adversárias e os ganhos limitados de uma vitória são as três grandes razões avançadas pela “nova ortodoxia”

³⁵⁶ SMAIL - *Crusading warfare*, 1097-1193, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, com introdução de Christopher Marshall (ed. original de 1956); MARSHALL - *Warfare in the latin east, 1192-1291*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992; NICOLLE - *Crusader warfare: volume I: Byzantium, western Europe and the battle for the holy land; volume two: muslims, mongols and the struggle against the crusades*, Londres-Nova Iorque: Hambledon Continuum, 2007. Além dos autores citados, veja-se uma boa resenha da evolução historiográfica militar em MONTEIRO, João Gouveia - «Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do paradigma Gillingham», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. I, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 75-107.

³⁵⁷ BRADBURY - *The medieval siege*, Woodbridge, The Boydell Press, 1992; GILLINGHAM - "Richard I and the science of war in the middle ages", in M. Strickland, *Anglo-norman warfare*, Woodbridge: The Boydell Press, 1992, pp. 194-207 e "William the Bastard at war", in *ibidem*, pp. 143-160; MORILLO - *Warfare under the anglo-norman kings*, Woodbridge: The Boydell Press, 1994; STRICKLAND - *War and chivalry. The conduct and perception of war in England and Normandy, 1066-1217*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996; FRANCE - *Western warfare in the age of the crusades, 1000-1300*, Ithaca-Nova Iorque, Cornell University Press, 1999.

³⁵⁸ GARCÍA FITZ, Francisco - *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*, Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998, p. 56.

para não dar batalha. Como alternativa estava a devastação do território inimigo, uma vez que destruindo os seus recursos económicos e logísticos, capturando cidades, sabotando o abastecimento e enfraquecendo os recursos humanos (capturando e matando pessoas) se frustravam muitas vezes os planos do atacante.

Rogers e Morillo rebatem estes argumentos, procurando igualmente refutar a ideia de Strickland, segundo a qual os comandantes se furtavam a dar batalha sempre que possível, baseando-se no postulado que a mesma batalha não pode ser benéfica para os dois contendores. Chegam, portanto, à conclusão de que a batalha campal não é um recurso de segunda categoria face a outras operações militares como o cerco. Vitórias em batalha permitem grandes triunfos. Por outro lado, uma vitória expressiva de um exército defensor sobre um invasor em batalha campal podia travar uma invasão e adquirir uma importância política e militar muito especial. Posso desde já encaixar o caso de estudo em questão neste raciocínio: muitas das grandes batalhas do mundo medieval foram travadas por soberanos que reclamavam o trono ou o tinham usurpado e Afonso V ou Isabel precisavam de uma vitória decisiva que afastasse qualquer dúvida quanto à legitimidade da sua sucessão. A *Rainha Católica* por laços de sangue e disposições jurídicas, e o monarca português por ter desposado a sobrinha, filha de Enrique IV de Castela. Dessa forma, a vitória ficaria selada pela concordância divina, que teria proporcionado aquele resultado ao vencedor.

Nestes termos, o “Paradigma de Vegécio modificado”, na nomenclatura de Morillo, passou a reconhecer a importância corrente à batalha campal³⁵⁹, embora para isso seja necessário estabelecer os limites do conceito de batalha campal. É imperativa a distinção entre a ‘planificação estratégica’ das operações e as ‘oportunidades tácticas’ que podem surgir pontualmente no decurso de uma campanha (conduzindo de forma algo fortuita a uma batalha campal), ou seja, há que separar uma atitude de ‘busca deliberada de batalha’ e outra de mera ‘ameaça de batalha’, enquanto expressão de um jogo psicológico³⁶⁰.

Fica então explicado o tema da raridade das batalhas medievais. Esta raridade resulta não do risco elevado que comportam, mas de que ambas as partes a queiram ou,

³⁵⁹ MORILLO - “Battle seeking...”, p. 28.

³⁶⁰ MONTEIRO – «Estratégia e risco em Aljubarrota...», p. 90.

pelo menos, a aceitem. Rogers sintetizou a questão desta forma: “era habitual na guerra medieval o lado que mais ardentemente desejava a batalha ver facultada esta possibilidade pelo seu opositor, mas apenas em circunstâncias tácticas profundamente desfavoráveis”; portanto, contrariamente à visão ortodoxa do problema, “era muito comum na guerra medieval ambos os lados desejarem oferecer batalha [...] apesar de nenhuma das partes pretender atacar o inimigo no terreno escolhido pelos defensores. E se ambos os lados desejavam travar batalha em terreno por si escolhido, mas nenhum se dispunha a combater no terreno escolhido pelo inimigo, então o mais provável era não haver lugar a batalha nenhuma, o que em grande medida ajuda a explicar a frequência de campanhas militares sem batalha campal nos finais da Idade Média”³⁶¹.

Gillingham, ao ver o seu nome associado a uma escola da sua autoria e ainda por cima de forma negativa, veio em defesa de alguns dos seus pontos de vista, rebatendo argumentos esgrimidos por Rogers e por Morillo e dizendo que a nova ortodoxia devia ser chamada paradigma de Smail e não paradigma de Gillingham³⁶². O autor enumera três aspectos que sustentam a sua argumentação, e afirma que, em geral, a Idade Média foi aversa à batalha campal: a estratégia defensiva vegeciana, quando imposta correctamente, foi extremamente eficaz porque se baseava num papel activo da defesa, ou seja, era uma estratégia que não defendia apenas pontos fortes, mas também ameaçava o apoio logístico do invasor. Neste tipo de guerra, pequenos corpos de cavalaria desempenhavam um papel vital, particularmente quando em reconhecimento ou a escoltar e a guardar grupos colectores. Outros dois aspectos que Gillingham susteve foram relativamente à capacidade de dar ou de forçar batalha e no que aos ganhos que uma vitória traria. Para este autor, um exército capaz de oferecer batalha é uma coisa; um exército no campo procurando oferecer batalha é outra, reconhecendo, por fim, que algumas vitórias em batalha trazem ganhos decisivos. Isto contraria a visão de Rogers, quando este afirma que a batalha pode ser desastrosa mesmo que traga a

³⁶¹ ROGERS - «The Vegetian “science of warfare” in the Middle Ages», p. 15.

³⁶² Toda esta importante discussão pode ser vista principalmente nos seguintes artigos: ROGERS, Clifford J. - «The Vegetian “science of warfare” in the Middle Ages», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2002, pp. 1-19; MORILLO, Stephen – «Battle seeking: the contexts and limits of Vegetian strategy», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2002, pp. 21-41; GILLINGHAM, John - «”Up with orthodoxy!” In defense of Vegetian warfare», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2004, pp. 149-158.

vitória³⁶³. Argumenta o segundo que o defensor derrotado podia sempre esconder-se atrás das muralhas e aí permanecer, não tendo os atacantes, por vezes, capacidade para pagar os custos de guerra, se bem que com o advento da pólvora, nomeadamente a partir de 1420, a protecção oferecida pelos panos de muralhas começou a diminuir.

Face ao panorama medieval, nos finais da Idade Média muita da mensagem de Vegécio permanecia actual para as monarquias em crescimento: a apologia de um exército disciplinado e treinado, ao serviço do poder central; a desconfiança relativamente aos mercenários; a importância das fortificações; a valorização da guerra de desgaste e da logística, em estreita articulação com a defesa da terra e dos elementos naturais; e ainda, claro, a convicção de que uma vitória completa assentava no resultado de uma batalha campal (não obstante os avisos de prudência), com o tratadista a aconselhar o general a não desperdiçar uma boa oportunidade para travar batalha em campo aberto.

Sem prejuízo do disposto acima, como resenhou Gouveia Monteiro, existe um conjunto de factores que pesam aquando da decisão de dar batalha: superioridade numérica, (in)existência de caminho de fuga, desespero de um dos candidatos; fragilidade política, lealdade e condição anímica das fortalezas de apoio, custos da destruição do próprio território, dificuldades em manter homens mobilizados durante muito tempo e a importância da honra³⁶⁴.

* * *

O lapso temporal do nosso estudo em questão está compreendido no período da denominada revolução militar. A revolução militar - termo definido por Michael Roberts em meados do séc. XX, foi um processo complexo, o qual teve a sua origem na introdução maciça das armas de fogo, tanto pessoais, como armas pesadas. Estas dão origem a novas técnicas de combate e a uma organização militar diferente, com tropas pagas a soldo; e na relação da guerra com a sociedade. Esta transição começa a delinear-

³⁶³ GILLINGHAM - «"Up with orthodoxy!"», pp. 152-157.

³⁶⁴ MONTEIRO, João Gouveia - «Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do paradigma Gillingham», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. I, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, p. 107.

se no contexto da Guerra dos Cem anos, com o aparecimento do arco longo, logo seguido pelo aparecimento dos primeiros canhões, por meados de Trezentos. Não obstante, não apresentou logo vantagens sobre as máquinas poliorcéticas tradicionais, devido à sua lentidão, custos inerentes à sua construção e manutenção e mesmo devido à sua quase nula eficácia. Foi somente por volta dos anos oitenta do séc. XIV que se verificou uma importante renovação ao nível da melhoria da pólvora, dos vários calibres envolvidos e com a generalização da produção em massa de projecteis de ferro fundido³⁶⁵. Este cenário de renovação, no qual se vão inserir as campanhas que vou analisar, mas que se desenvolverá plenamente na transição para o séc. XVI, apresenta quatro características: a primeira constitui uma renovação táctica, comportada pela substituição da lança pelo pique e do arco pelo mosquete, anulando potencialmente as cargas de cavalaria; em segundo lugar evidencia-se o crescimento do número de efectivos militares. Estes passam a ser maioritariamente infantes, ou cavalaria desmontada – neste último caso montando apenas para perseguir o inimigo desbaratado, ou para bater em retirada. Claro que a composição social do exército muda, como Ayton e Price chamaram a atenção³⁶⁶, tornando-se o soldo torna-se menos oneroso, mas isso, por sua vez, é anulado pelo aumento do número de soldados, como já referi; por outro lado, adoptaram-se estratégias apropriadas para poder dispor estes corpos militares muito maiores em campo de batalha; e, finalmente, cresce brutalmente o impacto da guerra na sociedade, devido aos custos impressionantes para manter viva a máquina de guerra, sendo criados novos impostos para fazer face às despesas militares. Esta consequência colocava os estados à beira da banca rota para poderem fazer a guerra. É evidente que nem todos sobreviveram a este período conturbado. A França absolutista sobreviveu; as Províncias Unidas que formaram a República Holandesa andaram também em contraciclo, não obstante estarem no centro de múltiplos conflitos, desde a independência, no final do século XVI, às guerras com Luís XIV de França, até 1713. Menos sorte teve a república aristocrática da Polónia-Lituânia. O grau de destruição aumenta exponencialmente com exércitos maiores. O tipo de fortaleza teve

³⁶⁵ LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «Guerra y paz: teoría y práctica en Europa occidental. 1289-1480», in *Actas da XXXI Semana de Estudios Medievales*, Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005b, p. 31. Veja-se ainda MONTEIRO, João Gouveia - «De Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449) – Os desafios da maturidade», in *Nova História Militar de Portugal*, Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Vol. 1, Coord. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 180-181.

³⁶⁶ AYTON, Andrew; PRICE, J. L. - «Introduction», in *The Medieval Military Revolution: state, society and military change in medieval and early modern Europe*, Nova Iorque: St Martin's Press, 1995, p. 9.

necessariamente de mudar para poder responder à grande eficácia das armas de fogo, cada vez mais potentes e rápidas. Assistiu-se à transição da edificação de muralhas na vertical para a traça italiana, com um perfil mais oblíquo. Neste jogo do gato e do rato em que ora tem a primazia a vertente ofensiva, ora leva a melhor a arquitectura defensiva, o factor tempo é de primordial importância. Maiores baluartes fazem com que sejam necessários maiores exércitos para que o cerco possa ser efectivo, aumentando exponencialmente o tempo da campanha e todos os problemas inerentes, tais como os fundos necessários para pagar a um exército de grande dimensão durante um período prolongado. Um último aspecto que também foi sendo consistentemente notório nas campanhas militares foi a formação teórica dos comandantes³⁶⁷.

Muito embora as actividades bélicas reflectam a prática à qual se davam os guerreiros – cavaleiros e peões – em exercícios como as justas, torneios, exercícios equestres, fazer barreira ao domingo, alardos ou mesmo a própria guerra, pelo menos a nível do comando havia algum conhecimento teórico da arte da guerra. O conhecimento militar foi teorizado na Europa primeiramente no clássico *Epitoma rei militaris*, escrito no séc. IV por Flávio Vegécio, que conheceu uma grande difusão entre os pensadores medievais como Isidoro de Sevilha, Beda, João de Salisbury, em meados do séc. XII; surge também pela mão de autores do séc. XIII como Vincent de Beauvais, Brunetto Latini, Afonso X e Egídio Romano; Teodoro Paleólogo, Honoré Bovet e Jean de Bueil compunham parte do importante legado do séc. XIV; e ainda por teóricos de Quatrocentos como Cristina de Pisano e Alfonso de Cartagena. Outros pensadores

³⁶⁷ Apresentando este estudo alguns aspectos que caracterizaram a revolução militar, considere importante dar uma perspectiva sumária do que consistiu a mesma. Porém, não tenciono desenvolver o tema, deixando-o para a consulta da bibliografia especializada, citando, ao invés, alguns títulos que me parecem pertinentes: HALE, J.R. - *Guerra y sociedad en la Europa del Renacimiento. 1450-1620*, Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica, 1990; PARKER, G - *La revolución militar. Las innovaciones militares y el apogeo de Occidente*, Madrid: Critica, 1990 e *Empire, war and faith in Early Modern Europe*, Londres: Allen Lane, 2003; BLACK, J. - *A military revolution? Military change and European society, 1550-1800*, Londres: Palgrave Macmillan, 1991, *War and the World. Military power and the fate of continents, 1450-2000*, Londres: Yale University Press, 1998 e *La guerra: del Renacimiento a la revolución. 1492-1792*, Madrid: Akal Ediciones, 2003; ROGERS, C.J. (ed.) - *The military revolution debate. Reading on the military transformation of Early Modern Europe*, San Francisco: Westview Press, 1995; AYTON, Andrew, PRICE, J.L. (ed.) - *The medieval military revolution: state, society and military change in medieval and early modern Europe*, Londres, Nova Iorque: I. B. Tauris, 1995; CORVISIER, A. - *Armées et sociétés en Europe de 1494 à 1789*, Paris: Presses Universitaires de France, 1976; ROBERTS, M. - *The military revolution, 1560-1660*, Belfast, 1956; PUDDU, R. - *Eserciti e monarchie nazionali nei secoli XV-XVI*, Florença: La Nuova Italia 1975; QUATREFAGES, R. - *La revolución militar moderna: el crisol español*, Madrid: Ministerio de Defensa, 1996.

clássicos lidos foram Xenofonte, César, Tito Lívio e Virgílio. Relativamente à teoria militar coeva houve alguns pensadores castelhanos que gostaria de destacar: Rodrigo Sánchez de Arévalo, Diego de Valera, Alfonso de Palencia, Diego Rodríguez de Almela³⁶⁸, havendo também tratados de cavalaria em Portugal e na Catalunha, o que prova que a preocupação pela cavalaria e pela milícia não foi um fenómeno isolado. Esta miscelânea de clássicos latinos e gregos, crónicas, poemas épicos e novelas de cavalaria, cartas de batalha, tratados sobre torneios e escritos sobre as técnicas da guerra e ideais éticos do guerreiro formava a mentalidade militar do final da Idade Média, mesmo que esta bagagem cultural mais abrangente apenas se verificasse ao nível dos grandes senhores, quer laicos, quer eclesiásticos.

No topo desta mentalidade cavaleiresca não posso deixar de fazer menção às ordens de cavalaria, em geral, e à ordem da Jarreteira, em particular. Esta ordem com origem em Inglaterra, no reinado de Eduardo III, em 1348, era uma sociedade com estatutos, realizava reuniões capitulares, tinha um *numerus clausus* restrito e exigia dedicação exclusiva, ou seja, o dignatário não podia pertencer a nenhuma outra ordem de cavalaria. Tal como todas as ordens de cavalaria que estavam ainda associadas a cultos religiosos e festivais, a Jarreteira não é excepção e associa-se a S. Jorge³⁶⁹. Sabemos que esta dignidade foi atribuída a D. Afonso V, em 1447, embora apenas nove anos depois tenha aceite fazer parte desta sociedade. De acesso bastante restrito, foram vários os monarcas portugueses (e alguns nobres também) a quem foi atribuída esta distinção, a qual serve de barómetro para a política externa, o que explica o aparente desinteresse do soberano português pela Jarreteira durante quase uma década³⁷⁰. Dos

³⁶⁸ LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «Guerra y paz: teoría y práctica en Europa occidental. 1289-1480», in *Actas da XXXI Semana de Estudios Medievales*, Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005b, pp. 48-52.

³⁶⁹ Note-se a coincidência de S. Jorge ser o patrono da Ordem, assim como também é o patrono de Portugal e da coroa de Aragão. Este é um assunto que ainda não está suficientemente estudado, mas parece ter havido influência inglesa no patrono da casa de Avis.

³⁷⁰ Embora não caiba no âmbito deste trabalho desenvolver este assunto, é importante fazer-lhe uma breve referência, uma vez que está potencialmente relacionado com a condução da guerra. Assim, para este assunto, faço referência a alguns autores incontornáveis para o estudo do tema: VALE, J. – *Edward III and Chivalry: Chivalric Society and Its Context, 1270-1350*. Woodbridge: The Boydell Press, 1982, JEFFERSON, L. – *The most noble Order of the Garter – 650 years*, London: Spink, 1999 e COLLINS, H.E.L. – *The Order of the Garter, 1348-1461: chivalry and politics in late medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 2000. Pela especificidade portuguesa, cito ainda FARIA, Tiago Viúla de – «Pela “Santa Garrotea”: ofício cavaleiresco nas vésperas de Alfarrobeira», in separata das *Actas do XIV Colóquio de História Militar – Portugal e os conflitos militares internacionais*, Lisboa, 22-25 de Novembro de 2004, pp. 61-86. Não posso também deixar de agradecer a preciosa ajuda do meu colega e

membros portugueses que possuíam o manto e empunhavam o garrote ou liga, juntamente com a importantíssima cópia dos estatutos da Ordem, aqueles que detinham laços estreitos com Inglaterra também são vistos como *les plus souffisans chevaliers sans reproche*³⁷¹, o que significava que não era qualquer um que integrava a Ordem. Mais ainda, estes ilustres cavaleiros estavam obrigados a seguir um conjunto de procedimentos emanados dos estatutos, entre os quais se incluíam, por exemplo, o facto de não poderem tomar armas contra outros membros da Ordem, a não ser em condições muito especiais³⁷², assim como também não poderem fugir do campo de batalha. A fuga ao combate, para um companheiro da Jarreteira, era uma desonra e implicava a vergonhosa demissão da Ordem. É certo que as noções de valor e de cobardia transparecem na cultura cavaleiresca medieval, mas nas crónicas que norteiam este trabalho foi possível encontrar exemplos directamente relacionados com as obrigações expressas nos estatutos da Ordem³⁷³.

amigo, Tiago Viúla de Faria, o qual prontamente partilhou comigo os resultados do seu estudo ainda não publicado relativamente à Ordem da Jarreteira. No que diz respeito aos agraciados lusos da primeira metade do séc. XV, foram seis os portugueses com lugar no cadeiral da Ordem, na capela da Jarreteira, sita na capela de Windsor: D. João I (1416) e os seus filhos Pedro (1427), Duarte (1435) e Henrique (cerca de 1442-43), D. Álvaro Vaz de Almada, o único nobre português fora da família real e D. Afonso V (1447). Embora seja de duvidar que alguma vez algum monarca português lá se tenha sentado, o simbolismo demonstra bem os laços políticos e históricos que aproximavam Portugal a Inglaterra e que, aliás, levou Afonso V, mesmo quando procurava o apoio de Luís XI de França, a não renegar a amizade aos ingleses, tal como o rei gaulês lhe havia exigido.

³⁷¹ Cfr. JEFFERSON – «MS Arundel 48 and the Earliest Statutes», p. 380, citado por FARIA, Tiago Viúla – «Pela “Santa Garrotea”: ofício cavaleiresco nas vésperas de Alfarrobeira», p. 83.

³⁷² Diz o artigo 31º «*que nul dudit ordre soit armé l’un contre l’autre, s’il ne soit en guerre de son souverain seigneur ou en son droit et just querelle*». Cfr. JEFFERSON – «MS Arundel 48 and the Earliest Statutes», p. 383, citado por FARIA, Tiago Viúla – «Pela “Santa Garrotea”: ofício cavaleiresco nas vésperas de Alfarrobeira», p. 81.

³⁷³ Em Rui de Pina há amplas referências, não tanto para a guerra com Castela, mas mais para a batalha de Alfarrobeira. CDAV, cap. XXXI, p. 621, cap. LXX, p. 671, cap. CIX, p. 729, etc.; não resisto a citar também esta passagem de Diego de Valera (CRC-DV, cap. IX, pp. 27-28): «Como el rey don Alonso toviese la devisa de la Jarretera del rey de Inglaterra, cuya condición es por mechedunbre de enemigos no recusar la batalla, ni nunca della retraherse, ni se meter en lugar cercado tanto que en el canpo oviese con quien pelear»; veja-se também cap. IX, p. 30 e cap. XX, p. 71. O cronista Afonso de Palencia também lhe faz menção: «D. Alfonso, por estar condecorado con la Jarretiera, tenía la superstición militar de no rehusar batalla por numeroso que fuera el enemigo, no retroceder en el combate y, mientras hubiese proporción de pelear, no permanecer trás los muros de ciudades o villas, sino en los campamentos» (CEIV-AP, II, p. 208). Igualmente a Zurita não passa despercebida esta dignidade de Afonso V: «también el rey de portugal traía la empresa de los reyes de inglaterra de la jarretera que, según decían, obligaba a cualquier príncipe que la tuviese que no rehusase de pelear con el enemigo porque tuviese más gente, cosa muy vana y de reír si así lo entendían en aquel tiempo los ingleses». Em seguida, com Fernando às

D. Fernando de Aragão, consorte da rainha, também terá sido nomeado para companheiro da Ordem, por volta de 1479-80, mas por razões que desconhecemos, crê-se que terá declinado a oferta³⁷⁴.

Deste modo, é num cenário de charneira e no meio de uma crise dinástica e de sucessão que Castela dá mais um passo no sentido da Modernidade, aproximando-se de França – a qual já tinha instituído as Companhias da Grande Ordenança, entre 1445-1447, com a criação de um corpo militar permanente. Esta obra deveu-se aos *Reis Católicos*, a partir de 1476. Isabel e Fernando aumentaram as capitánias de cavalo das Guardas Reais e pagaram outras com recursos advindos da *Hermanidad* das cidades, até reunir ambos os corpos, a partir de 1498³⁷⁵. Portanto, o conflito que opôs o partido de Juana ao da sua tia está no epicentro da renovação militar castelhana, sendo visíveis as primeiras medidas de renovação. Mais tarde foram criados parques de artilharia e foram ensaiados uniformes e divisas de marcha, entre outros elementos³⁷⁶. De notar que até 1500 só França e Castela possuíam um exército permanente. Deste modo, conclui-se que o exército castelhano só se *profissionalizou* parcialmente no final do século XV e com as campanhas contra Granada. Até esse momento, permaneceu um exército tipicamente medieval, sem se modernizar. Ainda entre 1481-88 a guerra segue directrizes medievais, uma vez que os contingentes são recrutados maioritariamente de acordo com o sistema das mesnadas nobiliárias e concelhias. A cavalaria alcança 40%

portas de Toro, Zurita afirma que Afonso V não deu batalha, o que contradizia os princípios da dita ordem (ACA-JZ, livro XIX, cap. XXX).

³⁷⁴ JEFFERSON – *The most noble Order...*, p. 313.

³⁷⁵ Pelo exposto, conclui-se que a *Hermanidad* teve uma importância crucial para estabelecer um exército de carácter permanente, que dependia de um poder permanente – o do estado, ainda que houvesse vestígios de uma concepção senhorial do exército. A sua origem deve ser procurada na relação estabelecida entre as formas políticas e as formas militares, sendo este fenómeno mais notório em Espanha do que em outros países. Cfr. MARAVALL, J.A. - «Ejército y estado en el Renacimiento», in *Revista de estudios políticos*, n.ºs 117-118, 1961.

³⁷⁶ LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «Guerra y paz: teoría y práctica en Europa occidental. 1289-1480», in *Actas da XXXI Semana de Estudios Medievales*, Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005b, pp. 38-39. Em relação à uniformização do exército, LADERO QUESADA veio rever o autor que citei na nota anterior (MARAVALL, J.A. - «Ejército y estado en el Renacimiento», 1961), o qual afirmou que embora se introduza o conceito de uniformização, não é neste primeiro momento que se introduzem os uniformes. Veja-se ainda LADERO QUESADA, Miguel Ángel – «Recursos militares y guerras de los Reyes Católicos», in LADERO QUESADA, M.A. (coord.): *Los recursos militares de la Edad Media Hispánica*, Madrid, 2001b.

dos efectivos e utilizam-se as cavalgadas e algaras³⁷⁷. As novidades chegam com a década de noventa. A 2 de Maio de 1493 criaram-se as *Guardias Viejas de Castilla*, primeiro corpo verdadeiramente profissional e base para posteriormente organizar a cavalaria. Dois anos e meio depois, a 5 de Outubro de 1495, determinou-se o armamento que cada pessoa chamada ao exército devia ter segundo a sua classe e condição económica³⁷⁸. As razões para isso podem ser explicadas facilmente. Com a morte de Enrique III, o foco de tensão passa uma vez mais para o reino de Granada, o que, pela sua especificidade, explica a necessidade de manutenção, ao nível regional pelo menos, da cavalaria ligeira como corpo predominante, enquanto em outros cenários europeus a cavalaria ia perdendo a sua preponderância face à importância crescente da infantaria.

* * *

No capítulo anterior, numa breve referência, mencionei os preparativos que Afonso V colocou em marcha para atacar o reino vizinho. É precisamente por aí, desenvolvendo esse aspecto, que vou começar a minha análise militar.

a) A decisão de entrar em Castela

«E na fym do ano de myl e quatrocentos setenta e quatro, ElRey Dom Anrrique de Castella faleceo na Vylla de Madryd. [...] Fez ElRey Dom Anrrique seu sollene e acordado Testamento, em que declarou a Pryncesa Dona Joana por sua Fylha, e por Raynha erdeira dos Reynos de

³⁷⁷ Embora sejam ambas ataques de cavalaria, a cavalgada distingue-se da algara ou algarada por ser uma incursão mais profunda ao território inimigo e por ter duração e envergadura maiores.

³⁷⁸ MAS CHAO, Andrés - «La formación militar del Rey Católico», in *Actas de las jornadas nacionales de historia militar*, Sevilla: Cátedra General Castaños, 1993, pp. 379-380. Em Portugal, pelo menos desde o início do séc. XIV e até ao final da centúria seguinte, é utilizado o sistema dos “aquantiados”, ou seja, a escolha dos moradores do reino que mantinham casa própria independentemente de serem casados ou solteiros, ou mesmo clérigos de ordens menores, com excepção dos clérigos beneficiados, de ordens sacras ou religiosas; os cavaleiros; os escudeiros vassalos do rei; e os escudeiros que, ainda que não vassalos, fossem homens fidalgos de pai e de mãe, reconhecidos como tal por carta régia. Esta escolha era feita com base em critérios económicos, configurando seis categorias: «cavallos arnesados»; «cavallos singelos»; «besta de guarrucha»; «besta de pollee»; «homees de pee lanceiros»; e «scudos». Cfr. MONTEIRO, João Goveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, pp. 43-79.

Castella. E a ElRey dom Affonso por Governador delles, pedindo-lhe fynalmente que aceitasse a dita governança, e casasse com ella, o qual Testamento foy logo trazido a ElRey Dom Afonso, que estava em Estremoz no mês de Dezembro do dito ano de mil e quatrocentos e setenta e quatro, sobre ho qual ElRey logo teve grande e jeral conselho, pera que foram ally juntos com ElRey e com o Pryncepe, todollos grandes e pryncipaaes do Reyno. E o Pryncepe desejando que ElRey seu Padre com esperança de acrecentar seus Reynos de Portugal, aceitasse, e nom se escusasse do casamento e empresa de Castela, tinha suas fallas e maneyras com esses pryncipaaes, a que revellava seu desejo com que os commovia, pera que conselhassem ElRey seu Padre, e o esforçassem pera ysso [...]. E porém o conselho do Arcebispo de Lixboa, que despois foy Cardeal, e do Duque Marques de Vylla Vyçosa por causas muytas que allegaram, foy que ElRey em tempos de tanta devisam, e com tamanho pendor contrairo como tynha, nom devia entrar em Castela nem aceitar a empresa dela, e leixalla aos naturaaes que a quisessem favorecer e soster. Pello qual ante de se tomar fynal assento, acordou ElRey de envyar prymeiro como envyrou a Castella Lopo d'Albuquerque Camareyro Moor, que despois foi Conde de Penamacor, a saber quantos e quaaes eram os cavaleiros da vallia da Raynha Dona Joana, e concertarse com elles, e tomar delles certydam d'obediencia, pera em sua segurança se parecesse rezam, ElRey entrar em Castella. E o dito Lopo d'Albuquerque, que foy principalmente aderençado a Dom Afonso Carrilho Arcebispo de Toledo, e ao Marques de Vilhena, e ao Duque do Ifantado, que entam era Marques de Santilhana, e ao Duque e Duquesa d'Arenvallo. E a outros muytos de sua parentella e valia. Os quaaes a este tempo eram todos declarados por a dita Raynha Dona Joana, de que trouxe a ElRey autenticas certydooês; e promessas de casando com ella o servirem, e obedecerem como a propriy Rey de Castella». (CDAV, cap. CLXXIII, pp. 829-830)

«[...] dió osadía al rey don Alonso de Portugal de pensar entrar en Castilla. Para lo qual quiso aver consejo de los grande de sus reynos, a los quales mostró la fee e sellos que tenía de algunos de los grande de Castilla, por los quales se le ofresçían en serviçio siete mil lanças de gente escogida, con grand muchedumbre de çidades e villas e fortalezas; de los quales, algunos que discretamente lo miravan, le dieron muchas evidentes razones porque no le convenía tomar empresa tan peligrosa.» (CRC-DV, cap. III, p. 8)

Temos aqui o ponto de partida para a extensão da guerra civil castelhana a toda a Península Ibérica. Em conjunto com o Conselho, o rei ponderou bem relativamente à orientação a dar à política externa portuguesa, optando por direccionar a sua atenção para o reino vizinho, em detrimento das conquistas marroquinas, as quais seguiam muito favoravelmente a Portugal. A oferta da regência do reino de Castela através do casamento com a sobrinha Juana foi um assunto tão importante para o futuro do reino que teve de ter apoiantes, quer no contexto interno, que o príncipe D. João se esforçou por conseguir, sendo ele próprio o principal apoiante e que Afonso V, quer no contexto externo, tratando de conseguir através de cartas de garantia que lhe chegaram pela mão de Lopo de Albuquerque. É notório que houve vozes discordantes³⁷⁹, mas prevaleceu a vontade régia. Configurar-se-ia, nos quatro anos seguintes, uma Península Ibérica

³⁷⁹ Ver nota 268.

dividida entre um eixo Castelhana-Português e outro Castelhana-Aragonês. Por fim, existiam ainda conflitos no território navarro. Parte tomava a voz por Aragão, ao passo que a outra parte contava com o apoio da coroa francesa.

«Dicho que hubo este el Rey de Portugal, outro día se intituló Rey de Castilla y de León. Asimismo envió por embajador a los Reyes Católicos a Ruy de Sosa, caballero de su casa, en quien él mucho fiaba, para que les dijese que él no dudaba que Doña Juana, a la cual su hermana había parido, era hija de Don Enrique, Rey de Castillaa, y que por muerte de su padre, de derecho, le pertenecía el reino de Castilla y de León. Porque ella sola, como heredera legítima, sucedía en los bienes de su padre. Y que fuese hija del Rey Don Enrique, había testigos muchos, y Grandes del reino, y muchas ciudades y pueblos, los cuales antes que el Rey Don Enrique muriese juraron a Doña Juana, su hija, por Reina, después de su muerte. Y porque él se quería casar legítimamente con ella y ser heredero legítimo de su reino, les rogaba y requería que le dejasen libre y desembarazada la posesión de su reino, que injustamente poseían». (VHMC-LMS, p.41)

«E allí en Valladolid estouieron algunos días, y fizieron grandes fiestas e justas, e rreçibieron omenages de muchos caualleros y çidades y villas del rreyno que fincauan de rreçebir». (CRC-AP, cap. XXVII, p. 83)

Desta maneira, preparando-se para a guerra, Afonso V ordenou «reparar tudo o que for necessário de se fazer e correger nos castellos della [de cada comarca], que elles de qua loguo leuarão em escrito, e o dito repairo e corregimento delles por aguora Seia de muros, torres, barreiras, portas, cisternas»³⁸⁰, excluindo as peças de artilharia, as quais «El Rej assj reparará do seu almazem segundo a cada hum pertencer e for compridoiro»³⁸¹. Afonso V apercebeu-se da dimensão que o conflito poderia vir a atingir, concluindo assim que para ter o ofício das armas pronto para qualquer eventualidade era necessário que «tambem haja e mande uir de Italia hum mestre ou dous de guarnecer e fazer cubertas que haião tença, sua, e estem em seu almazem para reparar as ditas cubertas e fazerem de nouo outras se comprir, e emsenarem qua algũs ao officio»³⁸². Portugal não tinha capacidade para responder às necessidades da guerra e, por isso, além dos armeiros especialistas que viriam de Itália, foi igualmente

³⁸⁰ CHAVES, Álvaro Lopes de – *Livro de apontamentos (1438-1489) – Códice 443 da Coleção Pombalina da B.N.L.*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 52.

³⁸¹ CHAVES – *Livro de apontamentos (1438-1489)*..., p. 52.

³⁸² CHAVES – *Livro de apontamentos (1438-1489)*..., p. 55.

necessário prover a armaria régia com «arnezes branquos compridos, (...) cubertas, (...) e couraças de Genoa»³⁸³, bem como duzentas bombardas, «cento que se faz fundamento que se hauerão mister pera os castellos, e outras cento pera estarem no almazem del Rej»³⁸⁴ e «tiros quinhentos – a saber – duzentos e sinquoenta pera castellos e duzentos e sinquenta pera fiquarem no almazem». As armas não foram esquecidas e foram encomendadas 200 bestas da garrucha e 200 lanças. Havia também falta de munições, entre as quais se incluía a pólvora, encomendando o monarca 160 quintais e 1.000.000 de virotões. Estas compras levam-nos a crer uma de duas coisas: que o monarca admitia que o conflito se poderia arrastaria ou que cenário de guerra podia abranger grande parte do território português, nomeadamente nos tradicionais pontos de penetração no território português: Minho, Beira e Alentejo, não esquecendo as fronteiras marítimas³⁸⁵. A hipótese de se verificarem ambas também não é de descartar. Compreende-se então que num clima de guerra iminente se tenham aberto as portas do reino à compra de armas, abolindo os direitos de importação e venda sobre as mesmas³⁸⁶.

Para que uma guerra não fosse considerada injusta e não afectasse o prestígio político de quem a ordenava, era fulcral que quem a declarasse a considerasse justa e que apenas se avançasse para ela havendo esgotado todos os outros meios, avisando-se antecipadamente o adversário das intenções de fazer a guerra³⁸⁷. Na verdade, já St.º Agostinho e S. Tomás de Aquino haviam preconizado que existiam três fundamentos para a guerra justa. Sem querer entrar no complicado debate e na importância que os pensadores medievais atribuíram a esta questão, passo a enunciá-los: a legítima

³⁸³ CHAVES – *Livro de apontamentos (1438-1489)*..., p. 54. Vemos, portanto, a importância do armamento defensivo, aqui expresso em três categorias: arneses, cobertas e couraças. Sobre este tipo de armamento, veja-se MONTEIRO – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, pp. 531-538.

³⁸⁴ CHAVES – *Livro de apontamentos (1438-1489)*..., p. 55.

³⁸⁵ Afonso V mandou também comprar uma nau e dois barinéis para a defesa marítima de Portugal. Cfr. CHAVES – *Livro de apontamentos (1438-1489)*..., pp. 59-60.

³⁸⁶ «Pera no Rejno poder hauer armas de uenda pera quando caso sobreuiesse e os que as então de seu nom tiuesse as poderem achar e hauer que deue quitar todos direitos de entrada e uenda e compra das ditas armas que de fora uierem, e de seguro real a quaesquer que as assj de fora trouxerem – a saber – que nellas nem as bestas ou nauio em que uierem lhe nom Seia feito embargo nem represarea por caso algum que Seia». (CHAVES – *Livro de apontamentos (1438-1489)*..., p. 56)

³⁸⁷ GARCÍA FITZ, Francisco – *Edad media: guerra e ideologia – justificaciones jurídicas y religiosas*, Madrid: Sílex, 2003, p. 30.

autoridade do soberano, pelo qual a guerra é ordenada; a existência de um motivo ou causa justa que justifique a acção militar; e a intenção correcta. Desta forma, a guerra com *recta intentio* e *iusta causa*, a qual só podia ser declarada pelo príncipe legítimo, afastava-se de outros tipos de violência, como as lutas de bandos, sedições e outros conflitos individuais, até porque o objectivo último era a obtenção da paz³⁸⁸. É muito provável que o soberano português se tenha baseado no *corpus* de St.º Agostinho, vendo-se lesado no que considerava ser seu por direito, legitimando assim, do ponto de vista jurídico, a invasão que levaria a cabo em Castela. No seguimento destes acontecimentos, Fernando já havia enviado uma embaixada ao *Africano*, antes de o português entrar em Castela e casar com D. Juana³⁸⁹. A esta missão respondeu Afonso V com o envio de Rui de Sousa³⁹⁰ aos *Reis Católicos*, para que tivessem conhecimento das suas intenções, propondo a mediação neutra por parte do papa.

Sentindo-se, assim, salvaguardado pelas “formalidades legais”, o monarca português ultima os preparativos para entrar em Castela. Tudo no reino tem de ficar em ordem e, desse modo, foi determinante a renovação das nomeações dos fronteiros-mores para o Entre-Douro-e-Minho (marechal Fernando Coutinho), para o Entre-Tejo-e-Guadiana (D. Garcia de Meneses, bispo de Évora), bem como outros fronteiros que cobriam o território transmontano, beirão e alentejano, particularmente, para Portalegre e Alegrete (Pedro Tavares, alcaide das ditas vilas), Castelo Melhor e Valhelhas (Vasco Fernandes de Gouveia), Mogadouro, Miranda do Corvo, Mirandela, Penarroias, São João da Pesqueira, Alfândega e Castro Vicente (Pedro Lourenço de Távora), Castelo Branco (D. Pedro Anes Brandão, alcaide) e Alpalhão e Montalvão (Luís de Sousa, do Conselho Real e cavaleiro da Ordem de Cristo)³⁹¹. D. Afonso V não se esqueceu de legitimar a acção do príncipe, transferindo o poder da sua real pessoa para o filho, enquanto estivesse fora³⁹².

³⁸⁸ GARCÍA FITZ, Francisco – *Edad media: guerra e ideologia – justificaciones jurídicas y religiosas*, Madrid: Sílex, 2003, pp. 32-34; LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «Guerra y paz: teoría y práctica en Europa occidental. 1289-1480», in *Actas da XXXI Semana de Estudios Medievales*, Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005b, pp. 55.

³⁸⁹ CRC-DV, cap. IV, pp. 10-14.

³⁹⁰ CDAV, cap. CLXXIV, p. 830.

³⁹¹ GOMES – *D. Afonso V...*, p. 204.

³⁹² CPDJ, cap. XLVII, pp. 112-113.

b) O recrutamento militar e a formação do exército

«[...]vinda ha mor parte da gente que speraua, ordenou sua partida pera Castella, da qual ha tardança era sospeitosa, ahos que quomo a seu Rei e senhor ho stauam sperando». (CPDJ, caps. XLIX e L, pp. 116-117)

«El duque de Arévalo, conde de Béjar, señor de Plasencia, don Alvaro de Stuñaiga, [...] tenía a Arévalo e sua tierra y tenía a Burgos e el maestrazgo de Alcántara, e poco menos que toda la tierra de Estremadura; e com todas sus tierras e señoríos e outras cosas harto bien pacíficas e a su servicio mandar. E no es duda estar el mayor de los caballeros de Castilla, en lo susodicho e con sus hijos e parientes. E el arçobispo de Toledo don Alonso Carrillo, que era el mayor prelado de España, que es la segunda casa de renta de Castilla, tenía muchas tierras, cibdades e villas e castillos, syuos e de la corona real. E el marqués de Villena, a quien avía quedado en guarda la señora doña Juana, tenía a sua mandar más villas e castillos que ningún grande de todo el reino, e no avía otro mayor que él, e se titulava entonces mestre de Santiago e duque de Truxillo. E el mestre de Calatrava, que era muy gran señor, y el duque de Ureña, su hermano, esso mesmo; e destos pendía la mayor parte de Castilla. E ovo muchos que se aclararon antes que el rey don Alonso entrasse; assí como Alonso Carrillo, señor de Maqueda; e Castañeda, señor de Portillejo e de las Calañas; e Pareja, adelantado de Galicia; e Juan de Ulloa, alcaide de Toro e mariscal de Zamora; el conde de Valencia e otros muchos, dexando los que estaban de callada con los que le facían parcialidad al rey don Alonso. E él pensó que con ellos sojuzgaría a Castilla». (MRC-AB, cap. XVII, pp. 49-50)

D. Afonso V esteve à espera que os homens respondessem ao chamamento, durante o mês de Maio de 1475, em Arronches, sendo esse o ponto escolhido para a concentração dos soldados. Um primeiro alardo podia ter sido feito alguns meses antes, quando o monarca reuniu o seu Conselho em Estremoz. Porém, nesta assembleia, depois de decidido que se faria a guerra a Castela, Afonso V preocupou-se principalmente com o provimento das fortalezas e dos homens, a nível de armamento (defensivo e ofensivo) e de cavalos. Deve ter considerado que fazer um levantamento de soldados tão precoce seria uma perda de tempo³⁹³. O soberano aproveitou a estadia na localidade alentejana para ir despachando assuntos de estado, incluindo a confirmação do neto – o infante Afonso, o qual havia nascido a 18 de Maio, como sucessor legítimo do trono; e o recebimento dos procuradores das cidades e vilas para que estes reconhecessem o regimento da regência atribuído ao *Príncipe Perfeito*.

³⁹³ «Que acerca de se saber a gente que há no Rejno e que anda e como quer que se soberem pode sse horçar ou saber nom perderia empero que por grande rumor e atroamento que seria de se emquirir e escreuer, e saber por mandado constringimento delRey, e assj mesmo por a incertidão que della fiquaria por os casos de mortes pestelenças, desteros e homisios que cada dia sobreuem, se nom faça nisso deligencia nem cousa por mandado nem constringimento del Rej por hagara». (CHAVES – *Livro de apontamentos (1438-1489)*..., p. 54)

Olhando para um mapa, as forças até estavam equilibradas. Isabel e Fernando dominavam a meseta setentrional e uma ampla faixa marítima das Astúrias até Navarra, com exceção de Burgos – que estava dividida entre o duque de Arévalo e o bispo Luís de Acuña, Peñafiel, Arévalo, Urueña e a comarca do baixo Douro, que era dominada a partir de Castronuño.

À partida, com um poderoso e experiente exército português e com possantes apoios do outro lado da fronteira, tudo indicava que Afonso V tinha boas perspectivas de se impor aos seus inimigos políticos, os quais careciam, pelo menos inicialmente, de apoios e de dinheiro.

O *Africano* tinha então três opções de entrada no território inimigo. Ou através da Galiza³⁹⁴, ou através da Andaluzia, a qual estava muito dividida, havendo importantes bastiões que seguiam a casa de Stuñiga, ou então através da Extremadura espanhola, a qual acabou por ser a opção escolhida, rumando depois para nordeste, para chegar a Plasencia, contando assim com a segurança do arcebispado de Toledo e dos apoios de Calatrava.

Todavia, como não era prudente ter tantos homens juntos durante muito tempo, não só por questões de saúde³⁹⁵, como também por motivos económicos³⁹⁶, o rei atravessou a fronteira, passando pela Codiceira e chegando a Piedrabuena, onde fez

³⁹⁴ A Galiza, tal como as Astúrias e os “territórios bascos”, ou seja, Biscaia e Guipúzcoa, eram locais com uma acentuada presença de bandos, nos quais nenhum grande senhor se conseguiu impor. Porém, relativamente às Astúrias e ao País Basco, os *Reis Católicos* conseguiram apaziguar a situação. Já na Galiza, Fernando Pareja, adiantado-mor do reino e homem de confiança de Enrique IV, declarou-se a favor de D. Juana. Além disso, a guerra civil que grassava entre o arcebispo de Santiago – Alfonso de Fonseca e Diego de Muros, os quais estavam coligados para derrotar Pedro Álvarez de Sotomayor – conde de Caminha, e Lope Sánchez de Moscoso, produziu os efeitos de Isabel e Fernando permitirem aos primeiros apresentarem-se como defensores da legalidade e de o segundo, o conde de Caminha, oferecer entrada a Afonso V pelo Minho. Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, pp. 98-99.

³⁹⁵ Veja-se, ainda que de forma breve, as considerações que Luís Miguel Duarte teceu acerca da higiene nos arraiais medievais. Como conclusões, e tomando como exemplo os números da cronística portuguesa para o exército luso na batalha de Toro, estimou-se que fossem necessários 67 200 quilos de comida e 168 000 litros de água por dia, apenas para os cavalos de guerra, os quais produziram 112 000 quilos e litros de fezes e urina por dia. No que diz respeito aos soldados, avaliou-se em 9 000 a 10 000 quilos de excrementos e cerca de 30 000 litros de urina. Cfr. DUARTE, Luís Miguel - «1449-1495: O triunfo da pólvora», p. 377.

³⁹⁶ Não esqueçamos que D. Fernando passou pelas mesmas dificuldades quando cercou Toro pela primeira vez, em cujo cerco esteve apenas quatro dias, em Julho de 1475.

alardo, até porque as forças do duque de Guimarães, do conde de Marialva e de Rui Pereira atravessaram a Beira e se juntaram ao rei já em Castela. Estes esquadrões marchavam com as bandeiras desfraldadas, vinham providos de *artilharias*, as quais não sabemos exactamente quais e em que quantidade, e tendas, bem ordenados e na completa perfeição, ou seja, é uma logística sólida e madura, fruto da experiência que alguns destes homens e respectivos comandos haviam adquirido com a batalha de Alfarrobeira e com as guerras mouras.

c) Primeira contagem de efectivos

«Junta a mor parte da gente que elrei dom Afonso hauia de leuar consigo, partio d'Arronches, e ha primeira stançia que fez com seu arraial, foi na Codiçeira, já em Castella, e dali foi ter a Pedra boa, donde despedio ho Príncipe [...]. No qual lugar de Pedra boa fez elRei alardo da gente que consigo tinha. [...] se achou, que hauia em seu arraial cinco mil, e seis çentos homens de caualllo, e quatorze mil de pé, afora outra gente de seruiço, pages, e gente auentureira, com ha qual seguio seu caminho pera Plasença». (CPDJ, caps. XLIX e L, pp. 116-117)

«Para la qual entrada, así él [D. Afonso V] como los que con él venían fizieron muchos gastos e costas, por se fornecer de arreos de guerra lo mejor que cada vno pudo. Par lo qual vnos vendieron sus patrimonios, otros enpeñaron sus rentas; de tal manera que todo quanto pudieron truxieron a Castilla, para servir al rey de Portugal en la prosecución de aquesta requesta. Y ellos mismos, vistos sus arreos e guarniciones de guerra, e la multitud de gente de caualllos y de pie que les parecía quel rey de Portugal traya en su hueste, ovieron tan grande orgullo, que no podían creer que el Rey y la Reyna osasen esperar en Castilla; porque no tenían dinero ninguno ni rentas donde lo aver, que es la principal cosa y más neçesaria para sostener guerra». (CRC-FP, cap. XXXVII, p. 120)

Tendo reunido vários contingentes de homens, Afonso V deteve-se em Piedrabuena para fazer o tradicional alardo, operação que consistia em passar revista às tropas no que diz respeito ao estado anímico e respectivo armamento e em avaliar o número real de efectivos que compunha o exército. Vejamos o que dizem os cronistas acerca da capacidade militar portuguesa. Valera avança que D. Afonso V entrou no reino de Castela com 5 000 lanças e 15 000 peões (CRC-DV, cap. III, p. 9). Já Bernáldez afirma que o rei português invadiu Castela com 3 500 cavaleiros e muitos peões (MRC-AB, cap. XVII, p. 48). O *Cronicón de Valladolid* não faz nenhuma referência a este acontecimento. No que diz respeito à *Crónica Incompleta de los Reyes Católicos* é bastante parcimoniosa, dizendo apenas que Afonso V entrou em Castela, embora dê o relato de uma lenda, na qual o soberano português se faria passar por *el* [rei]

*encubierto*³⁹⁷. Afonso V viria assim à cabeça de um exército que mais parecia apto para uma procissão, do que para invadir o reino vizinho, ideia esta que vai ao encontro do pensamento de Palencia, já que os cavalos «*de la brida como de la gineta, veniam tan luzidos y ricos, que a marauilla se mirauan, y, asimesmo, todos los grandes de su Reyno y los hidalgos de él venian tan ricos y las tendas y alfaneques de su real tan galanas y costosas*» (pp. 182-183). Curiosamente, quantifica os efectivos militares do duque de Guimarães, acompanhado pelo conde de Marialva, em 1 500 lanças. Pulgar não refere números, mas indica todos os nobres que acompanharam Afonso V nesta entrada em Castela. Assim, a hoste era composta pelo duque de Guimarães, conde de Faro, conde de Vila Real, condestável, conde de Loulé, conde de Penela, conde de Marialva, arcebispo de Lisboa, bispo de Coimbra e pelo bispo de Évora (CRC-FP, cap. XXXVII, p. 120). Sículo menciona somente que entra Afonso V em Castela com todo o seu exército (p. 44). Palencia, por seu lado, é bastante completo no relato, e refere que ao contrário do que os castelhanos esperavam, Afonso V reuniu não 3 000 lanças, mas 5 000, deixando 500 nas guarnições e levando consigo 15 000 infantes. Com o exército, a acreditar nas palavras de Palencia, seguia também artilharia, máquinas de guerra e madeira para fazer paliçadas (CEIV-AP, II, p. 184). O cronista aragonês coloca a entrada de Afonso V em Castela no início do mês de Maio, evidenciando que o soberano levaria consigo 5 000 cavaleiros e 14 000 peões, todos muito bem armados (ACA-JZ, Livro XIX, cap. XXIII).

³⁹⁷ A profecia do *Rey Encubierto* é uma profecia que já vem de St.º Isidoro de Sevilha e seria por altura de finais do séc. XV amplamente conhecida em Castela. Em breves palavras, constava que o “rei encoberto” viria a Espanha, montando um cavalo de madeira, ou finjindo-se doente, sendo detestado por muitos. Porém, domaria os fortes e os arrogantes, não havendo forças que igualassem as suas, governaria e tiraria a Espanha do caos, devolvendo-lhe a antiga glória. Esta lenda teria sido invocada por Afonso V e pelos seus apoiantes castelhanos com o fim de ganhar partidários para a sua empresa, especialmente entre as gentes humildes. Isto é uma prova de que a superstição popular teria bastante peso no quotidiano das populações e posso reforçar esta ideia com os múltiplos exemplos de prodígios que Afonso de Palencia conta ao longo da sua crónica. Embora outros cronistas não refiram semelhante entrada de Afonso V, a carta que D. Fernando escreveu a seu pai, Juan II de Aragão, refere que o rei de Portugal *entró a X del presente en estos Reynos por la parte de Albuquerque con fasta tres mil de cauallo, y del Duque de Guimaraes y del Conde de Marialua por la parte de Coria con seyscientos o setecientos de cauallo... Tendo desto nueva cierta cómo el Rey es adolecido de dolor de yjada, y de almorranas, y que le trahen en andas*. Lenda semelhante terá Portugal no séc. XVI, após o desastre de D. Sebastião em Alcácer Quibir, provavelmente importada de Espanha. Cfr. PYOL, Julio – «Prologo», in *Crónica Incompleta de los Reyes Católicos: (1469-1476): según un manuscrito anónimo de la época*, Madrid: Academia de la Historia, 1934, pp. 30-40.

Todos os cronistas portugueses afirmam que o *Africano* entrou em Castela com 5 600 cavaleiros e 14 000 peões (CPDJ, cap. L, p. 117, CDJII, cap. IX, p. 7, CDAV, cap. CLXXVII, p. 832). Destes, tendo Rui de Pina, como Damião de Góis são bastante completos ao indicar pormenorizadamente a ordem de marcha do exército. O Visconde de Santarém, ao contrário de Zurita que afirma que Afonso V entrou em Castela no dia 10 de Maio, situa a entrada do monarca português no dia 25 de Maio. Coloquei estes dados numa tabela para uma visualização mais fácil.

	Efectivos militares portugueses aquando da entrada em Castela	
	Efectivos	Capítulo e páginas
Rui de PINA	5 600 lanças; 14 000 peões	CDAV, cap. CLXXVII, p. 832
Damião de GÓIS	5 600 lanças; 14 000 peões	CPDJ, cap. L, p. 117
Garcia de RESENDE	5 600 lanças; 14 000 peões	CDJII, cap. IX, p. 7
Fernando del PULGAR	---	---
Afonso de PALENCIA	5 000 lanças; 15 000 peões	CEIV-AP, II, p. 184
Diego de VALERA	5 000 lanças; 15 000 peões	CRC-DV, cap. III, p. 9
Andres BERNÁLDEZ	3 500 lanças; muitos peões	MRC-AB, cap. XVII, p. 48
Lúcio Marineo SÍCULO	---	---
Jerónimo ZURITA	5 000 lanças; 14 000 peões	ACA-JZ, Livro XIX, cap. XXIII
Crónica incompleta...	1 500 lanças (refere somente as forças do duque de Guimarães)	pp. 182-183
Cronicón de Valladolid...	---	---

Tabela 1 – Efectivos militares portugueses aquando da entrada em Castela

Podemos então concluir que, salvo os números avançados pela *Crónica incompleta*, que refere cifras parciais, apenas Bernáldez peca por defeito e que todos os outros autores nos dão estimativas bastante aproximadas, o que me leva a crer que os números não andassem longe da realidade. Por outro lado, os militares portugueses mais abastados viriam equipados a rigor e, a julgar pelas fontes cronísticas, mais facilmente os imagináramos a participar em justas e torneios, do que numa campanha militar de verdade³⁹⁸. A reunião desta grande hoste foi tornada possível apenas através da aprovação, nas cortes de Évora, em Fevereiro de 1475, da concessão de um pedido e

³⁹⁸ Isto não invalida que não se jogasse a sério nos torneios e que não houvesse violência nos mesmos, fortuita ou deliberada. Cfr. CROUCH, David – *Tournament*, London: Hambledon and Continuum, 2006, pp. 98-103.

meio em dois anos. Além disso, o financiamento do exército passou também por outras rendas da Coroa e do comércio ultramarino, como aconteceu, segundo carta de 17 de Abril do dito ano, com os 28 000 reais anuais do contrato de arrendamento do resgate concessionado a João Gonçalves Ribeiro, de Lagos, das pescas do cabo Bojador até à Pedra da Galé, mais outros 10 000 reais que o mesmo armador emprestava «pera esta yda de Castella que entregou no Algarve ao Recebedor dos empréstimos em o dicto Regno»³⁹⁹.

Todavia, há perguntas que ficam sem resposta. Sabemos que o exército ia munido de um comboio de abastecimento e de *artilharias*. Com este vago vocábulo medieval, nada podemos saber acerca do tipo e quantidade das mesmas. Também não temos qualquer ideia acerca dos homens específicos que irão manobrar estas armas, isto é, artilheiros, bombardeiros, espingardeiros. Tampouco sabemos o tipo e o calibre de munições que alimentariam estas armas. Aproveito o ensejo para fazer um pequeno parêntese relativamente aos espingardeiros, corpo armado que configura, juntamente com outros sinais, uma prova de modernidade. “Espingardeiro” trata-se de uma designação genérica para os soldados que combatiam com as primeiras armas de fogo – espingardas de mecha ou bombardas de mão, por exemplo – sendo, na verdade, peças de artilharia ligeira e não ainda verdadeiramente armas de fogo individuais⁴⁰⁰. O primeiro registo acerca deste corpo diz respeito ao ataque falhado a Tânger, em 1437. A partir daí, vai apostar-se nos espingardeiros. Para quê? Para provocar à cavalaria o efeito que esta causava nos outros, ou seja, o desorganizar o inimigo a tal ponto que ele se torne ineficaz. A evolução do espingardeiro passa primeiro pela criação de um corpo próprio – os espingardeiros, os quais estão submetidos à autoridade do anadel-mor dos espingardeiros. Foram, deste modo, tão importantes – quer para os castelhanos, quer para os portugueses, na campanha em questão e, em particular, na batalha de Toro, que D. João II, logo a partir do início do seu reinado, foi outorgando cartas de espingardeiro, totalizando cerca de 400 destas autorizações em 1490, sendo este recrutamento intencional e destinado a criar um corpo sólido⁴⁰¹.

³⁹⁹ GOMES – D. Afonso V..., p. 204.

⁴⁰⁰ Cfr. MATOS, Gastão Melo de - «Espingardeiros», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 450-451.

⁴⁰¹ DUARTE - «1449-1495: O triunfo da pólvora», pp. 371-372.

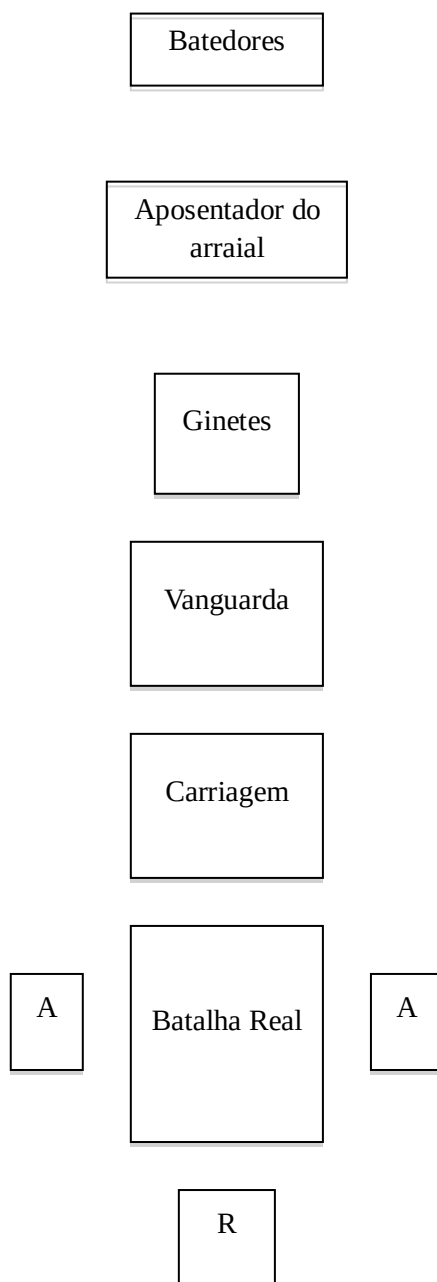
d) O exército em marcha: estrutura e comandos

«E a Ordenança da Oste e batalhas d'ElRey hiam nesta maneira, diante hia logo Diogo de Bayrros Adayl Moor com certos ginetes por decobridores. E após elle o Marychal Dom Fernando Coutynho, com guias e outra jente ordenada, por apousentador e assentador do arrayal. E logo Vasco Martyns de Sousa Chichorro, Capitam dos genetes d'ElRey em sua batalha. Aquem logo seguia o Conde de Penamacor Capitam da avamguarda d'ElRey, após o qual seguia logo a carryagem. E a batalha Real com suas Reaaes bandeiras tendidas hiam no meo, na qual ElRey o mais do tempo hia. E porém aas vezes com certos genetes andava provendo de batalha em batalha [...]. E na reguarda hia o Duque por Condestabre; porque em caso que Dom Joam seu Irmaão tevesse o nome e servise o ofycio nas Vyllas e causas judiciais, porém sempre no campo a priminencia do offycio ficou ao Duque. E aallem destas batalhas eram outras ordenadas aas allas da batalha d'ElRey, em que huma de cada parte, Dom Affonso Conde de Faram, e Dom Anrique de Meneses Conde de Loulee, e Dom Afonso de Vasconcellos Conde de Penella, e o Conde de Monsanto, e outros». (CDAV, cap. XLXXVII, p. 832)

«El rey de Portugal, visto lo que el marqués de Villena le escriuió, luego entró en Castilla con aquella gente que avemos dicho. E venían con él de su reyno el duque de Guimaranes, fijo mayor del duque de Bergança, y el condestable de Portugal, y el conde de Leule, y el conde de Pinela, y el conde de Marialua, e el conde de Penamacor, e el arzobispo [de Lisboa, y el obispo de Coimbra, y el obispo de] Évora, e Ruy Pereyra, e el mariscal de Portugal, e don Áluaro, fijo del duque de Bergança, e todos los más caalleros y gente de guerra que avía en su reyno». (CRC-FP, cap. XXXVII, p. 120)

Pulgar consegue retratar com bastante precisão a composição da hoste portuguesa e depois, através do recurso à crónica nacional, ficamos a perceber que na frente ia o adail-mor, com alguns ginetes como batedores, logo seguido do marechal D. Fernando Coutinho, cuja função era arranjar o local mais apropriado para montar o arraial. Atrás destes homens seguia o capitão dos ginetes do rei, Vasco Martins de Sousa Chichorro, logo seguido do conde de Penamacor, Lopo de Albuquerque, que comandava a vanguarda real. A carriagem vinha protegida entre a vanguarda e a batalha real. No centro do exército ia o monarca, que ora ocupava a sua posição, ora acompanhado de alguns ginetes verificava pessoalmente a boa ordem das tropas. No comando da retaguarda seguia o duque de Bragança, Fernando Coutinho, por condestável (embora esse cargo apenas lhe pertencesse no campo de batalha, uma vez que o verdadeiro titular era o seu irmão mais novo D. João, futuro marquês de Montemor). No que diz respeito às alas da batalha real, os comandos pertenciam a D. Afonso, conde de Faro; D. Henrique de Meneses, conde de Loulé; a D. Afonso de Vasconcelos, conde de Penela; e ao conde de Monsanto. Coloquei estes dados num esquema para uma melhor visualização.

Figura 3 – Dispositivo tático português em marcha. Nota: o esquema não está à escala



e) O percurso

«Moveo ElRey logo com a Raynha em arrayal camino d'Arevalo, em que foram sempre de noite e de dia com grandes resguardos de segurança, especialmente atravessando per terra d'Alva, onde com muita jente d'armas era o Duque, que por obrygaçam de sangue que antresy tinham, sempre seguio a parte d'ElRey Dom Fernando. Em Arevalo estiveram poucos dias, donde ElRey se foy aa cidade de Touro, per concerto que tinha de lhe dar como deu Joham d'Ulhoa, dentro da qual ElRey com toda sua jente se allojou». (CDAV, cap. CLXXIX, pp. 833-834)

«E con su exército [Afonso V] pasó a un lugar llamado Baños, que es a tres leguas de Bejar, donde estovo quatro días, dexando su exército çerca del río llamado Cuerpo de Hombre, que passa çerca de Plasencia. E como la trayción de Salamanca no sucediese como el Rey on Alonso pensaba, a la villa de Arévalo determinó de yr». (CRC-DV, cap. VIII, p. 21)

«Partió de Avila la Señora Reyna Doña Isabel para venir á la guerra [28/Jun/1475]. Vino á Madrigal jueves siguiente [29/Jun]. E á Medina domingo siguiente ij de julio. Partió el Rey nuestro Sr. É fué á sentar real cerca de Simancas, miércoles cerca de puesto el sol 5 de jullio. Partió (la Señora Reyna Doña Isabel de Medina) sábado á viij de jullio, é vino á sentar real cerca de S. Miguel del Pino en monte de Labadesa, é fuese á dormir esa noche á Tordesillas. Partió (el Rey nuestro Sr.) del real de Simancas, domingo viij de jullio é fue á sentar real al dicho monte con el real de la dicha Señora Reyna, que ende estaba, do vino la Señora Reyna sobredicha ese mesmo dia domingo de Tordesillas despues de comer. Partió el Rey nuestro Señor del real cerca de Tordesillas, é fue á sentar real de la otra parte de Herreros, domingo xvj de jullio: tomó el dicho dia á Herreros. Partió el real de Herreros, martes xvij de jullio, é fue á sentarse entre Cubillas é Castonuño. Otro dia miércoles siguiente partió dende é fue á sentar real de la otra parte de Castronuño. Partió otro dia jueves dende el Rey para Toro y estovo todo el dia en el campo cerca de Toro casi media legua, esperando si saldría el Rey de Portugal á dar batalla; é quando no salió, fue á sentar real ende á par del rio en una ribera, que se llama Muros. Estovo ende fasta el lunes siguiente, que fueron xxiiij de jullio». (CV, pp. 98-100)

«D. Fernando y D.^a Isabel se detuvieron mucho en Valladolid, [...] pasando el tiempo inútil e imprudentemente, y muy en daño suyo si el enemigo a su vez y con igual desidia no hubiese consumido muchos días en infructuosa consultas. [...] Cuando D. Fernando supo que el enemigo había entrado por fin en Plasencia con grandes fuerzas, mientras D.^a Isabel visitaba las provincias de Castilla la Nueva, marchó el 28 de mayo a Salamanca. [...] Desde Salamanca pasó a Zamora [...]. Para madurar sus planes marchó a Valladolid, adonde también se dirigió la Reina, de regreso de Avila, a fin de tratar juntos de reunir ejército contra el enemigo». (CEIV-AP, II, livro II, cap. VIII, pp. 195-196)

Entrando em Castela a 25 de Maio, como se viu, Afonso V celebrou o seu casamento a 29 ou 30 de Maio, em Plasencia, embora este nunca tenha sido consumado por falta da devida dispensa papal, necessária devido ao grau de consaguinidade que unia os nubentes⁴⁰². Deve ter sido uma marcha com um ritmo exigente, não obstante os portugueses envergarem os seus melhores trajes, de tal forma que Rui de Pina afirma que *foram sempre de noite e de dia*. Desta cidade, o soberano partiu acompanhado de D. Juana para Toro, atravessando as terras do duque de Alba, a quem Palencia não deixa de classificar como tirânico e detentor de uma ambição excessiva, podendo inclinar-se para um ou para outro partido (cap. VIII). O destino não foi casual. Como nos diz Diego de Valera, Salamanca não se passou para o partido de D. Afonso V, como este esperava, o que pode ser interpretado como um primeiro sinal de alarme para o rei português. Entretanto, João de Ulloa havia oferecido a cidade de Toro a D. Afonso V. O soberano

⁴⁰² Sobre este assunto não pode deixar de ser consultada a obra de AZCONA, Tarsicio de – *Juana de Castilla mal llamada La Beltraneja, 1462-1530*, Madrid: La esfera de los libros, 2007.

cercou assim a fortaleza, que se revelou adversa, pelo comando da mulher de Rodrigo de Ulloa, em cujo nome capitaneava a praça, mas acabou por ter de ceder. São notícias que Fernando recebe com alguma apreensão, já que o bastião de Toro era estratégico e relativamente perto da fronteira portuguesa para servir de posto avançado. A hoste portuguesa havia percorrido já cerca de 400 quilómetros desde que havia atravessado a fronteira, no Alentejo, até Toro, no Douro. Se a área em questão e as movimentações dos homens forem cuidadosamente analisadas, percebemos que os exércitos andaram às voltas na mesma região, gastando tempo e preciosos recursos e sem obter resultados práticos.

Mapa 2 – Movimentações bélicas portuguesas na guerra da sucessão castelhana (1475-1479). Embora o mapa não tenha orientação e apresente os percursos sempre em linha recta, serve para dar uma ideia do percurso seguido pelos portugueses.



Fonte: João José Alves Dias (coord.), *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, Presença, 1998, p. 692.

As crónicas deixam também perceber a preocupação dos monarcas castelhanos em, senão antecipar a movimentação de tropas portuguesas⁴⁰³, pelo menos em seguir de

⁴⁰³ Embora fosse comum os vários partidos terem espias e informadores infiltrados no seio dos inimigos, nem sempre era possível prever o que o adversário ia fazer. Esta citação de Valera demonstra-o bem: «En este tienpo todos los del rey don Fernando estavan muy dudosos para donde el rey de Portugal desde Arévalo yría, si por ventura yría a çercar el rey don Fernando, el qual no estaba tan aparejado como cumplía, o si yría a tomar la villa de Medina del Campo, o por fazer daño en la gente del rey don Fernando, que en los lugares çercanos a Valladolid estaba aposentada» (CRC-DV, cap. IX, p. 25). Veja-se

perto os seus movimentos. Recorriam para isso a batedores, como seria normal. Em função do que Isabel e Fernando consideraram prioritário, tanto podemos observar Fernando a trabalhar de perto com Isabel, como cada um numa cidade distinta provendo aos assuntos de guerra. Embora muitas vezes os cronistas tenham desvalorizado o protagonismo de Isabel, certo é que a rainha teve sempre um papel preponderante durante a guerra da sucessão, chegando a mostrar-se desapontada ou mesmo a repreender a conduta de Fernando, quando a considerou pouco esforçada e imprópria⁴⁰⁴. Isto aconteceu aquando do levantamento do cerco de Toro por parte do marido, chegando mesmo a convocar novamente os soldados para os obrigar a voltar ao cerco, apontamento que extraímos ao ler a *Crónica Incompleta*. Isabel destacou-se igualmente não só a reunir tropas para o cerco de Cantalapiedra, em Abril de 1476, como também a organizar a tomada de Toro, a qual foi rechaçada pelos habitantes da cidade, entretanto exortados por Maria Sarmiento, dando assim lugar ao cerco. Este produziria resultados frutíferos no Outono do mesmo ano.

Deste modo, com Toro sitiado pelo adversário, D. Fernando chamará uma grande hoste em termos numéricos, mas os seus soldados são demasiado heterogéneos para manter a coesão. Refiro-me à origem étnico-cultural das tropas; ao seu nível de armamento; ao seu grau de apoio aos *Reis Católicos*; e aos seus interesses particulares. Porém, convocar um contingente tão significativo apenas foi possível porque Isabel

um apontamento semelhante no cronista Afonso de Palencia: «Los de D. Fernando, conociendo por los exploradores la marcha de los portugueses desde Arévalo, se detenían inciertos del punto sobre que iría aquél turbión a descragar su furia: si el portugués habría resuelto sitiar a D. Fernando a la sazón desprevénido para el combate: si se pronodria ocupar a Medina del Campo desguarnecida, o acometer a los puestos enemigos establecidos cerca de la ciudad en puntos estratégicos». (CEIV-AP, II, livro III, cap. I, p. 204)

⁴⁰⁴ Diz Valera: «Estas cosas así pasadas, al rey don Fernando fué neçario volver a la villa de Tordesillas, donde la reyna su muger estava, la cual ovo grand sentimiento en saber las formas que con el rey se avían tenido estando sobre la çidade de Toro, que no pudo aver paciencia e salió a reçebir en la venida, donde muchas cosas dixo contra los que al rey tanto tienpo le avían fecho de balde despende». Cfr. CRC-DV, cap. X, p. 36. Outro exemplo pode ler-se em Damião de Góis: «Ha rainha donna Isabel no tempo que elrei dom Afonso mandou desafiar elrei dom Fernando perà batalha campal, era ida de Tordesilhas a Valledolid e negócios que lhe muito comprião, onde soube quomo elrei seu marido nam quisera sair aho desafio que lhe elrei dom Afonso mandara, pelo que mouida de seu baroil, e animoso coração, teue isto por grande afronta, por saber que fora mais por couardia dos que stauam com elRei, que falta que teuessem de gente, porque elrei há tinha muita, e muĩ boa consigo. E reçeandosse que hũa tal afronta poderia ser muito perjudiçal a seus negócios, screueo loguo a elRei cartas em que assi a elle, quomo ahos do seu conselho, daua a entender quam mal o fizeram, e ho desgosto que disso tinha, pedindolhe que logo se fizesse prestes pera ir buscar el rei dom Afonso a Touro, e que pera ho mehor fazer lhe mandaria há mais gente que podesse ajuntar». (CPDJ, cap. LXXIII, pp. 153-154)

conseguiu assegurar o tesouro de Segóvia, mantido por Andrés de Cabrera e sua mulher, Beatriz de Bobadilla, contra a entrega da sua filha como refém⁴⁰⁵. Mesmo assim o dinheiro era escasso. Palencia afirma que, em faltando o estipêndio à cavalaria, «para pagar algo a los soldados había sido preciso reducir a pequeñísimos fragmentos los vasos de plata traídos del tesoro de Segovia, y distribuirselos individualmente»⁴⁰⁶.

Fernando fez então um alardo muito importante. Neste reuniu entre os 40 000 e os 42 000 soldados a julgar pelas penas de Góis, Valera, Palencia, Bernáldez e Zurita. Pulgar, por seu lado, situa os efectivos na ordem dos 45 000. Não obstante a proeminência e a grandiosidade do alardo, números desta grandeza podem sugerir algum exagero, até porque seriam o dobro das forças portuguesas. Já a *Crónica incompleta*, que detalha minuciosamente as forças de D. Fernando, totaliza 17 500 lanças. No partido adversário, são menos os cronistas que estimam os soldados, mas o número parece corresponder nas fontes a cerca de 25 000 homens. Havendo os homens de armas comparecido, hesitavam os Grandes em partir, uma vez que quanto mais tempo esperassem, mais soldo receberiam, podendo ainda mudar de partido de forma a aumentar os seus estados; mas também se esperavam novos apoios, nomeadamente o marquês de Santillana, D. Diego Hurtado de Mendoza, o qual traria mais 300 ginetes e 200 homens de armas, assim como os reforços da cavalaria andaluza, comandados por Pedro Enríquez, tio do rei, com 200 ginetes. Assim que o primeiro chegou, já não puderam os Grandes impedir a marcha do exército, o qual demorou dois meses a formar-se⁴⁰⁷. Além disto, Valera assinalou que seguimento destes acontecimentos, reuniram-se os nobres, em segredo e na ausência do rei, para decidir o que aconselhar a D. Fernando. O local escolhido foi o mosteiro de St.º Domingo (Palencia fala numa ermida), do outro lado da ponte sobre o Douro, próximo de Tordesilhas. Integraram este conselho o cardeal, Pedro González de Mendoza, o marquês de Santillana, seu irmão, o duque de Alba de Tormes, o almirante Alonso Enríquez, o conde de Haro, Pedro de Velasco, o duque de Albuquerque, Beltrán de la Cueva, o conde de Benavente, Rodrigo Pimentel, o conde da Coruña, Lorenzo de Figueroa, o conde de Treviño, Pedro

⁴⁰⁵ CEIV-AP, II, libro II, cap. X, p. 199.

⁴⁰⁶ CEIV-AP, II, libro III, cap. II, p. 206.

⁴⁰⁷ CRC-FP, cap. XLII, p. 132.

Manrique e o conde de Salinas, Diego Sarmiento⁴⁰⁸. Na verdade, estes Grandes tinham medo de perder muito do seu poder através da política centralizadora dos jovens reis⁴⁰⁹.

Fosse como fosse, avançou a hoste de Fernando para cercar o inimigo, enviando um destacamento de vinte batedores para que observassem os portugueses. A primeira paragem que fez, em caminho, foi em Herreros, para tomar as azenhas. Valera pinta-nos um quadro de violência, uma vez que «los vizcaynos, com grand voluntad de servir al rey, passaron el rio a grand peligro e començaron a combatir la fortaleza, e los honbres de armas com ellos; de los quales tanta sangre se derramo que el rio yva della teñido» (p. 28). Depois de tomadas as azenhas, pensou fazer-se o mesmo a Cubillas, mas os Grandes opuseram-se «alegando que aquel retraso seria muy peligroso para la campaña, por más que, en opinión de algunos, conforme com los dictados de la ciencia militar era probable que aquella corta demora ahorrarse grandes penalidades a ejército tan numeroso» (CEIV-AP, II, livro III, cap. III, p. 208). Eis então que D. Fernando chegou às portas de Toro, desejando resolver a querela com D. Afonso V, numa contenda em campo aberto.

Seguindo os procedimentos militares normais, decidida a batalha e colocada a hoste em campo, os chefes tinham de atender a algumas formalidades, como o facto de trocar mensagens de protesto e desafio com os adversários⁴¹⁰. Já em Maio de 1475 haviam sido escritas cartas entre ambos os reis, para aferir se era possível resolver a contenda de forma pacífica. Foi precisamente o que sucedeu: encontrando-se Fernando a sitiar a praça de Toro, foram trocadas entre ambos os monarcas sete cartas de

⁴⁰⁸ Cfr. CRC-DV, cap. IX, p. 27 e CEIV-AP, II, livro III, cap. III, pp. 206-207.

⁴⁰⁹ A razão para esta grande desconfiança dos Grandes tem origem na apropriação indevida de património real por parte de muitos nobres. Refere Palencia que um homem honrado que dormia no mosteiro, despertou e ouviu a conversa dos Grandes, tendo estes chegado à conclusão que «debía procurarse a tiempo que don Fernando no destruyse al adversário en una batalla com aquel inmenso aparato de fuerzas, y buscarse un médio para que los Grandes pudieran oportunamente apretar o aflajar las riendas en la marcha de los sucesos». Porém, para que D. Fernando não percebesse o conluio, afirma este cronista que mesmo já sem estipêndio, deviam os nobres ir às portas do inimigo. Cfr. CEIV-AP, II, livro III, cap. II, p. 207.

⁴¹⁰ Os «profissionais» que se ocupavam destas missões podiam ser: o passavante (o que está a aprender o ofício), o arauto e, no topo da carreira, o rei de armas. Para exercer esta função eram necessários pré-requisitos físicos (robustez) e intelectuais (sagacidade, capacidade de observação, inteligência). Naturalmente que esses atributos eram bastante úteis na observação de um acampamento inimigo, por exemplo. Cfr. MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa: Editorial notícias, 1998, pp. 274-277.

desafio⁴¹¹, sendo três de Afonso V e quatro de Fernando, redigidas entre 21 de Julho e 4 de Agosto de 1475. O marido de Isabel enviou o poeta Gómez Manrique, enquanto o soberano português delegou essa tarefa em Alonso de Herrera, castelhano que já tinha servido Enrique IV.

Estas cartas tinham como objectivo evitar a guerra, colocando-se na mesma linha das duas embaixadas supracitadas. Todavia, embora as missivas abrissem caminho para um duelo⁴¹², o qual evitaria todos os malefícios da guerra, nomeadamente para as populações, nunca se chegou verdadeiramente a vias de facto. Vejamos os aspectos mais importantes destas cartas.

A primeira carta, datada de 21 de Julho de 1475, assume-se como continuação das embaixadas anteriores. Nela Fernando mostrou perplexidade por Afonso V lhe chamar usurpador, pois afirma que não houve qualquer contestação, nem desobediência desde que ele e Isabel foram coroados. Claro que sabemos que houve alguma resistência na Galiza, Andaluzia, entre outras províncias, mas também por parte de alguns nobres⁴¹³, como já tive oportunidade de explicar. Eram tempos conturbados, em que os privilegiados tentavam arrecadar para si mais algumas vilas e terras e em que cidades queriam fugir do jugo senhorial, pedindo para esse efeito protecção aos *Reis Católicos*. De outro modo, e após julgar as preocupações de Afonso V em assegurar apoios do outro lado da fronteira, estou certo que o *Africano* não teria tido a veleidade de invadir

⁴¹¹ Estas cartas de desafio já foram estudadas por José Angel Sesma, em SESMA MUÑOZ, José Ángel - «Carteles de desafio cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando V de Castilla (1475)», in *Revista Portuguesa de História*, XIV (1976), pp. 277-295.

⁴¹² É por volta desta altura que se codificaram os procedimentos a ter em duelo, em Itália. Veja-se HUGHES, Stephen C. - «Soldiers and Gentlemen: The Rise of the Duel in Renaissance Italy», in *Journal of Medieval Military History*, vol. 5, 2007, p. 106: «the first full-fledged detailed codification of the dueling ritual is generally attributed to Paride del Pozzo, or Paris de Puteo, a distinguished jurist and humanist working at the Aragonese court in Naples. Originally published around 1471, his *Libellus de re militari* would eventually go through numerous editions in both the original Latin and Italian and would become one of the bedrock references for other early dueling codes, which were primarily penned by other jurists». Não seria de estranhar, portanto, que pelo menos Fernando, dada a sua ligação a Itália, tivesse conhecimento deste código.

⁴¹³ Entre os numerosos exemplos que seriam passíveis de escolher das fontes deste trabalho, destaco um de Alonso de Palencia, o qual retrata a volatilidade dos apoios de cada um dos partidos, pelo menos num primeiro momento: «Quedaban algunos de los principals de la ciudad, muy adictos al duque de Alba D. Garcia Alvarez de Toledo, de quienes, asi como de éste, no se dudaba que secundarian a D. Fernando, y aunque en su conducta el Duque se mostraba tiránico y su excesiva ambición le llevaba a inclinarse ya a uno e a otro partido», CEIV-AP, II, p. 195.

Castela, mesmo sentindo-se na obrigação de lutar pelo que considerava seu por direito, caso não se sentisse apoiado por grande parte da nobreza castelhana. A isto responde o auto-intitulado rei de Castela, D. Afonso V, dizendo que era marido de D. Juana, e que esse facto assim como o facto de a sobrinha-esposa ser filha legítima de Enrique IV e ter sido jurada rainha à morte do pai, pelos prelados, Grandes e procuradores das cidades, lhe conferia a legitimidade para reinar em Castela. O príncipe de Aragão retorquiu, contrapondo que tinha sido Isabel quem tinha sido jurada princesa herdeira e que se assistia à deserção de muitos nobres partidários para o bando dos *Reis Católicos*. A troca de cartas prosseguiu com a esgrima de argumentos jurídicos que defendiam a legitimidade de uma e outra rainha – terminologia que aparece nas cartas, e na possibilidade de haver um duelo. Os efeitos práticos desta correspondência foram nulos: não houve nenhum duelo, nem se avançou para a batalha campal, a qual Fernando procurava com tanta determinação.

Se os portugueses começavam a deparar com as primeiras escaramuças e operações de assédio, Isabel e Fernando não tinham a vida em nada facilitada pois sem dinheiro e com muito poucos apoios, debatiam-se com sete frentes de guerra activas. Das frentes de guerra, a região Zamorana, no Douro, seguia sendo a zona mais atingida pela guerra e para isso se reforçaram as guarnições de Tordesilhas, Madrigal, Alaejos, Sieteiglesias e Cantalapiedra, para impedir o avanço territorial de Afonso V⁴¹⁴. Mesmo assim, os *Católicos* tinham ainda de atender a situações complicadas em Burgos, na Andaluzia ocidental, na Extremadura, no mestrado de Calatrava, no marquesado de Villena e na Galiza, sem falar na guerra marítima que se começou a verificar principalmente a partir dos armadores sevilhanos, os quais estenderam os conflitos armados até à Guiné, na procura de escravos e ouro⁴¹⁵.

Deste modo, os conflitos armados que se verificam nesta altura contra os portugueses não são os primeiros. Ainda em vida do infante Alfonso, até 1468, houve dois a destacar. O cerco de Simancas pelas tropas reais e a segunda batalha de Olmedo em 1467, na qual o exército de Enrique IV saiu vencedor⁴¹⁶. Os próprios cronistas

⁴¹⁴ CEIV-AP, II, livro III, cap. I, p. 201.

⁴¹⁵ TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, vol. I, doc. 27, pp. 87-89.

⁴¹⁶ CEIV-DEC, cap. LXXX e CEIV-LGC, cap. LXXXIX.

reprovam os grandes gastos necessários para pagar o soldo. Portanto, o ponto de partida para a contenda que se verificará durante quatro anos entre os dois reinos ibéricos, como já tive oportunidade de salientar, é um clima de agitação social, política e de levantamentos armados por todo o reino de Castela, sendo aproveitado para resolver querelas e interesses particulares e lutas pelo poder de âmbito local, embora habitualmente não se produzam grandes enfrentamentos armados.

Afirma Margarida Garcez que «D. Afonso V não se enganou, nem no efectivo poder militar e económico das famílias de origem portuguesa que temos vindo a referir [Pacheco, Pimentel, Cunha], nem na sua adesão ao seu desejo de juntar as coroas de Portugal e de Castela, quaisquer que fossem as razões que as moviam»⁴¹⁷. Creio que esta afirmação é demasiado imprecisa. No contexto da rivalidade que opunha senhores ao monarca, que se mantém latente durante a centúria em análise e da qual resulta uma instabilidade social que culminará numa guerra civil, penso ser seguro sustentar que a nobreza procurava um candidato que pudesse manipular, tal como já tinha feito com o infante Afonso, tentando agora o mesmo com o rei português, uma vez que tais caminhos tinham sido impossíveis de trilhar com Isabel e Fernando, devido a estes monarcas evidenciarem um forte sentido de centralização régia. Quanto muito, Afonso V poderá ter suposto que conseguiria facilmente estabelecer postos avançados na comarca zamorana, uma vez que essa zona vinha demonstrando uma grande instabilidade política devido aos movimentos de senhoriação e às lutas que ocorriam na Estremadura espanhola para prover os mestrados de Alcântara e de Santiago. Como demonstrou José Luis Garcia, estes confrontos estiveram particularmente activos desde 1464, havendo episódios de cercos, destruição de fortalezas e mesmo batalhas em campo aberto, como a de Cerro de las Vigas⁴¹⁸. Outra razão à qual já aludi rapidamente mas que carece de maior fundamento foi o facto de esta nobreza ser relativamente nova no território em questão, fosse por via de doação, fosse por troca ou compra de senhorios, para o que contribuiu a morte de D. Enrique, infante de Aragão e mestre de Santiago. Este senhor detinha um extensíssimo património na região, composto por

⁴¹⁷ VENTURA, Margarida Garcez - «A nobreza lusa refugiada em Cáceres, Zamora, Toro: opções senhoriais nas vésperas de um estado centralizado», separata do *Symmvs philologvs necnon verborvm imperator*, Lisboa: s.n., 2004, p. 250.

⁴¹⁸ PINO GARCIA, José Luis del - «Extremadura en visperas de la invasión portuguesa (1465-1475)», in Separata da *Revista da Faculdade de Letras - História*, III série, vol. III, Porto, 1986, pp. 385-400.

Albuquerque, La Codosera, Azagala, Alconchel, Medellín, Alconétar, Las Garrovillas, Granadilla e Galisteo, o qual foi desmembrado, entre 1429 e 1445. Foi este o território que acabou por ser distribuído pelos nobres citados. Por isso, havia um receio muito grande que, em se formando um bloco castelhano-aragonês, Juan II de Aragão reivindicasse os seus estados bem no interior de Castela e isso seria mais uma razão para que esta nobreza apoiasse Afonso V e o bloco luso-castelhano.

O *Rei Católico* foi um homem que teve sempre contacto de perto com a guerra e ao longo do seu reinado as armas nunca foram depostas. Começou com dez anos a sentir a realidade bélica, quando acompanhou a mãe à tumultuosa Catalunha. Com treze anos participou na batalha de Calaf, aos quatorze encontrava-se ao lado do pai, Juan II de Aragão, na campanha de Ampurdán e aos quinze participou na batalha de Viladelpmar⁴¹⁹. Estes conflitos armados desenvolveram-se dentro dos cânones que marcavam a luta entre a nobreza e a monarquia.

As primeiras actuações de Fernando na guerra da sucessão são marcadas pela sua inexperiência no comando, embora fossem audazes, procuravam uma decisão rápida para os conflitos militares, fruto das suas vivências da guerra civil da Catalunha. Com efeito, duas linhas de acção estão presentes nesta primeira fase da guerra: uma guerra de desgaste (sublevação de vilas como Alcaraz; *razzias* e devastação de terras inimigas), que corresponde a uma tipologia claramente medieval e, por outro lado, a procura por parte de D. Fernando de uma decisão rápida e audaz do problema, à base de um combate decisivo. Só a inexperiência explica que Fernando acreditasse que podia vencer o experimentado exército português, não muito numeroso mas disciplinado e dotado de artilharia, apenas com a sua superioridade numérica do seu exército indisciplinado, sem artilharia nem provisões.

Aprendida a lição, ele começará a dar mostras de prudência. A 21 de Julho de 1475 contratou um italiano, Domingo Zacarias, como Mestre-mor de Artilharia, cargo que aparece pela primeira vez. Dará cada vez mais importância à artilharia. Em 1479 tinha quatro peças de artilharia, mas em 1485 já tinha noventa e uma. No início da guerra ainda não está plenamente formado o pensamento militar de Fernando, cometendo erros de estratégia operativa, procurando uma acção directa e resolutiva sem

⁴¹⁹ MAS CHAO, Andrés - «La formación militar del Rey Católico», pp. 377-378.

meios para tal. Porém, podemos já notar uma mudança de atitude desde que cercou Toro pela primeira vez, até ao cerco de Burgos, pois compreendeu que o dinheiro e a disciplina constituem o essencial da guerra, a qual daqui em diante seria confiada a unidades de cavalaria e artilharia, prescindindo da infantaria nas acções decisivas⁴²⁰. Não deixa de ser algo estranho esta escolha de Fernando, uma vez que com a Guerra dos Cem Anos começam a tirar-se ilações e se vai concluindo que a infantaria começa a ser preponderante face à cavalaria pesada. É mais fácil de reunir e, sobretudo, é mais barato pagar o soldo a um infante do que a um cavaleiro. Estes corpos podem ser ou não apoiados por cavalaria desmontada e por arqueiros. Esta linha pensamento está plenamente consolidada no início do século XVI.

O resultado do primeiro cerco de Toro era expectável. Os peões, nomeadamente os biscainhos, agitavam-se, incomodados com a espera da hoste às portas da cidade, sem nada fazer. Os conselhos em que o rei se encerrava com os Grandes transcendiam-nos. Um desses conselhos durou tanto tempo que estes biscainhos julgaram que os nobres haviam prendido o rei e «fasta diez mill vinieron dando muy grandes vozes diçiendo que todos los grandes fuesen muertos, e sacasen al rey de su poder; lo qual como el rey sintiese salió a muy grand priesa e aplaco la yra de los viscaynos» (CRC-DV, cap. IX, p. 30). Desta forma, mesmo que o cronista pretendesse, quanto muito, evidenciar a bravura e criticar a ociosidade do exército ante as muralhas da cidade, é possível ler nas entrelinhas as tensões existentes entre os próprios castelhanos, naturais num corpo tão heterogéneo.

Encerrado em Toro, Afonso V não deu mostras de querer lutar contra um exército bastante mais numeroso, sendo criticado por alguns cronistas que têm conhecimento que o monarca português ostenta a divisa da Jarreteira⁴²¹.

f) Vitórias repartidas: Zamora e Baltanás para D. Afonso V e os mestrados de Calatrava e o marquesado de Villena para D. Fernando e D. Isabel

«E neste tempo Joam de Porras Cavalleiro principal de Çamora, andava em trato de fazer vir a dyta Cidade a servyço e obediência d’Elrey Dom Afonso; porque o Mariscal que tinha a fortaleza por

⁴²⁰ Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: La conquista del trono*, p. 135.

⁴²¹ Veja-se supra a nota 373.

El Rey Dom Fernando, elle tambien o commovia, porque era seu jenro. [...] E como El Rey foy do trato de Çamora seguro, e certificado, se foy logo a ela com a Raynha, onde foram em tudo com muytas cirimonias e grandes triunfos recebidos e obedecidos». (CDAV, cap. CLXXX, p. 835)

«Juan de Porras en este comedio trataua com el rey de Portugal secretamente de le entregar la çibdad; y como ovo rescibido el oro que le prometi , e las otras mercedes que le fizo, luego se desnud  de aquella vestidura de simulación que al Rey e a la Reyna mostraua de fuera, e pareció de dentro el verdadero Juan de Porras; y err , y fizo errar al mariscal su yerno, e dieron su obediencia al rey de Portugal, e alzaron pendones por él. E luego el rey de Portugal fue con toda su hueste a la çibdad, en la qual estovo algunos pocos días, y dex  la fortaleza al mariscal que la ten ; e la puente asimismo dex  la fortaleza al mariscal que la ten ; e la puente asimismo dex  a Francisco de Valdés, que la ten  de antes». (CRC-FP, cap. XLI, p. 130)

«El conde de Paredes, maestre de Santiago, y don Diego Fernández de C rdoua, conde de Cabra, por virtud de los poderes que tenían del Rey e de la Reyna, hacían guerras a las tierras del maestre de Calatraua, e a la tierra del conde de Urueña, su hermano, e del marqu s de Villena, su primo, que estaban [...] en la obidiencia del rey de Portugal; e tomaron Cibdad-Real, que tenía el maestre de Calatrava, e redux ronla a la obidiencia del Rey e de la Reyna. E de tal manera estos dos caualleros tenían ocupada la tierra del maestre de Calatraua, que él ni gente suya no pudo yr en ayuda del rey de Portugal». (CRC-FP, cap. XLVI, p. 146)

«No andaba tampoco remiso D. Rodrigo Manrique, ya más empeñado en recabar para sí el Maestrazgo de la provincia de Castilla. Excot  a su yerno Pedro Fajardo, adelantado de Murcia, a que ocuparse con sus tropas las villas del marquesado de Villena, confinantes con sus tierras. [...] El Marqu s y su primo D. Rodrigo Girón eran impotentes para acudir a tantas partes con su caballería, inferior a la enemiga en número y en calidad». (CEIV-AP, II, libro III, cap. IX, pp. 221-222)

Afonso V somou mais uma vitória, pois recebeu o apoio de João de Porras, fidalgo principal de Zamora, cujo genro, o marechal, era alcaide da cidade e partidário de D. Fernando (embora n o estivesse fora de questão mudar para o partido de D. Juana), tendo assim sido promovido a vedor da casa de D. Afonso V. O soberano n o podia parar por aqui. Era necessário socorrer uma das principais cidades do reino castelhano, que tinha voz por Portugal. Tratava-se de Burgos, bastião importantíssimo, que se conquistado, permitiria aplicar o efeito de tenaz (com a ajuda de Luís XI) e estrangular as forças de Isabel e Fernando. O *Rei Católico* compreendeu bem o perigo em que se encontrava, daí que tenha partido de imediato para cercar a cidade. Como o cerco provasse ser longo e difícil (coisa que aconteceu, j  que a cidade só se rendeu ao cabo de nove meses), D. Fernando mandou chamar o seu irmão, Afonso de Aragão, o qual «había alcanzado singular reputación en vários menesteres de la guerra; pero m s especialmente en la disposición de s tios de fortalezas, y en la toma o en la conservación de la de Burgos se crecía consistir el punto esencial de la camp a» (CEIV-AP, livro III, cap. IX, p. 221). Algum tempo depois, Afonso V, deixando a rainha em Zamora,

determinou cercar Burgos. Em Arévalo perdeu tempo precioso, fazendo o ponto da situação relativamente ao cerco de Burgos, sofrendo aí o exército com os ares doentios, o que lhe tomou mais tempo do que o previsto. Mudou-se então para Peñafiel, ponderando uma vez mais acerca do que fazer com Burgos. Aí teve conhecimento de que Rodrigo Pimentel, conde de Benavente, vigiava os seus movimentos, defendendo o caminho para Burgos com escassas centenas de homens⁴²². O *Africano* manobrou de modo a desviar a atenção do dito conde, mandando à frente Lopo de Albuquerque e Rui Pereira, tomando ele próprio o caminho de noite, para se encontrar com os comandantes ao nascer do dia e atacar a vila. Estávamos a 18 de Setembro de 1475. Note-se que o conde de Penamacor já havia atacado a vila e sido rechaçado por Rodrigo Pimentel. Temos apenas alguns indícios, dispersos pela crónística, que nos ajudam a completar o *puzzle* militar. Muitas baixas portuguesas – não obstante a disparidade de forças, causadas por «tiros de poluora manuales», ao longo de sete horas. Trata-se, portanto, de espingardeiros. Rodrigo Pimentel podia ter abandonado o lugar, mas não o fez, não obstante os conselhos que recebeu nesse sentido. Porquê? Terá querido praticar uma façanha de guerra que degenerou em desastre? Pura obstinação? Os cronistas referem desde lugar sem defesas naturais ou artificiais (Palencia), com defesa imprópria (*Crónica incompleta*), passando por paliçada (Bernáldez) e, no caso de Rui de Pina e Pulgar, de muros. O conde não teve tempo de fortificar o lugar, por isso, entrada a vila por meio de escadas, os combates tiveram lugar nas ruas, até que Pimentel se rendeu, sendo posteriormente trocado por três fortalezas⁴²³ e pelo filho. É curioso ainda o destaque que Damião de Góis dá à convivência pacífica entre portugueses e castelhanos, a partir do momento que o conde de Benavente se rende, passando os vencedores a noite na vila conjuntamente com os vencidos.

Muito embora fosse um começo auspicioso, D. Afonso V não avançou sobre Burgos, por mais que a casa de Stuñiga lho requeresse, e voltou para Arévalo, tendo

⁴²² Este é um dos casos difíceis de avaliar, já que a maior parte dos cronistas não estão de acordo em relação ao número de soldados, quer castelhanos, quer portugueses. Em relação aos castelhanos, Rui de Pina menciona 400 lanças, Damião de Góis fala em 300 e Garcia de Resende não coligiu este episódio. Quanto à crónística castelhana, Pulgar não refere números, Palencia regista 150 lanças, Diego de Valera e Andrés Bernáldez omitem os números, Lúcio Marineo Sículo também não regista o episódio, Jerónimo Zurita cifra os castelhanos em menos de 1 300 cavaleiros, a *Crónica incompleta* estima 300 cavaleiros e o *Cronicón de Valladolid* reporta 180 lanças castelhanas.

⁴²³ As fortalezas de Portillo, Mayorga e Villalba permitiram às guarnições portuguesas ocupar posições na retaguarda isabelina, em finais de Novembro de 1475.

estado apenas a sessenta quilómetros de Burgos. O Inverno seria passado em Zamora. Não se tratou de cobardia. Tratou-se da conjugação de diversos factores. O monarca foi aconselhado a não atacar. Várias são as razões que poderiam ter levado a essa tomada de decisão: o facto de D. Afonso V ter noção que Burgos era importante mas não lhe atribuir a importância capital; o conhecimento que iria tendo de que a fronteira portuguesa, principalmente na zona do Alentejo, era fustigada pelos castelhanos, que não só roubavam gado e capturavam pessoas, como também chegaram a conquistar as praças de Alegrete, Noudar e Ouguela, tentando os fronteiros e o próprio D. João, «nom como Pryncepe moço e novel, mas como ardido e velho cavaleiro» esses ataques travar; e por último, a razão que pretendo destacar e demonstrar agora, foi o facto de o rei recear internar-se mais no território inimigo e não poder dispor dos apoios que lhe haviam sido prometidos. Não era para menos. Rodrigo Téllez Girón, mestre de Calatrava, foi sendo abandonado aos poucos pelos seus partidários. Palencia dá conta do sucedido: «Rodrigo Manrique [...]; el conde de Cabra D. Diego de Córdoua; el comendador mayor Fernando Ramírez de Guzman, y García de Padilla, claverero de Calatrava [...], trabajaban con empeño por destruir al joven Rodrigo Téllez Girón»⁴²⁴. Rodrigo Manrique recebeu de D. Fernando plenos poderes para fazer a guerra a Rodrigo Girón, e impossibilitou este último de levar os seus homens a ajudar Afonso V, mantendo-os a defender as terras do mestrado de Calatrava. Mesmo assim, o esforço de guerra do conde de Paredes venceu as tropas do mestre de Calatrava, tendo conquistado, além de Ciudad Real, as vilas de Almodôvar, Manzanares, Villarrubia e Daimiel, nomes que vão aparecendo com mais ou menos detalhe pelas penas dos cronistas. Jorge Manrique, filho de Rodrigo Manrique, poeta e autor da citação no início deste trabalho, ficou a defender este território a partir de Ciudad Real, ao passo que o pai se havia passado para Toledo para, em conjunto com Pedro Fajardo, adiantado de Múrcia, sanear agora as terras do marquesado de Villena. Assim, no segundo semestre de 1475, a maior parte da Ordem de Calatrava era já controlada por Isabel e Fernando. Diz Palencia, na sua manifesta tendência a favor do partido *Católico* que, por esta altura, o marquês de Villena, fruto da acção de Manrique e Fajardo, «perdió 24 villas y otros tantos castillos, además de Alcaráz, que desde su principio abandono su causa, y Baeza e Trujillo. Las villas más importantes, ahora obedientes al Rey y en outro tiempo ocupadas por Pacheco, eran Requena, Utiel, Jumilla, Almansa, San Clemente, Chinchilla, Albacete,

⁴²⁴ CEIV-AP, II, livro III, cap. IX, p. 220.

Injesta y Villanueva de Alcaraz»⁴²⁵. Mesmo assim, a partir de Zamora, Afonso V, aproveitando uma saída de Vasco de Vivero, conseguiu tomar Cantalapiedra. Todavia, não teve tanta sorte na conquista de Castrotorafe.

Dado que todos somavam vitórias e sofriam derrotas simultaneamente, por iniciativa do cardeal de Espanha, um Mendoza, Afonso V foi abordado para negociar a paz. O monarca português não se opunha à ideia, exigindo «las çibdades de Toro e de Zamora que él tenía, y le diesen el reyno de Galicia para juntar com su reyno; e assimismo demandava vna gran suma de dineros»⁴²⁶. Parece que o soberano português já se contentava com algumas terras, juntamente com dinheiro, o qual lhe permitiria contrabalançar o saldo cada vez mais negativo que tinha o tesouro real. Será que aceitar parte do todo seria já um sinal de dúvida em como D. Afonso V não conseguiria levar a sua missão a bom porto por falta de apoios? Provavelmente nunca o saberemos, mas se o *Africano* se achava com legitimidade para reclamar o trono castelhano, é estranho que se contentasse só com dinheiro e alguns territórios. Isabel, que até estava receptiva à ideia de pagar uma indemnização de guerra ao seu inimigo para poder finalmente pacificar os reinos em Castela, assim que soube que as exigências de Afonso V incluíam terras, deu um não rotundo e as negociações ficaram por aí.

g) Os reinos a ferro e fogo

Durante quase um ano, de Maio de 1475 – data em que o *Africano* entra em Castela, a Março de 1476 – mês em que se feriu a batalha de Toro, não se sabia qual seria o desfecho da guerra, até porque os conflitos tinham múltiplas frentes activas, como já tive oportunidade de referir. Os planos de D. Afonso V eram até bem concebidos, o único senão é que dependiam de duas condições que não se verificaram: a entrada de tropas francesas em Castela, apoiando o esforço de guerra português; e o apoio generalizado do reino vizinho, o qual ia pendendo cada vez mais para o partido isabelino. Assim, nestes dez meses de guerra, só por via terrestre, verificaram-se inúmeros episódios militares na Península Ibérica, para os quais, por vezes, se torna

⁴²⁵ CEIV-AP, II, livro III, cap. IX, p. 222. Veja-se a descrição, algo diferente e elencando outras vilas e lugares, dada por Fernando del Pulgar, tais como, por exemplo Uclés e Villena: CRC-FP, cap. XLVI, pp. 146-149.

⁴²⁶ CRC-FP, cap. XLVI, p. 149.

difícil delimitar onde terminavam os interesses políticos e começavam as querelas pessoais, fruto da orientação e ambição de cada um. Eis, na medida do possível, os conflitos que pude registar ao longo deste período: Alcaraz⁴²⁷; Ciudad Rodrigo⁴²⁸; Azagala, Piedrabuena e Magazela⁴²⁹; Ouguela⁴³⁰; Noudar⁴³¹; Alegrete⁴³²; Mourão e Moura⁴³³; Ciudad Real⁴³⁴; Baltanás⁴³⁵; Bélmez⁴³⁶; Burgos⁴³⁷; Valência⁴³⁸, Toro⁴³⁹;

⁴²⁷ Meados de Março de 1475.

⁴²⁸ Primavera de 1475.

⁴²⁹ Enfrentamentos produzidos na Primavera de 1475, antes da tomada de Ouguela.

⁴³⁰ A praça foi reconquistada por D. João em Junho de 1475, tendo sido anteriormente conquistada por um cavaleiro castelhano.

⁴³¹ Tomada pelas milícias andaluzas a 6 de Junho de 1475, as quais a mando de Martim Sepúlveda a usaram como base para incursões ao território português.

⁴³² Conquistada pelos castelhanos no início da guerra, mais ou menos pelo mesmo tempo que Ouguela e Noudar foram também conquistadas.

⁴³³ Junho de 1475.

⁴³⁴ Esta e as vilas de Almodôvar, Manzanares, Villarrubia e Daimiel, pertencentes ao mestrado de Calatrava, foram conquistadas durante o Verão de 1475.

⁴³⁵ 18 de Setembro de 1475.

⁴³⁶ Palencia narra este episódio depois de o castelo de Toro se ter dado a Afonso V e de D. Fernando ter ido pessoalmente cercar Burgos.

⁴³⁷ Iniciado o cerco em Julho de 1475, resistiu esta fortaleza quase até à Primavera de 1476. A decisão de não descercar a cidade valeu ao partido português a perda de muitos apoios castelhanos. Damião de Góis dá-nos pelo menos duas *profecias* menos favoráveis ao partido português, por não se socorrer esta importante praça militar: «Ha rainha donna Isabel que com sua gente andava sempre aho rasto do exército delRei dom Afonso, quomo soube de sua partida, e caminho que tomava para Areuallo, segura do perigo em que elrei seu marido podera cair se elrei dom Afonso chegara a Burgos, se tomou pera Valledolid, e há gente que consigo trazia repartio polas villas, e castellos vezinhos, e tomada occasiam da tornada delRei dom Afonso de Penna fiel, dandolhe cor de fogida, pareçendolhe que per este respeito poderia atraher assim muitos dos que tinha por contrairos, começou loguo com sua prudência (...) tratar com elles, que quisessem seguir sua parte, ho que lhe succedeo bem à vontade, porque hos negócios delRei dom Afonso começãõ de vir em menos reputaçam, assi que em pouquo spaço de tempo ha Rainha ganhou há vontade de muitas pessoas, villas, e çidades» (CPDJ, cap. LXIV, p. 138); «(...) acabou este áspero e mortífero combate [Afonso V atacou a torre da ponte de Zamora], causa de todos los negócios delRei dom Afonso darem verdadeiro sinal do fim que se delles pronosticara no tempo que se tornou de Penna fiel para Areualo, sem querer ir socorrer hos do castelo de Burgos». (CPDJ, cap. LXVIII, p. 146)

⁴³⁸ Palencia situa este episódio já depois de Afonso V estar na posse da cidade de Toro, cercando a sua fortaleza.

⁴³⁹ 18 de Julho foi o primeiro cerco castelhano à cidade, a qual já estava por D. Afonso V, ao mesmo tempo que este monarca assediava o castelo.

Zamora⁴⁴⁰; Herreros⁴⁴¹; Cantalapiedra⁴⁴²; Alcoutim⁴⁴³, Frejenal⁴⁴⁴, Trujillo⁴⁴⁵; Villanueva de Barcarrota⁴⁴⁶; Hellín⁴⁴⁷; Castrotorafe⁴⁴⁸; Ocaña⁴⁴⁹; San Felices de los Gallegos e Ledesma⁴⁵⁰; sem esquecer o episódio que opôs Alonso de Fonseca, bispo de Ávila, ao arcebispo de Toledo, Alfonso Carrillo⁴⁵¹, ou a escaramuça de Lopo de Albuquerque contra Álvaro de Mendoza, próximo de Zamora⁴⁵².

⁴⁴⁰ Zamora tomou voz por Portugal a 16 de Julho de 1475. Porém, de 3 para 4 de Dezembro, Afonso V percebeu que nem todos os castelhanos tomavam o seu partido – nomeadamente Francisco de Valdés e Pedro de Mazariegos, os quais esperavam reforços de D. Fernando, e atacou as portas da torre da ponte de Zamora. D. Fernando cercou a fortaleza de Dezembro de 1475 a Março de 1476, com três engenhos e duas grandes bombardas.

⁴⁴¹ 16 de Julho de 1475.

⁴⁴² Setembro ou Outubro de 1475.

⁴⁴³ Outubro de 1475.

⁴⁴⁴ Outubro de 1475.

⁴⁴⁵ Novembro de 1475.

⁴⁴⁶ Inverno de 1475, posterior ao recontro de Trujillo.

⁴⁴⁷ Hellín foi tomada antes de 28 de Outubro; as localidades limítrofes de Tobarra, Ontur, Albatana e Peñas de San Pedro foram tomadas pelo adiantado Pedro Fajardo, entre Outubro e Novembro de 1475. Cfr. TORRES FONTES, Juan – «La conquista del marquesado de Villena en el reinado de los Reyes Católicos», in *Hispania*, nº 53, Madrid, pp. 37-151, em particular nas páginas 63-64.

⁴⁴⁸ 13 de Novembro de 1475.

⁴⁴⁹ 25 de Novembro de 1475.

⁴⁵⁰ Janeiro de 1476.

⁴⁵¹ 7 de Outubro de 1475.

⁴⁵² Fevereiro de 1476.

Mapa 3 – A Península Ibérica nos finais da Idade Média



Fonte: GARCÍA de CORTAZAR, Fernando – *Atlas de Historia de España*, Barcelona: Planeta, 2005, p. 259.

Não deixa de ser pertinente citar Palencia, o qual, mesmo antes da tomada da igreja de Santa Maria la Blanca, em Burgos, dizia:

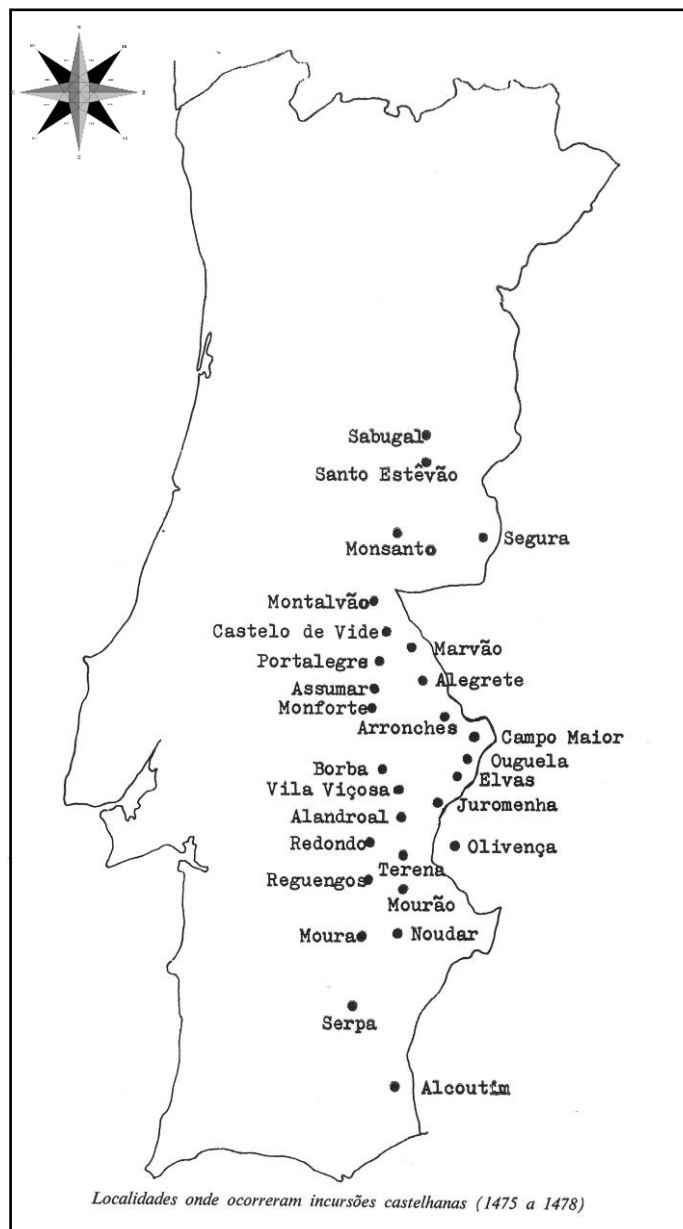
«Mientras permanecía indeciso el triunfo de cada uno de los Reyes, crecía por todas las provincias [...] la audacia de los delincuentes y se suscitaban numerosos tumultos para extender por todas partes la tiranía. Viendo arder en guerras los territorios todos del occidente de la Península, acogíanse con gozo ocasiones de tantas revueltas para la perpetración de toda suerte de crímenes. Ninguno de los Grandes seguía con entera lealtad la causa de D. Fernando, por lo que todas partes tropezaba con riesgos difíciles de salvar. Corría voz de la inmediata llegada del rey Luis de Francia con numeroso ejército, no sólo a favorecer al Portugués, sino a someter por la fuerza o por concierto a los vascongados [...]. Además, decíase con insistencia que éste acudía en socorro de los sitiados en Burgos»⁴⁵³.

⁴⁵³ CEIV-AP, II, livro XXIV, cap. I, p. 229.

Na verdade, através do mapa podemos observar que todos os reinos de Castela que faziam fronteira com Portugal estiveram envolvidos nesta guerra. Se formos mais generosos e incluirmos os conflitos bélicos com a natureza de uma guerra civil, isto é, sem a participação portuguesa, se integrarmos a questão de Navarra e as invasões francesas em Fuenterrabia, por exemplo, então é possível observar que a virulência da guerra se estendeu a praticamente todo o território castelhano. Claro que estes episódios militares não se circunscreveram somente ao reino vizinho. Atente-se no mapa seguinte, o qual dá conta das quase trinta incursões castelhanas levadas a cabo ao território português, no triénio de 1475-1478. Estas vinte e oito localidades fronteiriças situadas entre o Sabugal, na região da Beira e Alcoutim na região do Algarve, são enunciadas a partir de um importante documento emanado da chancelaria de D. Afonso V, de 23 de Maio de 1480⁴⁵⁴, sendo que a zona mais flagelada foi a do Alentejo.

⁴⁵⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32, fol. 158. Documento publicado por Humberto Baquero Moreno em «A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos... », p. 322-324.

Mapa 4 – Localidades portuguesas onde ocorreram incursões castelhanas entre 1475 e 1478



Fonte: MORENO, Humberto Baquero – «A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478», in *Separata dos «Anais»*, II série, vol. 25, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979, p. 304.

Não é possível analisar exaustivamente todos os episódios militares que vêm nas fontes, nomeadamente porque muitas vezes os relatos nas crónicas não são orientados

exclusivamente para os episódios militares⁴⁵⁵. Desta maneira, há muitos episódios que estão omissos ou tiveram um tratamento demasiado sumário por parte dos cronistas. Recorrentes são também algumas escaramuças que opõem quer portugueses a castelhanos, quer castelhanos entre si. São destacadas em função de protagonistas que integram a luta. Um exemplo disto é o recontro militar que possibilitou aos castelhanos capturar o conde de Penamacor, por Álvaro de Mendoza, terminando o cronista dizendo:

«Otros muchos recuentros e fechos de armas pasaron entre los de un partido e de otro, así en aquella comarca do estaban, como en otras partes del reyno, do fueron vencidos, veces los de una parte, veces los de la otra. Pero la Corónica no face mención dello, savo déste, por ser muy ferido, e porque fue preso aquel conde, que era persona principal, e de quien el rey de Portugal fiaba»⁴⁵⁶.

Todavia, isso não impede os cronistas de evidenciarem as suas simpatias face ao pessoal beligerante, que caracterizam frequentemente. Vale a pena atentar em alguns dos seguintes exemplos para demonstrar os esterótipos das crónicas castelhanas face a um partido e ao outro. Aquando da invasão de D. Afonso V, pela Codiceira, e antes de se ter apoderado de Zamora e Toro, em Salamanca, embora os cavaleiros estivessem divididos pelos partidos do duque de Arévalo e do licenciado de Ciudad Rodrigo – Antão Martínez, «todo el pueblo aborrescía a los portugueses»⁴⁵⁷ e assim que souberam que D. Fernando se dirigia para a cidade «fueron muy alegres, como le conociesen por verdadero rey e señor»⁴⁵⁸. É evidente que o louvor recai sempre sobre os castelhanos⁴⁵⁹,

⁴⁵⁵ Um bom exemplo é o capítulo XXXVIII da crónica de Pulgar, no qual o autor se refere a cinco episódios militares, alguns mais ricos em pormenores do que outros. Escreveu o cronista muito sucintamente sobre a tomada de Noudar e Alegrete pelos castelhanos, documentou o sucesso dos portugueses contra o conde de Cifuentes, próximo de Arévalo, descreveu a cavalgada que Afonso de Cárdenas fez no reino de Portugal e ainda avançou a relação de vários eventos na Galiza, como a guerra que Pero Álvarez de Sotomayor fazia às populações, por Portugal; e as suas conquistas de Tuy e de Baiona do Minho. Porém, alguns desses episódios vêm de tal forma reduzida a sua importância que não passam de meros fragmentos. CRC-FP, cap. XXXVIII.

⁴⁵⁶ CRC-FP, cap. LVIII.

⁴⁵⁷ CRC-DV, cap. VII, p. 18.

⁴⁵⁸ CRC-DV, cap. VII, p. 18.

⁴⁵⁹ Há exceções nas quais os cronistas consagram algum mérito aos portugueses: «el rey de Portugal, a la sazón más poderoso porque mandaba fuerzas que ciegame le obedecían, marchó a Toro, adonde le arrastraba la dañada intención de Juan de Ulloa. Este hombre pérfido y sacrílego, monstruo execrable, quebrantador de toda religión y enemigo de todo sosiego, logró persuadirle a don Alfonso, campeón de la

como por exemplo no grande alardo que se fez antes de D. Fernando sitiar Toro, no primeiro semestre de 1475: «muchos vinieron a servir al rey sin re ber sueldo; lo qual no acaes o así al rey de Portugal, porque muchos de los que del re bieron dinero le fallas ieron»⁴⁶⁰. Fica assim demonstrado, na  ptica do cronista, o valor e a firmeza dos soldados castelhanos, que contrastam com a pusilanimidade dos militares apoiantes de Afonso V, alguns dos quais mesmo tendo recebido soldo, n o compareceram. Por outro lado, os portugueses e os seus apoiantes são alvo de todo o tipo de recriminações: «casi por este mismo tiempo [a conquista de Cantalapiedra por Afonso V] se entrego a D. Fernando la fortaleza de Gordillas, en territorio de Avila, encomendada por la indulgencia y bondad de la Reina al antiguo Alcaide, para da o de los pueblos límites y favor que com sus traicioneras artes presto al enemigo»⁴⁶¹; ou ainda, após uma cavalgada levada a cabo com sucesso, pela parte de Pero Díaz de Villacreces e Diego Ramírez de Segarra, utilizando Sevilha como base de ataque em Portugal, Moura foi atacada e muitas cabeças de gado roubadas. Conclui então Valera acerca deste episódio: «este caso acaescido de pocos castellanos a muchos portugueses les dió a conos er que les convenía m s usar de saber que de su sobervia acostumbrada» e que «muchos semejantes casos acaescieron en este tienpo de pocos castellanos a muchos portugueses, que siempre los castellanos ovieron la victoria»⁴⁶². Para não ser fastidioso, quero apenas apresentar um último exemplo, o qual espelha bem a visão oficial que os *Reis Católicos* queriam passar relativamente aos portugueses. Acautelando a defesa do território e tentando prever os movimentos de D. Afonso V, «el rey e la reyna com gran diligencia av an proveh do, no solamente llamando los grandes, mas a los pueblos m s fieles, amonest ndoles viniesen por la libertad y gloria de la gente castellana a pelear com el sobervio enemigo, a la arrogância e crueza del qual  l está aparejado con todas sus fuerzas resistir»⁴⁶³. Perante esta amostragem   fácil de compreender que, de acordo com

justicia y de la religión, que sería lo más seguro aquello que mereciese su preferencia» (CEIV-AP, II, libro III, cap. I, p. 204). Palencia   também conhecido por fazer pontualmente alguns reparos menos positivos   conduta de Isabel e Fernando: «por las malas artes de los Grandes, D. Fernando y D.^a Isabel se detuvieron mucho en Valladolid, com grave perjuicio, pasando el tiempo inútil e imprudentemente, y muy en da o suyo [...]» (CEIV-AP, II, libro II, cap. VIII, p. 195).

⁴⁶⁰ CRC-DV, cap. VIII, p. 22.

⁴⁶¹ CEIV-AP, II, libro XXIV, cap. IV, p. 236.

⁴⁶² CRC-DV, cap. VII, p. 21.

⁴⁶³ CRC-DV, cap. IX, p. 25.

as fontes castelhanas, D. Fernando teria muitos e bons soldados, leais e corajosos, os quais lhe chegavam de todo o território⁴⁶⁴. São estes que se vão defrontar com os portugueses, os quais são soberbos, arrogantes, facilmente provocáveis⁴⁶⁵ e cujos aliados castelhanos têm sempre dificuldades em reunir tropas e são odiados pelos próprios povos.

A já extensa lista de conflitos apresentada anteriormente – a qual, lembro, é apenas uma fração do todo, permite pintar um quadro muito matizado, com diferentes tipos de operações militares. Senão vejamos: Alcaraz foi uma rebelião separatista levada a cabo pelos seus moradores, os quais se queriam ver livre do domínio de Pacheco, demonstrando assim da forma mais radical o seu descontentamento face ao regime de senhorio, devido possivelmente à dureza governativa do marquês de Villena. Dentro do modelo de vilas que são arrancadas dos mestrados⁴⁶⁶ ou domínios senhoriais para passar a integrar o reguengo, podemos incluir os casos de Ciudad Rodrigo, Azagala, Piedra Buena, Magazela, Ciudad Real, Bélmez, Valência, Trujillo, Hellín e Ocaña. De igual modo, os eventos sucedidos em Ouguela, Noudar, Alegrete, Mourão, Moura, Cantalapiedra, Alcoutim, Frejenal, Villanueva de Barcarrota e Castro Torafe configuram expedições punitivas – vulgo cavalgadas, das quais por vezes resultou a conquista de praças militares, tendo sido levadas a cabo tanto por castelhanos como por portugueses. Nos cercos há também um certo grau de variabilidade. Desde os mais rápidos, como foi o caso de Herreros, aos mais demorados, como aconteceu em Burgos durante cerca de

⁴⁶⁴ Uma vez mais, no alardo em Valladolid, antes de Toro: «fueron allí onze mill de cavallo e treynta mil peones, en que avia gran número de vizcaynos; aunque avían quedado en Burgos quinientos por ayudar a los çibdadanos. Y el marqués de Astorga [...] y el conde de Luna [...] traxieron allí muy grand copia de gente de Asturias, los quales con grand voluntad querían yr a pelear con los portugueses, a lo qual mucho ayudavan las predicaciones de notables religiosos». Porém, assinala Valera em seguida «aunque a los grandes desto despluguiese». (CRC-DV, cap. IX, p. 26). Porque desagradaria esta ajuda espiritual aos Grandes? Esta peça do puzzle temos de procurar noutro cronista, em Palencia. Este diz que «algunos religiosos persuadían a los castellanos a obedecer las acertadas órdenes alistándose para ir contra los inicuos portugueses». (CEIV-AP, II, libro III, cap. II, p. 206). Ou seja, os Grandes não queriam perder um certo poder dominador, a sua suposta autoridade enquanto *Grandes*, logo a acção e os reptos idóneos dos clérigos deixavam-nos agastados.

⁴⁶⁵ «[...] el rey açeleró su camino para yr a pelear con el sobervio enemigo, creyendo que segund la costunbre de los portugueses ligeramente los podía provocar a la batalla» (CRC-DV, cap. IX, pp. 29-30); «(...) dezían que el rey de Portugal estaua en tierra agena, y odiosa a él e a su gente». (CRC-FP, cap. LXXII, p. 202)

⁴⁶⁶ Estas ofensivas foram levadas a cabo principalmente por Rodrigo Manrique no mestrado de Calatrava e por Pedro Fajardo e o conde de Cocentaina no marquesado de Villena.

nove meses. Além destes dois, integram o perfil de cerco os episódios de Toro e Zamora. Valência tratou-se de um golpe de mão, no qual Juan de Robles assassinou o seu cunhado, o duque de Valência (Juan de Acuña), aproveitando D. Fernando de imediato para controlar a fortaleza. Por fim, há ainda aqueles episódios que são fruto da oportunidade que se apresenta, como é o caso de San Felices de los Gallegos e de Ledesma, que foram atacados porque estavam na rota mais rápida de D. João para chegar ao encontro de seu pai, não sendo por isso propriamente um cerco, nem uma expedição punitiva. Verificaram-se também três escaramuças: Baltanás e os encontros de Alonso de Fonseca contra o bispo de Toledo e de Lopo de Albuquerque face ao cardeal de Espanha. Como se pode ver, não há uma única batalha a registar, embora a cronística tenha exaltado o episódio de Rodrigo Pimentel contra as forças de D. Afonso V, em Baltanás, como acabei de referir. Porém, embora possamos aceitar efectivos na casa do meio milhar, não se tratou de uma batalha, mas sim de um recontro militar que começou com um cerco a um lugar pouco defensável, estendendo-se depois à conquista do lugar, em jeito de guerrilha, ou seja, rua por rua.

Com isto podemos concluir que a virulência da guerra foi, na verdade, bastante elevada, sem, contudo, haver nestes dez meses que antecedem a grande batalha – talvez inclusivamente a única desse nome, confrontos directos e decisivos. Por outras palavras, o maior desejo dos monarcas, a grande batalha campal, era também o seu maior receio. Daí que se fossem ocupando em operações de desgaste, como assédios intermináveis e algumas escaramuças. Em paralelo, podemos observar as querelas existentes entre as casas dos grandes senhores, as quais oscilam entre um ou outro partido, mas sempre visando o bem-estar material da sua família.

h) O pedido de auxílio ao príncipe D. João

«Ho príncipe quomo reço beo ha carta delRei que mandaria gente d'armas que ho acompanhasse atte ha çidade de Çamora. Stando ali esperando esta gente, elRei lhe mandou dizer, por Vasquo Mîz de Sousa Chichorro, seu capitam dos ginetes, que nam passasse a diante, por quanto tinha auiso que ho capitam da ponde de Çamora induzido por elRey dom Fernando, e rainha donna Isabel, tinha ordenado de ho tomar antre ambalas torres da ponte. [...] Has quaes nouas sabidas pelo príncipe, despedindo loguo Vasquo Mîz Chichorro, se veo ha cidade da Guarda [...] prouendo nas cousas do Regno». (CPDJ, cap. LXVI, p. 142)

«El [príncipe de Portugal] aperçibido, por mandado del rey su padre, vino luego a su llamamiento, e traxo consigo gente de pie y de cauallo del reyno de Portugal, fasta en número de veynte

mil combatientes; e llegó toda aquella gente fasta la çibdad de Toro, do estaua el rey su padre». (CRC-FP, cap. LX, p. 195)

«Conocida por el príncipe D. Juan la crítica situación de su padre, fue recogiendo tropas por el reino: pero como las riquezas producidas por las expediciones de D. Alfonso estaban agotadas, no había con qué pagar el estipendio a los soldados, porque la más productiva, la de Africa, no podía emprenderse, y la de Marruecos, más inútil y hasta perjudicial, era imposible que pudieran volver con felicidad los portugueses, dada su pobreza. Tuvo, por tanto, que recurrir el Príncipe a nuevos impuestos exigiendo a sus vasallos la cuarta parte de los bienes. Este grave recargo en los gastos y en los trabajos fue duro de sobrellevar a los portugueses; pero la costumbre de obedecer a sus Príncipes les dio resignación para sufrirlo. Después de repartidas entre los populares grandes sumas, se aumentó considerablemente la caballería, de modo que sobre las guarniciones apostadas en las fronteras pudo el Príncipe reunir 2.500 caballos ligeros y 15.000 peones. [...] Al cabo llegaron con el Príncipe a Alfayates, donde hicieron alto, aguardando las órdenes del Rey». (CEIV-AP, II, libro XXV, cap. V, p. 262)

Vendo as dificuldades recaírem sobre o seu partido, o *Africano* solicitou a presença de D. João, em Zamora, uma vez que acreditava que o choque com D. Fernando estaria muito próximo. Preparava-se assim o príncipe para se dirigir para Zamora, não tivesse sido avisado por Vasco Chichorro, capitão dos ginetes, da traição preparada na ponte da dita cidade, cujo intuito seria a captura de D. João, morto ou vivo, encurralando-o entre as duas torres da ponte. D. João regressou a Miranda do Douro e daí partiu para a cidade da Guarda mas não ficou ocioso. Preparou uma expedição militar para socorrer seu pai em Zamora.

Qualquer campanha militar era um sorvedouro de dinheiro e o país ainda não sarara as feridas de Marrocos (não obstante as campanhas até terem sido parcialmente favoráveis a Portugal) e já estava envolvido noutra com Castela. Desta maneira, apesar da concessão pelas Cortes do subsídio de “pedido e meio” a receber durante dois anos, Afonso V viu-se obrigado a contrair empréstimos junto dos almoxarifados e a proceder a recolha de prata das igrejas do reino e de outras fontes, quer particulares, quer concelhias. O diligente filho preparou-se, angariando dinheiro. Esta resolução teve início a 15 de Dezembro de 1475, sendo feita a recolha dos objectos em prata, litúrgicos, ou não, salvo os cálices, custódias e relicários sagrados, existentes nas igrejas diocesanas ou de religiosos e ainda nas sinagogas. A recolha deveria ser inventariada e avaliada para mais tarde poder ser feito o seu pagamento. O destino desta prata foi a Casa da Moeda do Porto, onde foi logo amoedada com os cunhos de Castela, uma vez que a nova moeda se destinava a circular essencialmente neste reino, teatro das operações bélicas e das actividades políticas de atracção de partidários desenvolvidas

por D. Afonso V⁴⁶⁷. É natural que tal medida tenha sido bastante impopular entre a população religiosa, opondo-se os cabidos das sés, das colegiadas, mosteiros e igrejas espalhadas pelas dioceses. Porém, no final, conseguiu-se recolher aproximadamente 100 quilos de prata⁴⁶⁸.

No início de Janeiro de 1476, D. João partia da cidade da Guarda, após ter feito «logo pera gente apuraçoões e percebymentos geeraaes»⁴⁶⁹ – por outras palavras, expediu cartas e fez alardo, arrancando a 24 de Janeiro e entrando em Castela a partir de Castelo Rodrigo. Ainda na Guarda diligenciou no sentido de assegurar a regência do reino, a qual transferiu para a sua mulher, D. Leonor de Lencastre, pelo tempo que ele estivesse ausente em Castela. Não descurou também outros cargos de importância e «leixou pessoas d'autoridade e letras e bom conselho, com que nas cousas do Reyno se aconselhasse [D. Leonor], e proveo as frontarias de Capytaães, Alcaydes, e jentes como compria»⁴⁷⁰.

A cronística não é tão explícita para a arregimentação de tropas como para a recolha de prata das igrejas, que já referi, talvez por ser um procedimento bastante comum. Apenas sabemos que o *Príncipe Perfeito*, depois de levada a cabo a recolha da prata, «teue prestes ha gente que hauia de leuar»⁴⁷¹, mencionando em seguida Damião de Góis que D. João entrou em Castela com a sua «oste muĩ bem ordenada, no qual caminho tomou por força d'armas ha villa de S. Felizes»⁴⁷². É neste ponto que os cronistas portugueses diferem dos castelhanos. Enquanto os primeiros colocam como primeira paragem no itinerário de D. João San Felices de los Gallegos – lugar tomado

⁴⁶⁷ Cfr. MARQUES, José - «O príncipe D. João e a recolha das pratas das igrejas para custear a guerra com Castela» in *Actas do congresso internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. I, Porto: Universidade do Porto e Comissão nacional para as comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1989, pp. 201-219. Sobre este assunto veja-se também ENCARNAÇÃO, Marcelo – *Efígies de D. Afonso V – as aspirações ibéricas de um dos últimos cruzados portugueses*, no prelo.

⁴⁶⁸ Mencionam as crónicas que estes empréstimos seriam pagos já no reinado de D. João II: «(...) com muyto recado, e muyta certeza de paga, tomou a prata das Ygrejas, e Mosteiros (...) a qual depois de ser Rey com muyto cuydado pagou». Cfr. CDJII, cap. XII, p. 10. Além disso, vários foram os agradecimentos que foram feitos aos municípios a agradecer a ajuda pecuniária concedida.

⁴⁶⁹ CDAV, cap. CLXXXVII, p. 841.

⁴⁷⁰ CDAV, cap. CLXXXVII, p. 841.

⁴⁷¹ CPDJ, cap. LXXIV, p. 155.

⁴⁷² CPDJ, cap. LXXIV, p. 156.

pela força, e depois Ledesma – aldeia que não só não foi atacada, como também nela foram comprados mantimentos honestamente, os três castelhanos que referem este episódio afirmam que o príncipe passou primeiro por Ledesma e, em seguida, atacou San Felices de los Gallegos⁴⁷³. O lapso temporal também difere, uma vez que Pina, Góis e Resende situam o ataque em finais de Janeiro, até porque se lê na *Crónica do Príncipe D. João*: «dali [D. João] foi ter a Touro, no mesmo mês de Ianeiro, onde foi recebido delRei, e da rainha»⁴⁷⁴. Palencia, Valera e Zurita colocam esta passagem pelos lugares citados já no mês de Fevereiro de 1476, especificando mesmo Palencia que o ataque se deu no primeiro dia do mês. Pouco depois o Príncipe encontrava-se com seu pai em Toro.

⁴⁷³ CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VI; CRC-DV, cap. XVIII; ACA-JZ, livro XIX, cap. XLI.

⁴⁷⁴ CPDJ, cap. LXXIV, p. 156. Rui de Pina está de acordo, referindo que «dally na fym do mês de Janeiro em tanto concerto levou sempre o Pryncepe sua gente, que no caminho nunca recebeo rota nem recontro, atée que chegou aa Cidade de Touro, onde ElRey seu Padre despois de sair de Çamora, seguio e tratou em sua propria pessoa as cousas da guerra». (CDAV, cap. CLXXXVII, pp. 841-842)

7. DA BATALHA DE TORO AO ÚLTIMO RESCALDO

O socorro que D. João levou a seu pai proporcionou uma renovação de efectivos militares, mas sobretudo, dotou o partido português de uma aura de confiança apenas vista no início da campanha. A cidade de Zamora que entretanto havia levantado pendão por D. Fernando era já ocupada por este, ao mesmo tempo que sitiava a sua fortaleza. Neste contexto, há uma dança de ambos os reis: Afonso V visitou Zamora, com intenção de dar batalha ao adversário e D. Fernando retribuiu a cortesia, visitando Toro. Porém, nenhum dos reis tinha efectivamente vontade de dar batalha e nunca se produziu nenhum enfrentamento armado.

Foi então que Afonso V se decidiu por cercar Zamora. Pelo caminho, tentou atacar Madrigal, tendo sido recebido por uma chuva de setas, pedras e muitos tiros de pólvora, o que motivou um rápido cerco por parte dos portugueses, mas sem grande sucesso. Meio dia depois estava a hoste já em movimento, parando em Medina del Campo, vila que estava defendida pelas 700 lanças de Alonso de Aragón⁴⁷⁵. A partir de 16 de Fevereiro e até ao último dia do mês⁴⁷⁶, D. Afonso V instalava-se no mosteiro de S. Francisco, pelo lado da ponte, ou seja, do outro lado do rio, onde arriscava menos a sua pessoa e homens, mas também pouco dano causava aos de dentro. Não obstante, não deixou de mandar cavar valas e fazer bastidas⁴⁷⁷. D. Fernando continuava a receber mantimentos sem oposição. Esta escolha menos feliz deve-se provavelmente à impossibilidade de passar o rio a vau, devido a ser Inverno. Pode parecer um erro elementar de estratégia a posição portuguesa, mas quiçá Afonso V terá julgado possível conquistar a ponte de Zamora, encurralando assim a saída do inimigo da cidade, pois estaria necessariamente estrangulado pela ponte. Calculando isso, D. Fernando mandou fazer minas e portas num baluarte⁴⁷⁸.

⁴⁷⁵ Cfr. CRC-DV, cap. XIX, p. 65, CEIV-AP, livro XXV, cap. VII, p. 267.

⁴⁷⁶ Zurita contabiliza apenas dez dias (ACA-JZ, livro XIX, cap. XLIII) e o *Cronicón de Valladolid* refere onze dias (CV, p. 115).

⁴⁷⁷ CPDJ, cap. LXXV, p. 158.

⁴⁷⁸ Cfr. ACA-JZ, livro XIX, cap. XLIII.

Foi neste cenário que se deu o que, exageradamente talvez, Zurita chamou de *famosa peleja junto a Zamora*⁴⁷⁹. Álvaro de Mendoza foi mandado interceptar um ataque português que visava capturar víveres castelhanos em trânsito para Zamora. Não foi necessário porque o comboio chegou a salvo ao destino. D. Afonso V ao saber isso e ao saber que andavam soldados pela terra, mandou Lopo de Albuquerque saber o que se passava. Vendo os inimigos ser mais numerosos, Álvaro de Mendoza não estava inclinado a dar batalha. Todavia, devido à ânsia dos seus homens de conquistar a glória pelas armas, após uma rápida reunião, o comandante castelhano mudou de opinião. Acautelaram-se as ciladas e vendo que não existia nenhuma, ambas as forças avançaram, descendo os castelhanos do alto do cerro onde estavam. Lutou-se durante quatro horas⁴⁸⁰. Lutou-se com espadas e, partidas estas, empunharam-se punhais. No que diz respeito a números, o registo nas fontes não é unânime⁴⁸¹. Porém, no fim, a vitória pertenceu aos castelhanos, sendo o conde de Penamacor feito prisioneiro. Do combate saíram feridos Álvaro de Mendoza e Hernando de Acuña, entre outros. Dos portugueses foram feitos prisioneiros Lopo de Albuquerque, um seu irmão, Rui Pereira, Álvaro Freire e outros quinze cavaleiros.

As operações de assédio decorriam normalmente. Como referi acima, Afonso V não provocou grande dano ao partido inimigo⁴⁸², o qual teria mais ou menos o mesmo número de efectivos militares⁴⁸³.

⁴⁷⁹ ACA-JZ, livro XIX, cap. XLI.

⁴⁸⁰ CRC-FP, cap. LVIII, p. 192. Góis fala-nos em cinco horas (CPDJ, cap. LXII, p. 153).

⁴⁸¹ Góis totaliza as hostes em meio milhar de homens; Pulgar diz que os portugueses eram mais numerosos e contabiliza todos em mais de duas centenas; Palencia, Valera e Zurita afirmam que seriam oitenta portugueses contra sessenta castelhanos e o *Cronicón de Valladolid* segue de perto os últimos três cronistas, apenas diferindo deles ao calcular que seriam apenas cinquenta castelhanos.

⁴⁸² Bernáldez e Valera dão-nos conta de que Afonso V bombardeou com bombardas as posições inimigas, nomeadamente a torre na extremidade da ponte, a partir do seu arraial. Cfr. MRC-AB, cap. XXIII e CRC-DV, cap. XX.

⁴⁸³ Pulgar presenteia-nos com dois dados importantes: primeiro afirma que D. João socorreu o pai com 20 000 homens e segundo que entre a hoste de D. Afonso V que sitiou Zamora e os homens de D. Fernando «avia poça diferença en el número de la gente de caualllo de vna parte e la outra». CRC-FP, cap. LX, pp. 195-198. Este número, porém, parece-me algo avultado, até porque Damião de Góis afirma que as forças portuguesas que sitiam Zamora se cifram em 1 000 lanças. Já Andrés Bernáldez é mais generoso e estima a presença de 3 500 cavaleiros e de 5 000 peões. São, em todo o caso, os únicos cronistas que contabilizam as forças e mesmo assim só o fazem para o partido português.

D. Isabel atenta aos movimentos inimigos a partir de Tordesilhas, mandou o duque de Villa Hermosa (meio-irmão de D. Fernando) com 600 lanças a Fonte Sabugo e o conde de Treviño à cabeça de 400 lanças, para Alahejos – vilas próximas de Zamora, com o intuito de cumprir dois objectivos. O primeiro passava por impedir que mantimentos chegassem ao arraial português, e o segundo por aplicar um golpe de tenaz contra os portugueses, no qual na outra extremidade estariam as tropas de D. Fernando⁴⁸⁴. Ao aperceber-se disto, o *Africano* tentou celebrar uma trégua, numa ilha que existia no meio do Douro, por meio do duque de Alba e do almirante de Castela, pelo lado de Castela e por D. Álvaro, Rui de Sousa e o licenciado de Ciudad Rodrigo pelo lado português, mas estes encontros não resultaram em nada. D. Isabel, a quem entretanto tinham chegado novas destas conversações, incitou D. Fernando ao diálogo pela concórdia, autorizando-o mesmo a pagar uma indemnização de guerra a D. Afonso V, mas recusando veementemente a alienação de qualquer parte dos reinos que considerava seus⁴⁸⁵. Os cronistas falam-nos mesmo num encontro secreto entre os monarcas, mas por ironia do destino não chegou a verificar-se⁴⁸⁶. Assim, perante as dificuldades de aprovisionar os soldados e com as agruras causadas pelas condições meteorológicas típicas de Inverno, D. Afonso V levantou o arraial na madrugada de 1 de Março de 1476, pois já previa a perseguição de D. Fernando, enviando à frente os corpos mais lentos – os infantes e a carriagem, não esquecendo que a maior parte da infantaria já tinha seguido para Portugal, pela falta de mantimentos no arraial⁴⁸⁷.

a) A escolha do local da batalha e a preparação do terreno

«Partidos do dito arrayal, depois de teerem andadas duas llegoas e mea, vierom novas como parecia gente contraira em batalhas, a quall cousa como soubesse o dito rey nosso Senhor, que entom era Principe, que trazia carrego de toda a hoste da gente, porque o dito senhor rey seu Padre era já diante aa dita cidade de Touro a poer cobro em ella, e mandar recolher sua artelharya e gente de pee com ella, e se viesse que Elrrey dom Fernando nom vynha aa cidade, elle logo aquella noete aver dhir com gente de

⁴⁸⁴ CRC-FP, cap. LX, p. 198. Valera, por exemplo, põe este chamado na boca de Fernando e não de Isabel. Cfr. CRC-DV, cap. XIX.

⁴⁸⁵ CPDJ, cap. LXXV, pp. 159-160.

⁴⁸⁶ Segundo Pulgar, houve duas tentativas falhadas. A primeira não foi possível porque a embarcação de Fernando metia água; a segunda não se efectuou porque o relógio da cidade não estava certo e Fernando julgando-se atrasado, voltou para trás. Cfr. CRC-FP, cap. LXI, pp. 199-200.

⁴⁸⁷ CEIV-AP, livro XXV, cap. VIII, p. 268.

cavallo a huun lugar que se chama a ffonte do sabugo, onde avya por nova certa qua estava o iffante dom Anrrique daragom e o duque de Villa ffremosa, jrmaom do dito rey dom ffernando, e com elle o Conde de Travjnhom com gente de cavallo, para dar em elles, e veendo o dito rey Dom Joham nosso Senhor como o llugar onde lhe derom as ditas novas nom era desposto para pellejar por seer estreyto, ffez tirar toda sua jente ao campo, onde a ffez istar queda em batalhas, pollos contrairos mais despejadamente decerem ao campo, e entom ffez todo saber ao dito senhor Rey seu Padre, o quall llogo tornou e depois de todos asy de hũa parte como da outra, serem em campo, ajnda que os contrairos tevessem vantagem, por teerem as costas em a serra, e por teerem mais gente de pee, por quanto a sua era já toda em a Cidade de Touro, e isso meesmo allgua de cavallo que ffora diante com a fardagem, pollo quall os contrairos tynham davantagem setecentas ou oitocentas llanças, empero, sem embargo de todo, os ditos Senhores Rey Dom Affonso, que Deus aja, e Ellrey nosso Senhor, per duas vezes ffizerom volver os rostros de suas batalhas contra os inmygos pera veerem se queriam pellejar, o que elles nunca quiserom fazer, e quando os ditos senhores esto virom, como esfforçados Principes, e que dezejavom vyr a couza a concrusom e determynação de todavja dar em os inmygos, como o de feito poserom em obra, sem embargo de os comtrairos teerem a dita vantagem conhocidamente llogo o dito rey Dom Affonso mandou ao dito rey dom Joham seu filho, que entom era Principe, que com a vanguarda que llevaba desse nos contrairos». (*Livro das Vereações da Câmara do Porto de 1481*, fl. 38 v. – Cfr. anexo n.º 17)

«El rey dePortugal tomo el partido de conducir su ejército al llano y hacer alto en aquella dilatada extensión unos três quartos de legua de Toro». (CEIV-AP, livro XXV, cap. VIII, p. 269)

«Neste tempo que elRei dom Fernando ordenaua suas azes, houue tanto spaço que vendo elRei dom Afonso que ho nam seguia ninguem, passou ha serra que stà quasi no meo do caminho dentre Çamora, e Touro, sem ver cousa porque deuesse sperar, nem tornar atrás, nem lhe parecia que elRei dom Fernando lhe saísse, porque se ho soubera antes de chegar aho monte sperara por elle; e tendo já passada ha serra, ha gente se lhe começou a desmandar pólo campo, scaramuçando, e outros se iham pera Touro, ho que elRei dom Afonso vendo, desejoso de fazer algum feito de guerra, antes d’entrar na çidade, de que hos seus ganhassem honrra, adiantousse de todos, e fez tornar hos que caminhauam par’ella, com tençam de aquella noite tomar delles hos que lhe neçessario fossem, e ir dâr sobre Fonte Sabugo, onde staua ho duque de Villa Ferosa com seis çentas lanças, e ver se podia tomar, e ganhar ha villa». (CPDJ, cap. LXXVI, p. 161)

Logo que soou o alarme no arraial castelhano, D. Fernando deu ordem para perseguir o exército que fugia. A retirada processou-se em boa ordem, sendo este mais um sinal que os castelhanos estavam perante um exército maduro e que sabia acatar e cumprir as ordens que lhe eram dadas⁴⁸⁸. Na madrugada da retirada, o *Africano*

⁴⁸⁸ Não posso concordar com Suárez Fernández neste ponto o qual afirma que, em virtude de o exército vir retirando dividido em dois corpos, um em torno do pendão real, outro com a fina-flor da nobreza e a maioria dos espingardeiros sob o comando do príncipe D. João, o exército português tinha dois núcleos que não possuíam a coesão necessária entre si. Afirma ainda este ilustre historiador que «si no en número, al menos en orden y refresco, la superioridad correspondía a los castellanos» (SUÁREZ FERNANDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 155). Aliás, Palencia vem dar uma achega em relação à força anímica de pelo menos alguns soldados castelhanos: «(...) los de D. Fernando, muy alejados de Zamora, corrian doble riesgo, porque la prisa para perseguirlos les había impedido alimentarse, y por su inferioridad numérica, sí llegaba a empeñarse campal batalla». (CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, p. 269)

determinou que se devia destruir parcialmente a ponte, deixando ainda para trás um grupo de 500 cavaleiros, para proteger a retirada.

Num primeiro momento o exército acantonado dentro de Zamora confrontou-se com algumas dificuldades para fazer sair os homens da posição intramuros em que se encontravam. A solução encontrada foi embarcar parte da peonagem, ao passo que outros vadearam o rio, uma vez que a saída pela ponte era demasiado estreita e estava rodeada de cavas e baluartes⁴⁸⁹. Outra das medidas passou por abrir minas e portas no baluarte, para que os homens pudessem sair com mais celeridade⁴⁹⁰.

A guerra do toca e foge, estratégia muçulmana, foi acautelada por parte do comando castelhano, sendo para isso destacado um corpo de 100 cavaleiros, comandados por Álvaro de Mendoza, para não deixar os mais afoitos perseguirem os portugueses a ponto de não terem apoio e se perderem⁴⁹¹, ao mesmo tempo que outro corpo, liderado pelo bispo de Ávila – Alonso de Fonseca, Alonso de Fonseca – senhor de Coca e Pedro de Guzmán tinha a missão de, com 300 cavaleiros, picar a retaguarda portuguesa, atrasando-a⁴⁹².

Três a quatro horas foi o tempo necessário para que pudesse sair todo o exército castelhano do baluarte zamorano, transpondo o rio e passando à margem esquerda do rio Douro. Dado que o exército português, não obstante D. Afonso V ter enviado alguns peões e a carriagem mais cedo, tinha um ritmo lento, por altura que o exército em perseguição havia saído todo de Zamora, apenas tinha coberto metade do caminho⁴⁹³. Às 14 horas a vanguarda castelhana conseguia avistar a retaguarda portuguesa⁴⁹⁴, junto ao lugar de Coreses. Daí para a frente, o vale do Douro estreita-se, elevando-se o

⁴⁸⁹ CRC-FP, cap. LXIV, p. 208.

⁴⁹⁰ CRC-DV, cap. XX, p. 68.

⁴⁹¹ CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, p. 269. Valera quantifica 300 cavaleiros. Porém, ao julgar pela narrativa de vários cronistas, esta tratou-se da primeira missão concedida a Álvaro de Mendoza, sendo a segunda atrasar a hoste portuguesa (CRC-DV, cap. XX, p. 68; ACA-JZ, cap. XLIV).

⁴⁹² CRC-DV, cap. XX, p. 68. Pulgar (CRC-FP, cap. LXIV, p. 208) e Góis (CPDJ, cap. LXXVI, p. 160) atribuem a liderança desta segunda missão a Diogo de Cáceres, ao comando de somente 200 homens.

⁴⁹³ CEIV, II, livro XXV, cap. VIII, p. 269.

⁴⁹⁴ Relativamente ao tempo que decorreu até que D. Fernando alcançasse a hoste de Afonso V, Palencia afirma que foi às 14h (p. 269), enquanto Valera antecipa a chegada do monarca castelhano para o meio-dia (Cfr. CRC-DV, cap. XX, p. 68).

terreno, antes de se estender na planície de Toro. Aí foi alcançada a retaguarda lusa, tendo sido capturadas setenta lanças portuguesas⁴⁹⁵.

A colocação dos homens em campo na batalha que teve lugar na planície entre Toro e Zamora, no sítio de Peleagonzalo, entre S. Miguel de Gros e a cidade de Toro e a preparação do campo de batalha são aspectos muito importantes, mas para os quais carecemos de dados. Porém, dada a apresentação do terreno e a perseguição que D. Fernando moveu a D. Afonso V e onde o alcançou, o único sítio viável foi a planície de Toro, uma vez que aí o terreno perde grande parte da sua irregularidade mais ocidental, como quem vinha de Zamora. Podemos então dizer que a batalha não estava prevista mas era desejada, daí que não tenha existido um exército que chegou primeiro ao campo, uma vez que alguns dos homens de Afonso V principiavam já entrar em Toro. A meteorologia acabou por não prejudicar ainda mais os portugueses, uma vez que com chuva, não tiveram de se preocupar com o sol que se punha a bater-lhes de frente, já que combatiam virados para oeste. Assim, embora as crónicas não apresentem referências à preparação do terreno, mas, especialmente se algum tempo mediou entre a chegada dos homens de Afonso V às portas de Toro e ao início da batalha – e como demonstrarei mais à frente, as opiniões são divergentes – não é descabido crer que tenha existido alguma preparação do terreno, ainda que apenas parcial, mesmo que a esse aspecto não tenha a cronística prestado atenção. Consoante o autor, temos respostas diferentes no que diz respeito à distância de Toro, no campo em que se livrou a batalha. Pina (p. 844) e Resende (p. 69) afirmam que a mesma se travou a duas léguas de Zamora; Palencia recorda que a acção se passou a três quartos de légua de Toro (p. 269); Valera menciona uma légua e meia de Toro (p. 11), Bernáldez precisou que foi a duas léguas de Toro e a três de Zamora (p. 58); Zurita explica que foi a cinco milhas de Toro (cap. XLIV); o *Cronicón de Valladolid* fala em quatro léguas e meia de Toro (p. 117); Góis (p. 161) e Pulgar (p. 209) são os mais imprecisos e apenas dizem que foi a meio caminho entre Zamora e Toro. Sículo não faz qualquer menção à distância e a *Crónica Incompleta...* não cobre este evento.

⁴⁹⁵ ACA-JZ, livro XIX, cap. XLIV.

b) A disposição do exército castelhano – os comandos

«(...) llegó el rey don Fernando con cinco batallas hordenadas; allende de los trezientos de cavallo (...) perseguiendo a los enemigos». (CRC-DV, cap. XX, p. 68)

«(...) luego el Rey mandou hordenar todas sus gentes de armas en esta manera. En la batalla do yva su persona y su estandarte real yva don Enrique Enríquez (...), con algunos caualleros sus criados, y otros continos del palacio real; y asimismo yva la gente de armas de Galizia, que envió el conde de Lemos, y otros cayalleros de aquel reyno, y las gentes darmas de las çidades de Salamanca, e Zamora, e Cibdad Rodrigo, y Medina del Canpo, y Valladolid, e Olmedo, e otras çibdades y villas de la comarca. E en la mano derecha yvan seis esquadras, en vna das quales yva por capitán don Álvaro de Mendoza (...); y en ésta yvan Gutierre de Cárdenas, e Rodrigo de Ulloa (...), Y en otra esquadra yvan por capitanes el obispo de Ávila e Alfonso de Fonseca, señor de Coca e Alahejos. E en otra yva por capitán vn cauallero que se llamava Pedro de Guzmán. En otra esquadra yva por capitán otro que se llamaua Bernal Francés. E en otra esquadra de gente yva por capitán Pedro de Velasco. Y en otra esquadra yva por capitán Vasco de Viuero. Todas estas seys esquadras de gentes yvan a la mano derecha de la batalla del Rey, a la parte de las cuestas que se fazen yendo de Zamora a Toro, por aquella parte de la puente. En la ala ysquierda de la batalla del Rey, a la parte del río de Duero, yvan el cardenal de España con la gente de su casa, y luego cerca dél yva el duque de Alua con otra escuadra de la gente de su casa, y el marqués de Astorga; e de la otra parte el almirante don Alfonso Enríquez, tío del Rey, e en aquella batalla estaua don Enrique Enríquez, conde de Alua de Liste, con otra escuadra de la gente de su casa. En otra batalla iba don García Osorio, capitán de la gente del marqués de Astorga, su sobrino. Y el peonaje yva en medio de aquellas batallas. El condestable no se acaesçió en aquella batalla, porquel Rey le avía mandado que quedase en el cerco del castillo de Burgos». (CRC-FP, cap. LXIV, pp. 208-209)

Não há dúvidas que a batalha de Toro tem um perfil medieval clássico, na qual vão soprando alguns ventos de modernidade, como é o caso dos espingardeiros. Os castelhanos marcharam de Zamora para Toro já seguindo uma formação que conservariam em batalha. Assim, como podemos atestar pelas fontes, Álvaro de Mendoza comandava a vanguarda com 300 lanças escolhidas, onde iam também Gutierre de Cárdenas e Rodrigo de Ulloa. Mais atrás, numa formação trinitária clássica seguiam D. Fernando, o qual comandava o centro, no qual marchavam as gentes da sua casa, as guardas reais, os cavaleiros pagos com estipêndio régio e as mesnadas de Enrique Enriquez e do conde de Lemos. Na ala direita, do outro lado da serra, seguiam os peões, mal ordenados, apesar dos esforços de Nicolás de Ovando, os quais contendiam com dificuldades de progressão levantadas pelo terreno mais acidentado. A ala esquerda, a mais forte, composta pelos grandes cavaleiros, era a que seguia mais próxima do rio, avançando em três esquadras: o almirante Enriquez comandava aquela mais próxima da água; o cardeal Pedro González de Mendoza a do meio; e o duque de Alba à direita deste. Como corpo de reserva, mais atrás, vinha ainda o conde de Alba de

Liste, governador da Galiza, bem como as lanças do marquês de Astorga, os quais, por ele ser menor ainda, vinham comandadas pelo seu tio – Luís de Osório.

c) A disposição do exército português – os comandos

«ElRey Dom Afonso com sua jente já muy allongado, quando seus contrairos começaram de mover contra elle, o qual sendo a duas léguas de Çamora adiantou-se pello fyo a reter sua jente, que a Touro se recolhia com tençam secreta de aquella noite dar de salto em seis centas lanças d’ElRey Dom Fernando, que sob, a Capitania do Duque de Vylla Fremosa seu Irmaõ bastardo estavam em Fonte Sabugo, mas o Pryncepe que por sua vontade, e sem necesario constrangimento quis esperar e dar a ElRei Dom Fernando a batalha, avysou logo disso a ElRey seu Padre, que nom descontente disso chegou já ao campo junto com Touro, onde a batalha se deu, e foy a tempo que as batalhas d’ElRey Dom Fernando passavam já hum porto de huma pequena serra que hy a cerca estava onde o Conde de Loulee em voltas que fez foy ferido, e se foy a Touro. (...) [Os portugueses] tinham muyto menos gente, porém elle e o Pryncepe seu Fylho fizeram rostro, pera lha dar [batalha] com sua jente, de que muyta era a Touro jaa recolhida, e outra muita mais fycara na dita Cidade com a Raynha e com o Duque e Conde de Vylla Real (...). E sendo jaa o tempo muy curto pera ElRey e o Pryncepe concertarem e repartirem sua jente em batalhas (...), fyzeram logo de toda a jente nom mais de duas batalhas. A prymeira e de mayor numero foy a d’ElRey Dom Afonso, que (...) se pôs a cerca do ryo ao encontro da batalha. (...) A segunda batalha de menos jente, e porém cortesaã e mui limpa foy a do Pryncepe, que com sua bandeira se pôs afastado aa maoõ ezquerda d’ElRey seu Padre». (CDAV, cap. CXC, p. 844)

«En su batalla, do yva él y su estandarte, yva el conde de Beule, y Pereyra, su guarda mayor, con sus gentes, e muchos caballeros y escuderos castellanos que estauan en su conpañía. En la ala de su mano yzquierda yva el príncipe su fijo, con otra esquadra de gente del obispo de Évora; y estas dos batallas del príncipe y del obispo yvan forneçidas de grande número de espingardas e otros tiros de artillerías. E en la ala de la mano derecha yva otra esquadra de gente, do yva por capitán el conde de Faro, con su gente e con la gente del duque de Guimaraens, su hermano. E en otra batalla, a esta misma mano, yva el arçobispo de Toledo con toda la gente de su casa, e en esta ala yva outra esquadra, do yva por capitán el conde de Villarreal, e en otra batalla yva el conde de Monsant con sus gentes. El peonaje del rey de Portugal venía repartido en quatro partes, todos a la parte del río». (CRC-FP, cap. LXIV, pp. 211-212)

«Pusieron los enemigos sus peones con algunos pocos de caballo delante para que continuasen su camino sin detenerse, y repartieron su caballería en dos haces. Tuvo el príncipe de Portugal ochocientos de caballo, la más escogida gente de todo su ejército, y con ellos se repartieron algunas compañías de espingarderos que se habían escogido para ponerse a los lados de los escuadrones; y toda la otra caballería con el estandarte real fue caminando con muy buena ordenanza y con gran concierto y silencio y más a paso, teniendo un muy espacioso campo a su mano derecha y a la siniestra iban guardados del río». (ACA-JZ, livro XIX, cap. XLIV)

Os portugueses correspondem à formação adoptada pelos castelhanos: um centro e duas azes. Tal como no exército inimigo, cada uma destas batalhas era dividida em esquadrões mais pequenos, por uma questão de facilidade no comando. Deste modo, Afonso V comandava o centro, no qual se encontravam os fidalgos da sua casa e os

castelhanos que tomaram o seu partido, chefiados por Rui Pereira. A ala esquerda era a que continha as 800 lanças da fina-flor da nobreza comandadas pelo príncipe e enquadrava também os espingardeiros e a artilharia. A ala direita era composta, por sua vez, pelo arcebispo Carrillo à cabeça das suas mesnadas mas também por soldados portugueses.

À semelhança dos castelhanos, D. João também achou prudente mandar guardar alguns homens de reserva, os quais foram comandados por Fernão Martins Mascarenhas, seu capitão dos ginetes⁴⁹⁶.

d) O início da batalha

«(...) fueron enpos de las batallas del rey de Portugal, fasta en el médio camino que es desde Zamora a Toro. Y llegaron a vn portillo estrecho que se haze entre las cuestas e el río, por el qual no puede pasar mucha gente junta, saluo pocos a pocos. E porque fué dicho al Rey que no podían alcançar al rey de Portugal, e que antes que oviese pasado aquel portillo todas aquellas gentes serían puestas en saluo en la çibdad de Toro, mandó estar quedas todas las batallas; e mandó que se juntasen con él todo aquellos sus capitanes, e juntos allí en el canpo con él, preguntóles si sería bien pasar su hueste más adelante». (CRC-FP, cap. LXIV, p. 209)

«E luego el príncipe de Portugal movió su batalla contra los que más çercanos halló, que eran los trezientos de cavallo que siempre avían perseguido a los portugueses (...) [que] no se pudieron sostener, mayormente por que sus cavallos terriblemente se espantaban del sonido de las espingardas». (CRC-DV, cap. XX, p. 70)

«Esta batalla se començó muy tarde y llovía, y peleando les cerró la noche». (MRC-AB, cap. XXIII, p. 59)

«(...) sendo já casy Sol posto, ElRey mandou dizer ao Pryncepe que com a sua bençam rompesse logo, o qual por lhe obedecer e comprir o que tanto desejava, despois de em ambas as batalhas se fazer pellas trombetas synal de batalha, ele e assy seus Capytães (...) deram assy rijamente nas batalhas contrairas». (CDAV, cap. CXCI, p. 845)

Se qualquer decisão relativa à guerra tinha de ser bem estudada, a oportunidade de uma batalha campal, que já era desejada desde o início da campanha mas que ainda não tinha ocorrido devido a vicissitudes que já vim apontando, teve de ser bem ponderada, embora num curto espaço de tempo. Estando então o grosso das tropas castelhanas na entrada estreita que dá acesso à veiga de Toro, mas ainda do outro lado

⁴⁹⁶ CPDJ, cap. LXXVII, p. 164.

da serra e sem conseguir ver os inimigos, D. Fernando reuniu um conselho de guerra. O dia ia já avançado e os castelhanos não sabiam que movimentações empreendiam os seus inimigos. Em jogo estava uma oportunidade que podia ser única, mas era preciso ter em conta as (des)vantagens tácticas. Algumas vozes no conselho defenderam que se devia voltar para trás porque Afonso V fugira, logo a honra fernandina não estava manchada⁴⁹⁷. O soberano português tinha retirado efectivamente. Não havia qualquer vantagem em ficar mais tempo no campo, não conseguindo cercar a cidade convenientemente. Além do mais, um contra-ataque em duas frentes estaria prestes a ocorrer. Daí que a decisão mais acertada, não conseguidas as tréguas pedidas, fosse a fuga. Creio que a estratégia portuguesa passaria por reagrupar para conseguir atacar novamente Fernando. Uma guerra exaustiva a nível físico, psicológico e de recursos, mas infrutífera. Porém, Pedro González de Mendoza defendeu que era necessário saber exactamente qual a posição do exército inimigo e quais as suas intenções, já que devido ao relevo não se sabia se o inimigo entrava para a segurança proporcionada pela cidade de Toro, ou se, por outro lado, aguardava no campo os homens de Castela. Foi assim que um conjunto de batedores comandado pelo dito Álvaro de Mendoza foi espreitar os movimentos do rei português, voltando ao seu acampamento com notícia que este monarca aguardava em campo a chegada de D. Fernando⁴⁹⁸. Daí que o cardeal de Espanha tenha exortado D. Fernando a combater. Mesmo assim, o *Rei Católico* hesitava pois os portugueses tinham a vantagem de receber reforços da guarnição de Toro, ou a cidade poder servir de refúgio a coberto da noite em caso de derrota⁴⁹⁹. Pesados os argumentos, deliberou o conselho em como se deveria dar batalha, sendo a principal voz a favor a de Pedro González de Mendoza⁵⁰⁰.

⁴⁹⁷ CPDJ, cap. LXXVI, p. 162.

⁴⁹⁸ CRC-FP, cap. LXIV, p. 211.

⁴⁹⁹ CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, pp. 269-270.

⁵⁰⁰ Palencia, Valera e Zurita colocam a exortação a D. Fernando na boca de Luis de Tovar: «(...) el noble y valiente caballero Luis de Tovar, censuró la apatía de D. Fernando, diciéndole en altas voces: “Mucho temo, ínclito Monarca, que, por el parecer de los Grandes, sea más apariencia que verdadero deseo el que muestras por empeñar combate. Quiero que te persuadas de que si deseas ser reconocido por Rey de Castilla te conviene librarle, y manifestarte resuelto a no rehusarle jamás si diez veces se presentase la ocasión”» (CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, p. 270); «(...) Luis de Tovar, muy noble caballero, pariente cercano del rey, le dixo en alta voz: Señor, mucho me pesa que tardéis en dar la batalla que tanto deseais, a vos señor conviene luego pelear si queréis ser rey de Castilla; e si diez vezes se ofresciere, nunca se debe dexar de pelear» (CRC-DV, cap. XX, p. 69); «Cuando había pasado todo nuestro campo aquel estrecho y tenían muy cerca el de los enemigos, llegó al rey de Castilla un caballero que era tenido por

Figura 4 – Esquema da batalha de Toro



Legenda: **A)** Mosteiro de S. Miguel de Gros; **B)** Lugar de Pelayo González; **C)** Rio Douro; 1) A vanguarda de Fernando captura 70 cavaleiros da retaguarda portuguesa; 2) O exército de Afonso V, impossibilitado de completar a tempo e em segurança a manobra de fazer entrar em Toro todos os seus homens, retrocede e posiciona-se para dar batalha, recebendo reforços da dita praça, alguns dos quais eram soldados que já tinham entrado (3); 4) Avanço de D. Fernando, com uma formação clássica e simétrica à do seu rival: o exército estruturou-se em vanguarda, centro e retaguarda e duas alas. Embora a ilustração mostre ambos os reis na retaguarda, acredito que esta posição só fosse válida para o monarca castelhano, uma vez que Afonso V se encontraria na frente exortando os soldados; 5) Após duros combates, a ala direita de Fernando derrota a esquerda de Afonso V, que se retira para Toro (6) e depois disso continua a sua carga flanqueando o corpo centra português, forçando a retirada do Africano.

Fonte: SÁEZ ABAD, Rubén – *La batalla de Toro 1476: La guerra de sucesión castellana*, Madrid: Almena ediciones, 2009, pp. 64-65.

Outro aspecto pertinente em que diferem as crónicas é em relação à forma como o exército português ocupou o tempo até se ferir a batalha, especialmente entre Damião de Góis, que nos mostra que os comandos e soldados portugueses tiveram bastante tempo e queriam dar batalha, o que se explica após uma campanha já longa; e os outros dois cronistas portugueses que tenho vindo a seguir, Pina e Resende, os quais afirmam que a hoste tentava entrar em Toro quando abortou essa operação já em curso por se considerar mais prudente dar batalha. Vale a pena então deter-me e citar o que dizem estes autores:

muy esforzado y valiente que se llamaba Luis de Tovar y le dijo a voces que esperaba que aquel día había de pelear si quería ser rey de Castilla» (ACA-JZ, cap. XLIV);

«(...) toda a gente delRei dom Afonso staua afastada da çidade, alguns em ordenança, e outros scaramuçando pelo campo, e que na mostra que dauam parecia mais terem vontade de fazerem algum feito de guerra. (...) Os portugueses stauam no campo tam de vagar, e em tam boa ordem de guerra, que se podia crer que nhũa outra cousa faziam senam sperallo [a D. Fernando]»⁵⁰¹.

«(...) quando seus contrairos começaram de mover contra ele [D. Afonso V], o qual sendo a duas léguas de Çamora adiantousse pello fyo a reter sua gente, que a Touro se recolhia»⁵⁰².

«Sendo ja el Rey dom Fernando tão cerca, que não podião ordenar sua gente, que era bem pouca em respeito da dos Castelhanos, e com tudo com muyta pressa a ordenarão em duas batalhas»⁵⁰³.

Entrar em Toro significava passar para a margem direita do rio Douro novamente, através da ponte que dava acesso à cidade. Esta travessia estrangulou a passagem dos homens e atrasou-os, dado que alguns já haviam entrado na cidade⁵⁰⁴, dando tempo ao exército de D. Fernando de alcançar por completo os soldados portugueses. Isso explica que Rui de Pina afirmasse que alguns homens «andauam espalhados polo campo». Também alguns cronistas favoráveis a Castela parecem ter-se apercebido de que o exército português, embora próximo do seu quartel-general, tinha a dificuldade logística de fazer entrar todos os homens na cidade em segurança:

«Sabido por el rey de Portugal que ele Rey avía salido de Zamora y venía empos dél, reputando a gran mengua si no tornasse a pelear, ovo consejo de boluer sus batallas, segúnd avemos dicho, y de esperar al Rey e de le dar batalla si más se açercase donde él estaua»⁵⁰⁵.

⁵⁰¹ CPDJ, cap. LXXVII, p. 162.

⁵⁰² CDAV, cap. CXC, p. 844.

⁵⁰³ CDJII, cap. XIII, p. 12.

⁵⁰⁴ «E ElRey Dom Afonso muy contente e allegre de non negar a batalha, pera que per hum trombeta e arauto d’ElRey Dom Fernando era já desafyado com quanto tinham muyto menos gente, porém elle e o Prynçepe seu Fylho fizeram rostro, pera lha dar com sua gente, de que muyta era a Touro jaa recolhida, e outra muita mais fycara na dita Cidade com a Raynha e com o Duque e Conde de Vylla Real». (CDAV, cap. CXC, p. 844)

⁵⁰⁵ CRC-FP, cap. LXIV, p. 211.

«Viendo el rey de Portugal que ya no podía entrar con sus gentes en la puente de Toro sin ser destrozado, acordó de esperar en aquel campo»⁵⁰⁶.

Rui de Pina e Damião de Góis parecem ter notado uma formalidade importante, ou seja, o facto de D. Fernando ter enviado um trombeta e um arauto a desafiar formalmente para batalha o rei português⁵⁰⁷. Estas missões, como já foi notado por João Gouveia Monteiro, podiam servir para espiar o arraial inimigo, uma vez que o arauto beneficiava de um estatuto de sacralidade, embora o código *Livro de Arautos*, datado do início do século XV, advirta que a espionagem retira ao arauto capacidade natural para exercer embaixadas de guerra e negociar tratados de paz⁵⁰⁸. Por seu lado, Afonso de Palencia não fala do arauto mas coloca Pedro Vaca – cavaleiro castelhano, a ir provocar os portugueses, admoestando os seus compatriotas que estavam na linha da frente e combatiam ao lado de D. Afonso V, que não deviam perpetrar um crime contra o seu rei natural e ao lado do «eterno inimigo»⁵⁰⁹. Diego de Valera segue de perto as palavras escritas por Palencia, dando fé da provocação que levará ao início da peleja por ordem do príncipe D. João. As fontes que tenho vindo a seguir parecem estar de acordo ao afirmar que foi o príncipe quem abriu as hostilidades através dos espingardeiros, os quais assustaram os cavalos inimigos, fazendo a cavalaria portuguesa desbaratar, num primeiro embate, os esquadrões da ala direita castelhana.

Este mesmo episódio de Pedro Vaca, embora as penas portuguesas não o tenham registado, não é entendido pelos cronistas da mesma forma. Palencia, a quem Diego de Valera segue de perto, diz:

«Mientras regresaba Pedro Vaca, D. Fernando se puso el casco y dispuso acertadamente todo lo necesario para la batalla. Lo mismo hicieron los Grandes,

⁵⁰⁶ ACA-JZ, cap. XLIV.

⁵⁰⁷ CDAV, cap. CXC, p. 844. Por seu lado, Góis afirma mesmo que D. Afonso V terá sido pouco polido na resposta ao diplomata: «elRei dom Afonso dixe ao rei d’armas que podia dar em resposta aho Príncipe da Siçília, que era mais tempo de s’encontrarem, que nam de lhe mandar desafios». Cfr. CPDJ, cap. LXXVII, p. 165.

⁵⁰⁸ Citado por MONTEIRO – *A guerra em Portugal...*, p. 264, nota 172. Sobre a temática dos arautos vejamos as pp. 242-243 e 274-277.

⁵⁰⁹ CEIV-AP, II, libro XXV, cap. VIII, p. 270.

porque encolerizados com las voces de los acusadores, procuraron ocultar en el semblante y en las palabras todo deseo de rehusar la pelea»⁵¹⁰.

Já Zurita, que habitualmente também segue Palencia, desta vez não o faz integralmente:

«Envío el rey de Castilla con Pero Vaca a saber el parecer del cardenal y de todos los otros grandes; y todos los del real estaban tan animados para ella que ninguno dellos la quería rehusar»⁵¹¹.

Os cronistas castelhanos não quiseram omitir os riscos que semelhante batalha representava para os Grandes de Castela, aos quais, na verdade, era muito mais vantajoso deixar prosseguir o conflito, tentando conquistar a simpatia do monarca e mercês para si e respectiva família, do que jogar o tudo ou nada numa batalha campal cujo desfecho seria imprevisível.

Havia, pois, que começar a batalha porque alguns desertores já haviam abandonado o campo⁵¹². Tal como em relação à distância da cidade de Toro onde se travou a batalha, no que diz respeito ao número de homens que estaria em campo, esse varia consoante a pena. Atente-se na tabela seguinte, a qual mostra resumidamente os efectivos militares e as baixas sofridas por ambos os partidos aquando da batalha de Toro, segundo os vários cronistas.

	Batalha de Toro	
	Efectivos	Baixas
Rui de PINA	---	---
Damião de GÓIS	Port.: --- Cast.: só quantificou 200 ginetes	---
Garcia de RESENDE	---	---
Fernando del PULGAR	Apenas diz que os números eram aproximados	---
Afonso de PALENCIA	Port.: 3 500 lanças Cast.: 3 000 lanças	Port.: --- Cast.: 9 homens

⁵¹⁰ CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, p. 270.

⁵¹¹ ACA-JZ, cap. XLIV.

⁵¹² «(...) el rey don Fernando, sabiendo cómo fasta quinientos de los suyos avían fuído, a grandes bozes dixo: O noble gente, no temáys de pelear, que oy avremos la victoria de nuestros enemigos!» Cfr. CRC-DV, cap. XX, p. 70.

Diego de VALERA	Port.: 3 500 lanças; muitos espingardeiros Cast.: 3 000 lanças; muitos peões	Port.: mais de 800 homens Cast.: ---
Andres BERNÁLDEZ	Port.: 3 500 cavaleiros; 5 000 peões Cast.: 2 500 cavaleiros; 5 000 peões	Port.: 1 200 homens Cast.: ---
Lúcio Marineo SÍCULO	---	---
Jerónimo ZURITA	Port.: 3 500 cavaleiros Cast.: 3 000 cavaleiros	Port.: ao invés de quantificar, Zurita nomeia os principais capitães portugueses: Fernando de Almeida, Garcia de Melo, Nuno de Castro Cast.: 300 cavaleiros
<i>Crónica incompleta...</i>	---	---
<i>Cronicón de Valladolid...</i>	Port.: 3 500 cavaleiros; 10 000 peões Cast.: 400 cavaleiros; 3 000 peões	Port.: 1 500 homens (300 dos quais afogados) Cast.: 30 homens

Tabela 2 – quantificação de efectivos militares e baixas resultantes da batalha de Toro

Creio que a questão da data é um assunto actualmente pacífico. A batalha verificou-se a 1 de Março de 1476, uma sexta-feira. A confusão pode ter sido gerada pelo engano registado em Garcia de Resende, o qual afirma que a batalha se travou numa «sefta feyra, dous dias do mês de Março do anno de mil e quatrocentos e setenta e seys»⁵¹³. Acontece que o dia 2 de Março de 1476 calhou a um sábado e não a uma sexta-feira. Este lapso foi depois reproduzido pelo Visconde de Santarém⁵¹⁴ e esporadicamente por alguns autores modernos⁵¹⁵. Todos os outros cronistas que tenho vindo a seguir expressam claramente que a batalha se feriu a 1 de Março de 1476.

e) A sequência da batalha. As várias batalhas

«Fue el primero que la acometió con los suyos el príncipe de Portugal, arremetiendo contra la caballería que todo aquel día los iba persiguiendo». (ACA-JZ, cap. XLIV)

«Puestos así los vnos y los otros en horden de batalla (como las banderas enemigas se vieron), fecho el signo de pelear por las tronpetas, los vnos se vinieron para los otros con muy recio

⁵¹³ CDJII, cap. XIII, p. 11.

⁵¹⁴ SANTARÉM – *Quadro elementar...*, p. 378.

⁵¹⁵ DUARTE, Luís Miguel - «1449-1495: O triunfo da pólvora», p. 382; MORENO, Humberto Baquero – «Os confrontos fronteiriços...», p. 111; MATOS, Gastão Melo – «Toro», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. IV, [s.l.], Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 530-532.

acometimiento, e las batallas se ynvistieron vnas en otras (e nombrando cada uno su apelido, los unos Fernando, los otros Alfonso), y se firieron de las lanças (...); E quebradas las lanças, vinieron al combate de las espadas». (CRC-FP, cap. LXIV, pp. 212-213)

«E assy como as batalhas do Pryncepe no desbarato fyzeram a estas d'ElRey Dom Fernando, assy a batalha grande d'ElRey Dom Fernando fez na d'ElRey Dom Affonso, que sem alguma força nem resistência a rompo logo, e destroçou com dano e mortes de muytos». (CDAV, cap. CXCI, p. 845)

A batalha começara ao fim da tarde, o que é bastante incomum. Para além disso, as condições meteorológicas eram adversas, pois as nuvens deixavam antever a borrasca que se iria instalar antes do cair da noite⁵¹⁶; essa meteorologia acabou por ser uma bênção para os soldados portugueses, os quais, derrotados, aproveitaram a sua protecção para fugir para Toro. Foi uma decisão ousada, a de dar batalha, uma vez que se estava ainda no Inverno, anoitecia e a chuva tinha começado a cair. Poder-se-á atribuir esta resolução de oferecer batalha a ambos os monarcas, e quiçá principalmente D. Afonso V, pelo facto de estarem cansados de tão longa campanha e de os recursos escassearem, querendo obter um resultado decisivo que se afastasse da guerra de desgaste. Dado o congestionamento e a obscuridade, alguns lançaram-se ao rio, mas sendo ainda Inverno, o rio ia tão crescido que não era de esperar que soldados, alguns dos quais com o peso das armas, quer ofensivas, quer defensivas, pudessem lutar contra essa poderosa força da natureza e vencer. A maior parte foi assim encontrada às portas de Zamora nos dias seguintes. Porém, não me quero adiantar.

Como podemos perceber pelos excertos citados no início deste sub-capítulo, o início da batalha está associado ao comando do príncipe D. João. Além dos já referidos Pulgar, Pina e Zurita, também Palencia atribuiu o sinal de batalha ao futuro *Príncipe Perfeito*:

«Al punto los espingardaros encendieron las mechas, y para librarse de los tiros, Vaca torció el caballo, resguardándose con su cuello y poniéndole luelo al galope hasta reunirse con los suyos. El príncipe D. Juan dio una embestida a los

⁵¹⁶ Diz Damião de Góis que a batalha se iniciou «já depois de véspera, andando ho dia cuberto com neuoeiros, e chuiua meuda». Cfr. CPDJ, cap. LXXVIII, p. 165.

jinetes más próximos, que durante todo el día habían venido picando la retaguardia»⁵¹⁷.

Do mesmo modo, Damião de Góis e Garcia de Resende indicaram o príncipe como responsável pelo começo da refrega:

«E estando assi as batalhas ordenadas de huma parte e da outra pera encontrar, sendo ja quasi Sol posto, el Rey mandou dizer ao Principe que lhe mandaua a bençam de Deos, e a sua, e que com ella desse logo rijamente nos contrayros: o qual por lhe obedecer, e cumprir o que tanto desejava, depois de feito sinal pollas trombetas, elle com todos os seus com grandissimo esforço e animo, como singular Capitão, bradando todos pollo nome de Sam Iorge, com grande força e ímpeto deu tam bravamente nas batalhas contrayras...»⁵¹⁸.

«Ho Príncipe dom Ioam seguindo ho que lhe elRei seu pai mandara, chamando todos que com elle stauam sam George em sua ajuda, foi ferir nas çinco allas»⁵¹⁹.

f) A disposição dos exércitos

Devo começar por referir que estando então as hostes prestes para combater, após os reis terem exortado os seus homens à vitória, invocaram-se os respectivos apelidos⁵²⁰. Os portugueses gritavam por S. Jorge, padroeiro de Portugal, e S. Cristóvão, santo da devoção de Jorge Correia, comendador do Pinheiro, enquanto os castelhanos pediam a assistência de Santiago. Isto de acordo com Rui de Pina e Damião de Góis. Já

⁵¹⁷ CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, p. 271.

⁵¹⁸ CDJII, cap. XIII, p. 12. Aproveito para fazer referência a um cronista que consultei ocasionalmente, por ser mais tardio. Duarte Nunes de Leão, nas suas *Crónicas dos Reis de Portugal*, publicada originalmente em 1600, afirmou na *Crónica e Vida del Rey D. Afonso V* que «dado o sinal de huma parte, e da outra, o Principe D. João seguindo o que seu pai lhe mandara (...), foi ferir nas seis alas dos Castelhanos, que lhe estavaõ fronteiras, e o primeiro de todos que rompeo, foi Gonçalo Vaz de Castellobranco, que levava seus cento e vinte de cavalo mui concertados (...). Tanto que o Principe accommetteo aquellas seis alas, abalou logo el Rey D. Affonso em pessoa com sua batalha, seguindo o Conde de Faro com sua ala». Isto faz-nos crer que o ataque não foi bem sincronizado e que o príncipe D. João atacou primeiro. Cfr. LEÃO, Duarte Nunes de – *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto: Lello & Irmão Editores, 1975, pp. 970-971.

⁵¹⁹ CPDJ, cap. LXXVIII, p. 165.

⁵²⁰ Sobre os momentos que antecedem a batalha, leia-se também MONTEIRO – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, p. 277.

o cronista Fernando del Pulgar menciona apelidos diferentes: “Fernando” e “Alfonso” para castelhanos e portugueses respectivamente. É importante notar a divergência, baseada evidentemente nas fontes, de que os cronistas nacionais afirmam que portugueses e castelhanos invocavam a ajuda dos respectivos patronos, enquanto Palencia refere que os combatentes gritavam pelos seus líderes. Zurita, bem como Palencia, dão conta do chamamento (o qual serviria muito provavelmente de apelido durante a batalha) e do valor de Álvaro Mendoza, de quem se dizia que se queria furtar à batalha, acabando por reconhecer também o valor de Alfonso Carrillo:

«"Traidores; aquí está el cardenal", y estaba el arzobispo de Toledo de la otra parte que podía cantar al mismo son, que en su edad no hacía peor su deber, según fue siempre animoso y guerrero»⁵²¹.

Lendo os vários cronistas, apercebemo-nos de nova divergência. A posição dos monarcas em campo não é simétrica, ao contrário das hostes que se defrontaram. Ao passo que D. Afonso V surgia na linha da frente a incutir ardor nos seus homens, D. Fernando adoptava uma posição na retaguarda, própria da Idade Moderna, ficando assim mais protegido em caso de derrota e consequente necessidade de fuga e eventualmente tendo uma melhor visão de conjunto do combate, e uma maior capacidade de intervir com ordens e instruções. Damião de Góis reforça bem essa ideia. Isto é, porém, a visão que nos é transmitida pela cronística portuguesa:

«ElRey Dom Fernando nom foy em pessoa própria na sua batalha, que venceo a d'ElRey Dom Affonso, mas como era pratico guerreiro, por ver como as cousas de tamanha ventura sobcediam, apartouse fora em huma batalha»⁵²².

«(...) daquela parte staua a batalha, e bandeira real delRey dom Fernando, mas nam já sua pessoa, porque ele por se assegurar, e por conselho dos seus, depois de ter ordenadas todas as allas do exército, se pos em hũa pequena, que

⁵²¹ ACA-JZ, cap. XLIV.

⁵²² CDAV, cap. CXCI, p. 846.

pera isso deixou na reguarda acompanhado de boa, e nobre gente, pera dali se saluar se ha fortuna lhe fosse contraira»⁵²³.

«ElRei dom Fernando quomo fica dito, se pos na regaça de todo seu exercito em hũa alla pequena»⁵²⁴.

As penas castelhanas apresentam-nos um cenário distinto, na qual D. Fernando comandava na linha da frente, incitando os seus homens ao combate:

«Al ver D. Fernando el espanto de muchos de los suyos y la huida de las 400 lanzas, les grito: - “Que terror es ese, nobles soldados? Cobrad ánimo, y todos los valientes salgamos sobre el enemigo en busca de gloriosa victoria”. Dicho esto, y al toque de todos los clarines, embistió con escogida caballería, aunque inferior en número a la enemiga, contra el centro de batalla de D. Alfonso»⁵²⁵.

«En este conbate del rey de Castilla y el rey de Portugal, cada vno por su parte andavan veces amonestando sus gentes a la pelea, veces rodeaua cada vno sus haces e renovando los lugares flacos de gente, vezes peleavan; e ayudando cada vno al lugar do era menester ayuda»⁵²⁶.

No que diz respeito à batalha propriamente dita, Rui de Pina não é muito generoso nos pormenores. Sucintamente, da sua leitura percebemos que o contingente liderado pelo príncipe D. João desbaratou a az correspondente castelhana, mas para infortúnio dos portugueses, os corpos comandados por Afonso V foram vencidos pela batalha real fernandina. Para este autor a explicação para este facto é simples:

«Porque na batalha do Pryncepe era a frol dos Fydalgos e nobre jente de Portugal, que faleceram nesta d’ElRey Dom Afonso, e mais na batalha d’ElRey Dom Fernando vynha muyta, e muy grossa jente d’armas encobertados, aalém dos

⁵²³ CPDJ, cap. LXXVII, p. 164.

⁵²⁴ CPDJ, cap. LXXVIII, p. 167.

⁵²⁵ CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, p. 271.

⁵²⁶ CRC-FP, cap. XLIV, p. 213.

genetes, e mais lançaram diante de sy huma gram soma d'espingardeiros, que ao romper fizeram com seus tiros fronteiros duvydar, e enfiar os cavalos e a gente da batalha d'ElRey Dom Afonso»⁵²⁷.

Podemos perceber da leitura das fontes que houve vários embates, sucessivos e simultâneos. Isto porque as tropas lideradas por D. João causaram o terror nas posições castelhanas, as quais tiveram de reagrupar. Este triunfo fugaz não foi devidamente aproveitado pela az comandada por D. João, uma vez que as tropas parecem ter voltado à posição inicial, não aproveitando para fortificar a refrega que se travava no centro. Contribuiu decisivamente a acção do cardeal de Espanha, o qual, ao carregar novamente sobre a ala direita portuguesa, conseguiu impelir a poderosa cavalaria castelhana, desbaratando, em reflexo, os portugueses que os haviam atacado e, ao contrário do que haviam feito os seus inimigos, reforçando os efectivos que lutavam no centro. Daqui se depreende que embora houvesse um exército português, combateram separadamente e não houve a coordenação necessária entre os dois corpos principais: o de D. Afonso V e o do Príncipe D. João. Assim, os homens do monarca português, sendo os que mais necessitavam de vencer, acabaram por ser derrotados. Afirmo Pulgar que durante uma hora a vitória não pendeu para nenhum dos lados⁵²⁸. Temos de analisar com prudência as palavras do cronista em questão. Primeiramente porque uma hora a combater pesadamente armado era algo de esgotante, quer para o homem, quer para o cavalo, devido ao peso do armamento defensivo e ofensivo. Depois porque temos de ter em conta o adiantado da hora e a escuridão crescente. Deste modo, os cavaleiros que podiam ter tido um papel preponderante, não o tiveram. Devemos então interrogar-nos acerca do que andou a fazer a cavalaria durante uma hora. Posteriormente, as fontes também dão conta de como o centro castelhano – liderado uma vez mais pelo cardeal de Espanha, pelo duque de Alba e pelo almirante de Castela, conseguiu com menos homens rechaçar o centro luso, flanqueando os portugueses. A fuga portuguesa das azes do rei tornou-se descontrolada na direcção de Toro. Alguns dos homens tentaram

⁵²⁷ CDAV, cap. CXCI, pp. 845-846.

⁵²⁸ Também Duarte Nunes de Leão, provavelmente bebendo informação em Fernando del Pulgar, afirma que estas duas batalhas pelejaraõ por espaço de huma hora, sem a victoria se inclinar a alguma das partes». Cfr. LEÃO, Duarte Nunes de – *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto: Lello & Irmão Editores, 1975, p. 971.

escapar pelo rio, como já referi, mas não tiveram sorte, pois trocaram a morte pelas armas pela morte por afogamento, afirmando mesmo Fernando del Pulgar que foram mais os homens que morreram no Douro do que os que morreram em combate. As estimativas de efectivos estão praticamente ausentes das penas portuguesas, mas estão em desacordo com os números recolhidos pelos cronistas castelhanos (veja-se acima a tabela 2), que atribuem mais soldados a Portugal do que a Castela. Não era um procedimento invulgar. Era, sim, uma maneira de elevar a glória dos vencedores.

As palavras de Rui de Pina exprimem bem os motivos pelos quais centro e ala direita portuguesa não tiveram hipótese: os castelhanos eram mais, como já referi; tinham homens de armas, ou seja, soldados bem protegidos por bacinetes, camais, arneses mais ou menos completos, bem como cavalos protegidos também – cavalaria pesada; e isto sem contar com os ginetes. Os guerreiros portugueses equivalentes a estes estavam, lembra Pina, na batalha de D. João. Esta decisão pode parecer algo bizarra. Por que não estariam os melhores homens ao lado do seu rei? Não os teria D. Afonso V trazido aquando da invasão de Castela no ano anterior? Ou teria a marcha forçada do exército português e a respectiva perseguição empreendida pelos soldados castelhanos condicionado o posicionamento das tropas? Lembremo-nos que D. João vinha mais atrás do que o seu pai quando soube que D. Fernando perseguia os portugueses. Por esta altura já D. Afonso V organizava a entrada da carriagem e dos peões portugueses em Toro. Porém, estes foram mandados sair de novo devido à decisão tomada de dar batalha. Por outras palavras, uma possível justificação para a *nata da nata* da cavalaria portuguesa estar com o príncipe prende-se com a ordem de marcha dos homens e o tempo para ordenar os mesmos em campo. Um outro motivo a apontar pode passar pela homogeneidade do corpo de cavalaria em questão, talvez acreditando D. João e D. Afonso V que, mesmo sendo menos, contrabalançariam essa desvantagem pelo facto de serem os melhores armados. Não esqueçamos que a presença de espingardeiros neste contingente ajudou a caracterizá-lo como o melhor, não obstante ser numericamente inferior ao do soberano português. A importância do corpo de espingardeiros, quer no caso dos castelhanos, quer no caso dos portugueses, teve um papel decisivo. Não sabemos se esse papel se deveu à eficácia dos projecteis dos espingardeiros, se unicamente ao estrondo e ao fumo, os quais assustavam bastante os cavalos. Por fim, relembro algo que não deve escapar à nossa percepção. A redação cronística foi levada a cabo já no reinado de D. João II, portanto o facto de o relato mostrar os melhores

cavaleiros ao lado de D. João pode indiciar já a preparação do cenário para a entrada em cena do *Príncipe Perfeito* enquanto rei.

Para o episódio militar emblemático desta campanha, a sua descrição nas fontes é muito parcimoniosa. Já Luís Miguel Duarte registou que Pulgar foi o único cronista evidenciar um demorado equilíbrio na luta. Isto se não atendermos à descrição dada por Lúcio Marineo Sículo, por ser manifestamente incorrecta e distante das outras que tenho vindo a seguir, o qual refere que ambos os partidos lutaram desde as nove horas até depois do sol se pôr, sem nenhum dos lados parecer vitorioso⁵²⁹. Sugere ainda Luís Miguel Duarte que uma possível razão para o cronista o ter feito seria o atribuir algum protagonismo a D. Fernando, quando, na verdade, de acordo com a crónica portuguesa, ele não o teve⁵³⁰.

O que podemos destacar destas passagens? Que de uma maneira incipiente, o exército dá os seus primeiros passos na modernização. Vejamos alguns exemplos. Por um lado, os apelidos mostram-nos a fragmentação própria de um exército medieval que acaba por ser o somatório de um conjunto de contingentes particulares; a falta de comunicação entre estes mesmos corpos⁵³¹; a disposição dos homens em campo apresenta uma tipologia tripartida, em que um exército faz por espelhar a posição do seu adversário, demonstrando uma mentalidade claramente medieval; por outro lado, a utilização de espingardeiros e a sua colocação em campo; o uso recorrente e com sucesso da artilharia⁵³²; e a posição de D. Fernando na retaguarda são claros indicadores de que sopram ventos de mudança.

⁵²⁹ VHRC-LMS, p. 44.

⁵³⁰ DUARTE, Luís Miguel - «1449-1495: O triunfo da pólvora», p. 383.

⁵³¹ Note-se o total desconhecimento, no campo de batalha, de D. João face ao pai e vice-versa, tanto que só no dia seguinte houve novas de que Afonso V não tinha perecido na batalha, mas se tinha abrigado em Castronuño.

⁵³² Diz Pulgar que «estas dos batallas del príncipe y del obispo yvan fornecidas de grande número de espingardas e otros tiros de artillerías». Cfr. CRC-AP, cap. LXIV, pp. 211-212. Estas afirmações dos cronistas são tão desprovidas de conteúdo, quanto eram os seus conhecimentos militares e, se bem que sejam as nossas fontes principais, pouco nos ajudam quando mais pormenores seriam essenciais.

g) A fuga de Afonso V. A vitória do príncipe D. João. A noite no campo

«Desbaratada la batalla real primera del rey de Portugal -a donde fue derribado y tomado su pendón de las armas reales- y muerto el alférez Duarte de Almeida -según parece en la relación que envió el rey de Castilla del suceso de la batalla, aunque Hernando del Pulgar dice que fue preso y llevado a Zamora-, y ganadas las más de las otras banderas, temiendo el rey de Portugal ser preso se salió de la batalla con solo veinte de caballo y tomó el camino de la sierra apartándose del río; y aquella noche se fue a recoger al castillo de Castro Nuño». (ACA-JZ, cap. XLIV)

«Quomo soube que ho Príncipe dom Ioam desbaratara has seis allas primeiras, e ha ventura em que staua sua batalha Real, sem ha victoria se mostrar por ella, nem polo delRei dom Afonso, mandou dali recado aho Cardeal de Castella, e aho duque d'Alua, encomendandolhes que tomassem a cargo fazer todo ho que comprisse áquele exército segundo vissem que a tal tempo, e sazam conuinha, e antes que hos Portugueses se comesassem a desordenar, e ir de vencida, se acolheo caminho de Çamora acompanhado daquela alla pequena com que se deixara ficar atras contra ha entrada da montanha e ainda de noite chegou à cidade, sem ele, nem hos que com ele hiam saberem, se eram vencidos se vencedores». (CPDJ, cap. LXXVIII, p. 167)

«La lluvia, la oscuridad de la noche y el no saber de cierto el camino que llevaban los fugitivos, hizo a los nuestros perder la formación y no les permitió adoptar un plan para alcanzar victoria completa. Al rey D. Fernando le acompañaran tan pocos que a veces tuvo que perseguir al enemigo con sólo três caballeros, Garcia Manrique, Iñigo López de Albornoz y Fernando Carrillo de Córdoba (...). Las demás tropas se entretenían en recoger el botín o en perseguir rápidamente al enemigo por la llanura». (CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, pp. 271-272)

«La confusión hubiera podido trocar en desastre la victoria si el príncipe D. Juan, todavía a la cabeza de tropas en buen orden y próximo a la orilla del Duero, hubiese atacado a nuestra gente desparramada; pero lleno de excesivo terror, sólo pensaba en aprovechar las sombras de la noche para encaminarse lentamente hacia Toro. Su irresolución engañaba a los nuestros, no menos vacilantes, y cuando por caso algunos reconocían en la marcha al caudillo portugués, tenían acometer con tropas desordenadas al escuadrón correctamente formado». (CEIV-AP, II, livro XXV, cap. IX, p. 272)

«E assi recolheo muyta gente, que pollo campo era espalhada, e fez corpo, e com muyta segurança, e sossego, e grandissimo esforço, e recado esteve no campo a mayor parte da noite, sem nunca mouer atrás, estando junto delle muyta mais gente del Rey dom Fernando, qua a sua, a qual pollo tão valentemente verem peleijar, e vendo a segurança, e sossego com que estava, nunca ousou de o cometer, estando tão cerca huns dos outros, que se ouuiam o que falauam. E como a noite escureceo se foram todos, e o Principe ficou só no campo, triumphando do tamanho vencimento, e fazendo recolher os feridos, e mortos como piadoso capitão esteue assi quedo». (CDJII, cap. XIII, p. 14)

As condições atmosféricas a que já aludi impediram o normal desenrolar da batalha, pois a visibilidade era praticamente nula, tanto por causa da escuridão, como por causa da chuva. Nesse sentido, D. João reagrupou os homens, chamando a sua atenção o melhor que pôde, através de tambores e trombetas, e fortificou-se no alto de

um cerro, mandando acender fogos⁵³³. Quanto mais nos aproximamos na acção do desfecho da batalha, mais diferentes leituras vamos fazendo entre os cronistas portugueses e os cronistas castelhanos. Neste ponto não podemos crer nas palavras de Afonso de Palencia, que assevera que D. João marchou para Toro protegido pela obscuridade⁵³⁴.

Houve ainda lugar para o heroísmo de Duarte de Almeida, que ao ver-se rodeado de inimigos, defendeu o estandarte real o melhor que conseguiu. Segundo a descrição, os castelhanos deceparam-lhe um braço, fazendo o alferes agarrá-lo com a outra mão, a qual também foi decepada. O alferes acabou a segurar o estandarte com os dentes para gáudio dos castelhanos. Neste ponto, algumas crónicas castelhanas divergem uma vez mais das portuguesas, uma vez que as primeiras afirmam que o alferes foi morto, ao passo que as portuguesas dão bem conta dos últimos dias de Duarte de Almeida, bastante depois da batalha, lamentando os cronistas que ele não tivesse tido uma tença adequada aos serviços que prestou durante a batalha de Toro⁵³⁵. Afonso de Palencia e

⁵³³ «Ho príncipe (...) se fez forte em hũa assomada (...), donde com has trombetas, e atabales, que fazia tocar a meude, e com fogos que mandou fazer, daua sinal ahos que andauam spalhados pelo campo, pera se recolherem par'elle, ho que assi fizeram, nam tam sómente hos que da sua alla faltauam, mas muitos dos destroçados que scaparam da batalha delRei, que nam poderam tomar ho caminho de Touro». Cfr. CPDJ, cap. LXXIX, p. 168.

⁵³⁴ Contraponham-se as palavras de Palencia, acima enunciadas, com as palavras de Fernando del Pulgar (CRC-FP, cap. LXIV, p. 215), que corresponde ao relato que podemos ler nas crónicas portuguesas e explicando que, na verdade, quem retirou para Zamora foram os soldados castelhanos «porque la noche era tan oscura, que no se veían ni conoçían vnos a otros, y la gente del Rey estaua cansada, e muchos dellos no avían comido en todo el dia, porque de Zamora avían salido mucho por la mañana».

⁵³⁵ Cfr. CRC-DV, cap. XX, pp. 70-71; ACA-JZ, livro XIX, cap. XLIV. Palencia apenas afirma que Pedro «Vaca derribó al Alferez» (CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, p. 271). Pulgar também não fala na morte de Duarte de Almeida (CRC-AP, cap. LXIV, pp. 213-214). Quanto às penas portuguesas, Resende declara que os castelhanos o deixaram por morto (CDJII, cap. XIII, pp. 12-13), mas efectivamente expressivos são Rui de Pina e Damião de Góis respectivamente: «(...) a qual [bandeira] nom foy aquelle dia tomada das maaõs de Duarte d'Almeyda Alferez pequeno, até que lhas primeyro nom deceparam com outras infyndas feridas, que no rosto e em todo ho corpo ouve, de que escapou. E a tanto mal se estende o mao sobcedimento das cousas, que este Alferes, a que tanta honrra e riqueza após ysto se devia, viveo despois alleijado e prove, e nam com gallardam dino de tal serviço» (CDAV, cap. CXCI, p. 847); «e na mesma pobreza viueu ho alferes Duarte d'Almeida, aho qual se nam fez merçe nhũa em satisfaçam de quantas feridas recebeo antes que lh'os castelhanos tirassem ha nossa bandeira Real das mãos» (CPDJ, cap. LXXVIII, p. 168). Como já notou Sousa Viterbo, Duarte de Almeida já havia sido recompensado antes da própria batalha de Toro, em Novembro de 1475, com mercê para o seu filho mais velho, da terra e celeiro de Mossamedes, na comarca da Beira, termo de S. Pedro do Sul (Cfr. VITERBO, Sousa – *A batalha de Toro*, Lisboa: Tipografia Universal, 1900, pp. 17-18). O segurar da bandeira tendida era um sinal visual essencial para a organização do exército em campo, o qual podia e devia sempre agrupar-se em torno desta, sob pena de o exército bater em retirada. Daí que Gonçalo Pires, escudeiro, tenha feito tudo para

Diego de Valera, por exemplo, atribuem importância capital a este episódio, que saldou uma dívida em aberto, existente desde 1385, na batalha de Aljubarrota, altura em que os portugueses capturaram a bandeira de João I de Castela.

A ala direita portuguesa sofreu grandes dificuldades, por causa da chuva e da proximidade com o rio Douro. Assim, quando os soldados partem em debandada para buscar refúgio na cidade de Toro, são vítimas da perseguição acesa dos castelhanos. A confusão da retirada e do mau tempo causou dissabores não só aos anónimos soldados que se lançaram ao rio na esperança de escapar, encontrando assim a maioria a sua morte, como também a Enrique Enriquez, conde de Alba de Liste, o qual acabou por se ver completamente cercado por inimigos e capturado como precioso refém, próximo da ponte de Toro⁵³⁶. Pelo este motivo, o mesmo cronista explica que muitos portugueses bradavam agora o apelido “Fernando” para escaparem à captura por parte dos seus inimigos.

No que diz respeito à conduta de D. Fernando, podemos dizer que o relato de Pulgar está muito mais próximo do que noticiam os cronistas portugueses e, por sua vez, se afasta das ideias de Palencia. Zurita não segue Pulgar neste caso. Vejamos o que podemos aferir acerca do monarca castelhano:

capturar as bandeiras perdidas (algumas das quais se perderam no rio), tendo-as conquistado novamente a Pedro Vaca e a Pedro de Velasco. Veja-se CDAV, cap. CXCI, p. 847 e CRC-AP, cap. LXIV, p. 214. Curiosamente, Palencia omite este acontecimento. Mesmo assim, os castelhanos conseguiram capturar oito bandeiras portuguesas menores, as quais foram levadas como troféu de guerra para Toledo, para a capela de S. Juan de los Reyes (MRC-AB, cap. XXIII, p. 59). Pulgar (p. 214) menciona que elas foram levadas para Zamora, o que é perfeitamente normal, uma vez que era a base mais próxima da batalha que se travou, podendo posteriormente ter sido levadas para Toledo. Também Luis Suárez interpretou somente as palavras de algumas crónicas castelhanas, dando o alferes por morto logo no próprio campo de batalha. Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 156.

⁵³⁶ CRC-FP, cap. LXIV, p. 214; CDJII, cap. XIII, pp. 14-15. Queixam-se os cronistas que apenas na manhã seguinte houve novas em como o conde tinha sido feito prisioneiro pelos inimigos, não deixando de haver uma analogia com a situação em que se encontrava Afonso V que, refugiado em Castronuño, também preocupava todos em Toro. Cfr. CEIV-AP, II, livro XXV, cap. IX, p. 272 e CRC-DV, cap. XX, p. 72.

«El Rey boluió luego para la çibdad de Zamora, porque le dixerón que podía venir gente del rey de Portugal, de la que aví quedado en la çibdad de Toro»⁵³⁷.

«Dom Fernando (...) quando logo vio vencidas e desbaratadas suas tamanhas e prymeiras batalhas, pelas batalhas do Pryncepe que eram menos em jente (...), foy aconselhado que se recolhesse como recolheo, e se foy a Çamora»⁵³⁸.

«El rey de Castilla con los grandes y caballeros que con él se hallaron, estuvieron en el campo por espacio de tres horas -según se afirma en las cartas que se escribieron del suceso desta batalla- porque se detuvo rigiendo el campo; y con mucha alegría de la victoria se volvió a Zamora a donde llegó a la una hora después de la media noche»⁵³⁹.

«D. Fernando (...) iba reuniendo la gente ocupada en recoger botín(...). Los que con el rey don Fernando se encaminaban a Zamora a las nueve de la noche (...). A la media noche, victorioso D. Fernando, había vuelto a Zamora a dar descanso e alimento a las tropas»⁵⁴⁰.

A informação dada por Diego de Valera nada nos diz acerca de quando D. Fernando teria deixado o campo de batalha. Ainda sobre este problema, tenho necessariamente de rejeitar o ponto de vista de Rubén Sáez, quando afirma que D. Fernando permaneceu quatro horas em campo depois do choque, tendo chegado a Zamora depois da meia-noite⁵⁴¹, devido à distância que os cavaleiros teriam de percorrer – cerca de dezassete quilómetros, de noite, em condições atmosféricas adversas e em terreno não plano, para chegar a Zamora pouco depois da meia-noite, não esquecendo que Palencia menciona que D. Fernando partiu do campo de batalha às 21 horas. É, no entanto, curioso este paralelismo existente entre os castelhanos e os portugueses. Deste modo, segundo alguns cronistas castelhanos, D. Fernando teria

⁵³⁷ CRC-FP, cap. LXIV, p. 215.

⁵³⁸ CDAV, cap. CXCI, p. 846.

⁵³⁹ ACA-JZ, livro XIX, cap. XLIV.

⁵⁴⁰ CEIV-AP, II, livro XXV, cap. IX, p. 272.

⁵⁴¹ SÁEZ ABAD, Ruben – *La batalla de Toro 1476*, Madrid: Almena, 2009, p. 66.

ficado três horas em campo (os portugueses sugerem que ele fugiu), o mesmo tempo que o príncipe D. João, fortificado num cerro, como se verá adiante.

Um dado que causa alguma estranheza pela singularidade do apontamento é o que refere o *Cronicón de Valladolid*, quando diz que «fué ferido el Príncipe de Portugal»⁵⁴², logo após se terem perdido as bandeiras e de Afonso V ter fugido para Castronuño. Tratar-se-ia de D. Afonso V? Não temos outro relato que comprove este acontecimento. Ainda no que a esta fuga diz respeito, as crónicas também não estão de acordo, variando na quantidade de cavaleiros que acompanhavam o monarca⁵⁴³.

É ainda notória a diferença entre o comportamento dos soldados castelhanos com o cair da noite. As crónicas castelhanas pintam os soldados vitoriosos, a recolher os despojos da batalha e em perseguições aos inimigos, ao passo que as portuguesas falam na debandada dos castelhanos:

«Sendo já pasada gram parte da noite, sabendo hos Castelhanos que stauam naquella batalha, junto da do Príncipe dom Ioam, quomo elRei dom Fernando se acolhera pera Çamora, reçosos de no dia seguinte lhes dár ho Príncipe batalha, poucos, e poucos se partiram do campo, tomando ho camino da serra, e dali pera onde lhes melhor pareço, sem o Cardeal de Castella, nem o duque d’Alua, nisso poderem poer orden, hos quaes, vendo quomo se lhes ha gente toda acolhia, com a que lhes ficou, se foram pera Çamora ho mais caladamente que poderam»⁵⁴⁴.

⁵⁴² CV, p. 118.

⁵⁴³ Pulgar quantifica três ou quatro cavaleiros que acompanham Afonso V (CRC-FP, cap. LXIV, p. 213); Palencia atesta que o grupo que protegia o monarca português tinha vinte elementos (CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, p. 271), tal como Valera (CRC-DV, cap. XX, p. 71); Bernáldez menciona oito companheiros (MRC-AB, cap. XXIII, pp. 58-59). A cronística portuguesa é mais rica em detalhes, com a excepção de Garcia de Resende, o qual diz apenas que Afonso V chegou a Castronuño sozinho (CDJII, cap. XIII, p. 13). Na verdade isto faz pouco sentido, pois o rei nunca viajava sozinho. No caso de Rui de Pina e Damião de Góis, não só são quantificados os cavaleiros que escoltavam o rei, como também são nomeados: João de Porras, Gomes de Miranda, prior de S. Marcos em Castela e depois bispo de Lamego e o conde de Caminha, Pedro Álvares de Souto Maior (CPDJ, cap. LXXVIII, p. 166); Pina nomeia apenas Pedro Álvares de Souto Maior e João de Porras, mas afirma que iriam outros cavaleiros integrados no grupo. Não deixa de haver, desta forma, um certo paralelismo entre estes três companheiros que acompanham Afonso V e os três cavaleiros que acompanham D. Fernando na sua retirada para Zamora: Garcia Manrique, Iñigo López de Albornoz e Fernando Carrillo de Córdoba (Cfr. CEIV-AP, II, livro XXV, cap. VIII, p. 272).

⁵⁴⁴ CPDJ, cap. LXXIX, p. 169.

«El príncipe de Portugal tovo entera su batalla cerca de la ribera del Río, e si osara pelear con los peones castellanos, es cierto que pudiera hazer en ellos grand daño. Pero con el grand temor que llevaba, curó de seguir su viaje para Toro lo más presto que pudo, como la noche y el agua mucho le ayudava»⁵⁴⁵.

Entrava-se assim na cruel fase do rescaldo após a peleja. Os autores castelhanos quiseram documentar a bravura e exacerbar o sentido de vitória militar de D. Fernando, enquanto os portugueses, mais moderados, têm bastantes vectores convergentes com o relato de Fernando del Pulgar. Contudo, temos mais um problema em aberto e para o qual não há resposta. Trata-se das baixas causadas pelo combate. Conforme se pode ver acima na tabela 2, nem todos os cronistas apresentam cifras; e alguns dos que apresentam, fazem-no parcialmente. Lamentavelmente, as penas portuguesas não registaram quaisquer baixas, o que não deixa de ser estranho. Porque razão seria? Para não denegrir mais a derrota portuguesa, entretanto justificada com a vitória do príncipe, o único que ficou em campo? Assim, julgando pela cronística castelhana, temos um intervalo de mortos portugueses compreendido entre 800 – avançado por Diego de Valera, e 1500 – sugerido pelo *Cronicón de Valladolid*; ao passo que no partido oposto temos um intervalo entre as nove – inventariadas por Palencia, e as 300 baixas – contadas por Jerónimo Zurita. Temos de apreciar estes números com muita prudência, especialmente para o lado castelhano, no qual até os 300 homens mortos me parecem um valor anormalmente baixo. Claro que os cronistas usam estes artifícios para aumentar o valor e justificar a glória do partido vencedor. Nas palavras destes, um exército com menos efectivos derrotou um exército com mais soldados, causando uma mortandade incrível, tendo apenas a lamentar um número pouco significativo de vidas.

De acordo com o antigo costume germânico, a *sessio triduana*, pretendia D. João ficar senhor do campo de batalha durante três dias. Diziam as regras que se o vencedor não fosse contestado neste prazo, aceitar-se-ia a vitória como validada oficialmente. Isto era especialmente importante em batalhas cujo resultado era indeciso⁵⁴⁶. Porém, acompanhado com poucos homens, embora fortificado num cabeço elevado, foi

⁵⁴⁵ CRC-DV, cap. XX, p. 72.

⁵⁴⁶ MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa: Editorial Notícias, 1998, pp. 309-310.

aconselhado pelo arcebispo de Toledo, que esteve parte da noite com ele no campo, a passar apenas três horas, à razão de uma hora por dia. O raciocínio do clérigo era válido, tendo apresentado uma argumentação de carácter religioso:

«despois dos ymigos partidos bem compria por os tres días estar no campo tres oras continoas a rezam de ora por dia, por comparaçam que trouxe da Resurreyçam de nosso Senhor, que foy despois da morte tres días nam todos inteiros, mas porque tomou de tres días tomando a parte por todo»⁵⁴⁷.

Naturalmente que o raciocínio desta ideia religiosa escamoteava algo de carácter mais pragmático e urgente. Alfonso Carrillo percebeu que com o nascer do sol, os castelhanos que ainda estivessem no campo, mais numerosos do que a hoste de D. João, organizar-se-iam e atacariam o príncipe, conferindo ao partido português pouca esperança de vitória caso este cenário se verificasse. Assim, decorridas as três horas, partiu a batalha do príncipe, de bandeiras desfraldadas, sem ter sido alvo de qualquer ataque e «guardando em todo ho caminho ha ordem que hos vencedores em tal caso acostumam ter, segundo lei e vso da Cauallaria»⁵⁴⁸.

h) Castrownũ, Zamora, Toro e Tordasilhas

«O Príncipe (...) se foy com grande triumpho e vagar, com suas bandeyras tendidas, e trombetas, e atabales á Cidade de Touro, onde entrou, e esteue com muyta tristeza até o outro dia, que soube nouas del Rey seu pay, de que ficou muyto ledo, e logo lhe mandou muyta gente com que veo a Touro, onde a Raynha, e o Príncipe estauão». (CDJII, cap. XIII, p. 15)

⁵⁴⁷ CDAV, cap. CXCI, pp. 847-848. Pulgar menciona o facto de D. João ter permanecido em campo, mas sem se alongar muito (CRC-FP, cap. LXIV, p. 215). Das palavras de Damião de Góis, ficamos com a ideia que o príncipe teria ficado em campo até ter raído o dia: «O Príncipe nam quis (...) mouer sua hoste do lugar donde staua atte que nam fosse dia, e assi lho aconselharam ho Arçebispo de Tolledo, e todollos outros senhores, e capitães. (...) Em amanhecendo nenhum delles [castelhanos] se vio no campo, nem nas montanhas, que de noite has passaram todas, ficando ho Príncipe dom Ioam victorioso, com toda sua gente posta em ordem, pera dar batalha, se achara com quem pelejar. Ho qual quomo foi dia fez levar todolos feridos, e presos a Touro».

⁵⁴⁸ CPDJ, cap. LXXIX, p. 170.

«El rey don Fernando luego que en Zamora llegó fizo saber a la reyna, que en Tordesillas estava, el bien aventurado suceso que en la batalla avía auido, por el noble varon Iñigo López de Albornoz». (CRC-DV, cap. XX, p. 72)

Imaginemos um mundo com comunicações rudimentares, baseadas em mensageiros. Agora adicionemos a esse ingrediente uma terra a ferro e fogo. Assim se entendem, pois, as comunicações no período em questão. Daí que Afonso V não tivesse qualquer conhecimento do que teria acontecido ao filho, julgando o pior. Se ele próprio, com mais homens, havia sido derrotado, então que teria sido de D. João, com muito menos homens? Poderia inclusivamente estar morto. O príncipe também não sabia novas de seu pai, o qual tinha seguido para Castrolnuovo, como já referi, para escapar ao congestionamento à passagem pela ponte de Toro, a qual daria acesso à cidade. Também a rainha Juana, protegida pelas muralhas de Toro e encomendada à guarda do duque de Guimarões e a Pedro de Meneses, conde de Vila Real, nada sabia do destino de D. Afonso V, nem de D. João⁵⁴⁹, até que este chegou à cidade, encontrando mesmo alguma resistência para que as portas fossem abertas aos seus homens. Muitos já tinham chegado à cidade há horas, mas as portas não lhes haviam sido abertas, nem lhes fora permitido entrar, uma vez que o duque de Guimarões censurava o facto de os soldados terem abandonado o campo de batalha sem o rei e sem nada saberem dele⁵⁵⁰. Era escuro e reinava um clima de desconfiança entre portugueses e castelhanos, no qual até os feridos podiam encenar um golpe para capturar a cidade e, mais importante ainda, a rainha. Assim, com a chegada do príncipe, já de madrugada, ultrapassadas as invectivas que foram dirigidas aos soldados do alto das muralhas – apesar de haver algum cuidado

⁵⁴⁹ «El Rey onde estava, duvidando da vyda e salvaçam do Fylho, de que a moor parte da desaventura nom falleceo aa Raynha que estava no Castello atée o outro dia, que o Pay foy certefycado da saúde e prospera vitoria do Fylho, e o Fylho da salvaçam e saúde do Pay acolhydo em Crasto Nunho» (CDAV, cap. CXCI, p. 848).

⁵⁵⁰ Pulgar registou a crítica do duque vimaranense aos soldados que voltavam da batalha: «Oh fidalgos de Portugal» – decia el – dó está vuestro rey? Do está vuestro señor? Dó dexastes vuestra cabeça y vuestro capitán? No sé yo porqué no sopistes guardar todos aquel que guardaua a todos; ni sé como podéys ver la gente, ni sufrir que la gente vea a vosotros, aviendo dexado vuestro rey en el perigo, por escapar vosotros dél. Si perdistes la fuerça para pelear con él, no sé yo como perdistes el entendimento para venir sin él. Guardávades la persona del rey en la cama, en la tabla, en las fiestas y en los plazer, y dexastes de le guardar en la batalla, do su vida e honrra avíades más de mirar» (CRC-FP, cap. LXV, p. 217). Trata-se claramente de um discurso ficcionado, inventado pelo cronista, para dar uma imagem negativa dos portugueses que haviam abandonado o campo.

com os feridos⁵⁵¹, o duque de Guimarães e o conde de Vila Real reconheceram as bandeiras de D. João e vieram pessoalmente abrir as portas. Porém, só na manhã seguinte chegou um mensageiro, enviado por D. Afonso V, a comunicar que o rei tinha escapado ileso e se encontrava em Castronuño, onde tinha sido bem recebido pelo alcaide, Pedro de Mendanha. Naturalmente que estas notícias foram a causa de «fésta, e alvoroço em toda ha cidade, e tanto repicar de sinos, e tocar de trombetas, e atabales que toda ha perda da batalha se teue por nada»⁵⁵², tendo de imediato D. João enviado um destacamento armado para escoltar o pai de Castronuño até Toro.

Do outro lado da barricada, D. Fernando não perdeu tempo e diligenciou no sentido de enviar notícias da vitória a D. Isabel e às cidades – note-se a importância estratégica deste acto, o qual seria também levado a cabo por D. João ao dirigir-se por escrito às cidades do reino⁵⁵³. Para além disso, voltou imediatamente à coordenação das acções de assédio à fortaleza de Zamora, a qual acabaria por capitular a 19 de Março de 1476⁵⁵⁴, episódio que abordarei em pormenor mais abaixo.

D. Isabel assim que soube da vitória maior do marido, deu «muchas graças a Dios de la victoria ávida por el rey su marido [e] andava visitando las iglesias e mandando fazer proçessiones»⁵⁵⁵.

i) O regresso do exército português

«Onde sobre conselhos, que acerca destes feitos ElRey e o Prynçepe tiveram, foy acordado, que o Arcebispo de Tolledo se fosse como foy a Tallavera e a suas terras, e com ele por sua segurança Dom Garcia Bispo d'Evora (...). E assi acordou que o Prynçepe se tornasse a Portugal, o qual como era Prynçepe bom e piadoso, depois de prover e remedear com mercêes e visitaçoões, aos que de sua batalha

⁵⁵¹ «(...) elles nam quiseram mandar abrir has portas da çidade nem recolher pessoa nhũa dentro, atte verem ho Prinçepe, e serem çertos e seguros do que lhe diziam, mas hauendo respeito alos feridos polo postigo da porta da ponte lhes mandauam dar tudo ho que lhes era neçessario pera remédio de suas chagas, e feridas» (Cfr. CPDJ, cap. LXXX, p. 171).

⁵⁵² CPDJ, cap. LXXX, p. 171.

⁵⁵³ Palencia também aborda este assunto, mas com um tom ácido para com os portugueses: «de aquí tomaron pie los portugueses para escribir desvergonzadamente a Lisboa que el Principe habia permanecido en su campo como vencedor» (CEIV-AP, II, livro XXV, cap. IX, p. 273).

⁵⁵⁴ CEIV-AP, II, livro XXVI, cap. I, p. 280.

⁵⁵⁵ CRC-DV, cap. XX, p. 72.

foram presos e feridos, partio na semana mayor de Touro, e veo dormir a Crasto Novo, fortalleza que estava por ElRey seu Padre, e ao outro dia passou a gente o rio em huuma barca, e os cavallos e bestas a nado, per hum porto que se diz Ryco Váo, e de hy foy ter a Pascoa a Miranda do Doiro, e com elle o Conde de Penella Dom Affonso de Vasconcellos, e assy pouca jente; porque os mais grandes Senhores com todolos mais fycaram em Touro em ElRey». (CDAV, cap. XCXII, pp. 848-849)

«Alguns dos chronistas castelhanos dizem que ho Príncipe dom Ioam (ho mesmo dia que se recolheo em Touro depois do desbarato das batalhas) teue algũas suspeitas de ho Arçebispo de Toledo ter modos, e intelligencias secretas com elrei dom Fernando, pera se lançar da sua parte, ho que parece ser aho contraio, visto quomo ho Arçebispo se nam atraueo a partir de Touro sem grossa companhia, pera guarda de sua pessoa, e assi elRei dom Fernando desejoso de ho hauer has mãos, lhe mandou tomar ho caminho pelo conde de Teruino». (CPDJ, cap. LXXXII, p. 174)

«El príncipe de Portugal con cuatrocientos de caballo se fue la vía de su reino y llevó consigo a doña Juana su prima, princesa». (ACA-JZ, cap. XLV)

Os «vários e porlixos conselhos» no dizer de Damião de Góis continuariam a ocorrer, agora não para decidir acerca de uma eventual batalha, mas para fazer a avaliação da situação e determinar qual seria o papel dos apoiantes de Afonso V, nomeadamente do príncipe D. João e de Alfonso Carrillo. Assim, depois de ter agraciado com mercês aqueles que se distinguiram na peleja, através da distribuição de dinheiro, especialmente aos feridos⁵⁵⁶, D. João empreendeu o caminho de regresso a Portugal, atravessando o rio Douro num lugar chamado Rico Vau, embarcando os homens e passando a vau os animais. Em Miranda do Douro, onde já estava na Páscoa, reencontrou-se com a princesa sua mulher. Uma vez mais, pai e filho voltaram a separar-se. O reino de Portugal precisava do seu rei. À falta deste, o príncipe tinha legitimidade para governar. Assim, enquanto D. Afonso V planeava o resto da campanha em Castela, pensando já numa visita em pessoa a Luís XI de França.

A batalha foi, indubitavelmente, uma lição de vida, na qual o futuro D. João II aguçou o discernimento a quem devia recompensar pelos serviços prestados na guerra. Recorda Garcia de Resende, não obstante a sua parcialidade, que o príncipe teria afirmado que «muy necessaria cousa me foy vestir as armas, para conhecer os homens a que deuo de fazer merce»⁵⁵⁷. Sem dúvida que esta experiência adquirida contribuiu para a sua maturidade, até porque o príncipe partiu de Toro com um documento da chancelaria régia, datado de 14 de Março de 1476, que estipulava que quaisquer rendas

⁵⁵⁶ CDJII, cap. XIV, p. 15-16.

⁵⁵⁷ CDJII, cap. XIV, p. 16.

ou mercês superiores a 10 000 réis, concedidas por D. Afonso V, careciam da aprovação de D. João, de forma a proteger o património da coroa de eventuais delapidações e oportunismos, quer por parte de portugueses, quer por parte dos fiéis castelhanos que era necessário recompensar pelos serviços prestados⁵⁵⁸.

Não se pense que este regresso dos homens de armas foi isento de problemas. Especialmente na zona de Sayago, perto de Miranda do Douro, cansada de abusos, a população castelhana atacou com violência, na razão da proporção inversa dos apoios de Afonso V a seguir à batalha, os soldados que atravessavam as aldeias⁵⁵⁹.

Como seria de esperar, o regresso do exército português não é um tema suficientemente importante para a maior parte dos cronistas castelhanos, como Bernáldez, Valera, Palencia, entre outros, preferindo estes demonstrar como os castelhanos prosseguiram a campanha, fazendo incursões em Portugal e combatendo os inimigos internos remanescentes. Valera chegou mesmo a sintetizar a questão dizendo «en este tiempo ovo muchos recuentros, así por mar como por tierra, entre castellanos e portugueses, en que sienpre los portugueses fueron vencidos e desbaratados»⁵⁶⁰. O assunto atraiu tal atenção que chegou aos ouvidos de D. Fernando que, de imediato, reuniu um conselho, para determinar qual seria a posição oficial castelhana quanto ao regresso de tropas inimigas ao seu país de origem. Conta-nos Pulgar que muitos suplicaram ao rei que se usasse a crueldade e a violência contra aqueles que haviam sido cruéis para com as populações castelhanas, chegando mesmo a invocar, pela quarta vez ao longo da crónica, a memória de Aljubarrota. Os fugitivos deveriam ser mortos ou reduzidos à escravidão. Estas palavras vinham principalmente daqueles que tinham participado na batalha e que tinham parentes e amigos que tinham sido gravemente feridos ou mortos na batalha de Toro. Estas dolorosas recordações recuavam também umas quantas gerações, até à Batalha Real, em Agosto de 1385. A dureza serviria então de lição aos portugueses, não só contra a sua violência, como também contra a sua arrogância e orgulho. Porém, o cardeal de Espanha – Pedro González de Mendoza,

⁵⁵⁸ ANTT, gaveta 13, maço 10, n.º 4.

⁵⁵⁹ CRC-FP, cap. LXVI, p. 219. Nas palavras do cronista, «matavan y prendían todos los portugueses que por allí boluían a Portugal, e muchos dellos castrauan, por las fuerças de las mugeres que avían fecho». Tratava-se assim de aplicar a velha máxima de fazer justiça pelas próprias mãos: olho por olho, dente por dente.

⁵⁶⁰ CRC-DV, cap. XXI, p. 78.

representando a voz dos justos, da piedade e dos nobres valores da cavalaria (qual Nuno Álvares Pereira quase 100 anos antes), arguiu que não seria honroso perseguir inimigos que fugiam do país, uma vez que já não se travava de nenhuma batalha:

«matar al que se rinde, más se puede decir torpe venganza, que gloriosa victoria. Si vosotros, caballeros, matárades peleando a estes portugueses, fecho era de caballeros; pêro si se os rindieran e los matáredes, a cueldad se reputara, e mucho se ofendiera el uso de la nobleza castellana que lo defiende, quanto más viniendo a pedir misericordia de sus vidas, e libertad de sus personas. (...) Estos portugueses que se vuelven a Portugal, gente es común, que vino por fuerza a llamamiento de su rey; e si fuerzas han cometido en este reyno, también las cometiéramos nosotros en el suyo, si el Rey allá nos llevara»⁵⁶¹.

À semelhança dos anteriores conselhos já mencionados, a opinião que prevaleceu foi a do clérigo e D. Fernando confiou a um capitão dos ginetes do duque de Alba a missão de ajudar os portugueses a passar a fronteira, mesmo que para esse auxílio tivessem de pagar. Os afortunados passaram com a sua ajuda. Outros tiveram o contratempo de serem trazidos a Zamora, demonstrando-se o monarca benevolente e dando-lhes o que necessitavam para que eles regressassem a Portugal.

j) O “dia seguinte” no lado castelhano

«Sábado xvj de marzo entré en Toro estando ende el Rey de Portugal D. Alonso, y el Príncipe su fijo y el Arzobispo de Toledo». (CV, p. 120)

«Estos dos adinerados caballeros [Pedro Arias e Pedro Núñez] ocuparon el arrabal, y asestaron muchas bombardas contra la Puerta de Guadalajara, com escasa resistêcia del Alcaide puesto por el Marqués para defenderla. (...) Aterrado con este peligro el que dirigía la resistencia, capituló la rendición». (CEIV-AP, II, livro XXVI, cap. I, p. 280)

«Esta tal victoria, caualleros, quiero yo menospreçiar, que aquí no venimos sino para quitar al rey de Portugal, mi primo, los malos conceptos de su persona, y no los buenos arreos de su cámara». (CRC-FP, cap. LXVII, p. 222)

⁵⁶¹ CRC-FP, cap. LXVI, pp. 219-220.

Depois da batalha, as crónicas portuguesas seguem uma linha menos convergente com as castelhanas e a aragonesa, preocupando-se mais as primeiras em documentar momentos em que Portugal é o interveniente activo, com o caso em que D. Afonso V tentou um golpe de mão, lançando uma cilada para capturar D. Isabel⁵⁶², em reacção ao cerco fernandino da praça de Cantalapiedra. Porém, os batedores isabelinos estavam alerta e deram o sinal de alarme. A rainha, saindo de Madrigal, tencionava deslocar-se até Medina del Campo, mas arrepiou caminho e tornou-se a Madrigal⁵⁶³. Os outros autores tecem a história com a tónica na transição para a ofensiva por parte dos castelhanos. Episódios militares como o de Cantalapiedra, Castro Torafe ou Zamora são alvo de grande destaque nas crónicas castelhanas.

Afonso de Valência, comandante da fortaleza de Zamora, ao ver que não era socorrido por Afonso V, decide iniciar negociações para a rendição, não sem antes ter querido inverter o insucesso que se adivinhava, expondo o filho do conde de Benavente aos tiros das bombardas e dos trabucos⁵⁶⁴. De acordo com Afonso de Palencia, preparava-se o rei para mandar cessar os bombardeamentos, quando Valência percebeu que seria inútil continuar a resistir, uma vez que teria visto «a fortaleza desnuda de defensas y la derrota de los portugueses abatió su ánimo». Concluídas as negociações, ficou definido que lhe seria atribuída a alcaldaria de Castro Torafe, pela contrapartida da entrega de Zamora, situação que acabaria por ocorrer a 19 de Março. A cidade seria ainda premiada com a criação de uma feira franca anual⁵⁶⁵.

Os despojos encontrados pelos castelhanos em Zamora foram riquíssimos, uma vez que pertenciam à própria câmara do rei. Sedentos de poder, houve quem tivesse prontamente requerido a D. Fernando que repartisse os bens lá encontrados (jóias, vestidos e baixelas de prata), uma vez que os portugueses também capturavam frequentemente despojos castelhanos⁵⁶⁶. Com um raro sentido de humanidade e justiça,

⁵⁶² CPDJ, cap. LXXXIII, p. 175.

⁵⁶³ CDAV, cap. CXCII, p. 849.

⁵⁶⁴ CEIV-AP, II, libro XXVI, cap. I, p. 280.

⁵⁶⁵ Cfr. SUÁREZ FERNANDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 158.

⁵⁶⁶ Mesmo sendo impossível de contabilizar estes prejuízos, não deixa de ser interessante pensar em quantos tesouros da Coroa de Portugal não se terão perdido no decorrer dos reveses desta batalha, o que, sem dúvida, dificultou ainda mais a situação económica portuguesa e para a qual contribuirá também a visita de D. Afonso V e do seu séquito a França, durante quase um ano.

ou simplesmente para facilitar as novas negociações políticas com o rei português, D. Fernando não quis humilhar Afonso V, confiscando-lhe os bens, pelo que lhos mandou devolver em Toro.

Mesmo sendo bastante jovens, Isabel e Fernando começavam a demonstrar bastante maturidade nas decisões que iam tomando. Preocupados não só com o plano militar, no campo estratégico também estabeleciam medidas que prejudicavam os castelhanos que se tinham aliado ao inimigo – retirando-lhes as rendas, e transferindo-as para quem tinha demonstrado uma conduta “correcta” ou para alguém que não se quisesse hostilizar. No primeiro caso podemos nomear Rodrigo de Ulloa, que obteve como compensação de danos sofridos um juro de 28 000 maravedis que pertenciam ao chantre Gonçalo de Valência, nas rendas de Zamora; integra ainda este quadro Rodrigo Maldonaldo de Talavera, que recebeu 18 000 maravedis de juros nas Astúrias e Salamanca; ou Pedro de Mazaiegos, regedor e alcaide perpétuo da ponte de Zamora, membro do Conselho, passou a ser corregedor do Principado das Astúrias, recebendo uma renda de 210 000 maravedis em Zamora⁵⁶⁷. Estes procedimentos destinavam-se a criar um conjunto de homens fiéis aos *Reis Católicos*, assentando essa fidelidade em rendas, fazendo assim com que os Grandes vissem algo neutralizado o seu peso político. Como segunda vertente podemos ver o exemplo de Álvaro de Stúñiga, aquando da rendição da fortaleza de Burgos e da submissão desta importante família a Fernando e a Isabel, que lhe garantiram a concessão do ducado de Béjar e do ducado de Plasencia, por permuta com o de Arévalo. Era o sanear de sequelas provenientes de contendas internas que escalaram desde 1420 até 1476. O sucesso desta receita agridoce foi conseguido através da concessão de títulos aos nobres, por um lado, e do estabelecimento de um limite para as suas ambições, por outro. Assim, o método geral seguido foi: confirmar a cada uma das linhagens os senhorios que as mesmas haviam adquirido legitimamente, permitindo-lhes conservar as suas rendas, mas ao mesmo tempo mostrar-lhes que o crescimento inusitado do seu património à custa das terras da Coroa não seria tolerado. Para cada nobre, o serviço à Monarquia devia agora ser a principal prioridade. Acerca disto, acrescenta ainda Luís Suárez: «no había inconveniente en admitir cierto grado de solidaridad entre las familias, unidas entre sí por repetidos lazos de parentesco, lo que ayudaba a que no pudiera hacerse distingos en

⁵⁶⁷ Cfr. SUÁREZ FERNANDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, pp. 157-158.

el trato entre fieles, tibios o adversarios. Los cuatro acuerdos que se concertaron en 1476 con los Manrique, que militaran en sus filas desde la primera hora, con el marqués de Cádiz, que se mantuviera ostensiblemente neutral en los primeros meses, y con los Stúñiga y Portocarrero, públicos partidarios de doña Juana, nos ayudan a comprender esta política pacificadora»⁵⁶⁸.

Tinha então começado a pacificação interior, tendo-se dirimido muitas questões nas cortes de Madrigal; inclusivamente nelas se estatuiu a criação da *Santa Hermandad*⁵⁶⁹.

No plano das armas, Isabel e Fernando tinham agora uma atitude manifestamente ofensiva. Afirma Bernáldez que «en este tienpo fizieron muchas lombardas, más de las que tenían, e muchos tiros de pólvora de diversas maneras, e muchos robadequines»⁵⁷⁰. Porém, renovou-se igualmente a tentativa de alcançar a paz, tentativa essa que foi infrutífera como sabemos. Essa missão foi planeada por Pedro González de Mendoza⁵⁷¹ e a sua comissão poderia eventualmente ter sido atribuída ao Doutor de Toledo – quem se crê ter proferido a afirmação que entrou em Toro no dia 16 de Março de 1476, a mando de D. Isabel e que citei no início deste capítulo.

k) A continuação da campanha

«E neste tempo porque ElRey sentía já bem, que seu poder nem ajuda dos grandes de Castela, nom lhe davam pera sua demanda tam firme esperança como compria, forçado de hum vivo desejo de sua honrra, envyou per seus messegeiros requerer ajuda a ElRey de França (...) [e] detriminou virse a Portugal, e de hy pasar logo em França, crendo que o remedio e ajuda pera seu recurso, que tanto desejava, com sua yda e em sua pessoa se faria mais facil». (CDAV, cap. CXCI, p. 850)

⁵⁶⁸ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Isabel I, Reina (1451-1504)*, pp. 140-141.

⁵⁶⁹ CRC-FP, cap. LXX, pp. 230-243; VHRC-LMS, p. 51; CIRC, título LI, pp. 305-309.

⁵⁷⁰ MRC-AB, cap. XXVIII, p. 65.

⁵⁷¹ Pedro González de Mendoza teria sido um homem completo a todos os sentidos: devoto à religião e ao bem, não deixamos de o ver sempre a aconselhar o mais idoneamente possível em todos os conselhos reunidos por D. Fernando; de ser o primeiro na linha da frente em batalha a combater os adversários; a demonstrar a sua virtude e piedade ao pedir um seguro para os portugueses que queriam regressar a Portugal, fugindo de um país hostil; e a revelar um espírito concertador ao propor a paz, em nome dos reis, a D. Afonso V. Eis como descreve Pulgar este grandioso homem: «era home esforzado, e de grand ingenio; e siempre fué visto procurar el pacífico estado, e celar el honor de la corona real de Castilla» (CRC-FP, cap. LXVI, p. 221).

«Passados algunos días después que el rey don Alonso salió de Castilla, como dicho es, estando en Portugal ordeno ir a demandar favor y ayuda al rey de Francia; y enbarcóse y fué a Francia, quedando su fijo el príncipe don Juan alçado por rey de Portugal; y estovo en Francia com el rey Luis, el cual no le acudió ni dió favor, según remaneció. E lo que allá entre ellos pasó no se supo» (MRC-AB, cap. XXVII, pp. 62-63)

«Entregóse la fortaleza de Toro, é la Mota, y Monzon, é la puente de Toro á la Reyna nuestra Señora sábado xviii de otubre anno Domini mccccxxvj». (CV, p. 124)

«[D. Isabel e D. Fernando] imbiaron a don Alonso, maestre de Calatraua, hermano del Rey, y a don Pero Manrique, conde de Treuiño que asentasen real sobre Cantalapiedra, y asimismo imbiaron por los caualleros y pueblos de Salamanca y Medina del Campo y Valladolid y Avila para que (a) aquel çerco veniesen. Y la gente llegada, primero dia de Pascua florida asentaron real (...); y desde algunos días estouo çercada, en el comedio dellos se adereçaron mantas y gruas y bancos pinjados y muchas cosas para combatir neçesarias; asimismo, le fueron gruesos tiros de poluora asentados, con que le tenían la mayor parte del muro puesto en el suelo». (CIRC, título XLVII, p. 289)

Face à vitória decisiva que Afonso V não obteve no campo de Castro Queimado e de que necessitava realmente, partiu de Toro a 13 de Junho de 1476, para Portugal, não sem antes ter buscado apoios no reino francês. Porém, o emissário enviado – Álvaro de Ataíde, não teve grande sucesso, pelo que o monarca considerou fundamental visitar Luís XI pessoalmente, para lhe requerer ajuda. Assim, antes de embarcar para França, o rei proveio as fortalezas e regressou a Portugal (deixando em Toro o capitão-mor conde de Marialva), fazendo “escala” em Miranda do Douro – onde atravessou a fronteira e itinerou pela Guarda, Coimbra, Abrantes e Porto. Inicialmente planeada uma travessia marítima pelo Atlântico, o monarca acabou por ir pelo mar Mediterrâneo, uma vez que as águas poderiam estar patrulhadas por forças de D. Fernando⁵⁷². Na verdade, o Mediterrâneo também não estava isento de problemas, como o confronto que se verificou entre o almirante francês que transportava Afonso V, Guillermo de Casenove Coulon, e o capitão castelhano Ladrón de Guevara⁵⁷³. Ao contrário do que afirma Saul

⁵⁷² CDAV, cap. CXCIII, p. 851.

⁵⁷³ A escolha da travessia até França pelo Mediterrâneo deu-se também pela necessidade de prover ao reforço da defesa das forças portuguesas em Ceuta, uma vez que estando a guarnição portuguesa na dita praça militar algo debilitada, o duque de Medina Sidónia aproveitou para enviar alguns soldados para ver se a conseguiam tomar. Foi no decorrer desta viagem que Coulon e Ladrón de Guevara travaram um combate naval, no qual o francês se apoderou de três embarcações castelhanas, duas das quais naus mas, em contrapartida, perdeu quatro dos seus barcos para os castelhanos, que os incendiaram. Só depois desta missão é que Coulon regressou a Lisboa para transportar Afonso V, praticando sempre uma navegação de cabotagem, receando ter novamente um encontro com Ladrón de Guevara e desta vez com o rei português a bordo. Chegaram a França em meados de Setembro de 1476. Na verdade, para os castelhanos, era estrategicamente mais importante controlar as águas cantábricas e livrá-las de piratas franceses, do que

Gomes⁵⁷⁴, considero que a ajuda gaulesa seria a última cartada que Afonso V poderia jogar, no meio de uma posição já fragilizada pelos sucessivos abandonos à sua causa por parte dos Grandes castelhanos. Como tive oportunidade de desenvolver anteriormente, Luís XI acabou por não prestar qualquer apoio a Afonso V, fazendo-o, ao invés embrenhar-se na política externa francesa, o que, na verdade, era o que interessava verdadeiramente ao rei gaulês. Esta ausência de D. Afonso V foi prontamente aproveitada por Isabel e Fernando. Relembro que D. Afonso V só regressou a Portugal em meados de Novembro de 1477⁵⁷⁵. Não significa isto que as acções portuguesas tenham cessado. Apenas adquiriram uma dimensão mais pequena, defensiva e depredatória⁵⁷⁶.

Especialmente a partir do segundo semestre de 1476, altura em que Isabel e Fernando passaram à ofensiva, é de novo incentivado que se faça a guerra dentro de Portugal. Esses ataques seriam coordenados pelo conde Faria, Gómez Suárez de Figueroa e pelo comendador-mor de Leão, Alonso de Cardenas. Com as suas fronteiras protegidas, Isabel estava assim livre para tratar de assuntos pendentes na Estremadura espanhola e Fernando para se deslocar à província de Leão⁵⁷⁷. Mas mesmo assim, as coisas não foram fáceis e estavam longe de estar definidas, uma vez que grande parte do território castelhano continuava a ferro e fogo, competindo os nobres entre si pelos despojos, com os interesses particulares a falar mais alto, em detrimento dos interesses dos nacionais. Assim, Zurita dá-nos conta de que o duque de Medina Sidónia se apoderou da cidade de Sevilha; travou-se uma batalha em Jerez, relativamente próximo da fronteira com Portugal, sendo tomada pelo marquês de Cádiz; e ainda outra batalha em Guadalcanal; Córdova foi tomada por Alonso de Aguilar; Ecija conquistada por Luís Puerto Carrero; e Carmona subjugada por Luís de Godoy, rematando ainda o cronista

quaisquer outros objectivos no Mediterrâneo. Assim o comércio marítimo podia voltar a ser estabelecido na zona das Astúrias. Cfr. SUÁREZ FERNANDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 201.

⁵⁷⁴ GOMES – D. Afonso V..., p. 216. O autor defende que «a decisão tomada por Afonso V de se deslocar, com prestigioso séquito, a França para, aí, confrontar pessoalmente Luís XI com a necessidade que a Coroa Portuguesa sentia da efectivação de um apoio diplomático e militar por parte daquele reino, não constitui um acto de desespero político».

⁵⁷⁵ Para esta temática, ver atrás o capítulo “A ameaça francesa e a paz armada”.

⁵⁷⁶ CDPJ, cap. LXXXVI, p. 178.

⁵⁷⁷ ACA-JZ, Livro XX, cap. II.

que outros senhores havia que tinham tomado outras cidades, acalentando todos a esperança que a guerra com Portugal continuasse, para que eles, na ausência de ordem, pudessem continuar a aumentar livremente os seus estados⁵⁷⁸.

Ainda assim, tratou-se do ano da capitulação dos Grandes, tal como o marquês de Villena e o arcebispo de Toledo, os quais prestaram preito e menagem a Isabel e Fernando a 11 e 17 de Setembro de 1476 respectivamente⁵⁷⁹. À semelhança destes, houve convénios com outros senhores igualmente poderosos e que, numa primeira etapa, coincidem com as cortes de Madrigal, nas quais se concluíram pactos com quatro Casas nobres: duas eram partidários de Juana – Stúñiga e Portocarrero; uma era neutral – os Ponce de León; e a quarta era partidária dos *Reis Católicos* desde o início – os Manrique, condes de Treviño. Estas negociações pretendem assegurar para a Coroa a posse de territórios vitais: Biscaia, Cádiz, Arévalo e Mérida. Deste modo, e ainda no início de Março de 1476, Pedro Manrique, conde de Treviño, recebeu uma indemnização para renunciar ao título de corregedor da Biscaia, o que ocorreu a 2 de Março de 1476⁵⁸⁰, recebendo em troca o título de duque de Nájera. A Rodrigo Ponce de León, marquês de Cádiz, em constante disputa com o duque de Medina Sidónia, foi permitido, entre outras coisas, conservar os seus estados, incluindo Jerez, sendo-lhe aumentadas as rendas com a concessão de 1% do valor de todos os bens descarregados no porto de Cádiz. Nestas negociações ocorridas entre Abril e Junho estavam incluídos também Luís de Guzmán e Luís de Godoy. Por outras palavras, houve uma reorganização dos patrimónios, dos títulos e das relações de poder no seio da nobreza castelhana. Não foi o fim dos problemas na Andaluzia, mas era uma forma de ir apaziguando as discórdias que ensombravam o ocidente andaluz. O duque de Arévalo e Leonor Pimentel, sua mulher, passaram imediatamente para a esfera de influência isabelina com a derrota em Toro, durando a negociação das condições várias semanas, o que mostra o quão ponderada e aproveitada foi esta mudança. Generosas rendas a troco de Burgos e da paz entre os Stúñiga e outras famílias de Grandes: Mendoza, Álvarez de Toledo. Pelo exposto, as longas negociações que os reis levam a cabo com estes Grandes, provando a existência de um verdadeiro contrato entre as partes, não só

⁵⁷⁸ ACA-JZ, Livro XX, cap. XII.

⁵⁷⁹ Cfr. SUÁREZ FERNANDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 169.

⁵⁸⁰ Acordo de 2 de Março, em Archivo General de Sello. Patronato Real, leg. 11, fol. 81, citado por SUÁREZ FERNANDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, pp. 160.

refutam a posição de Alfonso de Palencia – exprimindo que Isabel e Fernando eram inimigos da nobreza, como também demonstram que cada linhagem, na medida em que desempenhava um papel imprescindível, devia conservar o seu poder económico. Os *Reis Católicos* aceitam então o modelo do senhorio, reconhecendo nesta forma de administração a prestação de um serviço público⁵⁸¹.

Seria demasiado exaustivo para o âmbito deste trabalho estar a expor pormenorizadamente todos os episódios militares ocorridos durante o período em questão, pelo que remeto para o anexo compilado que os inventaria e descreve. Mesmo assim, não posso deixar de aprofundar a extensão da ofensiva isabelo-fernandina também dentro do seu território: Madrid, Atienza, Caracena, Cantalapiedra, Castronuño, Toro, Cubillas, Sieteiglesias, Trujillo, Utrera, etc. Os *Reis Católicos* souberam gerir os seus recursos de forma a aproveitar a ausência de D. Afonso V em França. Por consequência, muitas destas fortalezas são tomadas por golpes de mão ou então por exaustão de recursos e falta de socorro, o que obriga os sitiados a capitular, por vezes mesmo com o consentimento de Afonso V⁵⁸².

Com a longa estadia em França e, ao contrário do que o rei português esperava conseguir, ao não ter obtido o apoio de Luíx XI, Afonso V tomou a decisão de renunciar à coroa portuguesa, ordenando ao filho que se fizesse aclamar, o que aconteceu em Novembro de 1477, dois dias antes de o monarca ter regressado a Portugal.

Já em Portugal, mesmo tendo sentido a incapacidade para impor a sua vontade no plano das armas e tendo sido derrotado politicamente por Luís XI, Afonso V acreditou que as coisas podiam ter mudado no cenário castelhano, talvez devido à contínua insatisfação dos grandes senhores e das suas constantes querelas, como era o caso do marquês de Cádiz – Rodrigo Ponce de León, com o duque de Medina Sidónia – Enrique de Guzmán. Era repetir o mesmo erro. Conta-nos Zurita que

«El rey de Portugal desde que entró en su reino amenazaba de entrar en los reinos de Castilla y hacia muy grandes aparejos para ello y señalaba tener para esta su empresa muy estrechas inteligencias con algunos grandes, señaladamente

⁵⁸¹ Cfr. SUÁREZ FERNANDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, pp. 160-163.

⁵⁸² Foi o caso de Castronuño e Cubillas, em meados de 1477. Cfr. CPDJ, cap. XCV, p. 195.

con el arzobispo de Toledo y con el marqués de Villena (que ponía en gran defensa todos sus castillos y fuerzas y juntaba gentes publicando que no se guardaba la concordia)»⁵⁸³.

Por outro lado, o ano de 1477 havia trazido bons auspícios a D. Fernando. Não só tinha assinado uma trégua de três anos com Granada, como também tinha acordado a paz com França, estando assim livre para fazer a guerra ao inimigo no território deste. O esforço deste monarca era ainda direccionado para a pacificação da Andaluzia⁵⁸⁴. Contribuíram ainda para a dita acalmia a acção de Alfonso de Fonseca, arcebispo de Santiago, Diego de Muros, bispo de Tuy, e Fradique de Guzmán, bispo de Mondoñedo, membros do conselho, bem como o conde de Benavente, o qual foi enviado para a Galiza, satisfeito por ajudar a desfazer o desaire de Baltanás, o qual conseguiu capturar o conde de Caminha⁵⁸⁵. Porém, é necessário explicar uma coisa: depois das derrotas de do clã Pacheco nos episódios militares de Madrid e Uclés, este foi obrigado a negociar. Assim, a partir do fim do Verão de 1476 começaram a ser delineadas as condições da rendição do marquês de Villena. Diego López Pacheco prestou homenagem aos *Reis Católicos* a 11 de Setembro e as negociações continuaram⁵⁸⁶. Porém, a transição pacífica e sem peripécias do marquesado não chegou a ser consumada devido à ganância de alguns senhores, enviados pelos *Reis Católicos*. Estes altos oficiais, Antonio Rodríguez de Lillo, Juan e Gaspar Fabre, entre outros, tinham um comportamento que consistia em aproveitar os despojos que haviam feito parte do marquesado desintegrado. Era o carácter social destes homens e das suas respectivas ambições que condicionava a guerra e punha em causa a estabilidade e a paz acertada com o Pacheco. Portanto, eles foram directamente responsáveis pelo incumprimento da capitulação de 11 de Setembro, ao terem-se apoderado da cidade de Villena e do castelo de Almansa muito tempo depois desta data e vigorando um cessar-fogo⁵⁸⁷.

⁵⁸³ ACA-JZ, Livro XX, cap. XVI.

⁵⁸⁴ ACA-JZ, Livro XX, cap. XVI e XXI.

⁵⁸⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 311.

⁵⁸⁶ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, pp. 168-169.

⁵⁸⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, pp. 313-314.

Foi então necessário o príncipe refrear os ânimos do pai, pois de contrário, D. Afonso V teria entrado novamente em Castela. Pesou na decisão de D. João o conhecimento do tratado de Saint-Jean de Luz, assinado entre França e Castela, a 9 de Outubro de 1478 e ratificado no ano seguinte em Santa Maria de Guadalupe. Deste modo, D. João era cada vez mais o verdadeiro condutor da política externa portuguesa, orientando-a no sentido da concórdia com o país vizinho.

1) A paz das Alcáçovas

«Despois do destroço do Bispo e ante delle avia já neste Reyno de jente, armas e cavallos, e principalmente de dinheiro, que he o sustancial nervo da guerra, manifestas necesidades, e estas mesmas com outros mayores receos tambien nom falleciam em Castela». (CDAV, cap. CCVI, p. 867)

«Primeramente, quel rey de Portugal dexase el título que avía tomado de rey de Castilla, e las armas de Castilla que avía puesto en su escudo. Otrosí, que jurase de no casar en ningún tiempo con aquella doña Juana su sobrina. Item, que ella tovese libertad por tiempo de seys meses de facer de su persona lo que le pluguiese; o estando si quisiese en aquel reyno de Portugal, o yendo a otra cualquier parte e reyno que a ella bien viniese, tanto que el rey de Portugal, ni otro alguno de su reyno, la fauoreçiese, E que si por ventura delibrase no salir del reyno de Portugal, que conplidos los seys meses, luego fuese obligada de elegir vna de dos vías: o que se obligase de casar con el príncipe don Juan de Castilla, y estoviese en poder de la infanta doña Beatriz, tía de la Reyna, esperando fasta que el príncipe fuese de hedad para casar con ella; o si esto no quisiese facer, entrase en religión en la Orden de Santa Clara, en vno de los monasterios que le fueron nonbrados en el reyno de Portugal. Otrosí, que el príncipe don Alonso, fijo del príncipe de Portugal, casase con la infanta doña Isabel, fija del Rey e de la Reyna. E que por çertenidad de las cosas concordadas çerca desta paz, estos dos señores príncipe e ynfante estouieses en poder de la infanta doña Beatriz, tía de la Reyna, en el castillo de Mora, que es en el reyno de Portugal; (...) Otrosy, que la mina del oro quedase para el rey de Portugal e para el príncipe su fijo; e que ninguno de los reynos e señoríos del Rey e de la Reyna fuesen a ella, so grande penas. Item, que oviese paz entre el Rey e la Reyna de Castilla y el rey de Portugal, e entre sus reynos e súbditos y naturales de la vna parte e de la otra; e que esta paz fuese guardada e conseruada, so grandes penas, por tiempo de çiento e vn años. Item, que la Reyna perdonase al clauero, e a la condesa de Medellín, e a todos los castellanos que avían rebelado contra el Rey e contra ella, e avían seguido el partido del rey de Portugal, de todos y qualesquier crimines e delictos que oviesen cometido contra ellos, de qualquier calidad que fuesen. E les mandasen restituyr sus bienes y heredamientos y rentas, que por sy mandado les fueron tomadas en Castilla, los que tenína al tiempo que fueron a servir al rey de Portugal. En esta manera fue fecha e firmada la paz con el rey de Portugal e con su reyno» (CRC-FP, cap. CXI, pp. 401-402)

«Se començaron a tratar las paces de entre Portugal e Castilla; e antes que los portugueses cercados se fuesen en Portugal, destrocaron los prisioneros todos, que se tenían desde el comienço de las guerras (...). Luego fueron concertadas e pregonadas paces entre Castilla e Portugal en el dicho año de MCCCCLXXIX». (MRC-AB, cap. XLI, p. 91)

Recuemos até meados de 1477. Concluída a querela em relação aos direitos de Juana, não se entabularam negociações com Portugal, tal como aconteceu com França.

Muito pelo contrário, a violência da beligerância rasgou os reinos ibéricos e a guerra recrudesceu⁵⁸⁸. À medida que o tempo vai passando, inicia-se o processo conducente à pacificação interna em Castela, com mais ou menos sucesso. Finalmente, uma das vozes mais discordantes, a do arcebispo Carrillo a 7 de Janeiro de 1479, acabava por ceder e capitular, entregando as suas fortalezas até ao fim de Janeiro de 1479, resultando daqui o isolamento de Diego Pacheco.

A aproximação entre os reinos tornar-se-ia inevitável. Já em 1478, parte da fronteira portuguesa gozava de uma trégua com Castela, reactivando-se tibiamente os circuitos comerciais⁵⁸⁹. Passou o Verão e não se verificaram acções ofensivas, a não ser as costumeiras escaramuças. A única coisa que não foi bem conseguida numa primeira abordagem foi a negociação das condições com Alfonso de Monroy e com a condessa de Medellín. Ambos estavam irredutíveis. Alfonso queria ser mestre de Alcântara e Beatriz Pacheco pretendia o condado de Medellín, que pertencia por direito ao seu filho, Pedro de Portocarrero, o qual já era maior e podia administrá-lo sozinho. A resposta negativa às suas reivindicações instigou a ajuda portuguesa que se exauriu na batalha de La Albuera, travada a 24 de Fevereiro de 1479.

Esta batalha, sobre cuja dimensão ainda se discute, uma vez que os cronistas parecem querer atribuir-lhe proporções que ela talvez não tenha possuído, sendo isto perceptível pelas diferenças no relato entre os vários autores⁵⁹⁰, é o último episódio militar de relevo, não obstante terem ocorrido ainda algumas situações esporádicas de violência, como aconteceu na Galiza e na Andaluzia e que igualmente de forma pontual se prolongaram para além da assinatura e ratificação das pazes:

⁵⁸⁸ Diz Palencia que «en las fronteras de Portugal diariamente se recrudesca el azote de las guerras, no sólo por los mismos portugueses, sino por las discórdias intestinas de los Grandes castellanos, causa de graves perjuicios». Cfr. CEIV-AP, III, livro XXVIII, cap. VI, p. 22.

⁵⁸⁹ Foi inclusivamente mandado fazer um levantamento para saber quem fazia contrabando para Portugal. Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 318. A zona abrangida pela tregua ia desde Arronches até Alcoutim, tendo D. Isabel concedido poderes ao conde de Faria, em 30 de Agosto de 1477, para concertar a paz localmente com os portugueses.

⁵⁹⁰ CRC-FP, caps. CVI-CVII; pp. 370-377; MRC-AB, cap. XXXVII, pp. 80-82; CDAV, cap. CCV, pp. 866-867; CPDJ, cap. XCIX, pp. 205-206.

«El maestre don Alonso de Cárdenas se puso en Lobón en frontera, por estar en la comarca de Mérida y Medellín, y entrando el obispo de Evora a dos leguas de Mérida para juntarse con el clavero hubo batalla entre el maestre y el obispo junto a La Albuera el martes de carnestolendas a 23 de febrero y fueron los portugueses vencidos. Y se pusieron cercos sobre Mérida, Medellín, Montánchez, Castilnovo, Deleitosa, Magazela, Zalamea, Benquerencia y Almorchón de la orden de Alcántara»⁵⁹¹.

Resumidamente, um exército português às ordens do bispo de Évora estava preparado para levar a Monroy e a Beatriz Pacheco o auxílio solicitado por ambos. Prevendo tal situação, D. Fernando acautelou os reforços. Ordenou também a Alfonso de Cárdenas que se cortasse o camino aos portugueses, com a ajuda de companhias que lhe enviava. Dado que D. Garcia de Meneses era obrigado a socorrer Mérida, os castelhanos facilmente tiveram a superioridade táctica proveniente da escolha do melhor terreno, sendo este um efeito de surpresa para o bispo de Évora. Sem querer tornar-me repetitivo, uma vez que se pode consultar a informação relativa a esta batalha em anexo, posso afirmar que os cronistas lusos estão praticamente de acordo no que diz respeito ao número de efectivos, tendo Rui de Pina e Damião de Góis quantificado 700 cavaleiros e alguns peões, dos quais, refere ainda Góis, 200 cavaleiros eram castelhanos. Relativamente às forças inimigas, que levam vantagem sobre os portugueses, ambos os cronistas estimam 1 300 cavaleiros e 3 000 peões. Fernando del Pulgar apresentou números dos soldados portugueses em tudo iguais à cronística nacional, omitindo, porém, as forças castelhanas. Já Andres Bernáldez cifra 800 cavaleiros portugueses mais alguns peões, que se teriam oposto a 800 cavaleiros castelhanos e 500 peões. Garcia de Resende, Afonso de Palencia, Diego de Valera e Lúcio Marineo Sículo nada dizem sobre este episódio militar.

Pela leitura das fontes facilmente compreendemos os contornos medievais que caracterizam a batalha de Albuera: formação tripartida, choque da cavalaria, múltiplas acções pessoais e um número reduzido de baixas. Para além disso, como já notou Luís Suárez⁵⁹², os cronistas posteriores embelezaram o relato com arengas, brados e apupos –

⁵⁹¹ ACA-JZ, livro XX; cap. XXX.

⁵⁹² Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 319.

factores que nos levam a crer que o episódio se tenha assemelhado mais a uma escaramuça do que a uma verdadeira batalha.

Com este episódio bélico cessa pois, como já referi, no geral, o tinir das armas, o qual dará lugar a conversações de paz, mediadas por D. Beatriz, duquesa de Bragança e tia de Isabel, a qual pelo parentesco com os dois partidos a tornou numa mediadora idónea. Da sua acção resultaram as “vistas” de Alcântara, a 20 de Março de 1479, nas quais seriam tratadas quatro matérias distintas: o problema dos direitos de Juana e o seu destino futuro; a amizade entre os reinos; o perdão dos castelhanos exilados em Portugal; e a navegação na costa africana. Nas palavras do grande investigador que tenho vindo a citar, as negociações de Alcântara «continuaban lo que en Guisando se dijera, en Segovia se planteara y ante los muros de Toro se ofreciera»⁵⁹³, ou seja, Isabel era a única legítima herdeira do trono e iria decidir o que fazer a Juana, a quem chamavam “filha da rainha”.

Duraram três dias estas conversações e sobre elas pairava o fantasma de poderem ser um embuste para ganhar tempo. Se observarmos a última citação de Zurita, na página anterior, podemos confirmar que as fortalezas rebeldes tardavam em entregar-se a Isabel e a Fernando.

Finalmente, a paz celebrada entre Portugal e Castela, em 4 de Setembro de 1479, fez cessar o conflito que grassava desde 1475⁵⁹⁴. O cronista Fernando del Pulgar considerou as premissas para a paz suficientemente importantes para as resumir e colocar na sua obra, cujo excerto citei. Neste aspecto, tanto os *Reis Católicos*, como D. Afonso, acabaram por perdoar os exilados que se aliaram com os inimigos. Se o rei português perdoou Lopo Barradas; João Bartolomeu; João Escudeiro; Fernão Bonilha; Catarina Franca⁵⁹⁵; D. Isabel também teve de conduzir longas e amplas negociações com alguns dos nobres que se aliaram a Afonso V, como já tive oportunidade de referir. Porém, é importante fazer a ressalva que o único elemento comum nas duas Coroas relativamente a este processo é mesmo o perdão, uma vez que os portugueses perdoados

⁵⁹³ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 321.

⁵⁹⁴ TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, doc. 165, pp. 245-284.

⁵⁹⁵ Cfr. VITERBO – *A batalha de Touro*, pp. 77-78.

não têm propriamente peso político, enquanto os *Reis Católicos* tiveram amplas e longas negociações para perdoar alguns dos nobres mais importantes de Castela.

Olhava-se a reconstrução no horizonte, difícil em muitas situações, como é a de lugares da Beira e do Alentejo, que foram duramente castigados pela guerra. Na sequência dos protestos dos seus moradores e lavradores face à impossibilidade de aproveitar as suas terras, D. Afonso V condescendeu e ordenou que

«todos moradores e vizinhos dos dictos lugares que terras e erdades trouessessem arrendadas, emprazadas, aforadas a tempo certo ou em vidas ou pera ssenpre de que ouessessem de pagar matações, foros de dñheiros, pertamças ou quallquer outro pam, certo ssabudo a quaeesquer pessoas de quallquer estado e condiçam que fossem, posto que fossem de comendas de quallquer hordem, ora fossem emcanpadas ou nom, que des ho tempo que nos emtramos em os dictos rregnos de Castella que foy no mes de Maio do anno de Nosso Senhor Ihesu Chripto de mjll iiiijlxxb a esta parte emquanto durar a guerra nom fossem theudos nem obriguados de pagar ao senhorio das terras e herdades que assy trouerem nenhhuas matações, foros nem pertamças de pam, vino, dinheiros nem avees nem outra allguua cousa que lhes ouessessem de dar per bem de sseus contratos e obrigações, soamente fossem obrigados de pagar a rreçam de todo aquello que ssemeassem ssegundo ho stillo da terra. E que os senhorios a deuiam assy a ver por bem vista a necessydade de tempo e como sse all durando a guerra nom podia fazer. E esto sem embargo de quaeesquer contrautos e obrigações que acerca desta ssejam feictos per quallquer maneira que fossem. Salluo sse elles expresamente os dictos contrautos os obrigaram a pagar vindo tall casso da guerra ou outros ssemelhantes, porque sse sse elles assy obrigaram nom deujam ser rrelleuados das dictas pagas. Porque em tall casso queriamos que sse guardasse a despossijçam do djreito comuum. E posto que acerca desto já fossem hordenadas ou moujdas demandas per a dicta determnação mandauamos que logo cessaçem e nom fossem por ellas mais em diamte porque o aviamos assy por seruiço de Deus e nosso e bem de nosso pouo»⁵⁹⁶.

Com base no documento citado é possível elencar as localidades que ficaram isentas de pagar imposto, num total de vinte e oito. Na comarca da Beira enumeram-se o

⁵⁹⁶ MORENO - «A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos... », pp. 314-315.

Sabugal, Santo Estêvão e Monsanto; na comarca de Entre Tejo e Guadiana constavam Montalvão, Castelo de Vide, Marvão, Portalegre, Alegrete, Assumar, Arronches, Monforte, Campo Maior, Ouguela, Elvas, Borba, Vila Viçosa, Juromenha, Alandroal, Redondo, Terena, Olivença, Monsaraz, Mourão, Moura e Serpa; por último, houve também outras localidades que não constam no documento, mas que também se viram dispensadas de pagar os ditos impostos. Elas foram Segura, na comarca da Beira; Noudar, na comarca de Entre Tejo e Guadiana; e de Alcoutim, na região do Algarve⁵⁹⁷. Não abrigados por esta disposição ficavam aqueles cujos lugares não haviam sido afectados pela guerra. Pelo disposto podemos concluir que a zona de fronteira mais afectada pela guerra foi a do Alentejo, no que actualmente corresponde aos actuais distritos de Évora e Portalegre. Sem prejuízo das considerações tecidas acerca da fronteira alentejana, no que diz respeito ao norte do país, e como Humberto Baquero Moreno já referenciou⁵⁹⁸, não obstante as operações armadas se terem verificado na zona castelhana fronteira a Trás-os-Montes, os principais ataques inimigos verificaram-se principalmente nos eixos de penetração a que já aludi no início deste trabalho, em especial, na zona do Sabugal, sendo portanto essa a zona mais desguarnecida da fronteira.

No ano seguinte seria ratificado, em Toledo, o convénio assinado em 1479, nas Alcáçovas. Como sabemos hoje, estes vários tratados não pretenderam somente pôr um ponto final à guerra civil, como também levar a cabo um ajuste completo das relações entre Portugal e Castela, para que no futuro não se verificasse nenhuma situação semelhante. A haver uma aproximação entre os dois reinos, teria de partir da vontade de ambos os partidos e não apenas de um só.

m) A construção da vitória nos dois lados: as procissões de agradecimento

«(...) ordenamos e mandamos que daqui em diante em louvor de Nosso Senhor e da Bemaventurada Virgem Maria sua Madre, e de Sam Jorge, e de São Cristovão que o dito dia trazíamos por nossos padroeiros e nome em cada hum anno aos dous dias de Março em que foj a dita batalha e uictoria a clerezia e todos os dessa cidade façais solenne procissão saindo da See, e indo por os lugares públicos com toda a solemnidade, officios e jogos, e cerimonia assj e tam compridamente como

⁵⁹⁷ MORENO - «A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos... », pp. 315-316.

⁵⁹⁸ MORENO - «A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos... », p. 316.

costumaes fazer em cada dia de Corpo de Deus». (CHAVES – *Livro de apontamentos (1438-1489)*..., p. 74)

«Fué este día de este vencimiento día de San Albín, confesor, del cual se hazía en Castilla fiesta menor de três lecciones; e el rey y la reyna mandaron desde este dia honrar su fiesta e facer fiesta mayor de nueve lecciones e segunda dignidad como se faze hoy». (MRC-AB, cap. XXIII, p. 60)

«Como quer que até a anno passado se fizesse a procissão ordenada pela victoria que Nosso Senhor nos deu na batalha que houvemos ácerca da cidade de Touro, considerando nós agora no grande amor e affeição, paz e socego que ha entre nós e El-Rei e Rainha de Castela, de Leão e d’Aragão, etc., nossos muito amados e presados irmãos, e isso mesmo como o casamento do príncipe, meu sobre todos muito amado e presado filho, com a princeza sua filha, minha muito amada e presada filha, foi o meio por que todas as cousas passadas houvessem fim, e de uma e da outra parte fossem esquecidas e o amor entre nós todos crescesse: havemos por serviço de Deus e nosso que a dita procissão se não faça mais». (VITERBO – *A batalha de Touro*, p. 15)

A vitória começa a ser construída a partir do dia seguinte à batalha, com as cartas que os monarcas escrevem às cidades, bem com a devoção religiosa demonstrada por Isabel. Porém, é verdadeiramente a partir de 1480, para o caso castelhano, e de 1482 para Portugal, que se começa a construir a memória colectiva através de uma celebração processional.

No caso luso, o ofício enviado por D. João II aos juízes, vereadores e homens-bons das cidades, datado de 12 de Março de 1482, esteve em vigor até 1 de Março de 1491, ia acompanhado de uma outra carta que relatava a relação da batalha, de acordo com a versão oficial, a qual deveria ser lida após a missa. Nesta missiva estatuiu-se a criação de uma procissão, a qual deveria ser igual à maior festividade pública, ou seja, a do Corpo de Deus, diferindo desta apenas por não ir nela o andor com Santo Sacramento. Nas entrelinhas podemos ler que era uma procissão que envolvia preparativos e terminava numa grande e onerosa cerimónia, suportada maioritariamente pelos concelhos, tal como a do Corpo de Deus⁵⁹⁹.

⁵⁹⁹ Dado que esta procissão se assemelha à do Corpo de Deus e que já foi bem estudada por Iria Gonçalves («As festas do *Corpus Christi* do Porto na segunda metade do século XV: a participação do concelho», in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996, pp. 153-176); Amândio Barros («A procissão do Corpo de Deus no Porto nos séculos XV e XVI: a participação de uma confraria», in *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. X, Porto, pp. 117-130); e Maria João Branco («A procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média portuguesa», in *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 195-217), não me vou deter em elementos que, de outro modo, julgaria pertinentes, como sendo os corpos que constituem a procissão, a sua ordem, o percurso, etc., pelo que remeto para estes autores.

O principal objectivo da procissão era manter viva na memória colectiva a vitória portuguesa sobre o inimigo castelhano, uma vez mais de acordo com a visão oficial, surgindo também em resposta à procissão instituída por Castela, a 3 de Agosto de 1480, exaltando assim o poder e a grandiosidade de D. João II enquanto príncipe e agradecendo aos padroeiros do exército português na batalha: Nosso Senhor, a Virgem Maria, São Jorge e São Cristóvão. Assim, todos os anos, na data estabelecida, actualizava-se a memória colectiva desses feitos heróicos do rei, através de uma acção ritual necessariamente performativa que implicava a repetição de um conjunto de procedimentos pré-estabelecidos de celebração, movimentos corporais, cores, sons e, ainda, vozes, como as que liam o relato da Batalha de Castro Queimado⁶⁰⁰. Na verdade, como podemos perceber, a procissão revestia-se de contornos de propaganda política e não devoção. E bem podia D. João gabar-se da vitória. Afinal, ele teria sido o único poder a permanecer em campo, após os portugueses terem lutado contra um inimigo mais numeroso, que D. João estimou em 700 ou 800 lanças (uma vez mais não esqueçamos que esta é a visão oficial portuguesa) e que por duas vezes D. Afonso V e o príncipe «fizerão volver os rostros de suas batalhas contra os inimigos pera verem se querião pelejar o que elles nunca quizerão»⁶⁰¹. Afirmava ainda a versão enviada aos concelhos que os castelhanos não aceitaram o desafio, apesar de, como referi, terem mais efectivos militares e de terem uma posição estratégica mais favorável, «por terem as costas em a serra»⁶⁰².

Como já notou Luís Miguel Duarte⁶⁰³, no que à sucessão dos eventos em batalha diz respeito, o relato oficial é confuso e lacónico, de forma a desculpar uma vitória total sobre o inimigo, passando rapidamente para a conclusão: já de noite, os castelhanos foram para Zamora «como desbaratados, e o dito senhor Rei Dom João com toda a sua gente em pos elles os seguio e os lançou fora do campo»⁶⁰⁴. O príncipe saiu do campo de

⁶⁰⁰ Sobre este aspecto veja-se CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993, p. 47, citado por ROLDÃO, Filipa - «Na rua e no arquivo: a construção da memória portuguesa da Batalha de Toro no século XV», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. II, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 325.

⁶⁰¹ CHAVES – *Livro de apontamentos (1438-1489)*..., pp. 72-73.

⁶⁰² CHAVES – *Livro de apontamentos (1438-1489)*..., p. 72.

⁶⁰³ DUARTE – «1449-1495: O triunfo da pólvora», p. 391.

⁶⁰⁴ CHAVES – *Livro de apontamentos (1438-1489)*..., p. 73.

madrugada, voltando no dia seguinte para enterrar os mortos, não sendo contestado ou desafiado.

Quase uma década mais tarde, D. João II mandava suspender a procissão comemorativa da vitória em Toro devido à aproximação entre os dois reinos, resultante do projecto de casamento entre a filha dos *Católicos* e o do *Príncipe Perfeito*⁶⁰⁵, fazendo cessar os efeitos da propaganda a favor da vitória da batalha de Toro, em detrimento das boas relações entre Portugal e Castela, até porque não se sabia se, no futuro, os dois reinos poderiam unir-se, agora por via da união pacífica e planeada através do casamento dos infantes.

n) O balanço da campanha

Com a batalha de Toro a representar um ponto de chegada para os castelhanos, uma vez que os Grandes começam a mudar de partido, Afonso V vai percebendo que são quase nulas as hipóteses de perseverar nos seus objectivos. Chegados a 1480, as cortes de Toledo vêm resolver o problema que ficou pendente nos tratados das Alcáçovas, que nas palavras de Luís Suárez era o fundamental: a luta entre nobreza e monarquia para o estabelecimento de uma forma de Estado e um regime político⁶⁰⁶. Acerca deste mesmo problema, refere o historiador que não houve vitória de nenhum dos partidos, tendo ambos de se contentar com um compromisso: «los soberanos adquirieron el poder decisório, fuertemente arbitral, sustentado sobre la plataforma de una ley que los Consejos se encargaban de aplicar; los Grandes obtuvieron la confirmación de su fuerza social, sus rentas y su participación en el gobierno del territorio»⁶⁰⁷. Destas cortes sairá um modelo de governo que aceitaria a pluralidade de reinos submetidos a uma só soberania.

⁶⁰⁵ Veja-se o documento n.º 134, datado de 2 de Junho de 1479 e publicado em TORRE; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, doc. 134, p. 209, no qual D. Isabel concede poderes a Rodrigo Maldonado para tratar de firmar o casamento da infanta castelhana com o infante Afonso.

⁶⁰⁶ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 357.

⁶⁰⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, p. 357.

Sobre a tipologia de armas utilizadas continuamos a ter muitas dúvidas, dado os relatos generalistas de cronistas que não têm na agenda preocupações exclusivamente militares. Sabemos que ambos os exércitos tinham artilharia (reportando-se os cronistas a essas armas como artilharias, trabucos, ribadoquines, bombardas, etc.), mesmo em contingentes que não os régios. Ainda assim, estes partidos mais pequenos são por vezes reforçados com artilharia enviada por D. Isabel e D. Fernando. Estes corpos armados surgem nas batalhas, mas dada a escassez destas, aparecem principalmente associados às operações de assédio. Os espingardeiros começam a ter cada vez mais importância nos combates, embora nem tanto pelos projecteis que disparam, como pelo fumo e estampido que provocam aquando do disparo.

Salvo em momentos pontuais, nos momentos de contenda, as forças portuguesas parecem equilibradas com as forças castelhanas. As estruturas defensivas (castelos, muralhas) são ainda nesta altura eficazes, capazes de provocar assédios bastante demorados, como foi o caso de Burgos, ou de Castronuño. Perante a boa resposta da defesa, a qual muitas vezes só capitula pela fome e pela sede, ou por não lhe chegarem reforços, são frequentes os golpes de mão oportunistas, ou as conquistas através de artimanhas, como foi o caso da cidade de Toro, cujo cerco tendo fracassado, em Julho de 1476, apenas o conhecimento de um pastor permitiu aos apoiantes de Fernando entrar na cidade, já no Outono. Algumas destas fortalezas, ou por terem sido erigidas indevidamente, ou pelo perigo que representam, serão demolidas, sendo Castronuño um destes exemplos.

Não se vislumbram novidades técnicas nem tácticas fruto de mais de meio século de permanência em África. No entanto, se ignoradas algumas deficiências no comando e nas comunicações⁶⁰⁸, a prestação global do exército português foi muito boa, especialmente se tivermos em conta que esteve a combater além-fronteiras, mas também dentro de Portugal, durante quatro anos.

Os *Reis Católicos* conseguem negociar várias tréguas com os poderes que se lhes opõem: França, Granada e até mesmo Portugal (quer a trégua relativa à fortaleza de Cantalapiedra, quer a trégua local na zona de fronteira entre Alcoutim e Arronches, por

⁶⁰⁸ Luís Miguel Duarte já tinha identificado estes problemas. Cfr DUARTE – «1449-1495: O triunfo da pólvora», p. 390.

exemplo). Estas tréguas permitem uma optimização na gestão dos recursos, o que garantiu o sucesso das suas intervenções militares.

No que diz respeito à parte militar, Isabel e Fernando planearam e aplicaram sucessivos golpes no interior da fronteira portuguesa – principalmente, com a finalidade de debilitar a acção portuguesa em terras zamoranas, o que contribuiu para o enfraquecimento da acção militar portuguesa em Castela. Embora isto não seja o suficiente para explicar a derrota do partido português – até porque, como já referi, não houve nenhuma batalha conclusiva, foi mais um factor que debilitou a capacidade portuguesa, o que, em conjunto com a política isabelina de atracção dos nobres, o gorar dos planos portugueses quanto à ajuda francesa, e as relações internacionais favoráveis mais favoráveis a um eixo castelhano-aragonês, em detrimento do português, causaram o insucesso da campanha portuguesa em Castela, entre 1475 e 1479.

8. CONCLUSÃO

A exemplaridade da crise política castelhana da baixa Idade Média proveio da nitidez com que se apresentou, da vivacidade do seu desenvolvimento, do seu radicalismo e duração prolongada, assim como das particularidades da sua trajectória. Tudo isto é dado à percepção do historiador, que não pode isolar os conflitos políticos, sociais e intelectuais, a não ser teoricamente, em abstracto. Assim, por via do inevitável corte de uma “fatia” do que foi a complexa realidade da baixa Idade Média ibérica, tentei prover de significado o conflito permanente que envolveu as monarquias peninsulares da segunda metade do século XV.

Pode dizer-se que na guerra de 1475 a 1479 dirimem-se três questões de natureza distinta: o resultado final do jogo de forças entre nobreza e monarquia castelhanos, consubstanciado numa guerra civil. Como pude demonstrar, a relação entre a nobreza e quem detém as rédeas do governo não é simples. Parte dos fidalgos castelhanos era frequentemente hostil aos actos deliberativos por parte dos reis e até mesmo dos clérigos mais influentes, como o Papa, cardeais, arcebispos ou bispos. No entanto, é seguro afirmar que as instituições de governo medievais não podiam ter surgido sem a cooperação da nobreza. Na Castela do século XV, não obstante o centralismo monárquico vencer esta batalha e se apresentar como a orientação política da Idade Moderna, Isabel e Fernando têm perfeita noção que precisam da nobreza, desde a baixa nobreza até aos grandes senhores do reino, tanto que acabam por favorecê-la, independentemente de alguns deles se terem rebelado. Num reino já dilacerado pelos conflitos com os franceses pela posse do Rossilhão, e pelos problemas em Navarra com beaumonteses a oporem-se aos agramonteses e tendo cada um destes partidos os seus apoios, a intervenção portuguesa numa Castela já bastante dividida pela guerra civil, à qual não são alheias as querelas pela posse dos mestrados das ordens militares, não só pareceu uma empresa legítima a Afonso V, como também se afasta da tradicional ideia de megalomania afonsina, uma vez que configurava um partido com sólidos apoios e que podia, numa primeira fase, ser mesmo o vencedor da empresa a que o *Africano* se propôs; as outras questões são a distribuição de âmbitos de exploração no Atlântico africano, configurando-se o mundo pela primeira vez dividido entre os dois reinos ibéricos; e o reajuste de alianças entre os príncipes reinantes na Cristandade ocidental.

Na guerra contra o partido de D. Juana, Fernando apresentou-se como rei de Castela e defendeu os direitos da sua mulher, «reyna verdadera y legítima sucesora dellos». A história não é feita de ses, mas é tentador imaginar um cenário diferente: é quase seguro que Fernando, se não tivesse ganho a guerra, deveria ter reinado em Aragão e ainda que tivesse Itália, sem a plataforma castelhana, a sua capacidade de manobra seria mais limitada. Por outro lado, é difícil intuir se Isabel teria reinado em Castela sem o casamento com Fernando, mas é bastante provável que uma derrota militar em Toro a tivesse afastado do trono castelhano. Castela e Portugal seriam então as componentes da monarquia hispânica.

A união das duas monarquias (Castela e Aragão) através do matrimónio foi consequência da vontade das famílias reinantes, que procedem de uma mesma dinastia e foi alentada por interesses de grupos dirigentes, muito activos principalmente em Castela. Foi uma ligação conveniente e adequada para superar as dificuldades com que se debatiam ambos os territórios.

Todavia, a unidade efectiva entre Castela e Aragão esteve longe de ser totalmente alcançada. O impacto da união em cada uma das Coroas foi distinto, se bem que em ambas se produziu imediatamente a estabilização do novo monarca e o aumento do seu poder, através de um controlo de mais recursos materiais e patrimoniais. A longa duração e estabilidade deveu-se, em grande medida, ao sistema institucional equilibrado e flexível já há muito consolidado entre Aragão, Catalunha, Maiorca e Valência, as quatro unidades que constituíam o núcleo da coroa aragonesa que durante quase quatro séculos se abriu ao desenvolvimento e permitiu a participação e intercâmbio conjuntos, até ao ponto em que todas as transformações institucionais, sociais, económicas e mentais produzidas em alguma delas têm uma referência simétrica e simultânea em todas⁶⁰⁹.

Houve um número bastante alargado de recontros militares que não foram contemplados nesta dissertação, uma vez que configuram episódios de menor dimensão, embora façam parte do todo e traduzam o virulento cenário de guerra que Castela (mas também Aragão) viveu no período em questão. Alguns desses conflitos demonstram

⁶⁰⁹ SESMA MUÑOZ, José Ángel - «La compenetración institucional y política en la Corona de Aragón», in *Poderes públicos en la Europa Medieval: Principados, Reinos y Coronas. XXIII Semana de Estudios Medievales de Estella*, Pamplona, 1997, pp. 347-371.

uma autêntica guerra civil, com os senhores mais poderosos a tentarem aumentar o seu território à custa de outros, ou a expensas da própria Coroa. Dentro destes parâmetros, posso apresentar os exemplos da tomada do castelo de Belmez, por homens leais a D. Fernando, face ao inimigo, o mestre de Calatrava; ou o recuperar do castelo de Valência, para o partido de Isabel, detido por Juan de Acuña, ou para dar um último exemplo, a discórdia entre o conde de Treviño e Alonso de Arellano, conde de Águilar, em Junho de 1476.

Algo que não é inédito no cenário medieval é o facto de algumas destas fortalezas, quando são reconquistadas pelo partido Católico, serem mandadas demolir⁶¹⁰, ou porque eram fortalezas que tinham sido erigidas recente ou indevidamente, ou então porque de alguma forma, aos olhos de Fernando e Isabel, constituíam uma ameaça, caso fossem tomadas por um partido inimigo. Foi o caso de Alcaraz e de Cantalapiedra, só para dar dois exemplos.

Foi realmente notável a capacidade que Fernando e Isabel tiveram de atrair e chamar a si os nobres, especialmente quando tinham múltiplos focos rebeldes aos quais tiveram de atender - estrangeiros e domésticos. Inclusivamente, numa primeira fase, poucos seriam aqueles em quem os jovens reis podiam confiar, mesmo que se declarassem por eles⁶¹¹. Além disso, Afonso V tentou continuamente ocupar o que considerava seu por direito – o trono castelhano. Para isso, procurou o apoio diplomático e militar de Luís XI, que se limitou a fazer algumas entradas na zona do Rossilhão, não arriscando também internar mais a sua gente, especialmente devido aos vários desastres em Fuenterrabía. Ainda assim, os *Reis Católicos* tiveram de lidar com os nobres insurrectos nas províncias de Leão, Castela, Galiza⁶¹² e, em especial, na

⁶¹⁰ No âmbito da minha investigação de mestrado, tive oportunidade de coligir inúmeros exemplos de demolição de fortalezas. Os motivos são frequentemente os mesmos: é uma forma de impedir que esses bastiões sejam novamente controlados por alguém estranho ao poder. Cfr. ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – *A guerra vista do chão: os conflitos militares em Portugal nos reinados fernandino e joanino observados numa perspectiva local*, (policopiado), dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: 2006.

⁶¹¹ Tomemos este exemplo em consideração, em Junho de 1475: «Quedaban algunos de los principales de la ciudad, muy adictos al duque de Alba D. García Alvarez de Toledo, de quienes, así como de este, no se dudaba que secundarían a D. Fernando, y aunque en su conducta el Duque se mostraba tiránico y su excesiva ambición le llevaba a inclinarse ya a uno y a outro partido [...]» CEIV-AP, II, p. 195.

⁶¹² A Galiza constituiu uma situação complexa e de excepção, na qual os *Reis Católicos* tiveram não só de se opor, como também de destruir linhagens nobres. Este reino, com estruturas arcaizantes ligadas à posse da terra, se viu de palco a lutas entre as famílias Fonseca e Sotomayor, ou Osório contra os Pimentel ou

Andaluzia: vários cronistas chegam a mencionar que se Afonso V tivesse invadido o reino vizinho por essa fronteira, teria tido certamente mais sucesso⁶¹³. Convém ainda não esquecer os bandos de agromonteses e beaumonteses que colocavam o território navarro a ferro e fogo. Para acalmar os ânimos foi determinante a reactivação da *Hermanidad*, a qual possibilitou a segurança nas cidades, vilas e aldeias e seus termos, assim como constituía uma fonte de homens de que os reis podiam dispor e realocar onde fosse necessário. Entre múltiplos exemplos posso citar o caso de Las Navas e Arroyomolinos⁶¹⁴.

Foi assim neste complexo enredo que D. Afonso V se intrometeu, lutando pela honra e pelos seus ideais. Porém, Toro tem pouco a ver com uma Alfarrobeira, ou com as campanhas africanas. Configura um cenário de charneira, no qual os valores medievais conheciam o seu ocaso e se entrava rapidamente num mundo diferente, com os exércitos e os estados a começarem a exhibir sinais *dos tempos modernos*.

contra os Pardo de Cela. Estes conflitos verificavam-se, frequentemente, por um objectivo pouco importante. Daí que a estratégia de pacificação deste reino, tal como foi formulada por Isabel e Fernando, passasse por três aspectos distintos: a submissão do conde de Caminha, entretanto colocado fora dos tratados de paz; a mudança de titular da diocese de Tuy, retirando-a de objecto de discórdia entre os vários partidos; e por último, o regresso de Ponferrada – motivo de contenda entre o conde de Lemos e o de Treviño, ao reguengo. Assim, só com a acção da *Hermanidad* e com a justiça aplicada na Galiza, quedou esta terra pacificada, já no ano de 1484. Cfr. SUÁREZ FERNANDEZ – *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, pp. 364-368.

⁶¹³ CEIV-AP, II, p. 187, p. 189 e p. 196; CRC-FP, cap. LI.

⁶¹⁴ CEIV-AP, II, p. 313.

9. CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

- 1425/01/25 – Nascimento de Enrique IV.
- 1451/04/22 – Nascimento de D. Isabel.
- 1453 – Nascimento do infante Alfonso, meio-irmão de Enrique IV.
- 1462/02/28 – Nascimento de D. Juana, filha de Enrique IV e de Joana de Portugal.
- 1464/09/28 – “Manifiesto de quejas y agravos”, assinado em Burgos por prelados e nobres, queixando-se de excessos cometidos pelo rei.
- 1465/06/05 – “Farsa de Ávila”, golpe em que se depõe simbolicamente Enrique IV e o infante Alfonso é proclamado rei.
- 1465/07 – Encontro na Guarda, entre Afonso V e a irmã (mulher de Enrique) para definir os termos da ajuda portuguesa a Castela.
- 1468/07/05 – Morte do infante Alfonso.
- 1468/09/19 – Pacto de Toros de Guisando, em que Isabel é reconhecida como herdeira ao trono com o título de Princesa das Astúrias.
- 1469/03/07 – Negociações matrimoniais entre D. Isabel e Fernando de Aragão.
- 1469/04/28 – Isabel não é jurada nas cortes de Ocaña.
- 1469/10/18 e 19 – Matrimónio civil e religioso de Isabel de Castela com Fernando de Aragão.
- 1470/10/26 – Isabel é destituída como princesa e D. Juana é nomeada em seu lugar, em Val de Lozoya.
- 1473/12/28 – Reconciliação entre Enrique IV e Isabel.
- 1474 – Cerco de Carrión: conflito nobiliário contra a monarquia.
- 1474/12/12 – Morte de Enrique IV.
- 1474/12/13 – D. Isabel proclama-se rainha de Castela.
- 1475/01/02 – D. Fernando é proclamado rei de Castela.
- 1475/01/15 – Concórdia de Segóvia entre Isabel e Fernando.
- 1475/02 – Cortes de Évora, nas quais D. Afonso V pede dinheiro para financiar a campanha militar que se avizinha.
- 1475/05/19 – O príncipe D. João, em Portalegre, escreve a inquirir às autoridades do Porto, quantos há capazes de tomar armas e participar na guerra. Note-se que esta missiva só foi lida na vereação do Porto a 15 de Julho de 1475. Não se conhecem os resultados desse apuramento.
- 1475/05/25 – Afonso V entra em Castela.
- 1475/05/30 – D. Afonso V casa-se com D. Juana, filha de Enrique IV, em Plasencia. Manifesto de D. Juana ao reino de Castela.
- 1475/06/03 – D. Afonso V manda uma embaixada a Luís XI de França para negociar o seu reconhecimento como rei de Castela.
- 1475/06/20 – Isabel ordena ao mestre D. Alonso de Cardenas que mova a guerra ao reino de Portugal, devastando e destruindo tudo o que encontrar.
- 1475/06/2^a quinzena – D. Francisco de Solis, mestre de Alcântara, ataca a partir de Badajoz, Elvas e Ouguela.
- 1475/07/23 – Os castelhanos levantam o cerco a Toro, em desordem.
- 1475/07/31 – *Reis Católicos*, em Medina del Campo, doam a fortaleza de Ouguela a D. Francisco de Solis; notificam as cidades de Coria, Badajoz, Trujillo, Cáceres e Albuquerque que deviam apoiar por todos os meios possíveis os homens ao serviço de D. Francisco de Solis.

- 1475/08/29 – Tratado de Picquigny: Inglaterra desiste das suas pretensões em territórios franceses; Portugal é compreendido por parte da Inglaterra. Bretanha e Borgonha suspendem actividades militares contra França.
- 1475/09/08 – Tratado de liga ofensiva entre D. Afonso V e Luís XI, contra Juan II de Aragão.
- 1475/11/13 – Isabel, em Valladolid, ordena a inventariação e confiscação de bens pertencentes a nobres que sejam partidários do rei português.
- 1476/08 – D. Afonso V parte para França numa armada de dezasseis navios.
- 1476/11/10 – Encontro em Tours entre D. Afonso V e Luís XI.
- 1475/11/22 – Aragão envia reforços para o cerco de Burgos.
- 1475/12/04 – Revolta em Zamora: a cidade passa-se para Castela; a fortaleza e a catedral são portuguesas.
- 1476/02/02 – Rendição do castelo de Burgos.
- 1476/03/01 – Batalha de Toro.
- 1476/03/15 – Afonso V emite um documento onde se compromete a não dar vilas ou rendas da Coroa sem o consentimento do príncipe D. João.
- 1476/03/19 – Capitulação de Zamora.
- 1476/04/27 – Cortes de Madrigal, nas quais Isabel é jurada rainha.
- 1476/06/05 – D. Afonso V estatui que a ordem sucessória passa pelo príncipe D. João e depois pelo primogénito deste.
- 1476/06/13 – D. Afonso V regressa ao Porto.
- 1476/07/01 – Durante a trégua firmada com Afonso V, Isabel decide atacar Toro pelo seu valor estratégico de praça militar. Foi rechaçada e por isso a cidade foi cercada.
- 1476/09 – D. Afonso V parte para França. O marquês de Villena e o arcebispo de Toledo submetem-se à autoridade dos *Reis Católicos*.
- 1476/12/23 – Tratado entre D. Afonso V, como rei de Castela e Luís XI de França, confirmando e renovando os antigos Tratados de paz e amizade entre Castela, Leão e França.
- 1476/12/29 – Encontro de D. Afonso V com Carlos, o *Temerário*, duque da Borgonha.
- 1477/01/06 – Morte de Carlos, o *Temerário*.
- 1477/02 – O príncipe D. João liberta Alegrete e Arronches, tomadas no início do ano anterior.
- 1477/02/03 – Sisto IV concede a dispensa de casamento a Afonso V e D. Juana.
- 1477/04/28 – Rendição de Cantalapiedra.
- 1477/05/05 – Rendição de Sieteiglesias.
- 1477/06/25 – Rendição de Cubillas.
- 1477/10 – Rendição de Castronuño.
- 1477/09 – D. Afonso V despede-se de Luís XI, em Arras.
- 1477/10 – D. Afonso V embarca em Arras para Portugal.
- 1477/11/15 – D. Afonso V desembarca em Cascais.
- 1478 – O Papa Sexto IV revoga a dispensa necessária ao casamento de Afonso V com Juana, a *Beltraneja*.
- 1478/06/30 – Nasce o filho varão de D. Isabel e D. Fernando – o infante D. João.
- 1479/08/19 – Procuração de D. Afonso V para o barão do Alvito, João Fernandes da Silveira, celebrar o Tratado chamado das “Terçarias de Moura”.
- 1478/09/04 – Tratado de paz entre D. Afonso V e os *Reis Católicos*, sobre títulos e demarcações territoriais, em Évora.
- 1478/10/09 – Tratado de Saint Jean de Luz, estabelecendo a paz entre França e Castela.
- 1479/01/19 – Morte de Juan II de Aragão.

1479/02/24 – Batalha de Abuera que opõe o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses a Afonso de Cárdenas. É a última batalha antes das negociações de paz.

1479/03/20 a 22 – Entrevista no castelo de Alcântara entre D. Beatriz de Bragança e D. Isabel.

1479/05 – D. Juana decide ingressar num mosteiro.

1479/10/04 – Tratado das “Terçarias de Moura”, entre D. Afonso V e os reis de Castela; e de casamento entre D. Afonso, filho do infante de Portugal D. João, com a infanta D. Isabel de Aragão e de Castela, assinado nas Alcáçovas.

1480/03/06 – Ratificação dos tratados anteriores, na cidade de Toledo.

1480/11/15 – D. Juana toma o hábito.

1481/01/11 – Entrada em terçaria da infanta Isabel com o infante Afonso.

1481/08/29 – Morte de D. Afonso V.

1480 – Início da procissão castelhana comemorativa da vitória em Toro.

1482/03/12 - Início da procissão portuguesa comemorativa da vitória em Toro.

1490 – Casamento do príncipe herdeiro, D. Afonso, com a princesa castelhana D. Isabel.

1491/03/01 – Suspensão da procissão portuguesa comemorativa da vitória em Toro.

1504/11 – Morte de D. Isabel.

1516/02 – Morte de D. Fernando.

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas:

BERNÁLDEZ, Andrés – *Memorias del reinado de los Reyes Católicos*, edição e estudo a cargo de GOMEZ-MORENO, Manuel; e MATA CARRIAZO, Juan, Madrid, 1926

CARVAJAL, Lorenzo Galíndez de - *Crónica de Enrique IV*, estudo a cargo de TORRES FONTES, Juan, Murcia: Suc. de Nogues, 1946

CHAVES, Álvaro Lopes de - *Livro de Apontamentos 1438-1489: códice 443 da colecção Pombalina da B.N.L.*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984

Crónica anónima de Enrique IV (crónica castellana), editada por Maria Pilar Sánchez Parra, 2 vols., Madrid, 1991

Crónica incompleta de los Reyes Católicos: (1469-1476): según un manuscrito anónimo de la época, Madrid: Academia de la Historia, 1934

Cronicón de Valladolid: 1333-1539, Valladolid: Caja de Ahorros Provincial de Valladolid, 1984

ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, Diego - *Crónica de Enrique IV* - Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994

Gavetas da Torre do Tombo, 12 vols, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977

GÓIS, Damião de - *Crónica do príncipe D. João*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977

Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, João II e Manuel I do Arquivo Municipal do Porto, prefácio e notas de Artur Magalhães Basto, Porto: Câmara Municipal do Porto, [s.d.]

PALENCIA, Afonso de - *Crónica de Enrique IV*, Madrid: Atlas, 1975

PINA, Rui de – *Crónica de D. Afonso V*, Porto: Lello & Irmão, 1977

PULGAR, Fernando del - *Crónica de los Reyes Católicos*, 2 vols., Granada: Universidad de Granada, 2008

PULGAR, Fernando del – *Claros varones de Castilla*, Madrid: Espasa-Calpe, 1965

RESENDE, Garcia de - *Crónica de D. João II e miscelânea*, Lisboa: INCM, 1973

Retratos de los Españoles ilustres, con un epítome de sus vidas, Madrid: Imp. Real de Madrid, 1791

SANTARÉM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarchia portuguesa até aos nossos dias*, tomo I, Paris: Officina Typographica de Fain e Thunot, 1842

SÍCULO, Lúcio Marineo - *Vida y hechos de los Reyes Católicos*, Madrid: Atlas, 1943

VALERA, Mosem Diego de - *Cronica de los reyes catolicos*, ed. de Juan Mata de Carriazo, Madrid, 1927

VALERA, Mosem Diego de – *Memorial de diversas hazañas: crónica de Enrique IV*, ed. De Juan Mata de Carriazo, Madrid, 1941

ZURITA, Jerónimo - *Anales de la Corona de Aragón*, edição preparada por Angel Canellas López, 9 volumes, Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1967

Estudos:

ABELS, Richard - «"Cowardice" and duty in Anglo-Saxon England», in *Journal of Medieval Military History*, Woodbridge: The Boydell Press, 2006, pp. 18-49

ALLMAND, Christopher - «The De re militari of Vegetius», in *Revista de história das ideias*, vol. 30, Coimbra: Instituto de história e teoria das ideias, 2009, pp. 101-117

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel - «Una Divina Retribución: la batalla de Toro en la mentalidad castellana», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. I, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 35-55

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel – [La guerra civil castellana y el enfrentamiento con Portugal \(1475-1479\)](http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/34693958761247208143679/p000001.htm#I_0_), [on-line] Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. [citado em 2009-12-13]. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/34693958761247208143679/p000001.htm#I_0_>

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel - «Las relaciones castellano-portuguesas en el panorama político internacional», in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1999, pp. 33-50

ARAÚJO, Julieta Maria – *Portugal e Castela na Idade Média*, Lisboa: Edições Colibri, 2009

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de - «La incorporación de los maestrazgos», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 285-297

AYTON, Andrew; PRICE, J.L. - *The military revolution from a medieval perspective*, in *The medieval military revolution: state, society and military change in medieval and early modern Europe* [on-line], Andrew Ayton e J.L. Price (ed.), [s.l.]: I.B. Tauris, 1998 [citado em 2009-12-13]. Disponível em: <<http://www.deremilitari.org/resources/articles/ayton1.htm>>

AZCONA, Tarsicio de – «La revolución castellana y la geopolítica ibérica, agentes de la sucesión de Isabel I de Castilla, la Católica (1451-1479)», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 87-108

AZCONA, Tarsicio de – «Isabel la Católica bajo el signo de la revolución y la guerra (1464-1479)», in *Isabel la Católica y la política: ponencias presentadas al I Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, Coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2001, pp. 51-83

AZCONA, Tarsicio de – *Isabel la Católica – estudio crítico de su vida y su reinado*, Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1993

AZCONA, Tarsicio de – *Juana de Castilla mal llamada La Beltraneja, 1462-1530*, Madrid: La esfera de los libros, 2007

AZNAR VALLEJO, Eduardo - «África en la política de Isabel la Católica», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 591-609

BACHRACH, Bernard S. - «Medieval siege warfare: a reconnaissance», in *The journal of military history* [on-line], vol. 58, n.º 1, January 1994 [citado em 2009-12-13]. Disponível em <<http://www.deremilitari.org/resources/articles/bachrach1.htm>>

BACHRACH, Bernard S. - *Caballus et caballarius in medieval warfare*, in *The study of chivalry: resources and approaches* [on-line], Howell Chickering e Thomas H. Seiler (ed.), Kalamazoo: Medieval Institute Publications, 1988 [citado em 2009-12-13]. Disponível em <<http://www.deremilitari.org/resources/articles/bachrach3.htm>>

BAQUERO MORENO, Humberto; FREITAS, Isabel Vaz;– *A corte de Afonso V: o tempo e os homens*, Gijón: Ediciones Trea, 2006

BAQUERO MORENO, Humberto - «Relações castelhano-portuguesas no século XV: Os exilados políticos», in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1999, pp. 93-103

BAQUERO MORENO, Humberto – «Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos», in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. X, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, pp. 103-116

BAQUERO MORENO, Humberto - *A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV*, Porto: Universidade do Porto, 1991

BAQUERO MORENO, Humberto - *Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV*, Porto: Universidade do Porto, 1990

BAQUERO MORENO, Humberto – *A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 a 1478*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979

BELENGUER, Ernest - «La cima de las cimas: Isabel y Fernando entre la Corona de Aragón y la Monarquía Hispánica», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 573-590

BELENGUER, Ernest - «Isabel la Católica vista por Jerónimo Zurita», in *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los cronistas coetáneos hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2004, pp. 95-131

BIERSACK, Martin - «Los Reyes Católicos y la tradición imperial romana», in *eHumanista. Journal of Iberian Studies* [on-line], vol. 12, 2009 [citado em 2009-12-13], pp. 33-47. Disponível em: <http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_12/articles/Biersack.pdf>

BRADBURY, Jim – *The medieval siege*, Woodbridge, The Boydell Press, 1992

BRAGA, Paulo Drummond - «Ingleses de Portugal de Afonso V», in *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto: Civilização, 2003, vol. 3, pp. 1239-1244

CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel - «Por mi palabra y mi fe real...: el papel del juramento regio en el conflicto sucesorio (1468-1480)», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 402-417

CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel - *Isabel I de Castilla y la sombra de la ilegitimidad - propaganda y representación en el conflicto sucesorio (1474-1482)*, Madrid: Sílex, 2006

CASTILLO CÁCERES, Fernando – «La cabellería y la idea de la guerra en el siglo XV: el marqués de Santillana y la batalla de Torote», in *Estudios sobre cultura, guerra y política en la corona de Castilla (siglos XIV-XVII)*, Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 2007, pp. 79-111

CASTILLO CÁCERES, Fernando – «Las monedas del príncipe Alfonso: 1465-1467», in *Estudios sobre cultura, guerra y política en la corona de Castilla (siglos XIV-XVII)*, Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 2007, pp. 289-305

CASTILLO CÁCERES, Fernando – «La guerra y el ejército en los reinos cristianos peninsulares durante los siglos XIV y XV», in *Aproximación a la historia militar de España*, vol. 1, [s.l.]: Imprenta ministerio de defensa, 2006, pp. 143-166

COELHO, Maria Helena da Cruz - «No rasto da guerra - o antes e o depois», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. I, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 287-306

CONTAMINE, Philippe - «Guerre, état et société: une revision à la lumière de la crise politique et militaire dans la France du deuxième quart du XV^e siècle», in *XXI Semana de estudios medievales: Guerra y paz en la Europa occidental – 1280-1480 (Estella, 19-23 de julio de 2004)*, [Pamplona], Gobierno de Navarra, Departamento de cultura y turismo, 2004, pp. 117-139

CONTAMINE, Philippe - *Un contrôle étatique croissant. Les usages de la guerre du XIV^e au XVIII^e siècle: rançons et butins*, in *Guerre et concurrence entre les états européens du XIV^e au XVIII^e siècle*, dirigido por Phillipe Contamine, Paris: Puf, 1998, pp. 199-218

CURRY, Anne – *The hundred years war*, Nova Iorque: Palgrave macmillan, 2003

CURRY, Anne – *The battle of Agincourt – sources and interpretation*, Woodbridge: The Boydell Press, 2009

DeVRIES, Kelly - «Conquering the conqueror at Belgrade (1456) and Rhodes (1480): irregular soldiers for an uncommon defence», in *Revista de história das ideias*, vol. 30, Coimbra: Instituto de história e teoria das ideias, 2009, pp. 219-232

DeVRIES, Kelly - «The use of chronicles in recreating medieval military history», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2004, pp. 1-15

DÍAZ DE DURANA, José Ramon - «Las luchas de bandos: ligas nobiliarias y enfrentamientos banderizos en el nordeste de la corona de Castilla», in *Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV (XIV semana de estudios medievales - Nájera 2003)*, Logroño: Gobierno de La Rioja e Instituto de Estudios Riojianos, 2004, pp. 81-111

DIOS, Salustiano de - «La tarea de los juristas en la época de los Reyes Católicos», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 193-220

DOMÍNGUEZ VALENCIA, José Fernández. - *La guerra civil a la muerte de Enrique IV. Zamora, Toro y Castromoño, Zamora*, [s.n.], 2^a ed., 1993

DUARTE, Luís Miguel - «Os Negros da Terra Verde (guerra e captura de escravos na costa ocidental africana, 1433-1448)», in *Revista de história das ideias*, vol. 30, Coimbra: Instituto de história e teoria das ideias, 2009, pp. 233-259

DUARTE, Luís Miguel - «Um país de besteiros e castelos (a guerra em Portugal na baixa idade média)», in *XXI Semana de estudios medievales: Guerra y paz en la Europa occidental – 1280-1480 (Estella, 19-23 de julio de 2004)*, [Pamplona], Gobierno de Navarra, Departamento de cultura y turismo, 2004, pp. 295-321

DUARTE, Luís Miguel - «A marinha de guerra. A pólvora. O norte de África», in *Nova História Militar de Portugal*, Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Vol. 1, coord. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 289-441

DUARTE, Luís Miguel - «A crónica perdida de Vasco Fernandes de Lucena», in *Biblos – revista da faculdade de letras. 3ª parte da miscelânea em honra do Doutor Salvador Dias Arnaut “Cultura e Prática Rituais”*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. LXXVIII, pp. 129-134

DUARTE, Luís Miguel - «O gado, a fronteira, os alcaides das sacas e os pastores castelhanos», in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1999, pp. 125-146

ELTIS, David - «Towns and defence in later medieval Germany», in *Nottingham medieval studies* [on-line], vol. 33, 1989 [citado em 2009-12-13]. Disponível em <<http://www.deremilitari.org/resources/articles/eltis.htm>>

ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – *A guerra vista do chão: os conflitos militares em Portugal nos reinados fernandino e joanino observados numa perspectiva local*, (policopiado), dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2006

ENCISO RECIO, Luis Miguel – «Isabel la Católica y la monarquía de España. 1474-1483» in *Isabel la Católica y su época - actas del congreso internacional*, Vol. I, coord. de Luis Ribot, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 17-51

FLORES DÍAZ, Manuel - «Historia militar y naval española medieval. Un acercamiento al estado de la cuestión», in *eHumanista. Journal of Iberian Studies* [on-line], vol. 10, 2008 [citado em 2009-12-13], pp. 244-273. Disponível em: <http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_10/pdf/8%20Flores.pdf>

FONSECA, Celso Silva - *A centralização monárquica portuguesa (1439-1495)*, Porto: Universidade do Porto, 1995

FONSECA, Luís Adão da - «Significado da Batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do séc. XIV», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. I, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 57-74

FONSECA, Luís Adão da - *D. João II*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006

FONSECA, Luís Adão da - «El reinado de Isabel la Católica en la historiografía portuguesa», in *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los cronistas coetáneos*

hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica, coord. de Julio Valdeón Barúque. Valladolid: Ámbito, 2004, pp. 133-146

FONSECA, Luís Adão da - «Horizonte castelhano no debate político em Portugal no final da Idade Média», in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1999, pp. 147-161

FOWLER, Kenneth - «Great companies, condottieri and stipendiary soldiers. Foreign mercenaries in the service of the state: France, Italy and Spain in the fourteenth century», in *XXI Semana de estudios medievales: Guerra y paz en la Europa occidental – 1280-1480 (Estella, 19-23 de julio de 2004)*, [Pamplona], Gobierno de Navarra, Departamento de cultura y turismo, 2004, pp. 141-161

FRANCE, John - «A changing balance: cavalry and infantry, 1000-1300», in *Revista de história das ideias*, vol. 30, Coimbra: Instituto de história e teoria das ideias, 2009, pp. 153-177

GARCÍA FITZ, Francisco - «En el nombre de Dios. La ideología de la guerra en la Península Ibérica», in *Revista de história das ideias*, Coimbra: Instituto de história e teoria das ideias, 2009, pp. 137-152

GARCÍA FITZ, Francisco - «La batalla en la edad media – algunas reflexiones», in *Revista de historia militar*, año L, n.º 100, [s.l.]: Ministerio de defensa – secretaría general técnica, 2006, pp. 93-108

GARCÍA FITZ, Francisco – *Edad media: guerra e ideologia – justificaciones jurídicas y religiosas*, Madrid: Sílex, 2003

GARCÍA FITZ, Francisco – «Pora acreçentamiento de nuestros regnos. Las funciones ofensivas de los castillos de frontera», in *La fortaleza medieval. Realidad y símbolo*, Alicante, 1998, pp. 75-89

GARCÍA HERNAN, Enrique – «El ejército de los Reyes Católicos», in *Aproximación a la historia militar de España*, vol. 1, [s.l.]: Imprenta ministerio de defensa, 2006, pp. 167-183

GARCÍA HERNAN, David – «Historiografía y fuentes para el estudio de la guerra y el ejército en la España del Antiguo Régimen», in *Historia Militar: Métodos y recursos de investigación*, Madrid: Ministerio de defensa, secretaría general técnico, 2002, pp. 183-292

GARCÍA SÁNCHEZ, Julián - «La artillería española en el siglo XV», in *Actas de las jornadas nacionales de historia militar*, Sevilla: Cátedra general castaños, 1993, pp. 361-364

GILLINGHAM, John - «"Up with orthodoxy!" In defense of Vegetian warfare», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2004, pp. 149-158

GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis portugueses no final da idade média*, Lisboa: Difel, 1995

GOMES, Saul António – *D. Afonso V: o africano*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006

GONÇALVES, Iria – *O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora*, Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1964

GONZÁLEZ CALLE, Jesús Antonio - «Luchas de bandos en Asturias en la época de los Reyes Católicos», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 519-544

GONZÁLEZ MEZQUITA, María Luz - «Propaganda y legitimación en las crónicas de dos reinados: Isabel I y Felipe V», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 361-384

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - «Fuentes para la História de la frontera Castellano-Granadina» in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. I, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 277-285

HOUSLEY, Norman - «Pro deo et patria mori: sanctified patriotism in Europe, 1400-1600», in *The origins of modern state in Europe 13th to 18th centuries – War and competition between states*, ed. por Philippe Contamine, Oxford: Oxford university press, 2000, pp. 221-248

IHRIE, Maureen - «Lúcio Marineo Sículo» in *Dictionary of the literature of the Iberian Peninsula*, editado por BLEIBERG, Germán; IHRIE, Maureen e PÉREZ, Janet, vol. 2, Westport (Connecticut): Greenwood Press, 1993, p. 1017-1018 1742

IRADIEL MURUGARREN, Paulino - «La crisis bajomedieval, un tiempo de conflictos», in *Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV (XIV semana de estudios medievales - Nájera 2003)*, Logroño: Gobierno de La Rioja e Instituto de Estudios Riojanos, 2004, pp. 13-48

IZBICKI, Thomas M. – «The punishment of pride: Castilian reactions to the battle of Aljubarrota», in *Medieval Iberia: essays on the history and literature of medieval Spain* [on-line]. Donald J. Kagay e Joseph T. Snow (ed.), New York: Peter Lang, 1997 [citado em 2009-12-13]. Disponível em <<http://www.deremilitari.org/resources/articles/izbicki.htm>>

JAEGER REQUEJO, Rafael - «Los Reyes Católicos y la transcendência jurídica de los descubrimientos geográficos», in *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los*

cronistas coetáneos hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2004, pp. 355-363

JENSEN, Kurt Villads - «Large castles and large war machines in Denmark and the Baltic», in *Revista de história das ideias*, vol. 30, Coimbra: Instituto de história e teoria das ideias, 2009, pp. 179-199

JONES, Robert W. – *Bloodied Banners – Martial display on the medieval battlefield*, Woodbridge: The Boydell Press, 2010

KAGAY, Donald J. - «A shattered circle: eastern Spanish fortifications and their repair during the “calamitous fourteenth century”», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2004, pp. 111-135

KEEN, Maurice – *Chivalry*, New Haven, Londres: Yale University Press, 1984.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «Baja Edad Media», in *Historia Militar de España*, vol. 2, coord. de Miguel Ángel Ladero Quesada, [s.l.]: Laberinto, 2010, pp. 217-377

LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «La monarquía: las bases políticas del reinado», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 135-169

LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «La financiación de la guerra por la monarquía castellan – 1252-1515», in *Revista de historia militar*, año LI, n.º extraordinario, [s.l.]: Ministerio de defensa – secretaría general técnica, 2007b, pp. 13-38

LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «Patria, nación y estado en la edad media», in *Revista de historia militar: Patria, nación, estado*, año XLIX, n.º extraordinario, [s.l.]: Ministerio de defensa – secretaría general técnica, 2005, pp. 33-58

LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «Guerra y paz: teoría y práctica en Europa occidental. 1289-1480», in *Actas da XXXI Semana de Estudos Medievales*, Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005b, pp. 21-67

LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «La Reina en las crónicas de Fernando del Pulgar y Andrés Bernáldez», in *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los cronistas coetáneos hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2004, pp. 13-61

LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «Guerra y paz: teoría y práctica en Europa occidental: 1280-1480», in *XXI Semana de estudios medievales: Guerra y paz en la Europa occidental – 1280-1480 (Estella, 19-23 de julio de 2004)*, [Pamplona], Gobierno de Navarra, Departamento de cultura y turismo, 2004b - pp. 21-67

LADERO QUESADA, Miguel Ángel (dir.) - *Los Reyes Católicos y su tiempo: repertorio bibliográfico*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Centro de Información y Documentación Científica [etc.], 2004c, 2vols

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – «La frontera de Granada, 1265-1481», in *Historia Militar: Métodos y recursos de investigación*, Madrid: Ministerio de defensa, secretaría general técnico, 2002, pp. 49-122

LADERO QUESADA, Miguel Ángel - *El Marqués de Santillana (1398-1458): los albores de la España Moderna*: [Vol. 2], El hombre de estado, Hondarribia: Nerea, cop. 2001

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – «Recursos militares y guerras de los Reyes Católicos», in «LADERO QUESADA, M.A. (coord.): *Los recursos militares de la Edad Media Hispánica*, Madrid, 2001b

LADERO QUESADA, Miguel Ángel - *La España de los Reyes Católicos*, Madrid: Alianza Editorial, 1999

LADERO QUESADA, Miguel Ángel - «Formación y funcionamiento de las huestes reales en Castilla durante el siglo XV», in *Actas de las jornadas nacionales de historia militar*, Sevilla: Cátedra general castaños, 1993, pp. 161-172

LINDEGREN, Jan - «Men, money, and means», in *The origins of modern state in Europe 13th to 18th centuries – War and competition between states*, ed. por Philippe Contamine, Oxford: Oxford university press, 2000, pp. 129-162

LÓPEZ DÍAZ, María Isabel - «La construcción del estado hispanogodo», in *Aragón en la Edad Media: XX. Homenaje a la Professora M.^a de los Desamparados Cabanes Pecourt*. Saragoça: Universidade de Saragoça, 2008, pp. 467-478

LORA SERRANO, Gloria – «La nobleza extremeña ante la guerra luso-castellana de sucesión», in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, vol. 15, n.º 1, Porto: Universidade do Porto, 1998, pp. 383-410

MAGALHÃES, Romero - «D. João II», in *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*, vol. III, [s.n.]: Editorial Estampo, 1993, p. 513-521

MANZANO MORENO, Eduardo – *Historia de España: Épocas medievales*, vol. 2, dirigido por Josep Fontana e Ramón Villares, Barcelona: Crítica / Marcial Pons, 2010

MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal: Portugal do renascimento à crise dinástica*, vol. V, Lisboa: Editorial Presença, 1997-1998, pp. 65-68 e 689-700

MARQUES, José - «Aspectos da vida de fronteira nos finais da Idade Média», in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1999, pp. 181-208

MARQUES, José - «Devastações biscainhas na quinta da Azóia», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2 Coimbra: [s.n.], 1997, pp. 191-213

MARQUES, José - *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994

MARQUES, José - «O príncipe D. João e a recolha das pratas das igrejas para custear a guerra com Castela» in *Actas do congresso internacional Bartolomeu Dias e a sua época, vol. I: D. João II e a política Quatrocentista*, Porto: Universidade do Porto e Comissão nacional para as comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1989, pp. 201-219

MARTELO, David - *A dinastia de Avis e a construção da União Ibérica*, Lisboa: Edições Sílabo, 2005

MARTÍN, José-Luis – *Enrique IV de Castilla. Rey de Navarra, Príncipe de Cataluña*, Madrid: Editorial Nerea, 2003

MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis - «Conflictos sociales y guerra civil en la Cataluña a finales de la Edad Media» in *Revueltas y revoluciones en la historia*, dirigido por VALDÉON BARUQUE, Julio et al., Salamanca, 1990, pp. 21-39

MARTÍNEZ RUIZ, Enrique - *Los ejércitos en tiempos de Isabel I* [on-line]. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006 [citado em 2009-12-13]. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12368306509046051654091/p000001.htm#I_0_>

MARTINS, Miguel Gomes; MONTEIRO, João Gouveia – *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiro português (1250-1450)*, Lisboa: Palimage, 2010

MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota*, Lisboa: Esfera dos livros, 2011

MAS CHAO, Andrés - «La formación militar del Rey Católico», in *Actas de las jornadas nacionales de historia militar*, Sevilla: Cátedra general castaños, 1993, pp. 377-384

MATOS, Gastão de Melo - «Toro», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. IV, 1971, pp. 530-532

MATTOSO, José «Revueltas y revoluciones en la Edad Media portuguesa» in *Revueltas y revoluciones en la historia*, dirigido por VALDÉON BARUQUE, Julio et al., Salamanca, 1990, pp. 41-57

McGLYNN, Sean - «The myths of medieval warfare», in *History today* [on-line]. Vol. 44, n.º 1, 1994 [citado em 2009-12-13]. Disponível em <<http://www.deremilitari.org/resources/articles/mcglynn.htm>>

MENDONÇA, Manuela – *D. João II - um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Lisboa: ed. Estampa, 1991

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Los reyes católicos y otros estudios*, Buenos Aires: Espasa Calpe, 1962

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – «Introducción», in *História de España*, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, T. XIV, Madrid: Espasa-Calpe, 1966, pp. X-CXVI

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *El imperio hispanico y los cinco reinos*, Madrid, 1950

MEYER, Jean – «States, roads, armies, and the organization of space», in *The origins of modern state in Europe 13th to 18th centuries – War and competition between states*, ed. por Philippe Contamine, Oxford: Oxford university press, 2000, pp. 99-127

MONTEIRO, João Gouveia – *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares*, Lisboa: Edições Salamandra, 2011

MONTEIRO, João Gouveia – «The battle of Aljubarrota (1385): a reassessment», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2009, pp. 75-103

MONTEIRO, João Gouveia – «Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do paradigma Gillinham», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. I, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 75-107

MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa: Editorial Notícias, 1998

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - «Idade Moderna (Séculos XV-XVIII)», in *História de Portugal*, coordenada por Rui Ramos, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 199-218

MORILLO, Stephen – «The sword of justice: war and state formation in comparative perspective», in *Journal of Medieval Military History*, Woodbridge: The Boydell Press, 2006, pp. 1-17

MORILLO, Stephen – «Expecting cowardice: medieval battle tactics reconsidered», in *Journal of Medieval Military History*, Woodbridge: The Boydell Press, 2006, pp. 65-73

MORILLO, Stephen – «Battle seeking: the contexts and limits of Vegetian strategy», in *Journal of Medieval Military History*, Woodbridge: The Boydell Press, 2002, pp. 21-41

MUÑIZ LÓPEZ, Iván - «Pasado y mitos de origen al servicio del poder. La imagen de la monarquía asturiana en la España de los Reyes Católicos», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 435-462

NIETO SORIA, José Manuel - «La imagen y los instrumentos ideológicos de exaltación del poder regio», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 171-190

NIETO SORIA, José Manuel - «La oratória como speculum regum en la Crónica de Enrique IV de Diego Enríquez del Castillo», in *Memorabilia: boletín de literatura sapiencial*, N.º. 7, 2003 [citado em 2009-10-21]. Disponível em <<http://parnaseo.uv.es/Memorabilia/Memorabilia7/Nieto.htm>>, ISSN 1579-7341

NIETO SORIA, José Manuel - «Un indulto singular: el perdón general de los Reyes Católicos a los colaboradores castellanos de Alfonso V de Portugal», in *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto: Civilização, 2003, vol. 2, pp. 703-708

OHARA, Shima - «Las relaciones en torno al conflicto sucesorio de Enrique IV» in *Isabel la Católica y su época - actas del congreso internacional*, Vol. I, coord. de Luis Ribot, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 387-399

OLIVEIRA, Aurélio - «Hispania: De construção unitária à fronteira política», in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1999, pp. 209-226

OLIVERA SERRANO, César - «La memoria de Aljubarrota en Castilla», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. II, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 277-294

ORSI LÁZARO, Mario - «La guerra en la Corona de Aragón (siglos XIII-XV). Aproximación metodológica a través de su historiografía», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. I, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 551-571

ORTEGA CERVIGÓN, José Ignacio - «La nobleza peninsular en época trastámara. Principales líneas de investigación (1997-2006)», in *eHumanista. Journal of Iberian Studies* [on-line], vol. 10, 2008 [citado em 2009-12-13], pp. 104-132. Disponível em: <http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_10/pdf/4%20Ortega.pdf>

PAZ y MELIÁ, Antonio - «Introducción» in *Crónica de Enrique IV*, Madrid: Atlas, 1975, pp. IX a LXIV

PÉREZ, Joseph - «El legado de Isabel y la proyección ulterior del reinado», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 53-64

POLO, Regina - «Monarquía y Concejos a fines del siglo XV», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 263-283

POWERS, James F. - «Life on the cutting edge: the besieged town on the Luso-Hispanic frontier in the twelfth century» in *Medieval city under siege*, ed. de Ivy A. Corfis e Michael Wolfe, Woodbridge: The Boydell Press, 1999, pp. 17-34

QUATREFAGES, René - «Mis investigaciones en España: procedimientos y resultados», in *Historia Militar: Métodos y recursos de investigación*, Madrid: Ministerio de defensa, secretaría general técnico, 2002, pp. 171-182

QUATREFAGES, René - «La organización militar en los siglos XV y XVI», in *Actas de las jornadas nacionales de historia militar*, Sevilla: Cátedra general castaños, 1993, pp. 11-16

QUINTEROS CORTÉS, Javier - «La guerra, la paz y los acuerdos comerciales: ¿cuál es el sustrato de un enfrentamiento bélico? El caso del Reino de Murcia (1464-1474)», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. II, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 109-119

REIS, Pedro Batalha - *Moedas de Toro: estudo das moedas D'El Rei D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela e Leão*, Lisboa: 1933

RIBOT GARCIA, Luis A. - «Les types d'armées en Espagne au début des Temps modernes», in *Guerre et concurrence entre les états européens du XIV^e au XVIII^e siècle*, dirigido por Phillipe Contamine, Paris: Puf, 1998, pp. 43-65

RIESCO TERRERO, Ángel - «Trasformación de la gente de guerra y "hueste medieval" hispanas en ejército moderno: estable, profesional y representativo del estado, con especial referencia a algunas ordenanzas de principios del siglo XVI», in *Revista de historia militar*, año XLIX, n.º 97, [s.l.]: Ministerio de defensa – secretaría general técnica, 2005, pp. 127-150

RODRIGUES, Ana Maria - «Infantas e rainhas: garantes de paz, pretexto para guerras», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. II, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 39-59

ROGERS, Clifford J. - «The Vegetian “science of warfare” in the Middle Ages», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2002, pp. 1-19

ROGERS, Clifford J. - «The military revolutions of the hundred year's war», in *The journal of military history* [on-line]. Vol. 57, 1993 [citado em 2009-12-13]. Disponível em <<http://www.deremilitari.org/resources/articles/rogers.htm>>

ROLDÃO, Filipa - «Na rua e no arquivo: a construção da memória portuguesa da Batalha de Toro no século XV», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. II, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 319-327

ROMERO PORTILLA, Paz - «El partido portugués de Castilla y sus maniobras para mantener la paz com Portugal (Siglo XV)», in *A guerra e a sociedade na Idade Média –*

actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais, Vol. II, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 191-208

ROMERO PORTILLA, Paz – «Un obstáculo para el fortalecimiento de la monarquía: el partido portugués en Castilla en el siglo XV» in *Isabel la Católica y su época - actas del congreso internacional*, coord. de Luis Ribot et. al., vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 419-433

ROMERO PORTILLA, Paz – *Dos monarquías medievales ante la modernidad - relaciones entre Portugal y Castilla*, Corunha: Universidade da Corunha: 1999

ROSA, Luigi de - «Puertos, navegación, comercios mediterráneos en la época de Isabel la Católica», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 807-822

RUSSEL, Peter E. - «Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné nos últimos anos de D. Afonso V», in *Do tempo e da história*, 4 Lisboa, [s.n.], 1971

SÁEZ ABAD, Rubén – *La batalla de Toro 1476 – la guerra de sucesión castellana*, Madrid: Almena ediciones, 2009

SÁNCHEZ MARTÍN, Aureliano - «Introducción» in *Crónica de Enrique IV*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 1984, pp. 7-128

SÁNCHEZ PRIETO, Ana Belén - «La formación de un ejército nobiliario al final de la edad media», in *Actas de las jornadas nacionales de historia militar*, Sevilla: Cátedra general castaños, 1993, pp. 173-177

SÁNCHEZ SAUS, Rafael; OCAÑA ERDOZAIN, Alberto - «Armamento y fortificación (siglos XI a XV)», in *Historia Militar de España*, vol. 2, coord. de Miguel Ángel Ladero Quesada, [s.l.]: Laberinto, 2010, pp. 379-411

SEGURA GRAIÑO, Cristina - «Influencias de Isabel de Portugal en la educación e formación política de su hija Isabel I de Castilla», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 319-333

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - «As cortes de Évora», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, reedição de 1979, vol. VI, p.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, Lisboa : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Relações históricas entre Portugal e a França : (1430-1481)*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, 3 vols. Lisboa: Editorial Verbo, imp. 1972-1974

SERRÃO, Joel - «D. João II», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. II, [s.l.], Iniciativas editoriais, 1968, pp. 611-615

SERRÃO, Joel - «D. Afonso V», in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. I, [s.l.], Iniciativas editoriais, 1963, p. 42-44

SESMA MUÑOZ, José Ángel - «Nueva monarquía de los Reyes Católicos?», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 685-694

SESMA MUÑOZ, José Ángel - «Guerra, ejército y sociedad en los reinos de Aragón y Navarra en la Edad Media», in *Historia Militar: Métodos y recursos de investigación*, Madrid: Ministerio de defensa, secretaría general técnico, 2002, pp. 13-48

SESMA MUÑOZ, José Ángel - «Carteles de desafío cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando V de Castilla (1475)», in *Revista portuguesa de história*, XIV (1976), pp. 277-295

SITGES, J. B. - *Enrique IV e la excelente señora llamada vulgarmente Doña Juana la Beltraneja (1425-1530)*, Madrid, 1912

SOLER DEL CAMPO, Álvaro - «El armamento en el medievo hispano», in *Aproximación a la historia militar de España*, vol. 1, [s.l.]: Imprenta ministerio de defensa, 2006, pp. 125-142

SOUSA, Armindo - «1325-1480», in *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*, vol. II, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 313-547

SOUSA, Bernardo Vasconcelos - «Idade Média (Séculos XI-XV)», in *História de Portugal*, coordenada por Rui Ramos, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp. 153-196

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - «Isabel la Católica, la imagen de un reinado», in *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los cronistas coetáneos hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2004, pp. 293-303

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - «Portugal y España: vivencias comunes», in *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto: Civilização, 2003, vol. 2, pp. 815-819

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Isabel I, Reina (1451-1504)*, Barcelona: Editorial Ariel, 2000

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Los reyes católicos la conquista del trono*, Madrid: Ediciones Rialp, 1989

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Fundamentos de la monarquía*, Madrid: Ediciones Rialp, 1989

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Los trastámara y los Reyes Católicos*, Madrid: Gredos, 1985

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante Don Henrique 1393-1460*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1969

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - «La España de los Reyes Católicos (1474-1516)», in *História de España*, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, T. XIV, Madrid: Espasa-Calpe, 1966, pp. 5-383

TATE, Robert Brian - «Alfonso de Palencia y los preceptos de la historiografía», in separata das *Actas de la III academia literaria renascentista*, Salamanca: Universidad de Salamanca, 1983, pp. 37-51

TATE, Robert Brian - «El tratado de la perfección del triunfo militar de Alfonso de Palencia, 1459: la volta de discreción y la arquitectura humanista», in separata *Essays on narrative fiction in the Iberian Peninsula in honour of Frank Pierce*, [s.l.]: The dolphin book co., ldt., 1982, pp. 163-176

TATE, Robert Brian – *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, versão espanhola de Jesús Díaz, Madrid: Editorial Gredos, 1970

TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, III volumes, Valladolid: 1963

VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del – «La farsa de Ávila en las crónicas de la época», in *Espacios de poder y formas sociales en la Edad Media. Estudios dedicados a Ángel Barrios*, editado por G. Del Ser Quijano e L. Martín Viso, Salamanca: Universidad de Salamanca, 2007a, pp. 355-367

VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del – «Isabel, princesa de Asturias», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007b, pp. 69-85

VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del – *Isabel la Católica y su tiempo*, [Granada]: Universidad de Granada, 2005

VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del - «La Reina en las crónicas de Diego de Valera y Alonso de Palencia», in *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los cronistas coetáneos hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2004, pp. 63-91

VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del - «La herencia del trono», in *Isabel la Católica y la política: ponencias presentadas al I Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2001, pp. 15-51

VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del – *Isabel la Católica, princesa (1468-1474)*, Valladolid: Instituto “Isabel la Católica” de Historia Eclesiástica, 1974

VALDÉON BARUQUE, Julio - «La sociedad castellana durante el reinado de Isabel la Católica», in *Isabel la Católica y su época. Actas del congreso internacional*, Coord. de Luis Ribot et al., Vol. I, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007, pp. 121-133

VALDÉON BARUQUE, Julio - «La corona de Castilla en la época de Isabel la Católica», in *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los cronistas coetáneos hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2004, pp. 309-324

VALDÉON BARUQUE, Julio - «Isabel la Católica: la monarquía de todas las Españas», in *Isabel la Católica y la política: ponencias presentadas al I Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque. Valladolid: Ámbito, 2001, pp. 337-349

VALDÉON BARUQUE, Julio - «Revueltas en la Edad Media castellana» in *Revueltas y revoluciones en la historia*, dirigido por VALDÉON BARUQUE, Julio et al., Salamanca, 1990, pp. 9-20

VALDÉON BARUQUE, Julio - *Los conflictos sociales en el reino de Castilla en los siglos XIV y XV*, Madrid: Siglo XXI, 1975

VENTURA, Margarida Garcez - «Sobre as fronteiras de Portugal na primeira metade do século XV», in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. II, coord. de COELHO, Maria Helena da Cruz et al., Batalha, 2009, pp. 159-167

VENTURA, Margarida Garcez - «A nobreza lusa refugiada em Cáceres, Zamora, Toro: opções senhorialistas nas vésperas de um estado centralizado», separata do *Svmmv philologvs necnon verborvm imperator*, Lisboa: [s.n.], 2004, p. 235-253

VERBRUGGEN, J.F. - «Arms and the art of war: the Ghentenaar and Brugeois militia in 1477-79», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2009, pp. 135-146

VERBRUGGEN, J.F. - «The role of cavalry in medieval warfare», in *Journal of medieval military history*, Woodbridge: The Boydell Press, 2005, pp. 46-71

VERBRUGGEN, J.F. – *The art of warfare in Western Europe during the Middle Ages*, Amsterdão, Nova Iorque, Londres: North-Holland Publishing Company, 1977

VITERBO, Francisco Marques Sousa - *A batalha de Toro. Alguns dados e documentos para a sua monographia historica*, Lisboa, Typographia Universal, 1900

VICENS VIVES, Jaume - *Juan II de Aragón (1398-1479): monarquía y revolución en la España del siglo XV*, Pamplona: Ugoiti Editores, 2003

WOLFE, Michael - «New perspectives on medieval siege warfare: an introduction», in *Medieval city under siege*, ed. de Ivy A. Corfis e Michael Wolfe, Woodbridge: The Boydell Press, 1999, pp. 3-14

ÍNDICE

ABREVIATURAS	p. 5
INTRODUÇÃO	p. 6
1. “ESTADO DA ARTE”	p. 9
2. METODOLOGIA	p. 15
3. O LEGADO GODO	p. 18
4. CRONISTAS E CRÓNICAS	p. 29
a) Cronistas portugueses	p. 31
b) Cronistas castelhanos	p. 37
c) Cronistas aragoneses	p. 56
d) Crónicas castelhanas	p. 58
5. DESENVOLVIMENTO POLÍTICO	p. 61
a) A primeira década do reinado de Enrique IV 1454-1464.....	p. 61
b) O caminho conducente à guerra civil 1462-1474.....	p. 67
c) Guerra civil (1465-74).....	p. 73
d) Da questão sucessória ao conflito internacional: a guerra peninsular entre 1475 e 1476.....	p. 96
e) Ameaça francesa e a paz armada 1477-1479.....	p. 114
f) O rescaldo e a obtenção da paz	p. 120
6. A CAMPANHA MILITAR: DA PREPARAÇÃO AO CHOQUE	p. 127
a) A decisão de passar a Castela	p. 139
b) O recrutamento militar e a formação do exército	p. 144
c) Primeira contagem de efectivos.....	p. 146
d) O exército em marcha: estrutura e comandos	p. 150
e) O percurso	p. 151
f) Vitórias repartidas: Zamora e Baltanás para D. Afonso V; e os mestrados de Calatrava e Villena para D. Fernando e D. Isabel	p. 162
g) Os reinos a ferro e fogo.....	p. 166
h) O pedido de auxílio ao príncipe D. João.....	p. 175
7. DA BATALHA DE TORO AO ÚLTIMO RESCALDO	p. 179

a) A escolha do local da batalha e a preparação do terreno.....	p. 181
b) A disposição do exército castelhano – os comandos	p. 185
c) A disposição do exército português – os comandos.....	p. 186
d) O início da batalha	p. 187
e) A sequência da batalha. As várias batalhas.....	p. 193
f) A disposição dos exércitos	p. 195
g) A fuga de D. Afonso V. A vitória do príncipe D. João. A noite no campo ...	p. 201
h) Castromuñoz; Zamora; Toro; Tordesilhas.....	p. 207
i) O regresso do exército português	p. 209
j) O “dia seguinte” no lado castelhano	p. 212
k) A continuação da campanha	p. 215
l) A paz das Alcáçovas	p. 221
m) A construção da vitória nos dois lados: as procissões de agradecimento ...	p. 226
n) O balanço da campanha	p. 229
 8. CONCLUSÃO	 p. 232
 9. CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	 p. 236
 BIBLIOGRAFIA	 p. 239
 ÍNDICE	 p. 258
 ANEXOS.....	 p. 260

ANEXOS

Anexo 1 – Afonso V, em iluminura da Biblioteca de Estugarda (retirado de SOUSA, Armindo - «1325-1480», in *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*, vol. II, Lisboa: Editorial Estampa, 1993).



Anexo 2 – Representação de D. João II, in *Crónica de D. João II*, de Rui de Pina.
Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Lisboa.



Anexo 3 – Retrato de Enrique IV (retirado de A. Paz y Meliá - «Introducción», in *Crónica de Enrique IV*, Madrid: Atlas, 1973).



Anexo 4 – Retrato de Fernando, o *Católico* – conservado numa colecção italiana (retirado de SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - «La España de los Reyes Católicos (1474-1516)», in *História de España*, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, T. XIV, Madrid: Espasa-Calpe, 1966, p. 233)



Anexo 5 – Retrato de Isabel, a *Católica* – quadro de Rincón, Palácio Real de Madrid (retirado de Fernández Domínguez, J. – *La guerra civil a la muerte de Enrique IV – Zamora, Toro y Castroñuño, Zamora*, 2ª ed., 1993).



Anexo 6 – Retrato de Juana, a Excelente Senhora (retirado de SITGES, J. B. – *Enrique IV e la excelente señora llamada vulgarmente Doña Juana la Beltraneja* (1425-1530), Madrid, 1912).



con desseo e voluntat de tiranizar. A lo que alteza suya sabia que no havia de dar logar, que no por respecto bueno alguno vos dieron entrada. E quanto a sto, el rey nuestro senyor dize que la iusticia suya e de la reyna nuestra senyora sta tan clara e notoria que de buen graso permitiera que por quinquiera fuera luego vista, mas que le parecio que vuestra senyoria le embio con mano armada sta embaxada pareciendo querer que deste debate fuesse juez nuestro soberano Dios e los testigos las armas, entrando con gentes de guerra en estos sus reynos e usurpandole su titulo de rey dellos sin tener nenguna accion, publicando por sus cartas patentes que lo venia a buscar a donde quiera que stoviesse. E por sta causa, su alteza dize que respondio a Ruy de Sosa que su senyoria responderia a la vuestra si en stos reynos viniesse e que desta causa es venido agora, assi como lo dixo, a responder ante ste soberano e derecho juez que tomastes e trahe conseo los testigos que scogistes, que son las armas. Por ende, que vos requiere que pues tan cerqua desta ciuda suya en que sus desleales vassallos vos metieron vos presento la batalla ayer jueves que se contaron veynte dias deste mes de julio, e yo viernes tiene aqui assentado su real, que a vuestra alteza plegua fazer una de dos cosas: o sallir luego de sus reynos desembargandole todo lo que en ellos tiene ocupado y sto assim complido que el sera contento que ste debate se remita a nuestro muy sancto padre, o sallir luego con vuestra hueste a aquel campo donde el ayer vos spero e oy spera a la batalla, porque ste iusto e derecho juez que es nuestro soberano Dios determine sta quistion sin tantas muertes e quemas e robos e otros grandes males que se speran seguir en stos sus reynos y en el vuestro en gentes que no tienen culpa; e si por ventura vuestra excellencia se querra scusar con el cerquo que tiene sobre sta su fortaleza, dize que la mandara luego entregar a un caballero fiable de vuestro reyno con seguredat que dada la batalla vos la entregue; y si vuestra real senyoria, por non tener tantas gentes que puedan ygualar con las suyas dexa de salir a la batalla, dize que sera contento que ste debate se determine por la batalla de sue real persona a la vuestra con que sto sea luego sin otra dilacion. Lo qual todo, muy excellente senyor, yo Gomez Manrique, en nombre del rey nuestro senyor, vos digo y requiero de su parte todo lo sobredicho, sin anyadir ni minguar e lo dare ansi firmado de mi nmbre e seellado con el seelo de mis armas.

Anexo 9 – Carta enviada por D. Afonso V a D. Fernando, a 22 de Julho de 1475 (retirado de SESMA MUÑOZ, José Ángel - «Carteles de desafio cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando V de Castilla (1475)», in *Revista portuguesa de história*, XIV (1976), pp. 277-295).

Lo que el rey de Castilla, de Leon e de Portugal, nuestro senyor embia a dezir a vuestra senyoria en respuesta de la requesta con Gomez Manrique le embiastes, es lo siguiente.

Que el jueves passado, veynte dias deste mes de julio, vino hun vuestro rey darmas a su alteza a le pedir de vuestra parte un seguro para Gomez Manrique que vuestra senyoria le queria embiar, lo qual su alteza luego otorgo e embio un trompeta suyo con quein seguramente podiesse venir; y despues, otro dia siguiente, fue a su alteza el dicho Gomez Manrique y de vuestra parte le dixo e fizo una requesta, la qual dio firmada de su nombre y seellada con el seello de sus armas, el tenor de la qual es segun de parte darriba se contiene, etc.

Quanto a lo que vuestra senyoria le embio dezir que bien parece que su alteza fue mal informado de la verdat, e dize su real senyoria que much tiempo antes que acceptasse el desporio e casamiento con la reyna dona Juana, nuestra senyora, e se informo bien de la verdat e iusticia que su senyoria tiene a stos sus reynos, como legitima e natural del senyor rey don Enrique su padre, que Dios haya, e por tal havida e tenida e iurada e obedecida por princesa primogenita heredera del dicho senyor rey su padre e por reyna e senyora destos dichos regnos pora despues de sus dias, assi por el como por los prelados e grande destos sus reynos e por los procuradores de las ciudades e villas dellos, la qual asi mesmo fue dexada e instituyda por el dicho senyor rey su padre por su legitima e universal heredera destos dichos reynos, segun lo qual parece quel dicho rey nuestro senyor ha seydo e es verdaderamente informado quel dicho e verdadero senyorio dellos pertenece iusta e drechamente a la dicha senyoria e la senyora reyna vuestra muger fuestes iurados e obedecidos en stos reynos por algunos grandes e ciudades e villas dellos ha seydo e fue iniusta e no devidamente e so color e causa hereda, diziendo quel dicho senyor don Enrique havia fallecido sin dexar fijo ni fija legitimo, e por consiguiente que vuestra mercet usurpa e occupa el titulo e nombre de rey destos reynos indevidamente e quel dicho rey nuestro senyor con iusto e drecho titulo entro e sta en ellos como legitimo sposo de la dicha reyna dona Juana nuestra senyora, como legitimo protessor e deffensor de sus drecho e causa, e que los que llamaron a su alteza e le suplicaron que entrasse

en ellos e le iuraron e obedecieron por su verdadero rey dellos usaron e usan grant lealdat e fidelidat, los quales nunqua reconocieron ni obedecieron salvo al dicho rey nuestro senyor e a la reyna nuestra senyora dona Juana.

A lo otro, que vuestra senyoria embio a dezir a su alteza que le plegua fazer un de dos cosas: o sallir luego destos sus reynos desembargandole todo lo que en ellos tiene ocupado e que sto ansi cumplido vuestra senyoria sera contento que ste debate se remita a nuestro muy santo padre; o, sallir luego con su hueste al campo porque nuestro senyor Dios lo determine, dize su real senyoria que por las causas susodichas parece la grande e notoria razon e iusticia que el tiene star como sta en stos reynos, e que vuestra senyoria se deve sallir dellos, desembargar y dexar a la dicha senyora reyna su sposa y a su alteza todo lo que en ellos teneys ocupado, e que assi vos lo pide y requiere con Dios, e faziendolo assi vuestra senyoria a su alteza plaze e sera contento, por scusar todos otros rigores e rompimientos de guerra, que nuestro muy sancto padre vea e determine ste dicho debate por drecho, porque nunqua su intencion e proposito fue de desviar ni apartar en ste caso la via de la iusticia e porque segunt la grant virtud de su sanctidat confia gela mandara guarda.

E quanto a la batalla sobre que vuestra senyoria requiere a sua alteza, diziendo que por ella se scusan muertes e quemas e robos e otros grandes males que se speran seguir en stos sus reynos en gentes que no tienen culpa, su alteza dize que porque al presente sus grandes e gentes stan derramadas en otras partes, su senyoria embiara a llamar luego, e venidas vos presentera e dara luego la batalla, mediante la gracia de Dios, pero porque vuestra alteza le embio dezir que si su real senyoria por no tener tantas gentes que puedan ygualar con las vuestras dexa de sallir a la batalla, que vuestra merced sera contento que ste debate se determine por batalla de su real persona a la vuestra, a sto responde su real magestat que si a vuestra senyoria mas pluguiere desto a su alteza assim mesmo plaze dello, faziendose por manera quel campo sea seguro e que sta question y debate mas prestamente del todo con ello se determine e fenezca e acabe, porquel vencedor quede pacificamente en la obediencia e posesion destos dichos sus reynos e se ataje e scusen para adelante todas otras guerras y males e danyos dellos, por cuyo respecto solamente su alteza condeciente a sto y en tanto que stas seguredades pora ello se dieren, cada una de las partes prosigua su negocio y causa como entendiere que le cumple.

Lo qual todo, muy poderosa senyor, yo Alonso de Herrera, en nombre del dicho rey nuestro senyor, vos digo e respondo de su parte, en fe de lo qual firme sta escritura de mi nombre e la seelle con el seello de mis armas, Que fe fecha oy sabado, veynte e dos dias del mes de julio de setenta e cinco anyos.

Anexo 10 – Carta enviada por D. Fernando a D. Afonso V, a 24 de Julho de 1475 (retirado de SESMA MUÑOZ, José Ángel - «Carteles de desafio cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando V de Castilla (1475)», in *Revista portuguesa de história*, XIV (1976), pp. 277-295).

Respuesta del rey de Castilla et etc.

Nuestro senyor el rey de Castilla, de Leon e de Sicilia e príncipe d’Aragon me mando dezir a vuestra excellencia que vio la respuesta que Portogual, vuestro rey darmas, le levo por scrito de hun nombre que dezia Herrera e seellada com hun seello quel dezia ser de sus armas, el tenor de la qual se continua arriba etc.

E quanto a lo primero que vuestra senyoria dize, aprovando la demanda de la senyora vuestra sobrina, dando a sto razones en la dicha respuesta contenidas y entre stas diziendo que los que metieron a vuestra senyoria en stos reyno no iuraron a su alteza ni a la reyna nuestra senyora a sto su senyoria dize que assi como desto vos fue fecho relacion no verdadera, que assi es en todas las otras cosas, pues sta muy notório e manifiesto que los mas principales dellos, en presencia del senyor rei don Enrique, iuraron a la dicha reyna nuestra senyora publicamente por princessa heredera destos reynos e por reyna dellos pora despues de los dias del dicho senyor rey e haun com auctoridat del legado del nuestro muy sancto padre, lo qual es tan notório que no se puede encobrir e porá parescer por escrituras autenticas. E assi mesmo, dize que es manifiesto que todos los que vos trixieron a stos regnos agora, quando fallescio el dicho senyor rey don Enrique, iuraron a la alteza suya e de la reyna nuestra senyora si les atorgaran algunas iniustas demandas que les fazian. Y no menos parece haver seydo mal informado y haun

enganyado vuestra real senyoria en lo que dizen quel rey Enrique al tiempo de su fallecimiento dexo por heredera la dicha senyora vuestra sobrina, pues sto passo por el contrario: conociendo el passo en que stava, mando quel fecho de la succession de los reynos se fiziesse lo quel Cardenal sabia que el tenía determinado e asentado de fazer com la dicha reyna nuestra senyora, que era declarar por ella la succession, que assi lo pusiera en obra si hoviera lugar de passar a Segovia, segun que ya todos los del su conseio e a otros muchos es notório, e que preguntandole que que fari de la senyora vuestra sobrina, mando que stoviesse a lo que hordenassem el Cardenal y los duques del Ingantadgo y de Plasiencia y del Comdestable y conde de Benavente y marques de Villena, lo qual todo passo assi en verdat e hay muchos testigos que lo que vieron e oyeron, assi que para sto e para las otras allegaciones que en la dicha respuesta se contienen podran haver replicatos com satisfatorios e verdaderos, que si aqua tuviessedes juez humano y no sospechoso staria muy ligera de averiguar su iusticia, pero pues al presente ste juez no teneys ni vos, muy excellent senyor, que stastes en el proceder deste negocio seguir la via que permiten las leyes divinas e humanas, antes yendo contra aquellas scogistes la via de la fuerca. Dizes u alteza, que para sta forma de proceder que tomastes no son menester las otras razones ni allegaciones salvo las armas y los braços que las menean, e por sta causa vos cino a presentar batalla general y embio a requetir comigo a vuestra senyoria que quisiesse sallir a ella e sino que se librasse por batalla particular de su real persona a la vuestra, lo qual parece que vuestra merced accepta haviendo para ello placa segura. A lo qual su realeza responde que porque seria cosa difícil que tan grandes príncipes como vosotros fallasedes outro ninguno príncipe christiano que el campo vos pudiesse assegurar, e haun porque sto seria una dilacion infinita, que a sua alteza parece, si la vuestra ha voluntat, que sto haya efecto que se devian tener sta manera: que se eligan quatro grandes hombres, dos castellanos e dos portugueses, e que stos com cada ciento o dozientas lanças con grandes sacramentos e homenatges que se fagan los unos a los otros e los otros a los otros de no valer ninguno dellos a su parte como quiera que la vean passar, tengan la placa segura, e que para sto com expresa licencia e mandamiento que para ello hayan de la alteza suya e de la vuestra, se desnaturen de vosotros; e su alteza dize quel condeciente a offrescer su real persona a sta batalla, stando como sta mas poderoso en gentes que vuestra senyoria, por scusar los irreparables danyos que se speran de la dilacion desta contienda e porque tiene muy firme confianca en la clara iusticia quel e la reyna nuestra senyora tienen, com la qual spera en nuestro soberano Dios y en l'apostol Sanctiago que se dara por el la sentencia. E dize que si desto plazera a vuestra alteza, que sentro de tercero dia se ponga en execucion e haya luego, oy o manyana, vuestra respuesta en el real donde su alteza stoviere e donde no que su senyoria no entiende mas entender en ello, porque entre tan altos principes no seria cosa honesta andar en demandas e respuestas como fazen los hombres baxos, pero dentro deste tiempo no se entienda que ha de dexar ninguno de fazer lo que podiere, como queira que por las leyes sea reprobado a los que stan en requesta, assi como en la respuesta de vuestra senyoria se contiene.

E porque aquella sea cierta quel rey nuestro senyor me mando dezir todo sto, doylo firmado de mi nombre e seellado com el seello de mis armas. Fecho XXIII^o de Júlio de LXXV anyos.

Anexo 11 – Carta enviada por D. Afonso V a D. Fernando, a 25 de Julho de 1475 (retirado de SESMA MUÑOZ, José Ángel - «Carteles de desafio cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando V de Castilla (1475)», in *Revista portuguesa de história*, XIV (1976), pp. 277-295).

Lo quel rey de Castilla, de Leon, de Portugal, nuestro senyor, embia a dezir a vuestra senyoria en respuesta de una scritura que ayer lunes, XXIII^o de Júlio, Ceritanez, vuestro rey darmas, dio a sua alteza, firmada del nombre de Gomez Manrique e seellada com el seello de sus armas, es lo siguiente.

Que su alteza vio la dicha scritura que vino inserto el tenor de la outra su respuesta que com Portugal, su rey darmas, yo Alonso de Herrera, cavallero de su casa e del su conseio, por mandado enbie a vuestra senyoria, la qual en efecto se contenia la iustificacion del drecho de la succession de la reyna dona Juana nuestra senyora a stos sus reynos y quando vos presentarian la batalla general que vuestra senyoria le embio offrecer, porque si a vuestra e que a su alteza plazia assi mesmo dello, faziendose por manera quel campo fuesse seguro y quel vencedor quedasse pascíficamente en la obediência y posesion destos reynos y se diessen seguridades para ello, segunt que mas largamente en la dicha scritura de respuesta se contiene, a lo qual el dicho Gomez Manrique dize que vuestra senyoria replica com efecto sto que se sigue.

Primeramente, que es notorio e manifiesto que los mas principales de los grandes que se metieron al rey nuestro senyor en stos reynos, en presencia del senyor rey don Enrique, que Dios haya, iuraron a la senyora vuestra muger publicamente por princessa heredera destos reynos e por reyna dellos porá despues de los dias del dicho senyor rey, y al tiempo de su fallecimiento el mando que en el fecho de la succession se fiziesse lo quel Cardenal sabia quel tenía determinado de fazer com la senyora reyna vuestra muger, que diz que era declarar por ella la dicha succession e que la reyna nuestra senyora stoviesse a hordenanca del Cardenal y del duque d'Arevalo e Condestable e marques de Sacntellana e marques de Villena e conde de Benavente. Otro si, que pues al presente no havia juez pora sto determinar, ni el rey nuestro senyor havia seguido las vias que permiten las leys, e que por sta causa vuestra senyoria le havia presentado la batalla general o la particular de su real persona a la vuestra, e que para tener placa segura a vuestra alteza parece que se devria tener sta manera: que se eligan quatro grandes hombres, dos castellanos y dos portugueses, e que stos com cada ciento o dozientas lancas com grandes sacramentos e homenages que se fiziessen los unos a los otros de non valer ninguno dellos a sua parte haunque la viessen mal passar, tenga la placa segura, y que a sta batalla particular vuestra senyoria condeciente por scusar los irreparables males que se speran de la dilacion desta contienda, segunt que mas largamente en la dicha scitura de replicato se contiene.

Acerqua de los primero, tocante a la iustificacion del drecho y causa de la reyna dona Juana nuestra senyora, responde su alteza que como quiere que aquellos grandes que vuestra senyoria dize iurasen a la senyora reyna vuestra muger, parece muy manifestamente por su scritura firmada e iurada, que lo fizieron e otorgaron por atajar scandalos y por otras causas que no hovieron efecto, e no porque la reyna nuestra senyora no hoviesse drecho a la succession destos reynos como lo tiene e aquellos mismos grandes e todos los otros que agora siguen la opinion de vuestra senyoria la havran obedecido y iurado primeramente por princessa y reyna e senyora dellos, porá despues de los dias del dicho senyor rey su padre, y haun despues com grande deliberacion haviendo por ninguno irrevocado iusta y drechamente el segundo iuramento por ellos fecho a la senyora reyno vuestra muger, por seer como fue contra el primero e por las otras dichas causas, ratificaron y aprobaron el dicho su primero iuramento e lo otorgaron de nuevo, iurando de nunca mas obedecer ni seguir a la senyora reyna vuestra muger.

En lo que vuestra senyoria embio a dezir quel dicho senyor rey don Enrique havia hordenado e mandado al tiempo de su fallecimiento, no conviene responder, porque su real senyoria sabe muy scierto lo contrario, assi de los secretarios ante quien passo, como de muchos testigos dignos de fe que fueron a ello presentes, en lo qual por acortar en scrituras no quiere mas dezir que si vuestra senyoria hoviera scogido la via de la iusticia por iuyzio de nuestro muy sancto padre, en la manera que se vos ofrecio, ante su sanctidad se pudiera todo aquesto bien averiguar e mostrar e haun probar, que la via que su alteza há proseguido e comencado en defension del drecho e causa de la dicha reyna nuestra senyora e de su primogenitura no es repugnante al drecho divino ni humano.

Quanto a lo de la batalla particular de su real persona a la vuestra, ya su alteza tiene respondido que le plaze dello, pues que por aquella via se scusan mas muertes y danyos, con que se de luego seguredat por la uparte e por la outra para quel vencedor quede pascifico en la obediencia e posesion destos reynos e como lo dixo en su primera respuesta, porque si de otra manera se fiziesse, la mesma guerra e division quedaria siempre abierta e pendiente y no se scusarian las dichas muertes y danyos en stos reynos, por cuyo respecto solamente a stu su alteza quiere condecender como la vuestra dize que condeciente, y por mayor brevedat del fecho su alteza porna luego por rehenes dello a la dicha reyna dona Juana nuestra senyora y que vuestra senyoria ponga assi mesmo a la dicha senyora reyna vuestra muger, e pues segun la qualitat del fecho no puede haver ni hay otras rehenes bastantes para ello. E cerqua la seguredat del campo, a su alteza plaze de la forma contenida en la dicha scritura y porque no haya division ni mas larga en la dipputacion de los quatro grande y se pueda tener mayor confianza dellos, vuestra senyoria scoja e nombre dos de los portugueses suyos e sua alteza scogera e nombrara luego dos grandes castellanos de los que siguen vuestra opinion, a los quales assi mesmo se entreguen luego los dichos rehenes, a todos quatro iuntamente, e cada parte su rehn a los suyos como vuestra senyoria mas quisiere e por sta via se puede haver mas prestamente el incio en sta contienda, en lo qual confia en nuestro senyor Dios, qui es iusto e drecho juez que le non denegara su ayuda y favor. Y porquês verdat que su alteza lo responde todo assi, por su mandado firme sta scritura de mi nombre e la seelle com el seello de mis armas. Fecho oy martes, veyntecinquo dias de Júlio anyo de LXXV.

Anexo 12 – Carta enviada por D. Fernando a D. Afonso V, entre 26 a 31 de Julho de 1475 (retirado de SESMA MUÑOZ, José Ángel - «Carteles de desafio cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando V de Castilla (1475)», in *Revista portuguesa de história*, XIV (1976), pp. 277-295).

Lo que nuestro senyor el rey de Castilla e de Leon e de Sicilia, principe d’Aragon, me mando dezir a vuestra senyoria, es sto.

Primeramente, que su alteza vio el segundo replicato que en nombre de vuestra senyoria le embio Ferrera, firmado de su nombre e seellado con el seello de sus armas, e assi mesmo vio las razones e allegaciones en el dicho replicato contenidas sobre la iniusta demanda de la senyora vuestra sobrina. E dize se alteza que sobre ste caso no le paresce que es menester contender por palabras y por scitos, pues como se dontiende en la segunda respuesta que de parte de su alteza yo di, no teney aqua al presente juez humana que oya vuestras allegaciones e por aquellas juzgue e determine, y por sto su alteza me manda que posponiendo todas la razones muy iustas e verdaderas que dar se podrian en guarda del drecho de la reyna nuestra senyora e suyo, e solamente responde a dos cosas. A la primera, a lo que vuestra alteza dize que si su alteza dize que si su alteza quisiera que ste debate viera nuestro muy sancto padre como le embio dezir; la segunda, a lo de la batalla de su real persona a la vuestra. E quanto a la primera, dize que ya yo de su parte dixe a vuestra senyoria el permetiera de muy buen grado que quinquiera fuera juez desta causa, sí vuestra mercet no le embiara aquella embaxada con mano armada y tal que era muy agre de hoyr e mucho mas de fazer, diziendole que dexasse stos regnos que iusta e pascificamente tenia e posseyra, lo qual no permiten los drechos divino no humano. E quanto a la segunda, de la batalla e de la seguredat del campo que su senyoria vos offrecio y la vuestra accepta, dize su alteza que destoe s muy alegre, porque por sta via puede ser que plega a nuestro senyor que se atajen los otros grandísimos danyos que stan aparejados y dize su alteza que ele s contento que se nombren los cavalleros de amas partes assi como lo dize vuestra merced, e por la parte vuestra nombra de los vuestros el duque de Guimaranes y al conde de Villareal; pero en quanto a las rehenes que vuestra excellencia declara de la reyna nuestra senyora e de la senyora vuestra sobrina, dizes su real senyoria que y ala vuestra vee y a todos es notorio que stas no son yguals, que si lo fuessen no havrian sobre que contender ni batallar, e pues que en sto ay tan grande desigualdat e a el no seria honesto otorgarlas, pero que dara todas las rehenes e seguredades que para en tal caso se puedan demandar, assi por la parte suya como de la reyna nuestra senyora por manera que por falta de las seguredades no quede la execucion desto a que su senyoria se offrecio com desseo de redemir com sta batalla particular los grandes males y danyos generales que se speran. E porque la senyoria vuestra no dude desto aqua contenido, embio sta scritura firmada de mi nombre e seellada com el seello de mis armas.

Anexo 13 – Carta enviada por D. Afonso V a D. Fernando, a 1 de Agosto de 1475 (retirado de SESMA MUÑOZ, José Ángel - «Carteles de desafio cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando V de Castilla (1475)», in *Revista portuguesa de história*, XIV (1976), pp. 277-295).

Lo que nuestro senyor el rey de Castilla, de Leon, de Portugal, responde al replicato que com Portugal, su rey darmas, Gomez Manrique de vuestra parte le embio por escrito, firmado de su nombre e seellado com el seello de sus armas, es esto que se sigue.

Que visto el dicho vuestro replicato, por acortar en escrituras non quiere repetir las cosas en el contenidas, salvo solamente lo que faze al fecho principal en que vuestra senyoria dize que es contento que para la seguridat del campo se nombren los cavalleros de ama partes y que por la parte vuestra nombre de los de su alteza al duque de Guimaranes e al conde de Villareal, pero quanto a las rehenes de la reyna nuestra senyora y de la senyora reyna vuestra muger, dize vuestra senyoria que estas no son iguales, que si lo fuessen no havrian sobre que contender ni batallar y pues que en sto hay desigualdat que a vuestra mercet no seria onesto atorgarlas, pero que dara todas las rehenes e seguredades que para en tal caso se puedan demandar, assi para la parte vuestra com de la dicha senyora reyna vuestra muger.

A esto, su alteza responde que se maravilla mucho de la vuestra, en se querer assi escusar de la batalla que lo offrecio, so color de desigualdat de las rehenes la qual en la verdat no hay ni por vuestra

parte se puede ni deve allegar por estas razones: la primera, porque pues que su real senyoria y la vuestra soys la cabeça cada huno por su parte y por tanto bien universal de aquestos reynos quisisteys offerer vuestras personas a peligro de batalla particular, no se deviera dizir ni pensar en ygualdat ni desigualdat de las senyoras reynas vuestras mugeres, que devem andar e seguir tras vosotros, mayormente que pues vuestra senyoria confia vuestra real persona de los cavalleros que han de tener la placa segura e se vos ofrecio por su alteza que los vuestros teniessen la rehen de la senyora reyna vuestra muger no seria sin razon confiar dellos assi mesmo la persona della ni le corria en ello peligro alguno salvo haver de estar e passar por el iuyzio de la batalla, como se ofrece que ella mesma lo quiere permeter e segurar; la otra razon es porque fablar en esta ygualdat o desigualdat es repetir la mesma question e debate de vuestra requesta sobre que su alteza a la vuestra haveys de combatir, que pues su real senyoria defiende el drecho de la reyna nuestra senyora como fija heredera del senyor rey don Enrique, que Dios haya, la senyora reyna vuestra muger, como su hermana infante de Castilla, reyna de Sicilia, no tiene ygualdat con ella y puesto que vuestra senyoria aquello niegue, pues soys requestador y sobre ello offreciesteyis vuestra persona a la batalla y el rey nuestro senyor lo contrario dello vos entiende defender e combatir de cuyo iuyzio depende la determinacion dello manifesto es que agora antes de tiempo no se podia ni devia aquello por vos allegar pora dexar por ello de dar las dichas rehenes ni escusarse de la dicha batalla; outra razon muy principal notória hay para esto que vuestra senyoria en todos los carteles por nuestra parte enbiados afirma que a esta batalla particular condecien de y ofrece su real persona por escusar los yrrreparables danyos que de la dilacion se esperan de sta contienda y por redemir con elaa los grandes danyos generales de aquestos reynos, pues ya vee vuestra mercê e a todos es manifesto que no hay seguridades otras que basten para del todo atajar e escusar aquesto si la dicha senyora reyna vuestra muger quedasse en su liberdat, pues es la parte principal vuestra que pretende haver drecho a la succession destos reynos e com ella sola que quedase en todo tiempo se podia sumtar e renovar esta contienda, por manera que aprovecharia poço al bien universal destos reynos el vencimiento de la batalla ni por ella se conseguiria el fin principal porque se condecien de a ella quanto mas que non se puede negar que pues estas dos senyoras reynas son las partes principales desta contienda que entre las personas reales dellas no se pude notar ni oponer duda ni diferencia de seguridat e saneamiento deste debate e del alanamiento et perpetua pacificacion dessoros reynos, que si para entero remédio dello otras seguridades bastantes huviera, sin duda alguna el rey nuestro senyor fuera tanto contento dellas como de las que declaro, en las quales si alguna desigualdat havia era e es de 1.^a parte de vuestra senyoria, porque tiene fija de la dicha senyora reyna vuestra muger, con la qual todavia quedava abierta duda o color para con ella se poder revocar la dicha contienda, lo qual bien conocio el rey nuestro senyor al tiempo que nombro los dichos rehenes, pero su alteza por llegar mas prestamente el fecho al cabo, contra voto e parecer de muchos grandes e cavalleros de su consejo, hovo por bien de se contentar sin la dicha infante vuestra fija, que estava por entonce apartada de vos, porque vuestra senyoria le embio requerir que dentro tercero dia se pusiesse en execucion la dicha batalla e para se poder asi complir et poner en obra no le parecio a sua alteza que otras rehenas bastantes havia luego en su mano ní en la vuestra para poder dar ni poner en tan breve tiempo salvo las dichas senyoras reynas, e por tanto dize su real magestat que se afirma en lo que tiene dicho y si vuestra senyoria quiere luego sin ninguna dilacion poner e entregar lealmente los dichos rehenes ya declarados, que en tal caso su alteza assi mesmo nombrara otros dos grandes de los vuestros, en otra manera no le parece que conviene passar tiempo en palabras ni en escrituras, ni entiende mas sobre ello replicar, mayormente que vuestra senyoria bien sabe que por fray Alonso, persona de vuestro consejo e a vuestra mercet e la dicha senyora reyna vuestra muger muy fiable e accepta, fue el dicho rey dar mas que a vos embio ante las puertas de vuestro palácio, en presencia de algunos vuestros grandes, muy iniuriado et maltratado e despojado rasgando la su cota de armas elo quisieron fazer ferir e matar en tan grande offensa de vuestra real persona, y todo ello passa sin castio ni remedio alguno, por donde parece que en la parte vuestra no les plaze ni quieren dar lugar que esta cosa vaya adelante ni que alla vayan mensageros ni oficiales dar mas sobre ello, ni su real magestat los entiende mas embiar y por esto embio yo agora esta su respuesta a vuestra senyoria com el levador della por mandado de sua alteza, en fe de lo qual la firme de mi nombre e la fize seallar com el seello de mis armas. Fecho primero dia de Agosto anyo de LXXV, Herrera.

Anexo 14 – Carta enviada por D. Fernando a D. Afonso V, 4 de Agosto de 1475 (retirado de SESMA MUÑOZ, José Ángel - «Carteles de desafio cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando V de Castilla (1475)», in *Revista portuguesa de história*, XIV (1976), pp. 277-295).

Lo que nuestro senyor el rey de Castilla, de Leon, de Sicilia, de Portugal, principe de Aragon, me manda responder en respuesta del tercero replicato que de parte de aquella embio Alonso de Herrera, firmado de su nombre e seellado com el seello de sus armas, es lo que adelante dira.

Quanto a lo primero que vuestra excellencia dize que se maravilla mucho de su alteza se querer scusar de la batalla que offrecio so color de la desigualdat de las rehenes, me manda responder que mas se devria maravillar su realeza por vuestra mercet haviendo aceptado como accepto su requesta en la qual no hoyo ningun apuntamiento de rehenes, querer apuntat en que estar se hoviessen de dar y nombrando que fuese la reyna nuestra senyora y tranando mucho desto como de cosa dificil que por tal deve seer havido aquello que los reyes e cavalleros no deven fazer, e dizes u alteza que no sabe que honra podria ganar en esta batalla que mas mengua no se le siguiesse en haver de ygualar a la reyna nuestra senyora com la senyora vuestra sobrina seyendo como son desyguales, haunque en la respuesta de vuestra senyoria de ciertas razones porque esto se deviesse assi fazer, a las quales me manda responder lo siguiente:

A la primera, que vuestra senyoria dize que pues su alteza y vuestra mercet que soys las cabeças offreceys vuestras personas a peligro de batalla e las confiarey de los seguradores del campo que no se devria dizir ni pensar en ygualdat ni desigualdat, ni era sin-razon confiar de los sobredichos las personas de la reyna nuestra senyora e de la senyora vuestra sobrina, a la qual su alteza me manda responder que quando aquella conmigo nos requirio de batalla general y en caso que aquella no hoviesse lugar de la batalla particular, que ya sabe vuestra mercet que no apunto en esta requesta ninguna cosa de rehenes que pudiesse traher la dilacion que se a seguido por apuntar en ellas vuestra senyoria, lo qual non se deviera fazer si aquello hoviera gana de la execucion, la qual fermosamente se niega, demandando cosa tan desigual que tanto quanto de es honorosso ofrecer su real persona a esta batalla le será vituperosso poner a la reyna nuestra senyora por rehenes della, seyendo su muger velada e madre de la senyora princesa su fija, teniendo los cargos que tiene de su real senyoria et poniendo vuestra mercet a essa senyora que es fija de vuestra hermana seyndo de tan poqua edat e por casar, la qual es assaz desigualdat demas de las otras que estan declaradas e divulgadas por estos sus reynos e por los stranyos e ahun por cartas firmadas de todos vuestros sequaces. Assi que por aquesta sola causa, su alteza dize que no es razon que el ponga este rehen, la qual no dexaria de poner por desconfianca de los seguradores del campo.

E quanto a la segunda razon que vuestra mercet da, diziendo que fablar en esta ygualdat e desigualdat es repetir la mesma question e debate desta requesta, porque vuestra senyoria defiende el drecho de la senyora vuestra sobrina comofija heredera del senyor rey don Enrique e a su alteza el de la reyna nuestra senyora como he su hermana, a esto me manda responder que es necessário que se repita este debate, pues sobre aquele s el fundamento de la batalla, que si ello fuese como vuestra senyoria lo dize, ho havria nenguno tan temerário que quisiesse defender el drecho de la hermana haviendo fija heredera, mas porque esta falleçe es tan grande la desigualdat que no se devria pedir lo que se pide ni aquello atorgar.

E a lo que vuestra mercet dize que pues su alteza es el requestador y sobre esto offrece su persona a la batalla y vos, muy excellente senyor, entendeys defender e combatir lo contrario, que no podia ni devia su realeza antes de tiempo allegar esta desigualdat para por ello dexar de dar los dichos rehenes e escusar la batalla. A esto su alteza me manda responder e que si en su primera requesta vos offreciera alguna rehenes y no las diera que esto hoviera lugar de dizirse, pero que non vos offrecio por mi salvo la batalla de su real persona a la vuestra, sin otras condiciones ningunas que esta podiessem empachar y esta vos há offrecido y ofrece agora, como quier que el iuyzio de aquella fa el somete todos estos reynos que iusto e pacificamente tiene e posse y vuestra mercet no pone sino tres o quatro ciudades e villas en que los muy desleales tenedores dellas vos han apoderado forcando a sus leales et naturales vassallos e moradores en ellas.

E quanto a lo que vuestra mercet responde que pues su alteza por sus cartelles dize que condeziende a esta batalla por escusar muertes e danyos e que estos no se podran atajar quedando libre la reyna nuestra senyora, su alteza me manda responder que quando aquello vos requirio distava talla entendio que assaz muertes e danyos se podrian scusar al presente, haviendo efecto, e assi lo entiende agora que remediar los males venideros a solo Dios pertenesce, pues que como en la respuesta a vuestra mercet se contiene que de su parte quedaria la senyora princessa assi bien dize que de la parte de la senyora vuestra sobrina quedarian otras personas, que asi iniustamente como ella se podrian intitular successors destos reynos y por tanto, dizes u senyoria, que se devrian atajar los males presentes como

cree que se atajarian com esta batalla y remitir los venideros al divino remédio; en conclusion, su alteza me manda dizir a vuestra senyoria que si todavia quisiere que haya rehenes et seguridades para lo venidero, que como quiere que le parece seer cosa de gran dilacion, pero que el será contento de poner a la senyora princesa su fija com que vos, muy esclarecido senyor, pongays al senyor vuestro primogénito. Porque este parece processo infinito, su realeza dize que lo que vos offrecio por su primera requesta vos ofrece agora de nuevo, que es la batalla de su real persona a la vuestra, et que vuestra mercet como requestada no puede ni deve demandar ninguna destas condiciones que pide, pues aquellas son enemigas de conclusion, et que si desto plaze a vuestra senyoria, que dexando todas las otras dilaciones responda nombrando luego los caballeros de su parte que han de tener da plaça segura, pues su realeza há nombrado los de vuestra, et divisando las armas y que esto fecho su alteza assignara el dia y tanto breve que se conozca quanto desse ala conclusion deste fecho. Y a esto, muy excellente senyor, que yo embio de parte de su real senyoria por este cartel fimado de mi nombre et seellado com el seello de mis armas, le suplico me mande luego responder com el efecto de suso declarado, que de otra guisa su alteza me manda que yo no reciba ninguna respuesta que venga con dilacion, porque seria desonesto a tan grandes principes contender mas en carteles sin exsecucion.

E quanto a lo que vuestra mercet toqua en el fin de su respuesta, de lo que fue cometido contra vuestro rey darmas, diziendo haverse fecho a fin que no vayan ni vengan mensageros ni oficiales darmas, su alteza me manda responder que deste caso el e la reyna nuestra senyora huvieron tan grande pesar que de ninguna cosa no podieron haver mayor, segunt de su parte mas largamente yo le dixe al dicho Portugal, vuestro rey darmas, remitiendo a vuestra senyoria la forma de la emienda que le parecia que se le devia fazer, que toda aquella que fuese razonable e fazedera se faria; esto se dezia por seer el cometedor constituydo en sacra religion, que de otra guisa en la mesma hora se fiziera el castigo que merecia; y quanto a dizir que se fizo a fin que no viniessen ni fuessen, a esto dize se alteza que no ha lugar, porque aquella assi mesmo me mando dezir al dicho rey darmas que volviesse com la repuesta et que lo fiziesse saber que el seria traydo et levado seguramente, et para atajar este inconveniente, dizes u alteza que vea vuestra senyoria la forma que quiere que se tenga para que seguramente vayan y vengan los oficiales darmas o trompetas o otras personas si fueren necessárias de hir o venir para la execucion de la batalla et que aquella se terna por la parte suya, por manera que por este non quede la exsecucion della. Fecha en Medina del Campo, a quatro de Agosto de LXX e cinco anyos. Gomez Manrique.

Anexo 15 – Carta de D. Afonso V, dada em Toro, a 5 de Março de 1476, agradecendo à Câmara Municipal de Lisboa o auxílio pecuniário que ela lhe prestara, in VITERBO, Francisco Marques Sousa - *A batalha de Toro. Alguns dados e documentos para a sua monographia historica*, Lisboa, Typographia Universal, 1900, pp. 9-10.

«Vereadores, Procurador e Procuradores dos mesteres da minha nobre e sempre leal cidade de Lisboa, vos envio muito saudar. Muito vos agradeço e tenho em especial serviço o dinheiro que cá mandastes para pagamento do soldo, e certo eu sou em bom conhecimento do muito amor e lealdade com que me sempre essa Cidade tem servido e serve, e assim crede que he minha tenção e vontade para em todo tempo vol’o galardoar com mercês, honras, privilegios e liberdades, quando quer que m’os requerdes e vos necessários forem; e por que dos dinheiros que destes para o dito soldo a Affonso Martins e a Pedro Annes ficaram em sua mão duzentos e cincoenta mil réis, os quaes elles entregaram em minha Camara, col’o notifico assim para lh’os mandardes levar em conta e despeza. Escripta em Touro, a cinco de Março – Pedr’Alvares a fez – de mil quatrocentos setenta e seis».

Anexo 16 – Carta do príncipe D. João, dada em Toro, a 9 de Março de 1476, agradecendo à Câmara Municipal de Lisboa o auxílio pecuniário que ela lhe prestara, in VITERBO – *A batalha de Toro...*, Lisboa, Typographia Universal, 1900, p. 10.

«Corregedor, Vereadores, Procurador e Procuradores dos mesteres. Nós o Principe vos enviamos muito saudar. Muito vos agradecemos e temos em serviço os seiscentos e tantos mil réis que nos enviastes

para pagamento do soldo da gente com que ora ordenastes de servir a El.Rey, meu senhor, e a nós n'esta vinda que a sua senhoria viemos, e certo por ello, além das outra razões que ahi há, sempre folgaremos de fazer a essa cidade e a vós outros em particular toda a mercê e favor como he razão, e queremos e nos praz que o dito serviço, que nos assim com toda bôa vontade como fieis e leaes vassalos e servidores fizestes, não fique em foto nem se possa allegar por exemplo para ser foro a vós nem a vossos successores; e bem assim nos praz e vos damos nossa authoridade que, para pagamento dos ditos dinheiros, possaes lançar taxa por todos os moradores d'essa cidade e seu termo, que algum não seja escuso d'ella salvo os que por si ou por outrem nos vieram em a dita vinda servir. E queremos e mandâmos que se cumpra o que ácerca da dita taxa accordardes e tiverdes accordado. Escripta em a cidade de Touro, a nove dias de Março – João Garcez a fez – de mil quatrocentos e setenta e seis».

Anexo 17 – Carta de D. João II, datada de 11 de Março de 1482, recomendando à Câmara Municipal do Porto a celebração festiva da batalha, in VITERBO – *A batalha de Toro...*, Lisboa, Typographia Universal, 1900, pp. 10-15.

«Juizes, vereadores, Procurador e Homeens boos, nos Elrey vos enviamos muito saudar. Como quer que por todallas cousas, que de Nosso Senhor recebemos, lhe devemos de dar graças, como lembrados de seus beneficcios, e especiallmente os Reis e Principes o devem ffazer pollas vitorias e vencimentos, de que sua maaom recebem, o que os Reix destes regnos sempre muy perffectamente fizeram e guardaram dês o primeiro Santto e gllorioso rey dom Affonso, o primeiro, ataa nossos dias, segundo que per procissõens e solenydades hordenadas, que se em cada humm ano ffazem em alguuns llugares destes Regnos, a todos he notoryio: e querendo nos acerca dello nom menos seer grato e reconhecido a Nosso Senhor o que em nossos dias e presença nos ffez de mercee, em a batalha que ouvemos com os Regnos de Castella antre Touro e Çamora, porem hordenamos e mandamos que daquy em diante, em llouvor de Nosso Senhor e da Bemaventurada Virgem Maria, sua Madre, e de Sam Jorge e de Sam Chritovom, que o dito dya trazíamos por nossos Padroeiros e nome, em cada huum ano, aos dous dias de Março, em que ffoy a dia batalha e vytorya, a cllerizia e todos os dessa cidade ffaçaes sollepnne procissom sayndo da See e hindo per os lugar purbycos com toda solepnidade, cyrimonya, officios, jogos, asy e tam compridamente como costumaes de fazer em dya do Corpo de Deus, tirando sollamente de nom hir a Arca, onde vay o Sacramento, e se em essa Cidade ouver Igreja do precioso marter e cavalleiro Sam Jorge e Sam Christovom, a precissom vaa a ella, onde se diga Missa e Preegaçom em lembrança da dita Vytoria, segundo o theor e fforma desse caderno, que vos com esta envyamos, e onde nom ouver Caza do dito Sam Jorge e Sam Christovom, vaa a dita procissom e preegesse onde se acostuma hir e preegar per o dito dia de Corpo de Deus, e esta nossa carta vos mandamos que registees no Lyvro da Camara dessa Cidade, pera senpre se aver de ffazer o que dito he em relembração da causa por que se a dita sollepnidade ffaz. Scripta em Vyanna da par dallvyto a 11 dias de Março – Alvaro Barrozo a ffez – de 1482. E por quanto essa carta non vay a tenpo pera se a dita procissom poder ffazer ao tenpo nella contheudo vos encomendamos e mandamos que se ffaça agora a primeira sesta ffeira que vyer depois da dada della, e pera o ano que vem e dhi endiante, aos dous dias de Março.

Por quanto as cousas notavees e dignas de grande memorya, especialmente aquellas que som ffeitas pellos grandes Reyx e Principes, devem seer magnifestas a todos, por a ffama dellas fficar em llembração aos que depois vierem e se dar llouvor aaquelles que o bem ffezerem, e disso poderem tomar exemplo os que suas obras quiserem seguir, por tanto pareceo razom de a Batalha que ouverom so muy altos e mui excellentes Principes Ellrrey Dom Affonso o quinto, o que sancta gllorya aja, e Ellrrey Dom Joham o segundo nosso senhor, que ora he, em seendo príncipe, com ellrrey dom Fernando de Castella antre Touro e Çamora, se deve aqui poor em escripto sumariamente, tomando as fforças mais principaaes da verdade do feito como aconteceo, por seer cousa digna e de muyta llembração. Aos dous dias de Março anno de mil iiij^c lxxxij, eestando os muy alltos e excellentes Principes Ellrrey dom Affonso o quinto e Ellrrey Dom Joham o segundo, em seendo Principe, em arrayal sobre Çamora, da parte da ponte, onde vierom por causa dellrrey Dom Fernando teer cercada a ffortalleza da dita Cidade de Çamora, a quall estava pollo dito Rey Dom Affonso, e elle a tynha cercada, porque cobrou a Cidade por treição que ffoy ffeita por huum cavalleyro castelhano que se chamava Balldes, e por asy teer a dita Cidade e estar muy affortellezado, se nom podia bem soccorrer aa dita ffortelleza, e por tanto os ditos Senhores

Rey y Principe ordenarom de se aseentar sobre a Cidade daquella parte, e da outra poserom guarniçoos para sy por mingoa de mantimentos, como per quall outra maneira estreitarem a dita Cidade, e o dito Rey Dom Fernando e sua gente que dentro estavam, de maneira que lhes conprisse descercar a dita Fortaleza e lleixaren a dita Cidade.

E estando asy, depois de allgũas vezes combaterem a torre da dita ponte, a quall trabalhavam ffilhar, em o sobredyto dya de noete lhes veo hum recado de dentro da Cidade, em como o dito rey dom Fernando partya aquella noete com sua gente e hia a hum trauto, que tynha em a cidade do Touro, a quall cousa, como ffosse dita per pessoa digna de seer cryda, os ditos Senhores Rey e Principe acordarom de atalhar aa dita cousa e se levantarem do arrayall e hirem aa dita cidade de Touro, por entenderem que asy comprya e poserom llogo em obra e partidos do dito arrayal, depois de teerem andadas duas llegoas e mea, vierom novas como parecia gente contraira em batalhas, a quall cousa como soubesse o dito rey no Senhor, que entom era Principe, que trazia carregos de toda a hoste da gente, porque o dito senhor rey seu Padre era já diante aa dita cidade de Touro a poer cobro em ella, e mandar recolher sua artelharya e gente de pee com ella, e se viesse que Elrey dom Fernando nom vynha aa cidade, elle logo aquella noete aver dhir com gente de cavallo a huun lugar que se chama a ffonte do sabugo, onde avya por nova certa qua estava o iffante dom Anrrique daragom e o duque de Villa ffremosa, jrmaaom do dito rey dom ffernando, e com elle o Conde de Travjnho com gente de cavallo, para dar em elles, e veendo o dito rey Dom Joham nosso Senhor como o llugar onde lhe derom as ditas novas nom era desposto para pellejar por seer estreyto, ffez tirar toda sua jente ao campo, onde a ffez istar queda em batalhas, pollos contrairos mais despejadamente deceram ao campo, e entom ffez todo saber ao dito senhor Rey seu Padre, o quall llogo tornou e depois de todos asy de hũa parte como da outra, serem em campo, ajnda que os contrairos tevessem vantagem, por teerem as costas em a serra, e por teerem mais gente de pee, por quanto a sua era já toda em a Cidade de Touro, a isso meesmo allgua de cavallo que ffora diante com a fardagem, pollo quall os contrairos tynham davantagem setecentas ou oitocentas llanças, empero, sem embargo de todo, os ditos Senhores Rey Dom Affonso, que Deus aja, e Elrey nosso Senhor, per duas vezes ffizerom volver os rostros de suas batalhas contra os inmygos pera veerem se queriam pellejar, o que elles nunca quiserom fazer, e quando os ditos senhores esto virom, como esfforçados Principes, e que dezejavam vyr a couza a concrusom e determynaçom de todavja dar em os inmygos, como o deffeito poserom em obra, sem embargo de os comtrairos teerem a dita vantagem conhocidamente llogo o dito rey Dom Affonso mandou ao dito rey dom Joham seu filho, que entom era Principe, que com a vanguarda que llevaba desse nos contrairos, o quall, com muy esfforçado coração deu nelles e rompeo a primeira e segunda batalha dos contrairos, que llogo fforom desbaratados, e asy o dito Senhor rey Dom Affonso muy esfforçadamente entrou a batalha do dito rey Dom Fernando, e asy as batalhas dhũa parte e da outra, humas com as outras, e o dito Senhor Rey Dom Joham com a sua batalha, depois de teer desbaratadas as outras duas, com que encontrou, vollveo sobre as batalhas do dito rey Fernando, como quer polla jente, que de suas batalhas se soltara no encalço dos desbaratados com elle fficara tam pouca gente, que a que estava na batalha dos contrairos era muyta mais em grande numero, e sem embargo de o asy seer, deu em ella e a desbaratou e seguyto ataa dar em outras batalhas dos contrairos, e quando as reconheceo e vyo a multidom dos contrairos, por recolher allgũa de sua gente que andava espalhada em o allcanço, mandou estar queda a sua batalha, porque a gente dos contrairos serya trestanta como a sua, onde esteve queda algũas oras, e tam acerca hũa gente da outra, que allguums Cavaleiros de huma parte e da outra sayam das batalhas a se arremessar as llanças, e veendo os contrairos como se recolhia allgũa gente dellrey nosso Senhor da que era espalhada, conhocendo que queriam dar em elles, por estarem tam acerca huums dos outros, que todos os bem conhociam, arrancarom do campo, hindose caminho de Çamora como desbaratados, e o dito senhor rey Dom Joham os seguyto e os llançou ffora do canpo, e a noete seer já muy carrada e escura, e por suas gentes hũuas com as outras se nom desconhocerem, nom quis seguir mais o encallço e mando estar a sua gente queda, e depões de recolhidos os fferidos do canpo e os prisioneiros antre os quaaes ffoy preso Dom Anrrique Conde dallva de llixtra, tyo do dito rey Dom Fernando, mandou voolver suas gentes em duas batalhas, hũa com a bandeira do dito senhor rey seu padre, e outra com a sua, tornandose para a dita cidade de Touro com muyta vitorya, e ao outro dya mandou seos Capitaams ao dito canpo soterrar os mortos e ffazer os auctos de vencimento, o que se fez todo muy jnteiramente sem contradiçom allguma, em a quall batalha fforom muytos mortos, prezos e fferidos, de huma parte e da outra. A quall cousa, por seer de tanta vytorya e llouvor, que he razom que ffyque em memorya pera os que depois vierem e porque a Coronycas desta cousa ajnda nom he per extenso ffeita, pareceo bem e razom se escrepver aqui a soma da verdade de todo como se passou».

Anexo 18 – Carta de D. João II, datada de 1 de Março de 1491, pedindo à Câmara Municipal de Lisboa que pusesse termo à comemoração da batalha de Toro, in VITERBO, Francisco Marques Sousa - *A batalha de Toro. Alguns dados e documentos para a sua monographia historica*, Lisboa, Typographia Universal, 1900, p. 15.

«Vereadores, procurador e procuradores dos mesteres. Nos El Rei vos enviamos muito saudar. Como quer que até o anno passado se fizesse a procissão ordenada pela victoria que Nosso Senhor nos deu na batalha que houvemos ácerca da cidade de Touro, considerando nós agora no grande amor e affeição, paz e socego que há entre nós e El-Rey e Rainha de Castella, de Leão e d’Aragão, etc., nossos muito amados e presados irmãos, e isso mesmo como o casamento do príncipe, meu sobre todos muito amado e presado filho, com a princeza sua filha, minha muito amada e prezada filha, foi o meio por que todas as cousas passadas houvessem fim, e de uma e da outra parte fossem esquecidas e o amor entre nós todos crescesse: havemos por serviço de Deus e nosso que a dita procissão se não faça mais; porem vol’o notificâmos assim e vos encommendâmos e mandâmos que d’aqui em diante vos não empacheis de a mais fazerdes nem mandardes fazer; e de o assim cumprirdes vol’o agradeceremos. Escrita em Evora, primeiro dia de Março, o secretario A.º Gonsalves a fez – de 1491 – Rey».